



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

VANESSA LUANA OLIVEIRA LIMA

DESENVOLVIMENTO PARA A VIDA: OS SENTIDOS DO TURISMO
COMUNITÁRIO EM CAETANOS DE CIMA, NO ASSENTAMENTO SABIAGUABA
– AMONTADA/CE

FORTALEZA

2012

VANESSA LUANA OLIVEIRA LIMA

DESENVOLVIMENTO PARA A VIDA: OS SENTIDOS DO TURISMO COMUNITÁRIO
EM CAETANOS DE CIMA, NO ASSENTAMENTO SABIAGUABA – AMONTADA/CE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: desenvolvimento e meio ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- L711d Lima, Vanessa Luana Oliveira.
 Desenvolvimento para a vida : os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, no
 assentamento Sabiaguaba – Amontada/CE / Vanessa Luana Oliveira Lima. – 2010.
 227 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
 Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2010.
 Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.
 Orientação: Prof. Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles.
1. Turismo. 2. Sustentabilidade. 3. Sabiaguaba (Amontada, CE). I. Título.

CDD 363.7

VANESSA LUANA OLIVEIRA LIMA

DESENVOLVIMENTO PARA A VIDA: OS SENTIDOS DO TURISMO COMUNITÁRIO
EM CAETANOS DE CIMA, NO ASSENTAMENTO SABIAGUABA – AMONTADA/CE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: desenvolvimento e meio ambiente.

Aprovada em 15/ 08/ 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles (Orientador)

Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Luzia Neide Coriolano

Universidade Estadual do Ceará

Profa. Dra. Adryane Gorayeb

Universidade Federal do Ceará

À Marcus e Luna, pelo amor, que tem nos permitido sermos três, em profundidade, companheirismo e dedicação.

À Fátima Lopes, por acreditar, tornando tudo possível com sua fé, força e amor.

AGRADECIMENTOS

Tempo de agradecer é tempo feliz, quando concluímos um trabalho difícil e sentimos a necessidade de reconhecer a contribuição daqueles sem os quais não teria sido possível dar vida a ele.

Assim, agradeço, inicial e calorosamente, às pessoas próximas, que deram força e suporte para enfrentar a jornada criativa e árdua que é escrever uma dissertação:

- A Fátima Lopes, por não ter desacreditado e, assim, ter me feito seguir adiante, mesmo sendo difícil, fazendo jus a essa nossa família de mulheres guerreiras;

- A Marcus Guilherme, por ter tornado tudo mais fácil e crível, mesmo quando parecia impossível; por ter suportado tanto distanciamento, cansaço e mau humor; por ter nos amado incondicionalmente;

- A Luna de Oliveira, por ter vindo à luz junto com a dissertação, tornando minha vida tão mais bonita e cheia de amor;

- A Gleiciane Gomes, por estar por perto quando foi necessário a simples amizade, a companhia, a ajuda, obrigada por não ter desaparecido;

- A Madalena Alves, por ter colaborado na reflexão e construção do texto.

Agradeço, ainda, àqueles que tentam fazer do mundo um lugar melhor e que, por isso mesmo, inspiraram este trabalho:

- As pessoas de Caetanos de Cima, que admirei desde o início, as quais tenho o prazer de ter como amigos e amigas, companheiros e companheiras nessa jornada da vida;

- Ao Instituto Terramar e, em consequência, às oportunidades que experimentei e às aprendizagens que vivenciei enquanto durou nosso contato;

- As pessoas que fazem a Rede Tucum, empoderadas, singelas e guerreiras, amigas admiráveis que tive o privilégio de compartilhar saberes;

- A Monica Bonadiman, pelas discussões, divergências e convergências durante os momentos de construção da Rede Tucum e de reflexão sobre o turismo comunitário.

Agradeço, por fim, à institucionalidade necessária para a execução da pesquisa:

- Ao prof. Dr. Jeovah Meireles, que se dispôs a orientar esse trabalho numa relação de fraternidade e liberdade; obrigada pela confiança;

- A CAPES, pelo apoio financeiro;

- A Sônia Almeida, secretária do PRODEMA, pelo respeito, pela presteza e pela organização.

“Não, senhores. Não me libertem. Disso eu mesma me encarrego!”

(Autoria desconhecida, retirada de materiais do Coletivo Lua)

RESUMO

Discute os significados do turismo comunitário para a comunidade de pescadores e agricultores de Caetanos de Cima, localizada no litoral do município de Amontada, estado do Ceará, relacionando os princípios deste à dinâmica política, ambiental e sociocultural existente. Também apresenta brevemente um histórico da constituição da Rede Tucum – Rede de Turismo Comunitário do Ceará e os princípios associados à Rede Turisol – Rede Brasileira de Turismo Comunitário. A metodologia se constituiu em visitas e observação das práticas cotidianas, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, além de participação em diferentes momentos da construção da experiência de turismo local e das redes estadual e nacional apresentadas. As conclusões versam sobre as especificidades de Caetanos de Cima e sua contribuição para a formulação do conceito de turismo comunitário a partir dos anseios e experiência política que dão sentido diferenciado ao desenvolvimento – relacionando-o à felicidade – bem como sobre os principais desafios e fortalezas do empreendimento turístico ora implantado pela comunidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Comunidades tradicionais. Princípios comunitários.

ABSTRACT

This study examines the meanings of the community-based tourism to the Caetanos de Cima fishermen and agriculturists community, localized in the littoral of Amontada, estate of Ceará, linking the principles of this activity to the political, environmental, social and cultural dynamics of the community. It also presents a short historical about the constitution of Rede Tucum – Community-Based Tourism Network of Ceará and the principles of Turisol – Community-Based Tourism Network of Brazil. The methodology consisted in visits and observation about the local practices, semi structured interviews and questionnaires, and direct participation in the construction of the local community-based tourism experience and also in the regional and national community-based tourism networks presented. The conclusion explain about the specificities of Caetanos de Cima and his contribution to build the concept of community-based tourism through his craving and political experience that gives a different meaning to the word development – linking it to felicity – and also about the main challenges and virtuousness of the tourism activity in practice today at the community.

Keywords: Sustainability. Traditional community. Communitarian principles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Mapa de localização do Assentamento Sabiaguaba - Amontada. – CE.....	30
Figura 2.2 – Carta imagem de localização do Assentamento Sabiaguaba – Amontada - CE. .	35
Figura 2.3 – Tratamento de água para o consumo humano em Caetanos de Cima.....	37
Figura 2.4 – Ocupação dos moradores em Caetanos de Cima.	38
Figura 2.5 – Atividade principal e gênero dos trabalhadores de Caetanos de Cima.	39
Figura 2.6 – Renda mensal por família em Caetanos de Cima.	39
Figura 2.7 – Atividades produtivas desenvolvidas em Caetanos de Cima por família.	40
Figura 2.8 – Produção agrícola por família em Caetanos de Cima.	41
Figura 2.9 – (a) Lagoa interdunar formada pelo avanço das dunas sobre a lagoa da Sabiaguaba; (b) Família catando algas durante a maré baixa no banco natural formado pelo arrecife (porção mais escura entre a praia e a arrebentação das ondas).	42
Figura 2.10 – Grau de instrução dos moradores de Caetanos de Cima.	44
Figura 2.11 – Principais vantagens de viver em Caetanos de Cima, segundo os moradores. .	45
Figura 2.12 – Principais desvantagens de viver em Caetanos de Cima, segundo os moradores.	45
Figura 2.13 – Destinação final dos resíduos sólidos pelos moradores de Caetanos de Cima. .	46
Figura 2.14 – (a) Campo de dunas móveis dos tipos barcanóide e longitudinal, cujas zonas de deflação estão ocupadas por lagoas temporárias; (b) Porção leste da Lagoa da Sabiaguaba, limite sul da comunidade de Caetanos de Cima. Observar dunas móveis do tipo barcanóide avançando sobre os coqueiros e o espelho d’água.	49
Figura 2.15 – (a) Praia, pós-praia e zona de berma, limitada por dunas de borda vegetada fracamente por gramíneas; (b) Faixa praial da comunidade de Caetanos de Cima.....	51
Figura 2.16 – (a) Eolianitos na seção próxima à praia. Observar as algas marinhas secando na zona de deflação; (b) Eolianitos no setor mais afastado da praia.	52
Figura 2.17 – Relação entre a quantidade de grupos envolvidos e grupos existentes segundo participação dos moradores de Caetanos de Cima.	62
Figura 5.1 – Imagem ilustrativa das comunidades que fazem parte da Rede Tucum (em amarelo) e sua distribuição na zona costeira cearense.	133
Figura 5.2 – Placa da Rede Tucum/ APAPAIS afixada na praia de Caetanos de Cima, fazendo propaganda do turismo comunitário local (2010).....	145

Figura 5.3 – Praia limpa e deserta ao lado do litoral de Caetanos de Cima. Ao fundo, a presença marcante de eolianitos (2008).....	147
Figura 5.4 – Chalé Velejador dos Sonhos, acima, e Pousada Toca dos Grauçás, abaixo	150
Figura 5.5 – Barraca das Mulheres. A última reforma, iniciada em 2009, ainda não foi concluída (2010).....	151
Figura 5.6 – Motivação dos visitantes de Caetanos de Cima (2009).	158
Figura 5.7 – Sazonalidade do turismo na Pousada Toca dos Grauçás, em Caetanos de Cima (janeiro – novembro de 2009).	159
Figura 5.8 – Distribuição de visitantes de Caetanos de Cima segundo a idade (2009).....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – População absoluta e relativa de Amontada por situação de domicílio – 1990, 2000 e 2010.	31
Quadro 2.2 – Valores total e setorial para IDH de Amontada (1991 e 2000).	33
Quadro 2.3 – Componentes da paisagem e formas de uso e ocupação.	57
Quadro 4.1 – Eventos significativos para visibilidade e fortalecimento do turismo comunitário no país.	113
Quadro 5.1 – Relação de projetos implementados e/ ou em fase de implementação na Rede Tucum.	140
Quadro 5.2 – Resumo das atividades relacionadas ao turismo comunitário ocorridas em Caetanos de Cima entre os anos de 2002 e 2009.	143
Quadro 5.3 – Oferta de produtos e serviços turísticos de Caetanos de Cima em 2009.	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> – Amontada (2010).	32
Tabela 2.2 – Índices de desenvolvimento de Amontada.	32
Tabela 5.1 – Origem dos hóspedes da Pousada Toca dos Grauçás, em 2009 (%).	157
Tabela 5.2 – Profissão dos hóspedes da Pousada Toca dos Grauçás, em 2009.....	158
Tabela 6.1 – Fatores que contribuem para o sucesso e sustentabilidade do turismo comunitário local.	187

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAPCV	Associação Amigos da Prainha do Canto Verde
AGRECO	Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AITR	Associação Italiana para o Turismo Responsável
ANVR	Associação de Operadoras Holandesas
APAFG	Associação de Produtores e Produtoras de Algas de Flecheiras e Guajiru
APAPAIS	Associação de Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados no Imóvel Sabiaguaba
ATES	Associação para o Turismo Justo e Solidário
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGECE	Companhia de Gerenciamento de Água e Esgoto do Ceará
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEFET-CE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CEPAUR	Centro de Alternativas de Desarrollo
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DCPAT	Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo
EARTH	Aliança Européia para o Turismo Responsável e Hospitalidade
ECOT	Ecumenical Coalition for Third World Tourism
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo de Base Local
EQUATIONS	Equitable Tourism Options
FBOMS	Fórum Brasileiro de Ong's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNTURISMO	Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo/ SC

GERCO	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro
GTCL	Grupo de Turismo Comunitário Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IDS-O	Índice de Desenvolvimento Social de Oferta
IDS-R	Índice de Desenvolvimento Social de Resultado
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
KATE	Centro de Ecologia e Desenvolvimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMTR/ CE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTur	Ministério do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR	Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade Ambiental no Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTRAF	Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar
REALCE	Rede de Educação Ambiental do Litoral Cearense
REDTURS	Red de Turismo Comunitario de América Latina
RENITURAL	Red Nicaragüense de Turismo Rural Comunitario
RESEX	Reserva Extrativista
REST	Responsible Ecological Social Tours Project
SANTUR	Santa Catarina Turismo S/A

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SITS	Seminário Internacional de Turismo Sustentável
SST	Fundação Suíça para a Solidariedade no Turismo
ST-EP	Sustainable Tourism-Eliminating Poverty
TBC	Turismo de Base Comunitária
TIES	The International Ecotourism Society
TOI	Tour Operator's Initiative for Sustainable Tourism Development
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
UAF	Unidade Agrícola Familiar
UE	União Européia
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UH	Unidade Habitacional
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WWF	World Wildlife Fund
ZCIT	Zona de Convergência Inter-Tropical

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 CAETANOS DE CIMA – UMA COMUNIDADE DE AGRICULTORES E PESCADORES ARTESANAIS EM ASSENTAMENTO RURAL LITORÂNEO	29
2.1 Um pouco sobre o Assentamento Sabiaguaba e a comunidade de Caetanos de Cima...	33
2.2 Caracterização dos componentes ambientais de Caetanos de Cima.....	47
2.2.1 Aspectos Geológico-Geomorfológicos.....	47
2.2.2 Aspectos Pedológicos	53
2.2.3 Aspectos Hidrológicos.....	53
2.2.4 Aspectos Climáticos	53
2.2.5 Aspectos Vegetacionais	54
2.3 Organização comunitária em Caetanos de Cima.....	55
2.4 Índícios históricos de ocupação do território e constituição da comunidade de Caetanos de Cima.....	64
2.5 Um breve apanhado histórico dos conflitos fundiários	66
3 DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E POPULAÇÕES TRADICIONAIS	71
3.1 Sobre o desenvolvimento.....	72
3.1.1 Além do crescimento econômico: algumas adjetivações para o desenvolvimento .	75
3.2 Sobre sustentabilidade	80
3.3 Sobre populações tradicionais e pescadores artesanais na zona costeira cearense.....	83
3.4 Desenvolvimento do território, desenvolvimento para a vida.....	90
4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO COMUNITÁRIO	98
4.1 Novos rumos para o turismo.....	99
4.2 Outro desenvolvimento, outro turismo	104
4.3 Discussões sobre o conceito de turismo comunitário	114
4.3.1 Algumas conceituações	115
4.3.2 Preceitos e características do turismo comunitário.....	120
5 TURISMO COMUNITÁRIO EM CAETANOS DE CIMA.....	132
5.1 Rede Tucum – a história recente de uma importante articulação.....	132
5.2 Características do turismo comunitário em Caetanos de Cima	141
5.2.1 A organização para o turismo comunitário.....	144
5.2.2 A oferta de turismo comunitário.....	147
5.2.3 A demanda do turismo comunitário	156
5.2.4 Promoção do turismo comunitário	160
5.2.5 Comercialização do turismo comunitário.....	161

5.3 A sustentabilidade do turismo comunitário em Caetanos de Cima.....	162
5.3.1 Aspectos econômicos	163
5.3.2 Aspectos políticos.....	164
5.3.3 Aspectos sociais.....	166
5.3.4 Aspectos ambientais	167
5.4 Um olhar sobre os principais desafios do turismo comunitário	167
6 OS SENTIDOS DO TURISMO COMUNITÁRIO PARA CAETANOS DE CIMA.....	171
6.1 Sustentabilidade e desenvolvimento do território para Caetanos de Cima	172
6.2 As expectativas em torno do turismo comunitário	180
6.3 Custos e benefícios do desenvolvimento do turismo comunitário	185
7 CONCLUSÕES	191
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICES	207
APÊNDICE A – REDES NACIONAIS E/ OU REGIONAIS DE TURISMO COMUNITÁRIO NA AMÉRICA LATINA.....	207
ANEXOS	210
ANEXO A – CARTA FINAL I SITS, 2003, FORTALEZA-CE.....	210
ANEXO B – DE MUMBAI A PORTO ALEGRE. QUEM REALMENTE SE BENEFICIA DO TURISMO?.....	212
ANEXO C – DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 2005 – “OUTRO TURISMO É POSSÍVEL?”	215
ANEXO D – DECLARATION FINALE DU FITS 2006.....	218
ANEXO E – DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, 2008, II SITS	220
ANEXO F – DECLARAÇÃO DE BELÉM – FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL	223
ANEXO G – FOLDER PROMOCIONAL CAETANOS DE CIMA	225

1 INTRODUÇÃO

O turismo comunitário é uma atividade recente¹ que vem ganhando visibilidade nos últimos anos devido, entre outros motivos, a consolidação das propostas mais experientes, a articulação dos projetos² em redes de solidariedade e comercialização, a crescente capacidade de mobilização dos sujeitos e consequente inserção do turismo comunitário nas pautas governamentais, resultando em fomento destas experiências e, também, as estratégias mais sistematizadas de promoção.

A diversidade de contextos sociais, culturais e políticos se refletem na existência de diferentes terminologias, conceitos e características para o turismo comunitário que varia de acordo com as realidades locais, apesar de haver permanências e similaridades compartilhadas por experiências distintas.

No Ceará, as comunidades tradicionais que vivem na zona costeira enfrentam, cotidianamente, uma realidade conflitante. No processo de modernização e desenvolvimento econômico segundo o modelo implantado pela gestão pública em suas diferentes esferas de atuação, esta região assume papel locacional de destaque. Grandes projetos e empreendimentos tem sido direcionados para esta área gerando impactos severos ao ambiente e às comunidades, merecendo destaque o turismo, os portos de grande porte, a carcinicultura³ e, mais recentemente, as usinas de energia eólica⁴.

O governo do estado, desde os anos de 1990, tem fomentado o turismo enquanto uma das principais atividades econômicas capazes de alavancar o desenvolvimento econômico e social do estado, sendo que é na zona costeira onde ele encontra lugar privilegiado.

Os investimentos são consideráveis, a maioria deles financiados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do PRODETUR I e II (Programa de Desenvolvimento do Turismo), que se refletem no aumento da participação desta atividade no Produto Interno

¹ No Ceará, como na maioria da América Latina, remonta aos anos de 1990.

² Em níveis regionais, nacionais e até mesmo continentais.

³ Criação de camarão em cativeiro especialmente em áreas de manguezal e adjacências, provocando, entre tantos impactos, o desmatamento e poluição do mangue, alterando a dinâmica ambiental do ecossistema, privatizando áreas de uso comum e incidindo negativamente sobre os meios de sobrevivência de comunidades pesqueiras do entorno.

⁴ Apesar de produzir uma energia de baixo impacto na natureza, sua implantação tem seguido um modelo coronelista autoritário, socialmente excludente e ambientalmente impactante, ameaçando a sobrevivência de populações e a dinâmica de áreas de interesse ambiental e arqueológico.

Bruto (PIB) do estado, passando de 2,495 milhões de reais em 1995 para 38,537 milhões de reais em 2006, responsável pela geração de 286 mil empregos (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2007).

Os fundos de fomento à atividade são para criar e/ou melhorar a infraestrutura básica, como aeroportos, rodovias, saneamento e urbanização, bem como a infraestrutura turística, especialmente financiando e facilitando a implantação de grandes hotéis, *resorts* e complexos turísticos vinculados à atividade imobiliária.

A despeito dos números da macroeconomia e representando o outro lado da mesma moeda, o turismo também carrega consigo a responsabilidade pela alteração e desestruturação de vários ambientes e comunidades litorâneas, provocando um sem-número de conflitos sociais, culturais, econômicos e ambientais ao longo da zona costeira cearense.

São vários os trabalhos⁵ que demonstram os graves impactos sobre as localidades receptoras em seus múltiplos aspectos: mudança da dinâmica natural e social das comunidades tradicionais e seu entorno; privatização e alteração da paisagem; especulação imobiliária; prostituição; substituição das atividades tradicionais; expropriação do território; subordinação da população local; fetichização da cultura local, entre outros.

Neste contexto, duas alternativas se colocam para as comunidades locais: acreditar no discurso desenvolvimentista dos grandes empreendimentos ou resistir e buscar caminhos para um desenvolvimento alternativo.

Assim, algumas comunidades organizadas em torno, inicialmente, das questões relativas à pesca artesanal e dos conflitos de terra, decidem oferecer resistência à implantação destes empreendimentos como possibilidade de permanência nos seus territórios e sobrevivência das suas culturas. A articulação destes sujeitos, individuais e coletivos, em redes e movimentos sociais na zona costeira do Ceará tem sido uma referência em todo o país desde os anos de 1990.

Ademais da crítica, anos de mobilização social mostraram a necessidade de desenvolver alternativas de renda que promovessem o desenvolvimento local e, conseqüentemente, fortalecessem a organização comunitária.

É nesse contexto que surge o turismo comunitário na zona costeira cearense: ao mesmo tempo em que se insere no movimento de autodefesa e resistência contra o avanço dos grandes empreendimentos alheios à comunidade, é uma forma de afirmação da sua cultura e

⁵ Exemplo de algumas valiosas contribuições neste aspecto vem dos pesquisadores vinculados ao NETTUR (Núcleo de Estudos do Território e Turismo), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob orientação dos professores Luiz Cruz, Fábio Perdigão e Luzia Neide Coriolano. Também buscar os anais das inúmeras edições do Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL).

de sua atuação enquanto sujeitos de uma outra sociabilidade e de uma outra perspectiva de desenvolvimento econômico.

Um lugar que representa esta proposta de maneira contundente é Caetanos de Cima, uma das comunidades que fazem parte do Assentamento Sabiaguaba, localizado na zona costeira do município de Amontada, litoral oeste do estado do Ceará. Está organizada em torno da Associação de Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados no Imóvel Sabiaguaba (APAPAIS), da Escola Maria Elisbânia dos Santos e do Grupo de Mulheres, que desenvolvem, juntos, uma série de projetos voltados para a gestão ambiental local, atividades produtivas e culturais e artesanato.

O Assentamento Sabiaguaba foi desapropriado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na década de 1980 e, desde então, aguarda regularização de sua área. Caetanos de Cima tem participado dos movimentos pela posse das terras desde o fim dos anos de 1970 e, mesmo depois da desapropriação em 1984, ainda enfrenta conflitos fundiários, tanto com posseiros que persistem ocupando as terras do assentamento quanto com agentes externos.

As principais atividades produtivas são a agricultura e a criação de pequenos animais para a subsistência, a pesca artesanal e o artesanato. Como ocorre em comunidades semelhantes, estas atividades não tem sido capazes de ocupar satisfatoriamente todos os moradores nem atrair os mais jovens, provocando a migração para outros distritos e municípios.

Neste contexto, o turismo comunitário surge enquanto uma estratégia coletiva voltada para o desenvolvimento do território da comunidade cuja inserção se dá a partir de duas vertentes importantes:

- a) É um instrumento resultante da trajetória de organização e resistência aos impactos sociais e ambientais do turismo convencional, que chega a comunidade através de uma de suas facetas mais marcantes no litoral cearense: a ação especulativa para a implantação de complexos hoteleiros associados, a maioria das vezes, a ação imobiliária voltada para o público internacional;
- b) Amplia as atividades produtivas locais com a vantagem de, entre outros aspectos, dinamizar estas atividades e inserir os jovens nos projetos comunitários.

É uma atividade bastante recente e exige, como é inerente ao próprio turismo, um saber-fazer especializado muitas vezes distante da realidade vivenciada por comunidades

tradicionais. No turismo comunitário, entretanto, este saber-fazer precisa ser adaptado, considerando a resignificação que a atividade turística assume localmente e os sentidos de desenvolvimento ratificados pela comunidade.

É, portanto, diante dessa complexidade que o presente estudo visa compreender os sentidos da inserção do turismo comunitário na dinâmica da comunidade de Caetanos de Cima. Como se dá a resignificação desta atividade econômica diante dos valores próprios da comunidade? Quais as expectativas da população com o desenvolvimento do turismo local? Quais os limites que este pensar sobre o turismo comunitário impõe sobre a exequibilidade da proposta enquanto atividade econômica?

Para alcançar tal objetivo, faz-se necessário apreender a dinâmica política, organizacional e cultural da comunidade a fim de apresentar, ao menos de maneira introdutória, as bases objetivas e subjetivas sobre as quais a comunidade se estrutura e, assim, compreender e avaliar a estruturação e dinâmica da atividade turística local.

Também é importante discutir, em linhas gerais, as características que o turismo comunitário assume na zona costeira cearense, pois estas refletem os processos de mobilização social para a defesa de territórios e para a implantação de propostas alternativas de desenvolvimento.

O contexto em que o turismo comunitário se desenvolve e os preceitos que lhe são próprios exigem esforço teórico e metodológico para caracterizá-lo, diferenciando-o do turismo convencional em relação aos fundamentos e propósitos sobre os quais a atividade se justifica e criando, por sua vez, procedimentos e metodologias de trabalho mais próximas da realidade das comunidades de maneira a possibilitá-las o real protagonismo sobre seu desenvolvimento e gestão.

As discussões levantadas por este trabalho pretendem contribuir nesta tarefa, mesmo que de maneira inicial, a partir de dois aspectos:

- A discussão da perspectiva política que o turismo comunitário assume em Caetanos de Cima;
- Uma reflexão sobre a necessidade de definir caminhos alternativos necessários ao saber-fazer do turismo comunitário que não apenas reproduzam a especialização do turismo convencional.

O turismo comunitário é um tema recente, com reflexões teóricas ainda latentes capazes de fundamentar a prática diferenciada que ele exige. Trata-se, portanto, de um desafio de caráter metodológico no âmbito acadêmico e no âmbito da execução. Conforma-se, inevitavelmente, enquanto uma temática complexa tanto no sentido de contrário àquilo que é

simples, quanto à noção de complexidade epistemológica no sentido elaborado por Vasconcelos (2002):

(..) a noção de complexidade implica no reconhecimento de que os fenômenos são obscuros e multidimensionais, exigem um mínimo de desconstrução das perspectivas culturais e cognitivas de saber já estabelecidas (...), e implicam sempre em imprevistos, incertezas, descontinuidades e desconhecimentos parciais (p. 143-144).

Compreender o turismo comunitário exige disposição para construir alianças e aproveitar contribuições de diferentes disciplinas. Essa complexidade demanda uma abordagem interdisciplinar que abarque a multiplicidade de aspectos constituintes da experiência prática. Temos consciência, todavia, de que esta interdisciplinaridade também fornece um panorama mais complexo, inseguro, desconhecido e inacabado no plano teórico, constituindo um grande desafio.

Entretanto, consideramos que esta era, senão a única possível, ao menos a abordagem metodológica mais cabível diante das características inerentes ao próprio tema: complexidade teórica, diálogo com os movimentos sociais e solidariedade nos processos econômicos e relações interpessoais.

(...) os conceitos e estratégias epistemológicos de complexidade e de interdisciplinaridade devem constituir valores explícitos da teoria crítica e da agenda das lutas emancipatórias, antiopressivas, de caráter popular-democrático e por uma globalização mais solidária (...) (VASCONCELOS, 2002, p. 37).

O turismo comunitário se caracteriza, como atestaremos adiante, como um campo teórico pouco preciso em busca de desenhos que indiquem um horizonte paradigmático novo, capaz de vislumbrar formas de pensar emergentes ao mesmo tempo em que promove uma desconstrução inicial em função de uma nova arrumação.

Segundo o paradigma da complexidade discutido por Boaventura Souza Santos (2000) apresentado e comentado por Vasconcelos (2002), “essa desconstrução é entendida como um momento de suspensão necessário para criar uma nova familiaridade, um novo senso comum emancipatório, na busca de um ‘conhecimento prudente para uma vida decente’” (p. 79).

Vasconcelos analisa os princípios elaborados por este autor para um conhecimento solidário e capaz de reconhecer o outro como sujeito, e não como objeto, cujos paradigmas se balizam por:

1. Considerar o multiculturalismo, ou seja, colocar em pauta o desafio de comunicar culturas silenciadas;
2. Considerar o caráter dialógico do paradigma, ou seja, reconhecer, conhecer e dialogar com o público como um processo social interativo;
3. Considerar o caráter social do novo paradigma, apresentado enquanto “construção social e prática da rebeldia (...), e de campos de experimentação social local onde seja possível resistir e promover com êxito alternativas que tornem possível uma vida digna e decente”;
4. Valorizar dimensões não assimiladas completamente pela sociedade atual, como a da comunidade e suas características de solidariedade e participação;
5. Valorizar a noção de caos enquanto noção que conduz a um conhecimento prudente e indica limites à nossa capacidade de previsão;
6. Superar a dicotomia sujeito-objeto e valorizar os sujeitos enquanto produtores de conhecimento sobre si mesmos, cujos pressupostos subjetivos, valorativos e de crença fazem parte da explicação científica;
7. Superação da distinção entre cultura e natureza;
8. Superação do caráter antropocêntrico e individualista da ética liberal para um princípio de responsabilidade mais coletivo e centrado no respeito à natureza.

Consideramos que este estudo se configura enquanto uma contribuição ao debate, cujos resultados são ainda inconclusos, demandando novas pesquisas, novos olhares e novos sujeitos envolvidos na sua construção. Esses desafios estão colocados desde o início da pesquisa e são denunciados por Vasconcelos (2002) ao afirmar que

(...) mesmo que possamos apreender algumas de suas características empíricas concretas, visíveis, verificáveis em dado momento, essas são facetas de um processo conflituoso, não estático, e investido de interesses e significações simbólicas pelos diversos atores sociais, cuja elucidação exige um trabalho sempre aproximativo e inacabado de interpretação e ação transformadora (p. 142).

Mesmo assim, encaramos a provocação e ensaiamos alguns passos no sentido de pensar o turismo comunitário a partir da perspectiva da complexidade cujas ideias acima descritas direcionaram o olhar investigativo deste trabalho e, em especial, as considerações finais acerca do tema proposto.

A escolha deste tema foi motivada por duas contundentes necessidades. A primeira delas vem da própria comunidade que decidiu recentemente integrar o turismo comunitário às suas atividades econômicas tradicionais e, para tanto, demandava estudos sobre a realidade local (social, cultural, organizacional e ambiental), bem como reflexões capazes de contribuir com essa recente construção.

A segunda trata de certa carência de estudos sobre o turismo comunitário e, especialmente, de uma sistematização contextualizada da experiência em curso na zona costeira cearense.

O contato com esta temática se deu a partir da aproximação com as instituições e comunidades da Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário, colaborando pontual e profundamente em diferentes momentos desta construção. Em especial, destacamos o trabalho desenvolvido com o Instituto Terramar, entre os anos de 2007 e 2009, uma instituição que assessora a comunidades de pescadores artesanais no Ceará e, mais recentemente, a Rede Tucum, da qual faz parte Caetanos de Cima.

Esta atuação forneceu, entre tantas outras, duas vantagens principais em relação ao estudo do tema:

- (1) O contato próximo com a comunidade estudada se deu antes mesmo da formulação da presente pesquisa e resultou na total admiração pelo seu processo de luta e organização e sua clareza política em favor da sustentabilidade;
- (2) A possibilidade de contribuir na construção das práticas e reflexões sobre o turismo comunitário não apenas no Ceará, mas em conjunto com outras instituições e comunidades do país através da Rede Turisol – Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário, ainda em fase de consolidação; isso permitiu uma vivência intrínseca com os processos e desafios de cunho teórico e prático desta proposta.

Assim, tanto durante a definição do objeto quanto durante a organização de informações e escrita deste trabalho, a metodologia se aproximou das características de uma sistematização de experiência, mesmo que de maneira fragmentada e misturada com as demais formas de produção de conhecimento aqui descritas.

Entendemos a sistematização como um processo permanente, cumulativo, de criação de conhecimentos a partir de nossa experiência de intervenção na realidade social, como um primeiro nível de teorização sobre a prática. Nesse sentido, a sistematização representa uma articulação entre teoria e prática (...) e serve a objetivos dos dois campos. Por um lado mostra como melhorar a prática, a intervenção, a partir do que ela mesma nos ensina (...); de outra parte (...) aspira a enriquecer, confrontar e modificar o conhecimento teórico atualmente existente, contribuindo para convertê-lo em uma ferramenta realmente útil para entender e transformar nossa realidade (TALLER PERMANENTE DE SISTEMATIZACIÓN *apud* HOLIDAY, 2006, p. 23).

O trabalho possui, portanto, um caráter reflexivo sobre uma prática ainda em curso da qual fizemos parte. Carrega consigo uma tentativa de teorização sobre esta prática, com a clara intenção de contribuir para compreendê-la e fortalecê-la.

Esta elaboração trilhou diferentes etapas metodológicas que, articuladas pelo fazer científico, resultaram na presente dissertação que trata de experiências e reflexões teóricas acerca das práticas de turismo comunitário na zona costeira cearense, tendo como estudo de caso a realidade incipiente de Caetanos de Cima.

Sendo assim, a dissertação se estruturou a partir da consecução das seguintes fases da pesquisa: pesquisa bibliográfica, análise documental, visita de campo e análise e interpretação dos dados, todas elas intercaladas pela vivência particular com o tema.

O primeiro passo para a estruturação deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica a fim de elaborar (1) o arcabouço teórico prévio que envolve o tema, bem como (2) as informações necessárias sobre a realidade pesquisada.

Os principais conceitos sobre os quais a pesquisa conceitual se deteve foram turismo comunitário, desenvolvimento, populações tradicionais e sustentabilidade. Estes elementos fundamentam a elaboração teórica deste trabalho, pois são inerentes à própria prática estudada.

As primeiras informações necessárias para caracterizar Caetanos de Cima também foram conseguidas a partir de estudos monográficos e dissertações realizadas anteriormente. Uma publicação sobre a cultura e história local publicada pelo Ponto de Cultura Abrindo Velas, Pescando Culturas (RODRIGUES; SOUSA, 2006) também foi útil neste primeiro momento, bem como produtos ainda não publicados como uma cartilha sobre a história local e um livro sobre a musicalidade da comunidade, tudo isso complementado pelas visitas de campo.

Além disso, foram utilizados artigos científicos, estudos técnicos e sistematizações de experiências similares na América Latina, sítios de internet, dissertações de mestrado, monografias de graduação e livros afins.

Dados secundários obtidos, especialmente, no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e no IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) também ajudaram a construir o contexto econômico, social e ambiental caracteriza a região na qual se insere a comunidade.

O estudo dos documentos e materiais produzidos pela comunidade e/ ou em decorrência do trabalho com ela contribuiu para (1) compreender as ações e os processos envolvidos na construção do turismo comunitário local e no Ceará e (2) apreender os sentidos do turismo, desenvolvimento e sustentabilidade para a comunidade.

Nesta pesquisa, portanto, foram considerados como fontes primárias:

- Os planejamentos estratégicos para o turismo comunitário e para a organização comunitária em Caetanos de Cima realizados com a assessoria do Instituto Terramar em 2007 e 2008, anos que precederam a inauguração da proposta de turismo local;
- Os projetos executados/ em execução para a consolidação da proposta da Rede Tucum entre 2007 e 2010, elaborados e coordenados pelo Instituto Terramar e pela Associação Tremembé, os quais contemplam ações direcionadas para a comunidade;
- Materiais produzidos pela comunidade, como músicas, poesias, manifestos, etc.

Quanto ao tratamento e análise das informações coletadas, alguns deles tomaram a forma de análise descritiva e foram assim apresentados especialmente nas seções 4 e 5, enquanto outros foram abordados segundo o conteúdo do discurso, como discutido na seção 6.

As características de uma comunidade e os sentidos que ela dá para os elementos da vida cotidiana exigem um contato mais próximo com ela para serem apreendidos, compreendidos e estudados. Neste sentido, as visitas de campo representam um importante momento na construção dos conhecimentos e elaboração desta dissertação.

As visitas de campo se diferenciam das inúmeras viagens realizadas sem o intuito de constituir esta pesquisa, embora contatos deste tipo colaborem para a aproximação com a realidade de maneira cientificamente descompromissada e, por isso mesmo, menos

direcionada, possibilitando um contato mais profundo com as pessoas e com o lugar, experimentando, assim, diferentes sensações e colaborando no trabalho investigativo.

Foram três as visitas de campo realizadas entre 2009 e 2010, cujos objetivos e instrumentos utilizados foram:

- Visita 1: aplicação de questionário socioeconômico para compreender as condições sociais da comunidade e observação das características ambientais da paisagem;
- Visita 2: realização de entrevistas semiestruturadas aplicadas a alguns moradores envolvidos na organização comunitária, a fim de tirar as dúvidas formuladas quando do início da escrita e estruturar informações sobre a comunidade;
- Visita 3: realização de entrevistas sobre o turismo comunitário com alguns membros do Grupo de Turismo Comunitário Local (GTCL).

O questionário socioeconômico foi aplicado em 33 residências, o que representa 59% do universo, e reflete números equivalentes a 126 moradores, ou 50% do total dos habitantes da comunidade. Muitas famílias que estão em conflito por causa da regulamentação da posse da terra do assentamento se recusaram a responder ao questionário, principal motivo pelo qual não tivemos acesso à totalidade das moradias.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas sobre o turismo comunitário focalizadas nos membros do GTCL. Uma entrevista estruturada, menor e mais geral também foi direcionada a moradores não participantes do GTCL. Estas entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, ajudando a compreender o desenvolvimento histórico da comunidade, as questões políticas e conflitos nas quais está envolvida, os projetos, os sentidos de desenvolvimento e o sentimento de pertencimento.

A entrevista semiestruturada foi realizada com quatro membros do GTCL escolhidos diante da sua participação e envolvimento na organização comunitária e no turismo.

Também foram feitos registros fotográficos que ajudaram a compor a dissertação, transformando-se, as imagens, em elementos constitutivos que comunicam sobre o lugar, suas características ambientais e culturais.

O recurso conhecido como observação participante colocou-se naturalmente tanto para quem pesquisava quanto para quem era pesquisado devido, em especial, à aproximação já existente entre estes sujeitos na construção do turismo comunitário local. A observação

participante “possibilita o acesso a dados de domínio mais privado e a captação de sutilezas e aspecto subjetivos dos indivíduos e grupos” (VASCONCELOS, 2002, p. 218).

A observação participante coloca, ao pesquisador, a necessidade de sair do papel de espectador para fazer parte, ao menos por um tempo, da dinâmica vivenciada pelo grupo/objeto de estudo, sem que este participe, necessariamente, na gestão do trabalho investigativo (VASCONCELOS, 2002).

Os dados e as informações coletadas durante a visita de campo foram sistematizados e interpretados quando da elaboração da dissertação.

Os dados quantitativos transformaram-se em importantes indicadores da organização e perfil comunitário, muitos deles expressos aqui em forma de gráficos e tabelas.

As entrevistas e as informações apreendidas através da observação participante colaboraram para dirimir dúvidas e incompreensões decorrentes do estudo bibliográfico e documental e, principalmente, para aprofundar as discussões sobre os sentidos do turismo comunitário para a comunidade.

Buscamos, também, compreender a autoidentificação da comunidade e os sentidos da sustentabilidade e desenvolvimento através da análise de materiais artísticos produzidos.

Esta dissertação está estruturada em sete partes que concorrem para dar vida às reflexões que fundamentam, caracterizam e analisam a construção e os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima.

Para compreender a dinâmica do sujeito coletivo denominado comunidade de Caetanos de Cima e do território que ele ocupa, na seção 2 apresentaremos esta comunidade de maneira multirreferenciada. A intenção é traçar um perfil do lugar, abordando sua trajetória histórica, as formas de organização, os projetos desenvolvidos e suas características naturais e sociais para, a partir daí, ser capaz de compreender os sentidos da construção do turismo comunitário local.

Na seção 3, discutimos o tema do desenvolvimento, da sustentabilidade e populações tradicionais como agentes de processos de desenvolvimento territorial baseados em objetivos, princípios e valores que se diferenciam daqueles implementados pelo governo em suas diferentes instâncias de poder.

A seção 4 traz uma reflexão sobre o turismo comunitário a partir do seu desenvolvimento no Ceará. Por se tratar de uma temática recente, faz-se necessário uma contextualização histórica do desenvolvimento da atividade, que surge paralelamente tanto em âmbito regionalizado, quanto a nível nacional e internacional como parte de um processo que

busca a afirmação da cultura e direito ao território de populações tradicionais por comunidades e sociedade civil organizada. Também são discutidos os preceitos que caracterizam o turismo comunitário.

Para apreender os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, é imprescindível compreender como a atividade turística está estruturada, quais os seus indicadores de sustentabilidade e como se envolve com outros sujeitos, apresentados na seção 5.

A seção 6 trata da interpretação e análise dos significados que esta nova atividade representa para os moradores locais, suas expectativas e suas estratégias para o desenvolvimento local. Neste momento, poderemos analisar as potencialidades e desafios para a consolidação do turismo comunitário na área.

Para finalizar, a seção 7 trata das considerações gerais sobre a pesquisa e a presente dissertação, apontando desafios e lacunas que merecem novos estudos e maior aprofundamento.

2 CAETANOS DE CIMA – UMA COMUNIDADE DE AGRICULTORES E PESCADORES ARTESANAIS EM ASSENTAMENTO RURAL LITORÂNEO

Não estamos alegres,
 é certo,
 mas também por que razão
 haveríamos de ficar tristes?
 O mar da história
 é agitado.
 As ameaças
 e as guerras
 havemos de atravessá-las,
 rompê-las ao meio,
 cortando-as
 como uma quilha
 corta as ondas¹¹.

Caetanos de Cima é uma comunidade de agricultores e pescadores artesanais que se localiza na porção leste da zona costeira do município de Amontada, no litoral oeste do Estado do Ceará (Figura 2.1). A 157 km de Fortaleza, capital do estado, o município faz parte da Macrorregião Litoral Oeste, da Mesorregião Norte Cearense e da Microrregião Itapipoca, de quem foi desmembrado para emancipar-se em 5 de fevereiro de 1985 (IPECE, 2010).

Amontada está localizado nas coordenadas geográficas 3° 29' 40" sul e 39° 34' 43" oeste e faz limite com os municípios de Itapipoca a leste, Itarema, Acaraú e Morrinhos a oeste e Miraíma ao sul e com o Oceano Atlântico a norte, ocupando uma área de 1.179,59 km² (IPECE, 2010). É formado por 10 distritos¹²: Amontada (sede), Aracatiara, Garças, Icaraí, Lagoa Grande, Moitas, Nascente, Poço Comprido, Mosquito e Sabiaguaba (IBGE, Censo Demográfico 2010).

Segundo o Censo Demográfico 2010, do IBGE, o município de Amontada possui população total de 39.232 habitantes, cuja taxa de urbanização, apesar de crescente, é de apenas 41% (Quadro 2.1), índice baixo se comparado à situação do Brasil, que é de 84%, e do Ceará, 75%, para o mesmo período.

¹¹ Trecho da poesia *E então, que quereis?...*, de Vladimir Maiakóvski, 1927.

¹² Em 4 de fevereiro de 2010, foi dado entrada na Assembleia Legislativa o pedido de emancipação dos distritos de Amontada - Icaraí, Sabiaguaba, Moitas e Mosquito. O documento foi entregue pelo deputado estadual Sérgio Aguiar (PSB) e pelo presidente da Associação Emancipalista de Icaraí, Irisnaldo Alves. Se aprovado, o novo município deverá se chamar Icaraí e possuirá 13.400 habitantes em mais de 282 km² de área.

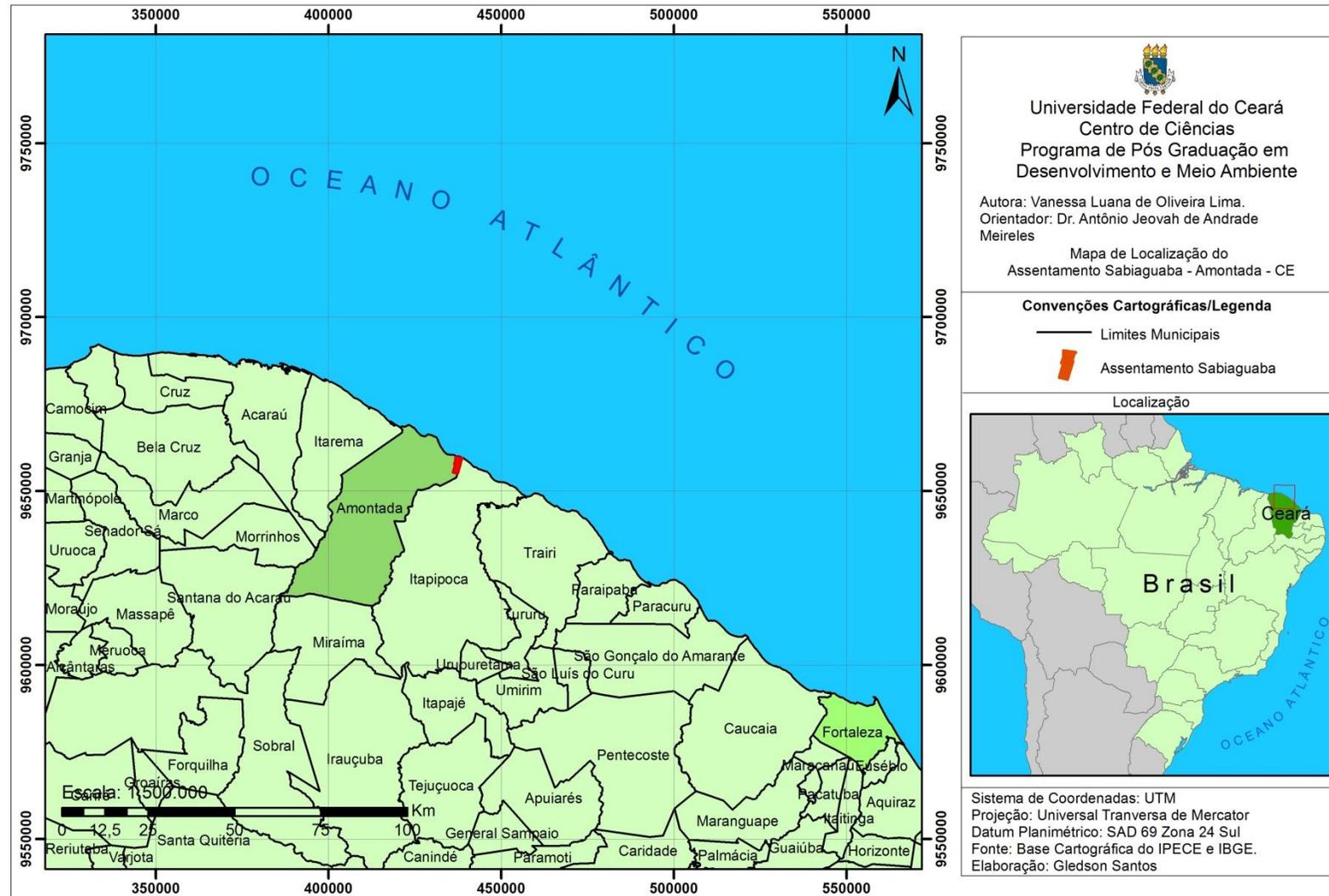


Figura 2.1 – Mapa de localização do Assentamento Sabiaguaba - Amontada. – CE.

	1990		2000		2010	
	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA
POPULAÇÃO URBANA	8.836	35 %	11.802	36 %	15.947	41 %
POPULAÇÃO RURAL	16.325	65 %	20.531	64 %	23.285	59 %
TOTAL	25.161	100 %	32.333	100 %	39.232	100

Quadro 2.1 – População absoluta e relativa de Amontada por situação de domicílio – 1990, 2000 e 2010.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1990, 2000 e 2010.

A maior parte dos habitantes do referido município (68%) está contida na faixa etária formada por crianças e jovens: 32% entre 0 e 14 anos, 36 % entre 15 e 34 anos, 24% entre 35 e 64 anos e 8 % com 65 anos e mais (Censo Demográfico 2010).

A composição do seu PIB segue a tendência nacional e estadual, com prevalência do setor de serviços (54%) sobre as atividades agropecuárias (14%) e indústria (32%) (IPECE, 2010).

Apesar de integrar uma área de interesse turístico no estado do Ceará atualmente em ascensão, Macrorregião Turística Litoral Oeste - Ibiapaba, nos últimos 24 meses apenas o setor industrial utilizou os incentivos municipais para implantação de empreendimentos.

Em 2009, o PIB *per capita* municipal foi de R\$ 3823,11 enquanto que o do Ceará foi quase o dobro - R\$ 7.385,00¹³.

Quase a metade dos domicílios de Amontada (43%) possui rendimento nominal mensal *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Se somados os domicílios sem rendimento e com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, este índice representa 75% do universo municipal. Por outro lado, apenas 2% dos domicílios possuem renda *per capita* maior que 2 salários mínimos, demonstrando a profunda desigualdade social existente e a grande porcentagem da população vivendo em condições economicamente desfavoráveis (Tabela 2.1). O Índice de Gini¹⁴ de 0,42, em 2003, confirma o elevado grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* (IBGE, 2003).

O índice de Incidência da Pobreza¹⁵ em Amontada, em 2003, alcançou 69,32% da população. A Incidência da Pobreza Subjetiva¹⁶ é ainda maior, chegando a 77,05% dos

¹³ www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/pib.

¹⁴ “Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)” (PNUD, 2010).

¹⁵ A pobreza absoluta é medida a partir da “capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência” (IBGE, 2010b).

¹⁶ “A medida subjetiva de pobreza é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. Segundo especialistas, a percepção de bem-estar de um indivíduo sofre influência de acordo com sua posição em relação aos demais indivíduos de

habitantes do município. Para o Ceará, estes números são bem inferiores: 53,89 e 53,07, respectivamente (IBGE, 2003).

Tabela 2.1 – Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* – Amontada (2010).

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i>	Domicílios
Total	9.787
Até 1/4 de salário mínimo	4.191
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	2.383
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.946
Mais de 1 a 2 salários mínimos	380
Mais de 2 a 3 salários mínimos	74
Mais de 3 a 5 salários mínimos	44
Mais de 5 salários mínimos	34
Sem rendimento	735

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Notas:

1 - Os dados são dos Resultados Preliminares do Universo.

2 - A categoria Total inclui os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*.

3 - A categoria Sem rendimento inclui as pessoas com rendimento domiciliar *per capita* nominal mensal somente em benefícios.

4 - Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

A Tabela 2.2 apresenta os principais índices de desenvolvimento de Amontada, demonstrando sua posição desfavorável no *ranking* dos 184 municípios cearenses em termos de Índice de Desenvolvimento Social de Oferta – IDS-O (162º lugar) e de Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM (118º lugar). Todavia, para o Índice de Desenvolvimento Social de Resultado IDS-R, encontra-se bem colocado, ocupando a 21ª posição.

Tabela 2.2 – Índices de desenvolvimento de Amontada.

IDM (2008) ¹		IDS-R (2008) ¹		IDS-O (2008) ¹		IDH-M (2000) ²	
Índice	Ranking CE	Índice	Ranking CE	Índice	Ranking CE	Índice	Ranking CE
24,60	118	0,481	21	0,328	162	0,616	123

Fonte:¹ Anuário Estatístico do Ceará (2010); ² PNUD (www.pnud.org.br).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, o índice alcançado em 2000, de 0,0,616 é baixo, estando entre os piores estado (posição 123 entre os municípios do estado) e abaixo da média do Ceará que é de 0,597 (Quadro 2.2). Entretanto, se comparado aos valores do ano de 1991, todos os índices apresentaram melhora. A pior situação é do IDH-Renda, que alcançou apenas o índice 0,464, e o melhor é o IDH-Educação, com índice 0,720.

um determinado grupo de referência. Em termos teóricos, não se espera que os dois indicadores sejam coincidentes, mas a expectativa é de resultados próximos” (IBGE,2010b).

IDH		IDH - RENDA		IDH - LONGEVIDADE		IDH - EDUCAÇÃO	
1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
0,505	0,616	0,384	0,464	0,619	0,664	0,511	0,720

Quadro 2.2 – Valores total e setorial para IDH de Amontada (1991 e 2000).

Fonte: PNUD (2010b).

Dados fornecidos em relatórios internos da Companhia de Gerenciamento de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) informam que, em 2010, nenhum domicílio de Amontada possuía ligação de esgotamento sanitário. Em relação ao abastecimento de água tratada, este atende apenas a 41,4% da população urbana da qual 93,5% encontra-se na sede, 40,14% no distrito de Icarai, 49,32% em Lagoa Grande, 55,24% em Moitas, 67,52% no distrito de Nascente e 66,85% no distrito de Sabiaguaba.

Em 2010, contava com 2 escolas estaduais, 122 municipais e 1 privada (IPECE, 2010). Não existe oferta para o ensino superior, sendo necessário o deslocamento para Itapipoca ou Fortaleza. A taxa de escolarização, em 2010, era de 91,5% para o ensino fundamental e de 51,15% para o ensino médio¹⁷. A taxa de analfabetismo para a população com 15 anos ou mais é de 25,7% em 2010, bem acima dos 18,8% referente à taxa estadual de analfabetismo (Censo Demográfico 2010, IBGE).

2.1 Um pouco sobre o Assentamento Sabiaguaba e a comunidade de Caetanos de Cima

É no distrito de Sabiaguaba, criado e incorporado à Amontada em 1988, que se localiza a praia de Caetanos, na divisa com o município de Itapipoca (extremo leste do território municipal). Esta praia, ainda na década de 80, tem sua população dividida em dois núcleos comunitários: Caetanos de Baixo e Caetanos de Cima, sendo este último objeto do presente estudo.

Juntamente com as comunidades de Pixaim e Matilha, Caetanos de Cima faz parte do Assentamento Sabiaguaba (Figura 2.2), distante aproximadamente 170 km de Fortaleza, 82 km de Amontada e 78 km de Itapipoca. É com esta última cidade que o contato se estabelece mais fortemente e com a qual o acesso se dá de maneira um pouco mais fácil.

¹⁷ www.seduc.ce.gov.br

O imóvel antes chamado Sabiaguaba, de propriedade de Espólio de Estevam Romero Barros, foi desapropriado pelo INCRA em 17 de fevereiro de 1987, através do Decreto Expropriatório N.º. 94.033/87.

Está localizado entre os paralelos 3º 04'33'' e 3º 07'10'' sul e os meridianos 39º 33'03'' e 39º 34'26'' oeste, fazendo limite ao norte com a vila dos Caetanos, ao sul com o Córrego São José, a nordeste com a linha de preamar, a leste pelo campo de dunas móveis, a sudeste com a Agropecuária Arvoredo S/A e a oeste por dunas e uma parte da Lagoa da Sabiaguaba.

Segundo o Plano Preliminar do assentamento, o projeto possui uma área total de 864,5536 hectares, dos quais 43 ha foram destinados a Área de Reserva e 10,5536 ha foram considerados como Área Inaproveitável em decorrência das limitações à exploração agrícola devido os solos de baixa fertilidade e textura arenosa, devendo ser, esta área, excluída tanto do cálculo da Área de Reserva e quanto da determinação da Unidade Agrícola Familiar (UAF).

Considerando a dimensão de 30 ha para cada UAF, foi definido que o assentamento teria a capacidade de atender a aproximadamente 28 famílias, embora residissem no imóvel, à época da sua desapropriação, 51. Foi sugerido, então, que áreas vizinhas fossem vistoriadas para a inclusão no assentamento, indicação que não foi posta em prática.

Atualmente, existem 28 famílias assentadas das quais 13 fazem parte da comunidade de Caetanos de Cima.

Todos os imóveis de caráter coletivo sob responsabilidade da APAPAIS estão localizados nas comunidades de Pixaim e Matilha. Em Caetanos de Cima, as propriedades hoje de uso coletivo foram compradas de antigos posseiros e assentados dissidentes, como o terreno onde hoje está a Escola Maria Elisbânia dos Santos¹⁸, o Ponto de Cultura, a igreja católica e a casa do lixo¹⁹.

¹⁸ Comprada, em 1997, pelo Grupo de Mulheres com dinheiro financiado pelo FNE mais lucro da Barraca das Mulheres, contabilizando R\$ 800, 00 na época, sendo o restante pago em mais de 2 anos a partir da venda do coco produzido na área.

¹⁹ A APAPAIS comprou o terreno de um antigo assentado que, pela suspeita de desenvolver atividades ilícitas ali, foi pressionado a se mudar.

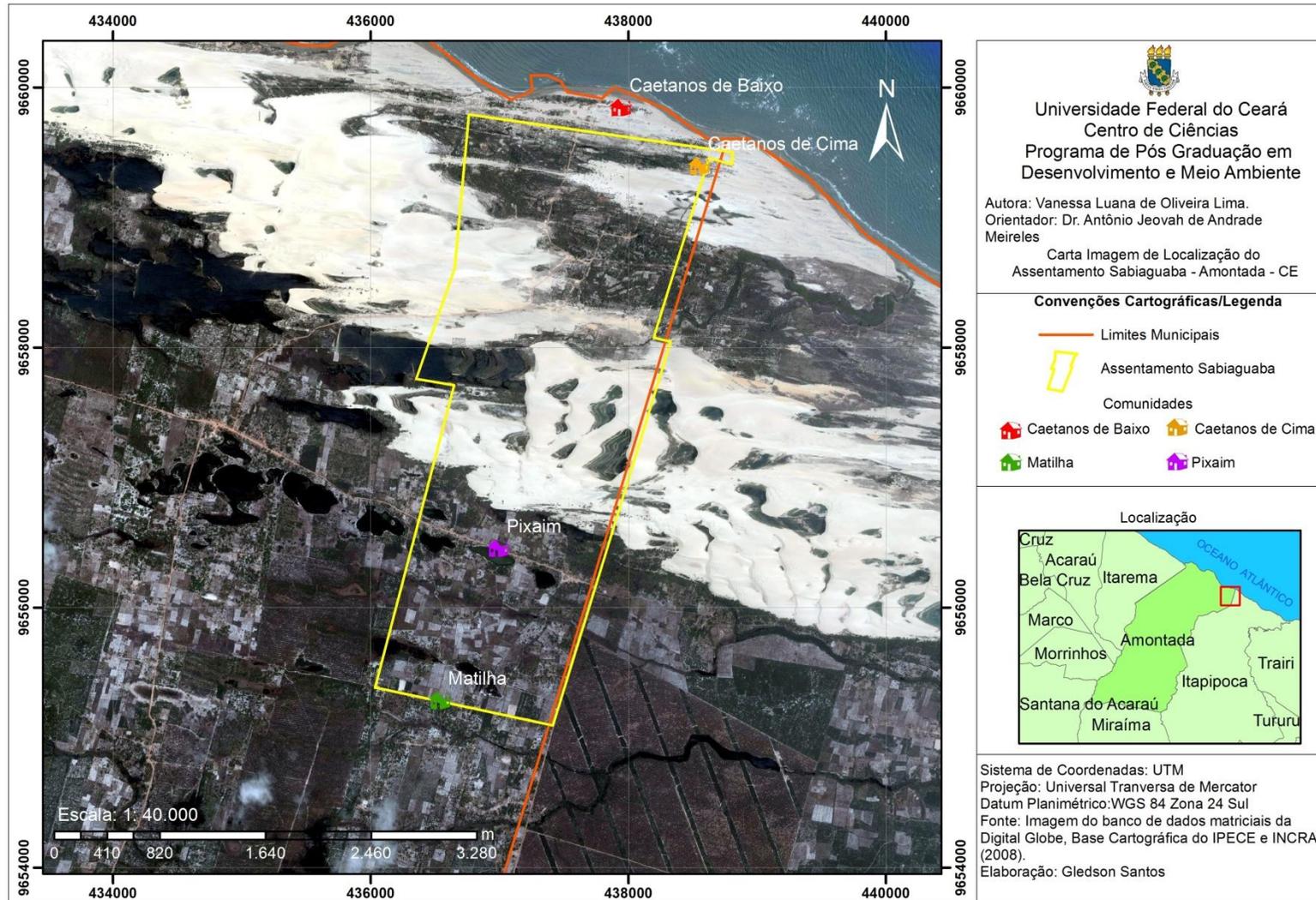


Figura 2.2 – Carta imagem de localização do Assentamento Sabiaguaba – Amontada - CE.

Era prática corrente que as casas dos assentamentos fossem construídas em sistema de vilarejo, concentradas em um determinado ponto e desconectadas das áreas produtivas. Esse modelo foi questionado pelos assentados de Sabiaguaba, propondo que as casas fossem construídas nos terrenos destinados a cada família, para garantir o melhor trato da produção.

Assim, a distribuição espacial das moradias no Assentamento Sabiaguaba é dispersa, em meio a dunas semifixas e áreas de baixio (zonas de deflação), com acesso dificultado pela falta de estradas de piçarra e pela areia solta na maioria delas.

Neste modelo de ocupação, a alternativa para criação de animais é do tipo extensiva, ou seja, são alimentados pelos seus donos pelo menos uma vez por dia e as demais refeições e água são encontradas pelos animais vagando livremente pelo terreno, especialmente nas proximidades das lagoas existentes na comunidade.

Até o século XX, as residências dos moradores eram feitas de palha dada a necessidade de mobilidade em função da movimentação da areia das dunas e do afloramento de águas subterrâneas em áreas mais rebaixadas (alagados – baixios para cultivo). A partir de então, as casas passaram a ser construídas em taipa (argila e cipó). Em 1987, o laudo de vistoria realizado pelo INCRA contabilizou 51 casas de taipa cobertas com telha e de piso de chão batido, cujas famílias viviam da agricultura de subsistência (milho, feijão e mandioca) e da comercialização de caju e coco-da-baía, perfazendo uma renda média de 1 salário mínimo por família.

Somente nos anos 2000 esta realidade se altera e as residências começam a ser substituídas por construções em alvenaria.

Hoje, segundo informações fornecidas pela APAP AIS, Caetanos de Cima possui 56 casas, a maioria de alvenaria²⁰, dentre as quais apenas 13 famílias são oficialmente assentadas, sendo as demais agregadas.

A pesquisa de campo demonstrou que 51% das residências são ocupadas por famílias que vivem nelas a mais de 10 anos (o morador mais antigo encontrado pela pesquisa já está ali há 45 anos). Em cada casa vive apenas uma família em 79% das residências entrevistadas. No restante, as residências acolhem duas famílias.

Não existe sistema de tratamento de esgoto ou saneamento básico em Caetanos de Cima. O cuidado com os resíduos produzidos pela casa é responsabilidade de cada família. Constatamos que a maioria das residências (85%) possui fossa séptica para onde são

²⁰ Segundo a pesquisa realizada *in loco* com 33 residências, identificamos apenas uma feita de palha, cujos moradores afirmaram viver nela por 30 anos.

destinados os resíduos do aparelho sanitário. Em apenas 6% das casas, a água que escorre da pia também vai para a fossa séptica. No restante, estes efluentes são despejados ao ar livre, sem qualquer tratamento.

Toda a água utilizada nas residências é proveniente de poços artesanais que são bombeados manualmente (82%) ou a motor elétrico (18%). Apenas 9% das residências possuem caixa d'água com encanamento para a casa. Uma grande parte das famílias utiliza, para o consumo humano, a água retirada diretamente dos poços sem qualquer tratamento, como podemos verificar na Figura 2.3.

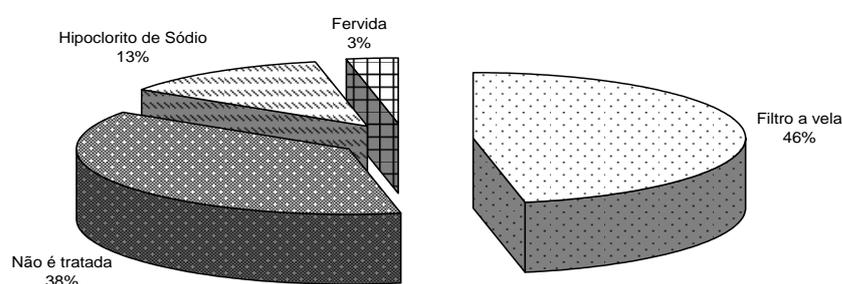


Figura 2.3 – Tratamento de água para o consumo humano em Caetanos de Cima.

Apesar de a água subterrânea ser de boa qualidade é preciso monitorar constantemente a qualidade destes aquíferos, pois o lençol freático pode ser contaminado pelos resíduos das fossas sépticas. Existe a presença de capa rosa apenas em uma faixa central da comunidade localizada próximo à escola, que se acentua durante a estação chuvosa.

A energia elétrica atende a 85% das casas, tendo sido, a maioria delas, instaladas a partir dos anos 2000.

Segundo dados fornecidos pela APAP AIS, existem 255 pessoas vivendo em Caetanos de Cima, sendo 45% homens e 55% mulheres, dos quais 70 são crianças, 50 são jovens (entre 12 e 29 anos) e a grande maioria (135 pessoas) possui mais de 30 anos.

A Figura 2.4 ilustra a distribuição dos moradores da comunidade segundo sua ocupação, demonstrando que 51% deles possuem uma ocupação definida e 39% são estudantes.

As principais ocupações identificadas pelos trabalhadores foram as relacionadas aos serviços domésticos, à agricultura e à pesca artesanal. A Figura 2.5 demonstra a distribuição das atividades e a relação entre homens e mulheres em cada uma delas.

Percebemos, facilmente, a permanência dos lugares tradicionais de acordo com o gênero dos entrevistados.

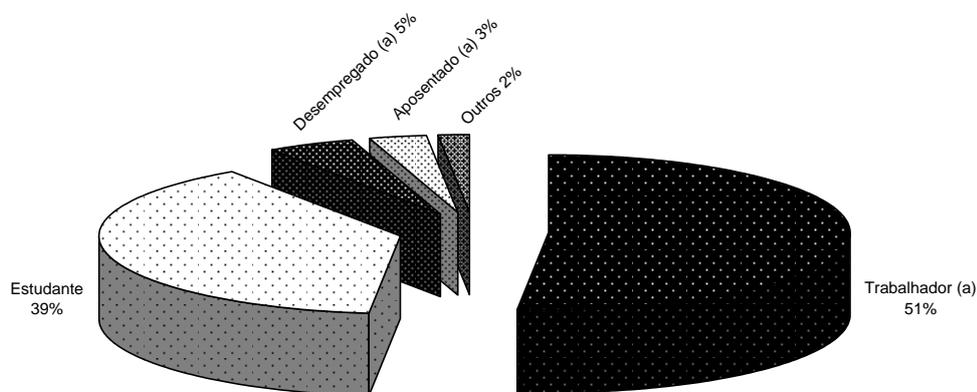


Figura 2.4 – Ocupação dos moradores em Caetanos de Cima.

É importante salientar que estes dados referem-se à ocupação principal declarada pelos entrevistados. Muitos indivíduos desempenham mais de uma atividade.

A coleta de algas, por exemplo, ocorre apenas durante a lua cheia e a lua nova. Por isso, os envolvidos nesta atividade podem dedicar-se a outras tarefas. As algas são vendidas *in natura*, apenas secas ao sol, para um atravessador, que paga entre R\$ 0,40 e R\$ 0,50 por quilo. Grande parte dos catadores de algas que buscam o banco natural de Caetanos não vive na comunidade. A coleta não planejada tem preocupado os moradores que estão tentando estabelecer duas linhas de atuação: o monitoramento e o planejamento para uma coleta sustentável, que garanta a permanência e não degradação do banco de algas; e o plantio sistemático das algas, inspirados e assessorados pelo grupo da APAFG (Associação dos Produtores de Algas de Flecheiras e Guajiru), referência nordestina no tema.

Muitas mulheres associam as atividades domésticas com a agricultura e o artesanato. Da mesma forma, muitos pescadores e agricultores desenvolvem as duas atividades concomitantemente.

Segundo os moradores, 70% das residências possuem apenas 1 ou 2 pessoas trabalhando, mas sabe-se que mesmo os mais velhos ou mais jovens colaboram nos pequenos afazeres domésticos e mesmo fora de casa, nos campos ou com os animais.

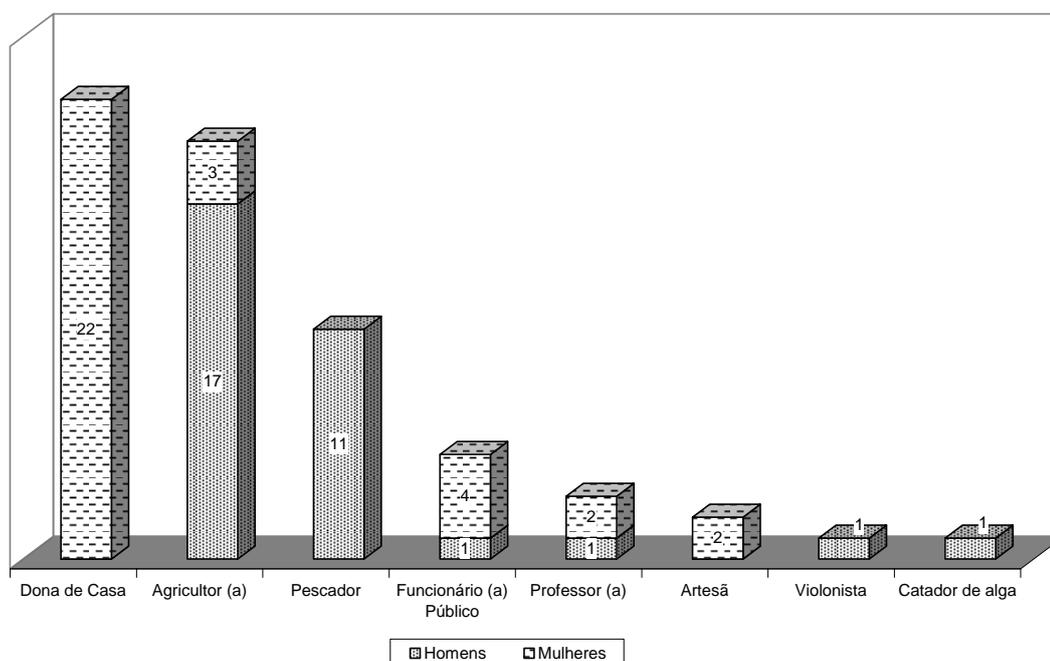


Figura 2.5 – Atividade principal e gênero dos trabalhadores de Caetanos de Cima.

Conforme ilustrado na Figura 2.6, a renda de 61% dos domicílios não ultrapassa o salário mínimo mensal e em 30% deles varia entre 1 e 2 salários mínimos por mês. Em apenas 3% das residências, a renda mensal fica entre mais de 2 a 4 salários mínimos e em outros 3% ela ultrapassa R\$ 2.040,00 por mês.

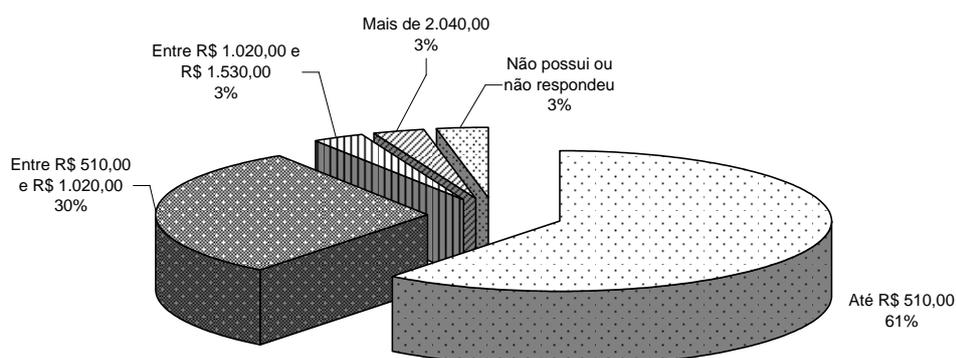


Figura 2.6 – Renda mensal por família em Caetanos de Cima.

Além das atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade, compõem esta renda benefícios sociais, como o Bolsa Família, que atende a 70% das residências, aposentadoria, que está presente em 30% das famílias, e o seguro desemprego, em 12% dos casos.

As principais atividades produtivas de subsistência e/ ou pequena escala desenvolvidas por família englobam a criação de aves, a agricultura, a coleta de coco-da-baía e a pesca, seguida de perto pelo turismo, recém integrado às demais atividades. A distribuição detalhada das atividades por família pode ser visualizada na Figura 2.7.

Percebemos que a pesca está presente na vida de 15 famílias, o que representa 45,5% das famílias entrevistadas, enquanto que a agricultura é desempenhada por 70% delas, a coleta de coco-da-baía por 64% e a criação de aves por 97%. O turismo, atividade recém inserida na comunidade, já é desenvolvido por 27% das famílias entrevistadas.

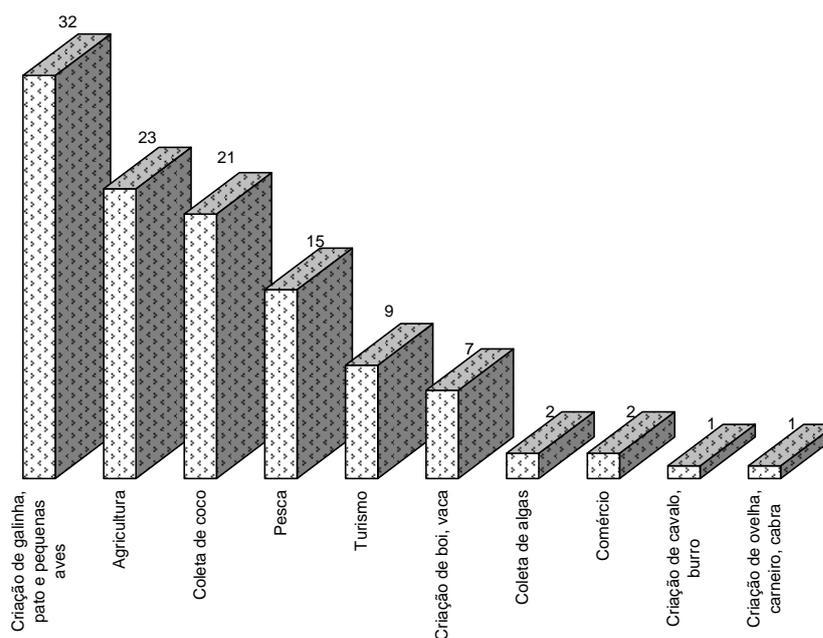


Figura 2.7 – Atividades produtivas desenvolvidas em Caetanos de Cima por família.

Os principais produtos agrícolas produzidos pela comunidade são o coco-da-baía, o feijão, o milho, a batata-doce, a mandioca, a cana-de-açúcar e a abóbora, apresentados segundo quantidade de famílias produtoras na Figura 2.8.

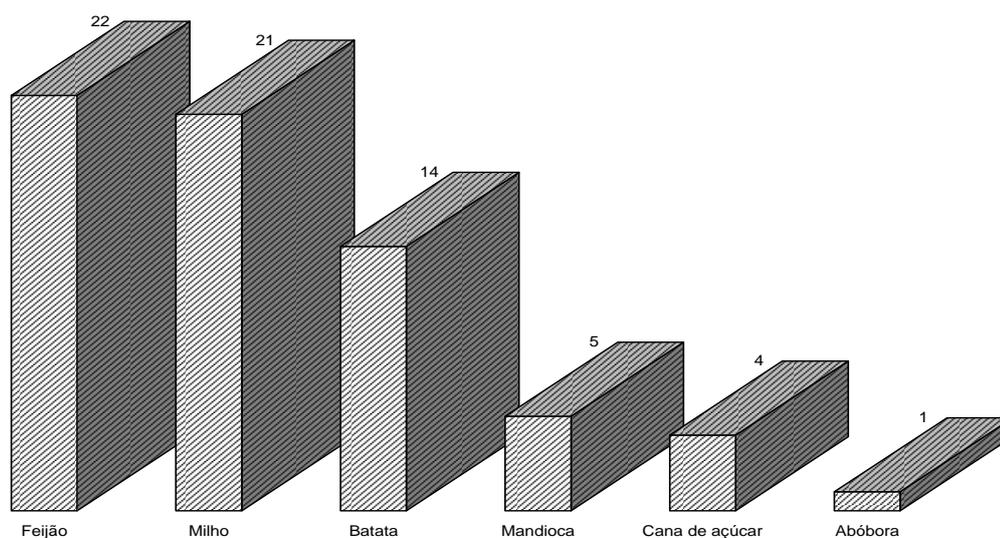


Figura 2.8 – Produção agrícola por família em Caetanos de Cima.

É importante ressaltar que são produzidos sem utilizar agrotóxicos ou adubos químicos nem cultivam a prática de queimadas. Árvores frutíferas como o cajueiro e a mangueira também fazem parte da dieta de subsistência familiar.

À exceção das pequenas aves, a criação de animais é, em linhas gerais, do tipo extensiva. Normalmente, seus proprietários os alimentam uma vez por dia e são soltos, buscando autonomamente água e alimento entre as dunas, especialmente, nas lagoas e riachos. Esse tipo de criação tem enfrentado problemas ultimamente pela diminuição de campos abertos, reduzindo as opções de pastagem.

Apesar do baixo valor de mercado, o coco-da-baía é a principal produção agrícola geradora de renda na comunidade. É uma lavoura permanente que exige poucos cuidados e, após três anos do plantio, as árvores iniciam a dar frutos e, a partir daí, os frutos são colhidos a cada três meses.

Observamos que estas pequenas atividades produtivas são voltadas para o consumo de maneira exclusiva na maioria das famílias: em 77% delas em relação à produção agrícola e em 75% em relação à criação de animais. A pesca, entretanto, possui uma relação maior com o mercado, já que 50% dela é vendida na própria comunidade e 6% em comunidades vizinhas ou na sede.

É importante ressaltar que 57% das famílias produzem mais da metade do alimento consumido, o que justifica a vida tranquila apesar da renda média por família não ser elevada.



Figura 2.9 – (a) Lagoa interdunar formada pelo avanço das dunas sobre a lagoa da Sabiaguaba; animais pastando nas lagoas interdunares, onde se acumula água doce e gramíneas durante a estação chuvosa. (b) Família catando algas durante a maré baixa no banco natural formado pelo arrecife (porção mais escura entre a praia e a arrebenção das ondas). É um trabalho desempenhado por todos: mulheres e crianças, especialmente. Antes de serem vendidas, estas algas serão postas a secar nas dunas próximas à praia. Vestígios de madeiras de antigos currais de pesca ainda podem ser vistos.
Foto: Vanessa Lima (2010); (b) Foto: Vanessa Lima/ Instituto Terramar (2008).

Todas as casas entrevistadas eram próprias, o que entra em conflito direto com estes baixos números, indicando que as boas condições de vida local não podem ser interpretadas baseadas unicamente nas receitas financeiras.

Em relação ao artesanato, existe na comunidade a renda de bilro, bonecas de pano, fuxico, ponto cruz, tapetes, rede de tucum, crochê, tricô, bordado, produtos em palha e materiais de pesca como a rede de pesca e a caçoeira.

A mobilização em torno da educação tem sido uma marca em Caetanos de Cima. Os primeiros passos para a alfabetização da população datam de 1968, quando Maria Elisbânia dos Santos iniciou o ensino das crianças locais por iniciativa própria, sem qualquer estrutura, utilizando para tanto, o chão de terra batida de sua própria casa. Após seu falecimento, foi substituída pela Marli.

A primeira escola de Caetanos de Cima funcionava em um salão e chamava-se Escola Municipal O Boticário Ferreira. Em 1996, a comunidade se organizou para construir a escola atual chamada Maria Elisbânia dos Santos, construída em regime de mutirão com materiais adquiridos com recursos do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento para o Ensino Fundamental) em terreno cedido pelo Grupo de Mulheres.

Nela, passamos a desenvolver processos de ensino-aprendizagem fundamentados em nossa realidade, estimulando a democracia, o cuidado com o meio ambiente e a valorização de nossa cultura (CAETANOS DE CIMA, 2010).

A escola foi inaugurada em 04 de fevereiro de 2000 e incorporada à rede municipal de ensino, oferecendo, hoje, da educação infantil ao ensino fundamental I. A partir daí, os estudantes frequentam a escola em Sabiaguaba, despertando preocupação dos pais devido à precariedade do transporte público para os estudantes e a desvinculação da proposta de ensino com a realidade de Caetanos de Cima.

Apesar de um significativo número de moradores sem instrução (Figura 2.10), 62% deles estão frequentando a escola em Caetanos de Cima qualificando-se através do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Também estão no EJA 13% dos moradores que declararam ter o ensino fundamental completo.

Entre os moradores que tem apenas o Fundamental Incompleto, 51% deles estão estudando, 12% estão frequentando o EJA e 37% não frequentam mais a escola.

Os que declararam ter o superior incompleto estão estudando em universidades em Itapipoca e Fortaleza. Todas as crianças em idade escolar das famílias entrevistadas

estavam frequentando a escola. Esta realidade vem se perpetuando desde, pelo menos, 2006, segundo pesquisa realizada por Silva (2006).

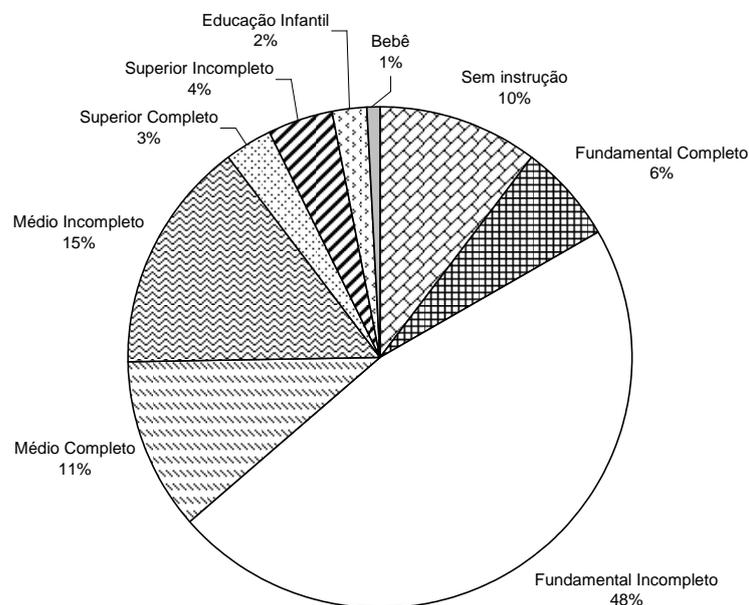


Figura 2.10 – Grau de instrução dos moradores de Caetanos de Cima.

Todos os moradores que responderam à entrevista gostam de viver em Caetanos de Cima. Em relação ao bem-estar, 42% deles se sentem pobres, mas com condições de vida digna e 56% não se consideram nem rico nem pobre, mas vivendo bem.

Os entrevistados identificaram os principais motivos para se viver bem na comunidade, entre os quais a tranquilidade, os amigos, a casa própria e a proximidade dos familiares (Figura 2.11). Apenas 3% dos entrevistados se consideram inseguros de viver em Caetanos de Cima devido a conflitos com pessoas de fora da comunidade. Os demais se sentem seguros vivendo ali.

As principais desvantagens de morar ali apontadas pelos moradores dizem respeito a carências de infraestrutura, entre elas a dificuldade de acesso a saúde, a precariedade da estrada²¹ e da comunicação²² e a falta de saneamento público e abastecimento de água (Figura 2.12).

²¹ Estrada de piçarra construída em 1999 pela municipalidade, tem manutenção esporádica e é bastante castigada pelas chuvas fortes, tornando uma aventura atravessar os 18 km que interligam a rodovia à comunidade de Caetanos de Cima.

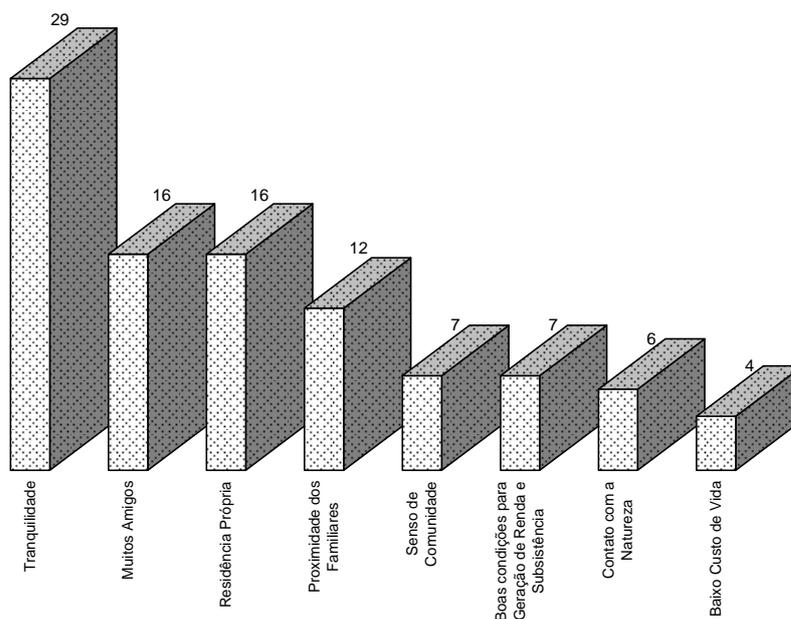


Figura 2.11 – Principais vantagens de viver em Caetanos de Cima, segundo os moradores.

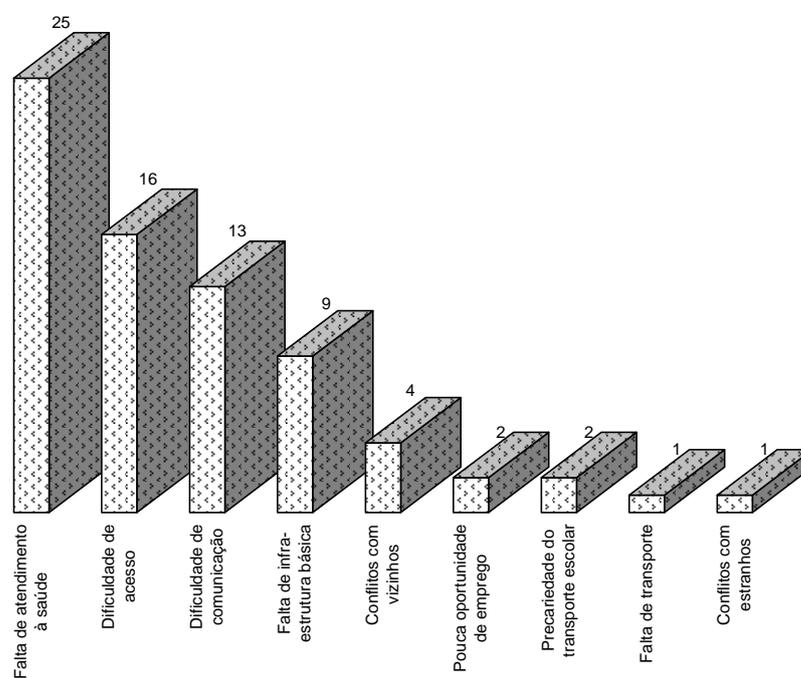


Figura 2.12 – Principais desvantagens de viver em Caetanos de Cima, segundo os moradores.

²² Aparelhos celulares só funcionam no topo das dunas mais altas e não existe telefone público ou residencial na comunidade. A internet, ao menos entre os jovens e os envolvidos no Ponto de Cultura, é o meio de comunicação mais eficiente.

A coleta dos resíduos sólidos bem como a sua destinação é tema importante dentro da comunidade. A busca de soluções vem sendo discutida desde 2003 animados pela escola através da implantação da educação ambiental continuada.

Em seminário ocorrido em 2003, decidiram fazer a coleta seletiva de maneira autônoma e enviar para o aterro municipal, mas a ação não foi implantada de imediato. Em 2004, voltaram a coletar o lixo, mas, sem ter onde guardar até que o montante fosse rentável para a venda, o projeto voltou a ficar parado. Apenas em 2008, com recursos financiados pelo Instituto Terramar através da REALCE (Rede de Educação Ambiental do Litoral Cearense), conseguiram construir uma pequena casa com quatro divisórias para guardar quatro tipos diferentes de lixo reciclável para serem vendidos. De maneira rentável, o lixo só pode ser vendido diretamente para a empresa²³ uma vez por ano, devido à baixa produção.

Segundo membros da APAPAIS, a comunidade se envolveu de maneira interessante com a coleta seletiva do lixo, tornando-se referência em Amontada, apesar da pouca participação da municipalidade no assunto. Em decorrência desse trabalho, a presença de lixo nas estradas e campos da comunidade é quase nula.

A venda dos resíduos coletados não gera lucro, apenas garante a sustentabilidade da atividade, bancando a carroça que recolhe o lixo. Como a coleta não é muito frequente, variando entre 1 vez por mês e 1 vez a cada 3 meses, o destino do lixo residencial ainda tem outros destinos, conforme apresentado na Figura 2.13.

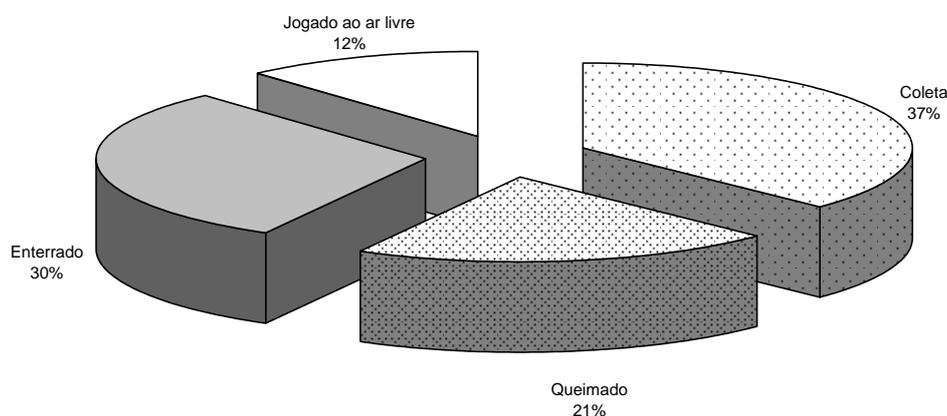


Figura 2.13 – Destinação final dos resíduos sólidos pelos moradores de Caetanos de Cima.

²³ Atualmente é vendido para a empresa Caíque Itapipoca.

2.2 Caracterização dos componentes ambientais de Caetanos de Cima

A comunidade de Caetanos de Cima ocupa uma pequena parcela da porção litorânea do município de Amontada, litoral oeste do Ceará. Suas atividades produtivas e reprodutivas estão intimamente associadas ao ambiente onde vivem: a planície litorânea.

Ademais da beleza cênica e paisagística comumente encontrada nesta área, é um ambiente marcadamente instável e apresenta vulnerabilidade alta à ocupação, exigindo o “uso controlado dos corpos d’água, das faixas praias, dos recursos minerais das falésias e paleodunas fixadas por vegetação, dos pontos de pouso e alimentação da avi-fauna e das pontas rochosas” (LIMA; MORAIS; SOUZA, 2000, p.74).

Trata-se, portanto, de ambiente limitativo a prática de atividades agroextrativistas e agropecuárias e exige estudos aprofundados para a ocupação e desenvolvimento de quaisquer atividades que interfiram na dinâmica da paisagem.

2.2.1 Aspectos Geológico-Geomorfológicos

A zona costeira cearense apresenta formação recente oriunda predominantemente do período terciário-quadernário resultante da variação do nível do mar, das mudanças climáticas e dos agentes da dinâmica do litoral (CLAUDINO-SALES, 2002) com afloramentos do pré-cambriano e do cretáceo em alguns trechos.

Segundo Claudino-Sales (2002), o litoral de Amontada foi formado, provavelmente, a partir da incorporação de cordões litorâneos cuja dinâmica costeira atual é dominada pela ação dos seguintes agentes:

- Ventos alísios²⁴ de NE (quente e úmido, com velocidade média de 4 m/s) e de SE (quente e seco, com velocidade média de 7 m/s) são os mais influentes na região, sendo estes últimos mais ativos e fortes entre agosto e novembro, quando se estabelece o período de estiagem. Além dos alísios, mais outros sistemas meteorológicos condicionam a circulação atmosférica: a ZCIT (Zona

²⁴ Alísios são ventos que sopram das zonas de alta pressão para zonas de baixa pressão, ou seja, dos trópicos para o equador (LIMA, MORAIS, SOUZA, 2000, p. 117).

de Convergência Intertropical), o Equatorial Amazônico e a Frente Polar Atlântica (LIMA; MORAIS; SOUZA, 2000);

- Ondas de NE e de SE, com altura média de 1,1m e frequência de 5 a 6s;
- A corrente litorânea longitudinal, ou corrente de deriva litorânea²⁵ é um dos agentes mais importantes na remobilização de sedimentos e consequente definição da morfologia da praia, transportando sedimentos ao longo da linha de costa no sentido SE-NW;
- Marés semidiurnas²⁶ que transportam sedimentos através da ação combinada do espraiamento com o refluxo da onda; na costa cearense, o nível médio da maré é 1,5 m, sendo que as menores marés ocorrem em março e as maiores em janeiro.

As principais feições geomorfológicas encontradas em Caetanos de Cima são:

a) Praia: ambientes sedimentares costeiros, arenosos, formados especialmente por quartzo de granulometria mediana; o limite externo é marcado por uma feição de fundo formada pelo processo de arrebentação e o limite interno é a zona de máxima incidência de ondas de tempestade (berma).

b) Dunas: formadas a partir da deposição de sedimentos transportados pelo vento. Claudino-Sales (2002) elenca seis grandes diferentes famílias de dunas²⁷, sendo subdivididas em subclassificações. Fundamentados na autora, identificamos os tipos de dunas encontrados em Caetanos de Cima:

- Dunas móveis que compõem campo de dunas extenso, sem indícios de ação pedogenética e consequente inexistência de cobertura vegetal, que justifica o trabalho contínuo da migração dos sedimentos; são encontradas dunas móveis dos tipos longitudinal e barcanóide.
- Dunas fixas resultantes da cobertura vegetal psamófila²⁸ sendo dos tipos de borda e campos de dunas vegetadas de geometria indefinida.

²⁵ Corrente de deriva litorânea está presente entre a zona de arrebentação e a zona de espraiamento. As correntes costeiras “constituem, também, o grande mecanismo de circulação responsável pela manutenção da estabilidade e equilíbrio dos ambientes praias” (TESSLER; MAHIQUIES, 2008, p. 274).

²⁶ O movimento do nível do mar provocado pela gravidade da lua e do sol sobre as águas do planeta concorre para uma variação de horário simétrica, ou seja, duas marés altas e duas marés baixas durante o dia lunar (24h50m) (LACOMBE, 1971 *apud* CLAUDINO-SALES, 2002).

²⁷ Dunas móveis, dunas semifixas, dunas fixas, eolianitos, formas de deflação e dunas regeneradas.

²⁸ Que tem preferência por solo arenoso.



Figura 2.14 – (a) Campo de dunas móveis dos tipos barcanóide e longitudinal, cujas zonas de deflação estão ocupadas por lagoas temporárias. Direção principal do vento da esquerda para a direita; (b) Porção leste da Lagoa da Sabiaguaba, limite sul da comunidade de Caetanos de Cima. Observar dunas móveis do tipo barcanóide avançando sobre os coqueiros e o espelho d'água. Direção do vento da esquerda para a direita. Observar, em primeiro plano, cascas de coco jogadas sobre as dunas para diminuir a velocidade de movimentação das areias.

Foto: (a) Vanessa Lima (2010); (b) Camila Garcia/ Instituto Terramar (2008).

- Eolianitos são dunas cimentadas bastante comuns no litoral oeste devido a disponibilidade de carbonatos na plataforma continental²⁹ adjacente, com taxa de sedimentação bem variada (CLAUDINO-SALES, 2002);

c) Lagoas: espelhos d'água alimentados pelo lençol freático que, por sua vez, são alimentados pelas chuvas; podem ser classificadas quanto às suas condições hidrogeológicas, diferenciadas abaixo, quanto às características geomorfológicas, que compõem a subdivisão da classificação proposta segundo tipos encontrados em Caetanos de Cima (CLAUDINO-SALES, 2002).

- Temporárias ou efêmeras: lagoa marítima formada a partir do acúmulo de água da chuva que eleva o nível freático por um curto período de tempo (desaparece durante a estiagem), aflorando em pequenas lagoas de água doce; é muito frequente em campos de dunas móveis, normalmente se formando em áreas de deflação interdunares temporárias sem apresentar uma base espacial estável, ou seja, localização passível de mudança de acordo com a dinâmica ambiental.
- Intermitentes ou sazonais: lagoa marítima frequente em campos de dunas alimentada pelo lençol freático superficial; se mantém cheia por um curto período de tempo, mas seus atributos espaciais permanecem mesmo durante a estiagem permitindo o acúmulo d'água nos mesmos lugares quando do retorno das chuvas;
- Perenes: são alimentadas pelos aquíferos litorâneos ou resultado da barragem de rios costeiros, sendo encontradas em qualquer segmento da zona costeira. A Lagoa da Sabiaguaba é a única perene no território da comunidade e, segundo especulação de Claudino-Sales, sua formação remete a “uma laguna antiga isolada do mar através da incorporação de cordões litorâneos sucessivos” (2002, p. 175).

e) Zona de deflação: área relativamente deprimida em relação às dunas ao redor, formada a partir da mobilização diferencial das areias; normalmente, o lençol freático nestas áreas é menos profundo, estando presentes pequenos córregos e lagoas em se tratando de áreas de dunas móveis e/ ou vegetadas, e *yardangs* quando a atuação se dá sobre dunas cimentadas.

²⁹ A plataforma continental na costa cearense varia de 80m (Camocim) a 35 m (Icapuí); na região, a largura dela está em torno de 63m, equivalente à média (Zembruski *et al.*, 1975 *apud* CLAUDINO-SALES, 2002).

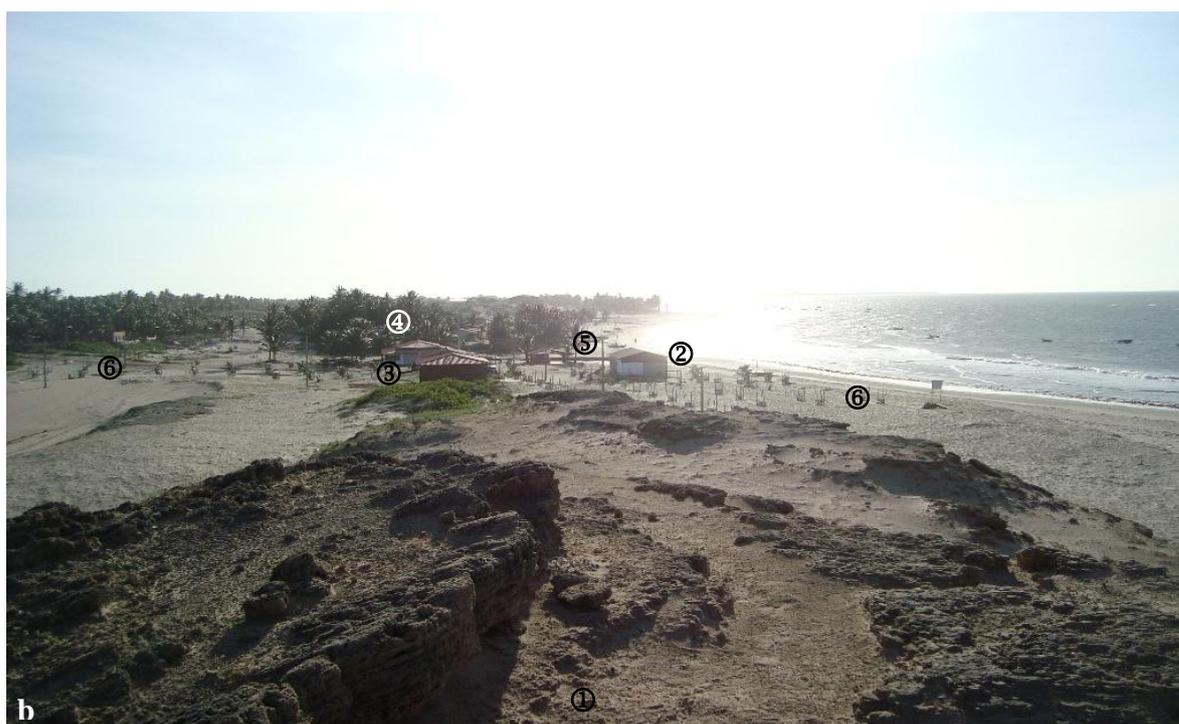


Figura 2.15 – (a) Praia, pós-praia e zona de berma, limitada por dunas de borda vegetada fracamente por gramíneas. Ao fundo, exemplares de eolianitos com altitude média de 15m; (b) Faixa praial da comunidade de Caetanos de Cima. Em primeiro plano, as crostas sedimentadas dos eolianitos (1) e, mais ao fundo, a Barraca das Mulheres (2), a pousada em construção (3) e, por trás dela, o Barracão dos pescadores, a Pousada Toca dos Grauçás (4), um bar (5) e a plantação de coqueiros (6).
Foto: Vanessa Lima (2010).



Figura 2.16 – (a) Eolianitos na seção próxima à praia. Observar as algas marinhas secando na zona de deflação. Sentido do vento da esquerda para a direita. Forma de *yardangs* resultado da deflação eólica; (b) Eolianitos no setor mais afastado da praia. Observar a fina e descontínua camada cimentada sobre a duna e as estruturas verticais que lembram restos de vegetação herbácea fossilizada. Ao fundo, zona de deflação erodida pelo vento e por um pequeno riacho que corre para o mar (antes existia uma lagoa perene).

Foto: Vanessa Lima (a 2008; b 2010).

O mar litorâneo de Caetanos de Cima está presente a N e NE e é marcado pela presença de arrecifes paralelos à faixa de praia formados a partir da sedimentação da areia de praia. Ficam à vista durante a maré baixa e acolhem uma rica biodiversidade: moluscos, crustáceos, peixes e algas marinhas. Também diminuem o poder abrasivo das ondas sobre a faixa de praia.

2.2.2 Aspectos Pedológicos

A Planície Litorânea é marcada por solos jovens – Neossolos – e por areias quartzosas continentais e marinhas. Costumam ser bastante profundos, excessivamente drenados, ácidos e com baixa fertilidade natural, bastante suscetível à erosão.

2.2.3 Aspectos Hidrológicos

As águas subterrâneas são abundantes devido às dunas e falésias que atuam como reservatórios naturais de água. Durante o período chuvoso, os aquíferos subterrâneos dos campos de dunas afloram, formando lagoas interdunares intermitentes. São os ricos aquíferos subterrâneos a principal fonte provedora de água para a comunidade de Caetanos de Cima, explorada através de poços, a maioria deles, de forma artesanal.

2.2.4 Aspectos Climáticos

De acordo com a classificação de Koppen, o clima da zona costeira cearense é tropical chuvoso, quente e úmido (Aw'), com um período seco e outro úmido mais ou menos de mesma duração, controlado pela proximidade com o Equador (MEIRELES, 2008). Segundo a FUNCEME, Amontada apresenta, em seu território, climas do tipo tropical quente semiárido brando, mais próximo ao litoral, e tropical quente semiárido, na área mais ao sertão (IPECE, 2010).

A ZCIT é a principal responsável pelas chuvas e, associada ao Anticiclone do Atlântico Sul e à barreira orográfica dos maciços cristalinos são os principais elementos condicionantes do clima da região (CLAUDINO-SALES, 2002). As chuvas são irregulares, concentrando-se no primeiro semestre do ano, em especial entre os meses de fevereiro e abril com média pluviométrica anual de 828,5 mm para Amontada (IPECE, 2010).

A variabilidade temporal das chuvas esta diretamente relacionada com a formação das lagoas interdunares e migração do campo de dunas. Durante o período chuvoso, as lagoas interdunares são formadas, ocorrendo uma diminuição na movimentação do campo de dunas. No segundo semestre, as dunas migram de acordo com os ventos predominantes de leste e nordeste, sobre sua principal via de acesso. A pesca e atividades de agricultura de subsistência estão vinculadas a esta sazonalidade climática (MEIRELES, 2008).

A temperatura média anual oscila entre 26° e 28°C (IPECE, 2010) e a insolação e índices de evaporação são elevados durante todo o ano (SILVA, 1993 *apud* MEIRELES, 2008).

2.2.5 Aspectos Vegetacionais

Em geral, e a exceção das áreas de mangue, a vegetação desta área é de pequeno porte devido aos limites apresentados pelo solo e erosão acentuada. Buscando uma caracterização do complexo vegetal da planície litorânea, Lima, Morais e Souza (2000, p. 50-54) associam a tipologia fitogeográfica com as condições geomorfológicas, agrupando-o em: vegetação da faixa praial, vegetação das dunas fixas e semifixas, vegetação das planícies lacustres e flúvio-lacustres e vegetação de mangues das planícies flúvio-marinhas. Seguindo esta classificação, encontramos em Caetanos de Cima:

a) vegetação da faixa praial: condicionada pelas condições do terreno e pela proximidade com o mar; abaixo do nível de berma, praticamente não há vegetação; acima deste nível, há uma cobertura vegetal aberta que expõe a areia entre os tufo, cuja espécie mais comum encontrada em Caetanos de Cima é a *Iresine portulacoides* (bredinho de praia) especialmente durante a estação chuvosa;

b) vegetação das dunas fixas e semifixas: caracterizada por suportar a maior velocidade dos ventos, os efeitos da umidade salina e a maior profundidade do lençol freático;

- nas dunas semifixas, a cobertura vegetal é esparsa, disposta descontinuamente sobre a superfície cujas espécies dominantes no local de estudo são a *Indigofera macrocarpa* (anil miúdo), *Alternanthera tenella* (quebra-pedra), *Ipomoea pescapre* (salsa de praia), *Ipomoea asarifolia* (salsa), *Iresine portulacoides* (predinho de praia), *Borreria marítima* (cabeça branca); *Jatropha curcas* (pião), *Magonia glabrata* (tingui), entre outras³⁰;

- nas dunas fixas, já submetidas a processos pedogenéticos, o porte vegetacional é arbóreo relativamente denso, cujas principais espécies encontradas em Caetanos de Cima são *Anacardium occidentale* (cajueiro), *Byrsonima crassifolia* (murici), *Ziziphus joazeiro* (juazeiro) e a *Caesalpinia bracteosa* (catingueira);

c) vegetação das planícies lacustres e flúvio-lacustres: de maneira geral, suportam uma vegetação herbácea, especialmente gramíneas, e diferentes algas no corpo d'água.

2.3 Organização comunitária em Caetanos de Cima

Como aconteceu em diversas outras realidades em todo o país, as questões animadas por alguns padres católicos vinculados à teologia da libertação faziam orbitar, em torno da Igreja Católica, uma articulação de pessoas que, mediadas por uma interpretação específica da doutrina católica, incentivava a organização dos oprimidos em busca da conquista de direitos e superação da condição de subjugados.

A discussão sobre organização comunitária, cidadania e direitos humanos na região é inaugurada com a presença do Padre Felipe Carsi, entre os anos de 1974 e 1984. Inicialmente atuando na comunidade vizinha de Maceió (Itapipoca), logo o padre inicia suas pregações também em Caetanos de Cima, atraindo fiéis de comunidades vizinhas. As doutrinas da teologia eram passadas através de canções. Uma delas é reproduzida abaixo a fim de exemplificar a tônica destes encontros:

³⁰ Era bastante comum a presença de barba-de-bode (*Cuscuta partita*), porém, ultimamente, quase não se vê mais na comunidade.

COMPONENTES NATURAIS - GEOFÁCIES		CARACTERIZAÇÃO	DINÂMICA NATURAL	USO E OCUPAÇÃO	DEGRADAÇÃO ANTRÓPICA	ESTADO DE DEGRADAÇÃO
Praia	Antepraia	Formado pela zona de surfe, com aproximadamente 15m, e pela zona de arrebentação (comprimento não determinado). A arrebentação é do tipo deslizante. Seu limite externo é marcado pela presença de arrecifes constituídos de sedimentos arenosos sedimentados em consequência da ação do carbonato de cálcio proveniente de conchas e algas marinhas, formando habitat de moluscos, crustáceos e pequenos peixes.	Dinâmica erosiva alternada com dinâmica de alimentação de sedimentos.	Pesca com espinhel, arpão e tarrafa. Porto para as embarcações. Recreação, lazer e turismo esporádico. Coleta de algas marinhas.	Alteração do ecossistema pela retirada não planejada de algas dos arrecifes.	Medianamente estável.
	Face praial	Aproximadamente 20m e inclinação suave em direção ao mar.	Dinâmica erosiva alternada com dinâmica de alimentação de sedimentos.	Recreação, lazer e turismo esporádico.	Não identificada.	Não identificada.
	Pós-praia	Possui aproximadamente 11m formado por areia de coloração amarelo-esbranquiçada e granulometria variada. Presença de dunas de borda e gramíneas esparsas.	Dinâmica erosiva alternada com dinâmica de alimentação de sedimentos.	Usada para secar algas marinhas, trabalhos dos pescadores e recreação.	Poluição moderada com a presença de lixo.	Medianamente estável.
Dunas móveis	Longitudinais	As barcanóides são as mais expressivas e formam, em conjunto com as longitudinais, um extenso campo com o qual a comunidade faz limite ao sul, estando em contato com a porção oriental da Lagoa da Sabiaguaba.	Avanço de dunas. Está em constante movimentação no sentido NE-SW, sobrepondo-se à Lagoa da Sabiaguaba e formando lagoas interdunares de menor porte.	Este grande campo de dunas é utilizado apenas como passagem de uso restrito aos moradores que a atravessam a pé ou de bicicleta nas partes mais compactadas. Escondem sambaquis ainda não identificados ou preservados pelo IPHAN. Turismo pontual e esporádico. A trilha Caminho da Serpente visita o campo de dunas e os sambaquis a pé.	Não identificada.	Não identificado.
	Transversais					
	Barcanóides	De coloração amarelo esbranquiçadas, são relativamente altas chegando a 36 metros. Alguns exemplares de dunas longitudinais e transversais também são encontradas próximo à praia, após os eolianitos.				
Dunas fixas	De Borda	Localizadas na alta praia, em contato com a área de berma, é colonizada por vegetação halófito herbácea. Apresentam altitude pouco expressiva, granulometria diversificada e coloração esbranquiçada.		Recreação e lazer. É utilizada para colocar algas para secar.	Poluição pouco significativa.	Estável.
	Campo de Dunas Vegetadas de Geometria Indefinida	Localizadas entre o campo de dunas móveis ao sul e a praia ao norte, se apresentam como relativamente baixas (5-10m) ou relativamente altas (10-25m).	As relativamente baixas passam por processos de inundação periódica. As relativamente altas estão em processo de sedimentação.	Extratativismo vegetal, culturas de subsistência e coco-da-baía, pecuária extensiva e moradia.	Alteração do ecossistema.	Medianamente estável.

Eolianitos		<p>Localizadas em duas áreas próximas – na alta praia, com a presença de raros exemplares de vegetação herbácea e a 500m da praia, sem vegetação.</p> <p>Na primeira, a sedimentação em formato de sanduíche é mais consolidada e fica no topo das dunas, formando um casco de aproximadamente 60 cm que os moradores chamam de cascudo.</p> <p>Na segunda, a sedimentação é bem frágil e superficial, formando morros arredondados e apresentam formações fossilizadas de vegetação herbácea.</p>	Deflação eólica, formando Yardangs.	<p>Apesar dos moradores restringirem a retirada dos fósseis sedimentados, é comum o uso dos “cascudos” para proteger o alicerce das casas contra a erosão eólica que leva a areia que circunda as construções.</p> <p>Turismo pontual e esporádico. A trilha Caminho da Serpente tem início nesta área.</p> <p>Na superfície, os moradores estendem algas marinhas para secarem ao sol.</p>	Alteração da paisagem.	Medianamente estável.
Lagoas	Temporárias	Existem várias lagoas temporárias em zonas de deflação e entre dunas formadas durante o período chuvoso.		<p>As lagoas são utilizadas pelos animais criados em regime extensivo (bois, vacas, cabras, burros, porcos) para dessedentação e descanso.</p> <p>Recreação e lazer.</p> <p>Turismo pontual e esporádico.</p>	Não identificada.	Não identificado.
	Intermitentes	Existem alguns exemplares bordejando o campo de dunas, de pequena dimensão.				
	Perenes	<p>Lagoa da Sabiaguaba, mais conhecida como Lagoa Grande, é o maior representante, ocupando uma área de 290 hectares, sendo rodeada por dunas móveis, coqueiros e mata ciliar.</p> <p>Possui um riacho que deságua permanentemente suas águas no mar sem permitir a entrada de água marinha.</p>	Em processo de soterramento pelo campo de dunas móveis. Segundo os moradores, era uma grande lagoa que chegava até a comunidade de Apiques, localizada alguns quilômetros a leste, mas agora ocupa uma área bem mais reduzida. Ainda segundo os moradores, nunca secou.			
Zona de Deflação			Deflação eólica, erosão, alagamentos periódicos.	Algumas áreas são utilizadas para plantio.	Não identificada.	Não identificado.

Quadro 2.3 – Componentes da paisagem e formas de uso e ocupação.

IGUAL PARTILHA

Terra de Deus, terra de irmãos
Deve existir justa distribuição. (bis)

Porque há poucos com tudo
Porque há muitos sem nada
Culpa dos espertalhões,
Fizeram a partilha errada.

Se o tubarão não tem dentes
Como é possível morder?
Leão preso não é rei,
E o povo unido vai vencer.

O que devemos fazer
Se alguém cerca nossa terra
Vejam um soldado sem arma
Não pode lutar na guerra.

Deus fez a terra e entregou
Para o homem trabalhar
Muitos coitados não tem
Nem um palmo pra plantar.

Por onde ando eu vejo
Cercas de arame de aço
Se a terra é de todos
Onde está o meu pedaço?

Por isso gente que luta
Que segue na mesma trilha
Mãos ao alto companheiros
Vamos fazer a partilha.

Se morrermos nesta luta
Morreremos pra viver
Unidos teremos força
E o grande tem que ceder.

Com paz ou com tempestade
Com foices na madrugada
Vamos arranjar seu jeito
Da terra ser partilhada.

(FRANCISCO DAS CHAGAS, ex-liderança de Caetanos de Cima, utilizava a música para conscientizar seus companheiros)

Uma vez estas reflexões inseridas na comunidade, é formado ali um núcleo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

Esta atuação era articulada pelo bispo D. Paulo Eduardo de Andrade Ponte, que criou a Diocese de Itapipoca em 1971, desmembrando-a de Fortaleza e Sobral. Trazida por D. Paulo, foi através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, que as comunidades rurais passaram a se organizar em torno das questões de território.

A formação do Grupo de Mulheres de Caetanos de Cima²⁶ se deu no início dos anos de 1970, assessorados pelas irmãs Maria Alice e Bete, da Congregação das Irmãs de Notre Dame, mas também receberam forte influência das CEB's. Segundo a própria comunidade, a necessidade de organização das mulheres era resultado dos direitos negados a elas devido ao preconceito e ao machismo, sendo negado a elas, até mesmo, o direito de participar das reuniões de mobilização comunitária (CAETANOS DE CIMA, 2010). As temáticas discutidas eram relacionadas ao corpo, documentação, aposentadoria, salário-maternidade, identidade, cidadania e, a partir de 1995, foram inseridas discussões sobre autonomia da mulher, emprego e renda.

8 DE MARÇO

Mulher, vem fazer a tua história!
Mulher, vem aqui se organizar! (bis)

1. Hoje é teu dia, te assanha, mulherada!
Fazer uma festa animada, venham todas para cá!
Dança teu ritmo com teu jeito e alegria
Gritando: hoje é teu dia, faz o povo escutar!

2. Organizadas somos fortes, companheiras,
Deixemos dessa besteira de sermos um 'Zé Ninguém'.
Bem reunidas mostremos nosso valor
Lutando sem mais temor, que nossa vitória vem!

3. Teu jeito forte admira todo homem:
De medo ele se consome, vendo-te te organizar,
Pois nenhum deles tem a tua sedução,
Meiguice e atração para tudo conquistar!

4. 8 de março é o dia consagrado:
Deve ser valorizado por todas nós, ó mulher!
Dia de história, de força e teimosidade,
De luta por liberdade do jeito que a gente quer!

5. Mesmo assim continua a opressão.
Vamos fazer mutirão, todas juntas caminhar!
Vem, companheira, dá a mão para a luta!
Venceremos a força bruta de que quer nos massacrar!

(NAZARÉ FLOR, militante do movimento de mulheres da região que escrevia músicas e poesias sobre as reivindicações e organização das mulheres; faleceu em 2007.)

²⁶ Inicialmente, era chamado Encontro de Esposas. Depois passou a ser assessorado pelo CETRA (Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador) com o apoio do MMTR/ NE (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste).

Entretanto, conflitos entre a comunidade de Maceió e um importante fazendeiro da região provocaram a desarticulação da CPT local e a transferência do bispo para o Maranhão. Assim, em 1984, a CPT deixou de assessorar estas comunidades, entrando em cena o CETRA, entidade sem fins lucrativos criada a partir do trabalho desenvolvido em conjunto com a CPT na região de Itapipoca e área de influência.

No início dos anos de 1980, as reuniões para a organização da comunidade a favor da reforma agrária ocorriam na calada da noite, em meio aos cajueirais e eram chamadas de ‘castelos’. Tamanho mistério das ações se justificava na necessidade de discrição para preservar a vida das pessoas envolvidas na luta contra os latifundiários.

Os que participavam dos castelos eram poucos, pois a vida dos companheiros estava em jogo. Os mesmos se comunicavam estrategicamente, através de códigos, sinais, coixos (*sic*) discretos. Não era permitido o uso de roupas claras pelos participantes, pois a lua destacava por seu brilho.

(...)

Era muito difícil manter os castelos, pois numa mesma família havia pessoas contra e a favor da reforma agrária. Neste caso, a pessoa que se determinava a seguir tinha que enganar mãe, pai, filho, marido, esposa ou todos juntos. Mas não enganava a si mesmo. As saídas inexplicáveis davam margem para várias outras interpretações, mas isto é outra história... Mistérios caetanenses! (CAETANOS DE CIMA, 2010).

Organizados e contando com a solidariedade recíproca de comunidades vizinhas, Caetanos de Cima começou a revidar às ameaças, conformando um movimento de resistência e defesa de direitos coletivos.

Com a criação do Assentamento Sabiaguaba, a organização comunitária migra, em 1988, para a APAPAIS, que representa todos os assentados das três comunidades em busca de alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar problemas de interesse de seus associados, propondo soluções;
- reivindicar junto aos órgãos competentes os direitos dos trabalhadores;
- manter convênios com órgãos públicos ou privados, objetivando captar recursos que permitirão o desenvolvimento socioeconômico desta Associação;
- Estabelecer contatos com comunidades vizinhas, visando troca de experiência para melhor desenvolver o trabalho;
- Organizar e desenvolver o trabalho coletivo;
- Promover cursos, encontros e treinamentos, com o objetivo de fortalecer o processo de organização do imóvel (SILVA; LIMA, 2003, p. 149).

Desde então, Caetanos de Cima tem se tornado uma referência na organização da APAP AIS. Dos 11 presidentes da associação eleitos até hoje, 8 foram de Caetanos de Cima e em 30% das residências encontramos indivíduos que participaram da diretoria da APAP AIS pelo menos uma vez.

Existe a aprovação da comunidade em relação à atuação da APAP AIS. Um número significativo de famílias entrevistadas (58%) considerou a atuação da APAP AIS nos últimos 4 anos ótima ou boa, 9% regular e 33% preferiram não expressar opinião a respeito.

A maioria dos entrevistados (70%) concorda que as ações da Associação representam o desejo da maioria dos assentados e 67% considera que elas representam o desejo da maioria dos moradores de Caetanos de Cima.

Para atender às necessidades da comunidade, Caetanos de Cima se organiza em diferentes grupos vinculados a APAP AIS, ao movimento social, à organização esportiva e à religiosidade.

A acentuada mobilização das pessoas em torno dos grupos demonstra o senso de comunidade, a disponibilidade para projetos coletivos, a autonomia sobre os processos que dizem respeito à comunidade e à iniciativa para fazer acontecer seus projetos, de maneira proativa e independente da atuação pública.

De acordo com a Figura 2.17, uma grande parte da comunidade, 63% da população entrevistada, declarou participar de pelo menos um grupo²⁷. Os demais 37% não responderam ou não participam de nenhum grupo.

A religiosidade é uma marca forte na comunidade. As pessoas vinculadas à Igreja Católica e ao Grupo de Jovens, por exemplo, pressupõem a participação nas atividades que arrecadam recursos para construir a igreja na comunidade que já está em estágio avançado.

O Grupo de Mulheres mobiliza estes sujeitos em torno de questões políticas e as aproximam dos movimentos sociais, provocando transformações importantes na dinâmica social local. Segundo pesquisa, 70% das residências são chefiadas unicamente por mulheres ou a chefia é dividida com o companheiro. Em 1996, a presidência da Associação é assumida, pela primeira vez, por uma mulher, reforçando os direitos das mulheres dentro da organização comunitária.

²⁷ Apenas 1 indivíduo declarou participar de 4 grupos, sendo eles a Igreja Católica, o Grupo Raízes do Coco (Grupo Cultural), a APAP AIS e o Grupo de Mulheres.

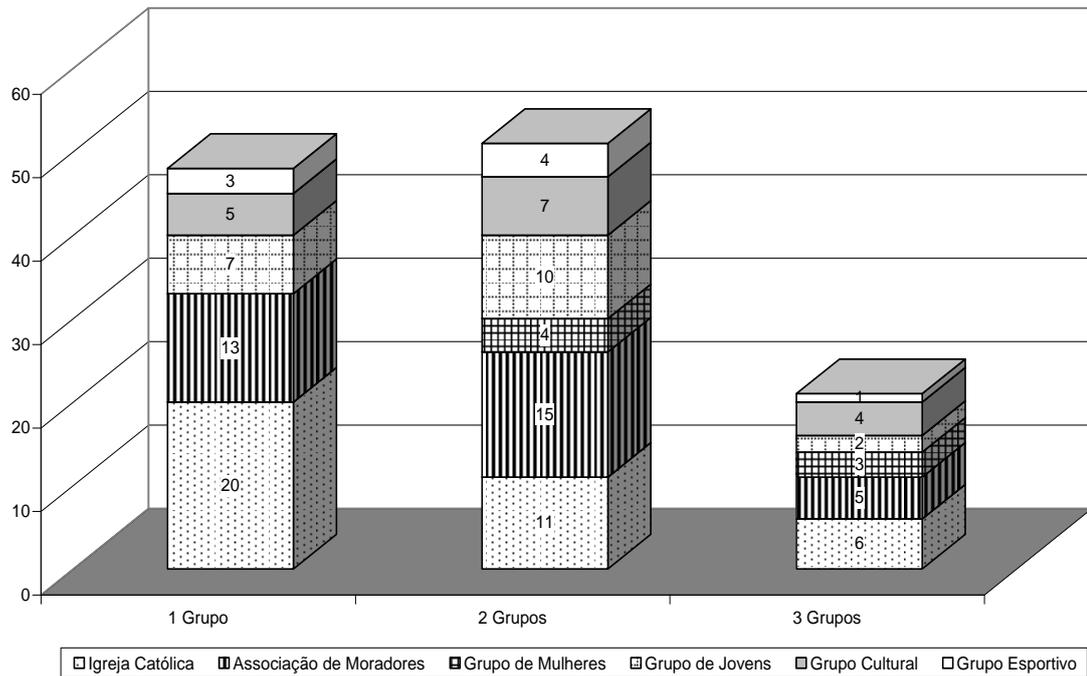


Figura 2.17 – Relação entre a quantidade de grupos envolvidos e grupos existentes segundo participação dos moradores de Caetanos de Cima.

O Grupo Esportivo diz respeito ao Cruzeiro Esporte Clube, time de futebol da comunidade com atuação reconhecida nos campeonatos regionais.

Por Grupo Cultural entende-se a Banda Brilho do Mar e o Grupo Raízes do Coco. São subgrupos dentro do Ponto de Cultura, mas que, por terem trazido de volta manifestações culturais importantes e mobilizado os jovens da comunidade, foi aqui realçado para dar visibilidade a sua importância, não apenas entre os jovens. A outrora adormecida e tradicional dança do coco foi retomada no fim de 2005, quando mestres da cultura local²⁸ decidiram dar vida novamente a esta bonita manifestação popular.

A Associação dos Moradores, aqui considerada APAPAIS, engloba uma série de ações diferentes as quais se vinculam grupos específicos para viabilizá-la. Para compreender a dinâmica destes grupos, é importante visualizar os principais projetos desenvolvidos atualmente pela associação e comunidade de Caetanos de Cima:

- a) Ponto de Cultura Abrindo Velas, Pescando Cultura: existe desde 2006, está em fase de conclusão e é financiado pelo Ministério da Cultura; é um grande projeto que atende a aproximadamente 130 jovens da região e engloba temas como a inclusão digital, a banda, o grupo de coco e a coleta seletiva do lixo;

²⁸ Chico Quirino, Dona Tereza, Antônio Bonifácio, Francisco Holanda (Ratinho), Chico Augusto e Pedro Conceição.

- b) Cirandas Produtivas: iniciado entre 2007 e 2008, é um projeto financiado pela instituição suíça Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde, com o objetivo de fornecer subsídios, em forma de empréstimo, para a melhoria da produção das famílias;
- c) Turismo Comunitário: articulado pelo Terramar e financiado majoritariamente pela associação italiana INTERVITA e indiretamente com recursos do Ministério do Turismo, através da Rede Tucum;
- d) Barraca das Mulheres: ponto comercial construído e gerenciado pelo Grupo de Mulheres; localizado na praia com o objetivo de ocupar a área em conflito pela posse da terra; financiamento do INTERVITA e da Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde;
- e) Fábrica de Tijolo: produção de tijolos ecológicos, ou seja, sem a necessidade de queima; financiamento pelo INTERVITA;
- f) Coleta Seletiva de Lixo: existe desde 2008, a partir do financiamento do Terramar/ REALCE; a gestão é de responsabilidade do Ponto de Cultura.

Para garantir a funcionalidade de todos estes projetos e das temáticas que envolvem a vida na comunidade, além das atividades cotidianas como a agricultura, a pesca, o artesanato, o cuidado com os filhos e com a casa, a escola, a religião, a militância política entre outras, a comunidade se organiza em grupos de trabalho ou grupos específicos, como:

- a) Pescadores;
- b) Turismo Comunitário, que se divide em subgrupos (para mais detalhes, ver Capítulo 5);
- c) Produção de Tijolos;
- d) Grupo de Mulheres que, por sua vez, se subdivide nas atividades do turismo comunitário, artesanato, cirandas produtivas e organização política;
- e) Ponto de Cultura que também se subdivide nos grupos responsáveis pela coleta seletiva do lixo, inclusão digital, Grupo Raízes do Coco e Banda Brilho do Mar.

Para desenvolver suas ações práticas e políticas, Caetanos de Cima mantém relações próximas com o Instituto Terramar, Fórum de Pescadores e Pescadoras do Litoral do Ceará, Associação de Mulheres Pescadoras, Fórum Cearense de Mulheres, Rede de Educação Ambiental do Ceará, Fórum em Defesa da Zona Costeira, Associação Amigos da Prainha do

Canto Verde, Rede Cearense de Turismo Comunitário, Movimento Nacional de Pescadores e outras comunidades.

O envolvimento dos indivíduos da comunidade no desenvolvimento institucional da sua organização, bem como nas atividades e projetos encabeçados pela APAPAIS e outros sujeitos com os quais se relacionam demonstra o quanto a comunidade está organizada e ativa nos movimentos sociais da zona costeira, em defesa da terra, pelas questões ambientalistas e afirmando a cultura popular.

2.4 Índícios históricos de ocupação do território e constituição da comunidade de Caetanos de Cima

Ainda é difícil estabelecer com precisão o marco originário da aglomeração que daria vida e batizaria a comunidade de Caetanos de Cima.

Apesar dos poucos registros históricos disponíveis, informações baseadas nas pesquisas de história oral publicadas por Silva (2006) e Souza (2008) falam do surgimento da comunidade num tempo quando as terras ainda eram livres. Segundo as pesquisadoras, existem duas versões para explicar essa origem: a do negro fugitivo Caetanos dos Santos e a da índia Tereza Barbosa.

A hipótese comumente aceita para a origem do nome Caetanos se baseia nos relatos da presença de um escravo fugido que se estabeleceu próximo à praia por um período de tempo não muito longo. Chamado de Caetano dos Santos, acredita-se que era irmão de Caetano José da Costa, o fundador da comunidade de Conceição de Caetanos (município cearense de Tururu), em 1884. Refugiados do sistema escravocrata vigente, os irmãos se estabeleceram em lugares diferentes, provavelmente como estratégia de segurança.

A casa de palha de Caetano se tornou a referência para os pescadores que buscavam aquela área para a pesca, reconhecidamente um bom local por causa dos arrecifes e banco natural de algas. Não demorou em o lugar passar a ser conhecido como Praia de Caetanos.

Entretanto, os depoimentos não falam de filhos ou cônjuge. Tampouco os moradores de Caetanos possuem traços marcantes da etnia negra, o que seria de se esperar caso esta fosse a origem, além do nome, também do povoado.

Outra vertente explicativa da origem da comunidade faz referência a um primeiro núcleo familiar formado por uma índia de nome Tereza Barbosa e um português chamado Leonardo²⁹, que recebeu autorização para casar-se diretamente de Dom Pedro II³⁰, na segunda metade do século XIX.

Segundo Souza (2008), essa versão é questionável pelo fato de, naquela época, ser improvável que o Imperador reconhecesse os direitos de posse de terra de uma índia quando as Capitanias Hereditárias se constituíram a partir da usurpação de territórios indígenas doados aos portugueses. O Decreto da Assembleia Provincial do Ceará, que declara não haver índios no estado, também torna o fato contestável. Além do mais, nem Tereza nem Barbosa são exatamente nomes indígenas.

Por outro lado, Rodrigues e Souza (2006) afirmam que os moradores mais antigos possuem ascendência com a etnia Tremembé, antigos habitantes do território de Sabiaguaba³¹. Essa afirmativa decorre, provavelmente, do fato de a constituição histórica da sede Amontada ter ocorrido no século XVIII, quando da catequização dos índios Tremembé.

Essas questões irão permanecer até que pesquisas historiográficas, arqueológicas e antropológicas possam trazer mais elementos à tona. Um caminho possível é desvendar os mistérios por trás das “taperas”, vestígios arqueológicos soterrados pelas dunas que estão sendo, aos poucos, revelados: cacos de porcelana colorida, restos de ferramentas, panelas e pratos de barro. O sítio arqueológico ainda está praticamente intacto devido à preocupação da comunidade em preservá-lo.

Imprecisões à parte, sabe-se que praticamente toda a zona costeira cearense, durante muitos anos, não foi alvo da estratégia de ocupação colonizadora. A sociedade em processo de formação e afirmação de sua civilidade nos centros urbanos e grandes fazendas de gado cearenses não encontravam, no litoral, terreno fértil para o desenvolvimento de atividades econômicas rentáveis para a época nem tinham, com ele, práticas culturais relevantes de caráter marítimo. A única exceção eram as cidades portuárias, mas estas eram pontos isolados do litoral, sem conexão entre si.

Esta situação concorreu para que esta área atraísse remanescentes indígenas e refugiados da escravidão, num primeiro momento, e retirantes da seca e famílias expulsas do sertão pela superexploração do trabalho e inviabilidade de subsistência frente aos latifúndios, em um segundo momento.

²⁹ Segundo os moradores, Leonardo recebeu o sobrenome Barbosa por ser estrangeiro e, por isso, ser necessário assumir o nome da família da esposa.

³⁰ Não existe referência comprobatória da existência deste documento.

³¹ Do tupi guarani, comida de pássaros.

Apesar das incoerências históricas e ausência de documentos historiográficos e pesquisas que comprovem a origem do povoado, a permanência de costumes indígenas motiva os moradores atuais a reconhecerem-se como seus descendentes.

Ainda hoje podemos encontrar, na comunidade, práticas ancestrais que se mantêm como confecção de objetos utilitários feitos com palha de coco e carnaúba, alimentos como tapioca e processos de cura através das rezadeiras e ervas medicinais. A pesquisa de campo constatou que 45% dos moradores de Caetanos de Cima afirmaram recorrer a rezadeiras e remédios caseiros na busca de resolver problemas de saúde.

A despeito dos indícios abordados aqui, a pesquisa de campo realizada com moradores não detectou o reconhecimento dessa ascendência indígena em nenhum dos entrevistados. Apenas 3% declararam-se negros e a imensa maioria, 81%, considerou-se pardo/ moreno, enquanto 2% dos entrevistados não responderam à questão.

Os moradores mais recentes de Caetanos, todavia, são provenientes da migração de famílias do sertão³² desde a grande seca de 1915, ampliando esta participação durante as décadas de 50 e 60. Nos anos 80, a migração se ampliou e a aceleração da ocupação do território deflagrou os conflitos fundiários contra os quais a comunidade ainda hoje se organiza para enfrentar.

A pesquisa de campo identificou que, das 33 pessoas pesquisadas, mais da metade delas nasceu em Caetanos de Cima. As demais são provenientes de outras comunidades do município de Amontada e de Itapipoca. Mais da metade delas (52%) vivem em Caetanos de Cima a mais de 21 anos.

2.5 Um breve apanhado histórico dos conflitos fundiários

Nos anos de 1980, os conflitos fundiários fizeram com que o vilarejo de Caetanos se dividisse, dando origem a duas comunidades bastante distintas: Caetanos de Cima, na porção sudeste do território, e Caetanos de Baixo, no lado noroeste.

Segundo depoimentos de moradores de Caetanos de Cima publicados e analisados por Silva (2006), percebemos vias opostas de apropriação do território. Por um lado, a apropriação familiar feita pelos moradores de maneira espontânea, com o objetivo de suprir as

³² Segundo Silva (2006), essas famílias eram oriundas do Sertão de Oiticica (Amontada), Mundaú (Trairi) e de Amontada, bem como do estado do Rio Grande do Norte.

necessidades vitais e como consequência da dinâmica demográfica (casamentos e nascimentos). Por outro, a tentativa de apoderar-se de grandes áreas através do abuso de poder e uso de estratégias censuráveis.

Inicialmente, a terra tinha caráter comunal, sendo ocupada e cuidada por aqueles que nela viviam e dela dependiam. Aos poucos, ela passou a ser fragmentada e a propriedade sobre pequenos terrenos e casas foi sendo oficializada em cartórios da região a partir de duas movimentações: o repasse através da compra e a usurpação.

Quando da saída de alguns moradores, a casa e o quintal eram repassados para novas famílias mediante a compra formalmente oficializada nos cartórios da região, através de procedimentos claros e em comum acordo entre as partes envolvidas.

Entretanto, de maneira menos democrática, aproveitadores se utilizavam do analfabetismo de alguns para usurpar suas terras. Sem ter certeza sobre o que estava escrito, assinavam ou pressionavam o dedo com tinta em documentos que transferiam a posse de suas terras para novos donos.

Enquanto uma parcela de moradores considerava aquele território como um bem coletivo a ser disposto pelas famílias que ali iam se estabelecendo, um pequeno grupo buscava meios para se apropriar de toda a área.

Uma família³³ da comunidade de Pixaim reivindicava a posse sobre todo o território de Caetanos de Cima. Segundo os moradores locais, eles alegavam possuir a escritura que pertencera à índia Tereza, obrigando, assim, a todos a pagarem renda como condição de permanência e sobrevivência em sua propriedade.

Ainda segundo os depoimentos, o chefe desta família assumia o papel de verdadeiro coronel, estabelecendo as regras de convivência segundo seus interesses particulares, submetendo todos a uma situação de completa servidão e opressão. A exploração foi agravada quando, após o falecimento do patriarca, o filho assumiu seu lugar, demonstrando o seu poder pela força de capangas.

Estes procedimentos concorreram para acirrar os conflitos e, conseqüentemente, motivaram o processo de organização da comunidade que culminou na expropriação de uma grande área, no fim dos anos de 1980, para fins de reforma agrária.

Entretanto, mesmo tendo sido transformado em assentamento rural, o território permanece sendo alvo de processos litigiosos e questionamentos acerca da sua legitimidade,

³³ 70% das terras do assentamento Sabiaguaba são cercadas por propriedades da família que, estrategicamente, divide a terra em pequenos sítios buscando deslegitimar o decreto de expropriação de latifúndios e transformação destes em área de uso comum pelo INCRA. O conflito passa, assim, a ser entre os assentados e os pequenos posseiros na área desapropriada.

motivados, segundo moradores, pelo fato do INCRA não ter pago, até hoje, as indenizações devidas.

Identificamos, atualmente, dois movimentos simultâneos e independentes que convergem para manutenção do estado de conflito vivenciado permanentemente pela comunidade: um interno e um externo.

O movimento interno é marcado pela ação tanto de assentados quanto de posseiros. A dissidência com a proposta política e linhas e princípios de atuação da APAPAIS tem levado a conflitos com algumas famílias de assentados que, além de não se envolverem na defesa do território do assentamento nem nos projetos de desenvolvimento local, tem desencadeado ocupações dentro do imóvel, ampliando sua propriedade de maneira arbitrária.

Os posseiros, por sua vez, alegando não terem sido ressarcidos pelo INCRA, permanecem tensionando a relação com os assentados de diferentes maneiras.

Os conflitos imobiliários com agentes externos é resultado da atuação de um empresário português do setor turístico que vem investindo na área vizinha ao Assentamento Sabiaguaba desde fins da década de 1980. Seu interesse é construir o Projeto Turístico Praia do Pirata³⁴, complexo localizado entre os assentamentos Sabiaguaba e Maceió³⁵, sobre campo de dunas móveis e eolianitos em frente dos quais existe uma faixa de praia completamente deserta e paisagem paradisíaca.

A Praia do Pirata é, segundo o portal do projeto³⁶, um “empreendimento de porte médio voltado para os mercados de eventos, receptivo, esportes náuticos, turismo ecológico, turismo de sol e praia”. Trata-se, portanto, de um complexo turístico segundo modelo de turismo defendido pela SETUR (Secretaria de Turismo do Ceará) e se insere na área prioritária de investimentos do PRODETUR II. Com o volume aproximado de 32 milhões de reais, o montante será financiado pelo BNDES, além de recursos próprios do investidor. Estão previstas a construção de mais de 300 UH’s (Unidades Habitacionais).

³⁴ O Projeto Turístico Praia do Pirata consiste em um complexo temático que contará com a Vila Pirata (*flat*, área de lazer, centro comercial e espaço para eventos), a Pousada Pirata (pousada de charme com 40 UH’s – Unidades Habitacionais), a Taba dos Piratas (hospedagem segundo “modo de vida tribal e o espírito pirata”), a Vela, Esporte e Saúde (hotel com 150 UH’s, Centro de Atividades Náuticas - prática de *wind surf*, *hobbie cat*, catamarã, mergulho e pesca, Parque Poliesportivo e Centro de Talassoterapia) e Família Melhor Idade (hotel com 120 UH’s, pousada com 60 UH’s e memorial do patrimônio relacionado ao mar e práticas marítimas).

³⁵ O Assentamento Maceió está localizado no município de Itapipoca. Possui uma população estimada, em 2003, de 700 famílias ocupando uma área de 5.844,72 hectares. É composto por 12 comunidades (Apiques, Bom Jesus, Mateus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Coqueiro, Humaitá, Lagoa Grande, Maceió e Bode). Foi desapropriado em 1985, após conflitos de terras com um especulador imobiliário conhecido por Marinheiro e sua família, que vendeu as terras para a Agropecuária Arvoredo que manteve a super-exploração do trabalho dos moradores. Formado por pescadores e agricultores, os moradores, especialmente aqueles das comunidades de Apiques, Maceió e Bode, necessitam de acesso à faixa de praia para realização das suas atividades tradicionais de subsistência, como a pesca e a coleta de algas e o lazer.

³⁶ http://www.pirata.com.br/portal_pirata2007/praiapirata/projeto_turistico.htm.

A propriedade onde o projeto pretende se estabelecer possui 3,5 km de praia e 948 ha, dos quais, segundo documento informativo entregue à Prefeitura Municipal de Itapipoca, em 2002, apenas em 216 ha haverá construções. Entretanto, o projeto ainda não foi iniciado em decorrência dos conflitos enfrentados pelo empreendedor.

A posse e o gerenciamento da faixa de praia e pós-praia – de propriedade e interesse da União – são condições primeiras para a execução deste projeto. O conflito reside no fato de que a área reivindicada pelo empreendedor é utilizada pelas populações tradicionais tanto dos assentamentos supracitados quanto de áreas vizinhas para desenvolver suas atividades de sobrevivência, notadamente a pesca artesanal³⁷ e a coleta de algas marinhas nos arrecifes.

Para encaminhar o projeto era necessário, portanto, apaziguar os conflitos. Assim, o empresário buscou a legitimação de sua proposta em meio à população local, encontrando apoio nos assentados dissidentes da linha política do assentamento, nos antigos proprietários e outros moradores vizinhos, congregando-os na Fundação Marinheiros.

O embrião da criação da Fundação Pirata Marinheiros surgiu quando a família Trindade mudou-se para o distrito de Marinheiros, no município de Itapipoca, no litoral do Ceará, em 1985, envolvendo-se com as comunidades locais e identificando o quadro de miséria e exclusão social que atingia a maior parte da população, não só do litoral de Itapipoca, mas também no vizinho município de Amontada, particularmente, no distrito de Caetanos.

A partir do seu espírito solidário, os membros da família passaram a ajudar as comunidades na reivindicação de melhores condições de vida. No processo de integração com a população local, um grupo de comunitários se colocou como voluntário para desenvolver um primeiro projeto denominado de Projeto Marinheiros, que tinha como objetivo conseguir a construção de um grupo escolar na localidade de Caetanos (Amontada) (FUNDAÇÃO PIRATA MARINHEIROS, 2010).

A interferência do empresário tem contribuído sobremaneira para acirrar os conflitos internos. Para a comunidade, trata-se de um oponente com poder de influência tanto no âmbito local e interno ao assentamento, quanto no meio político³⁸ em todos os níveis

³⁷ Para Silva; Lima (2003), a pesca artesanal “caracteriza-se pela artesanidade do processo produtivo, com baixo custo (econômico e ecológico), pela captura de diversas espécies, onde a pescaria é determinada, principalmente, por condições naturais (condições climáticas e abundância das espécies) e o pescado encontra diversos canais de comercialização, desde a escala local à internacional (lagosta, principalmente), além de diferentes canais solidários de troca e doação de pescado” (p. 8).

³⁸ Este empresário foi condecorado cidadão Fortalezaense em 1999 e Cearense e Amontadense em 2007.

(municipal, estadual e federal), com grande visibilidade decorrente de seus investimentos no setor turístico³⁹.

Além da Praia do Pirata, localizada mais a leste, próximo ao assentamento Maceió, município de Itapipoca, o investidor também está envolvido em conflitos com a área litorânea de Caetanos de Cima. Apesar de não fazer parte da área de assentamento e de ter uma ocupação tímida, aquela porção de terra faz parte da dinâmica territorial da comunidade e é fundamental para as famílias que sobrevivem, em especial, da pesca e da coleta de algas.

Como se trata de terreno da marinha, não pode ser comprado ou vendido, sua posse é concedida a quem faz usufruto do espaço. Entretanto, no início de 1997, houve uma primeira tentativa de apropriação física: a área de pós-praia foi cercada durante a noite de maneira a surpreender os moradores. Entretanto, no dia seguinte, a cerca foi desfeita mais rápida do que foi erguida com a ajuda de pessoas de comunidades vizinhas que foram rapidamente mobilizadas.

Foi a necessidade imanente de fincar ocupação e materializar os usos que a comunidade fazia daquele espaço que impulsionou o projeto de turismo comunitário, como veremos nas seções 5 e 6.

³⁹ O Pirata Bar, localizado em Fortaleza, capital do estado do Ceará, é uma casa de *show* de fama reconhecida internacionalmente.

3 DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Para acreditar em crescimento ilimitado num mundo limitado, é preciso ser um bobo ou um economista⁴⁰.

O desenvolvimento econômico é um mito desvelado por muitos pesquisadores⁴¹ já nos anos 70 do século passado. As reflexões teóricas de cientistas comprometidos com uma análise não estigmatizada do conceito de desenvolvimento levaram a uma abordagem clara, e hoje amplamente difundida, sobre a inviabilidade de os países periféricos do sistema capitalista global serem capazes de alcançar o estilo de vida dos países centrais devido uma incapacidade inerente ao próprio sistema econômico.

A despeito disso, ao longo dos anos, o conceito de desenvolvimento foi sendo adjetivado por numerosos qualificativos e inúmeros estudos de caso buscaram encontrar receituários gerais para alcançar o estado de desenvolvimento como se se tratasse de um processo linear e a-histórico, resultado da ação de grupos homogêneos que dirigem as sociedades nacionais segundo interesses coletivos.

Essa ideia foi tomando corpo e povoando o discurso tecnocrático e o imaginário da população nos países subdesenvolvidos, especialmente porque a crença de que vivemos em um estágio aquém daquilo que podemos alcançar nos move esperançosamente para frente, justificando nossos sacrifícios de hoje em prol da vida em um lugar que ainda não existe.

A característica utópica do desenvolvimento assim considerado tem levado a maioria dos países – com raras exceções – a manter-se no caminho seguro que reproduz o estado das coisas sem aceitar que se trata de uma viagem em direção a um lugar que, veladamente, não nos cabe.

Alguns estudos, entretanto, se esforçam em afirmar que é necessário, e possível, que estratégias de superação das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida devam ser buscadas a partir de modelos originais e alternativos de desenvolvimento, fundamentado,

⁴⁰ (BACKSTRAND; INGELSTAM, 2006 *apud* DOWBOR, 2007, p. 120).

⁴¹ Ver Furtado (1974), Wolfe (1976), entre outros.

como é em qualquer que seja o caso, em juízos de valores compatíveis com aquilo que se pretende alcançar e baseados na vida e saberes locais mais do que em modelos importados.

Novos sujeitos reivindicam seus lugares neste emaranhado de interesses e disputas pela definição do estilo de desenvolvimento implementado em espaços territorializados, por exemplo, por populações tradicionais cujas relações culturais estabelecidas dentro do grupo e com o ambiente onde se inserem influenciam nos rumos que serão traçados e trilhados para alcançar o desenvolvimento.

As teorias clássicas da ciência econômica não dão conta de responder às questões colocadas por estes novos sujeitos e por estilos de desenvolvimento diferenciados tanto quanto não são mais capazes de fornecer instrumentos de análise para compreender a economia contemporânea e seus paradigmas atuais (DOWBOR, 2007).

Nesta seção, vamos buscar um caminho que nos leve a um lugar que nos caiba, desnudo de concepções pré-definidas importadas de uma matriz cultural colonizada, seguindo um caminho reflexivo que parte do local territorializado por populações tradicionais e dos signos que elas emprestam para a sustentabilidade e o sentido de desenvolvimento.

3.1 Sobre o desenvolvimento

Desenvolvimento é um conceito que surge no pós-guerra e é carregado de um discurso profundamente estigmatizado que o considera um processo linear cujas escolhas econômicas são racionais e se fundamentam em estudos científicos irrefutáveis de pesquisadores renomados. O *status* científico confere legitimidade e neutralidade às escolhas econômicas que são capazes de levar ao desenvolvimento.

Outro aspecto importante no discurso sobre desenvolvimento relaciona-se à universalidade do conceito. A proliferação de estudos de caso busca dar subsídios para planejadores formularem receitas universais, ou seja, passos que, se seguidos corretamente, são capazes de levar ao pote de ouro no fim do arco-íris. Essa universalidade também possibilita a naturalização de procedimentos técnicos e políticas públicas, como se não nos restasse um caminho alternativo àquele pré-estabelecido e compartilhado por grupos com interesses semelhantes que se revezam nas instituições que regem e normatizam a sociedade.

Entretanto, dialogando com as colocações de Furtado (1974), o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial e financeiro sempre será um privilégio de poucos. As economias dos países subdesenvolvidos não poderão ser desenvolvidas no sentido das populações destes países vivenciarem o mesmo estilo de vida daquelas dos países ricos. É uma condição histórica, econômica e ambiental que não pode ser refutada.

Mas, como negar que essa ideia [sic] tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75, grifo no original).

Este discurso garante uma hegemonia aparente capaz de congrega a sociedade em torno de objetivos socialmente conflitantes e ambientalmente depredadores.

Se buscarmos os usos originais do termo desenvolvimento, nos depararemos com suas acepções a um processo evolutivo que concerne a seres vivos e está relacionado a tornar-se maduro biologicamente.

Desenvolvimento também é utilizado para designar mais que seres vivos. Diz respeito a proceder em direção à concretização de um objetivo. O desenvolvimento de uma ideia, por exemplo, significa expor tanto quanto possível aquilo que pensamos sobre o conteúdo desta ideia.

Todavia, diferente do que possa parecer, desenvolvimento não é um conceito ontologicamente ligado às sociedades humanas como fundamento das suas relações econômicas. É uma construção recente resultante da supremacia que uma forma de organização social foi capaz de exercer sobre as demais.

Segundo Castoriadis (1987), o Ocidente difundiu concepções que fundamentam a vida e controlam o pensamento das pessoas, tendo assim conquistado o mundo mesmo que aquele seja, um dia, materialmente superado. Muitos termos, inclusive desenvolvimento, fazem parte de um conjunto complexo de ideias e concepções incorporadas por políticos e teóricos de maneira automatizada.

Assim, ninguém, ou quase ninguém, se detém para se perguntar: *o que é o “desenvolvimento”, por que o “desenvolvimento”, “desenvolvimento” de que e em direção a quê?* Como já se notou, o termo “desenvolvimento” começou a ser empregado quando se tornou evidente que o “progresso”, a “expansão”, o “crescimento” não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas – dotadas de um “valor positivo” – das sociedades ocidentais. Estas foram consideradas, então, como sendo sociedades “desenvolvidas”, entendendo-se com isso que elas eram capazes de produzir um “crescimento autossustentado”; e o problema parecia consistir unicamente nisto: conduzir as demais sociedades à famosa “etapa de decolagem”. Desse modo, o Ocidente se concebia, e se propunha, como modelo para o mundo inteiro (CASTORIADIS, 1987, p.140-141, grifo no original).

Com a vitória da burguesia, há a difusão e sucesso absoluto da ideia de que o crescimento ilimitado e a produção crescente de mercadorias é o objetivo central da existência humana. A isto Castoriadis (1987) vai chamar de *significação imaginária social* que, segundo ele, “a ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que *conta* e daquilo que *não conta*” (p. 144-145, grifo no original).

Para Castoriadis (1987), desenvolver significa passar da potencialidade à ação⁴². Assim, está implicitamente aceito que tanto o processo quanto o fim – a maturidade – foram pré-definidos pelas próprias características contidas na fase inicial, que indica aonde se quer chegar.

Nesse sentido, o desenvolvimento implica a definição de uma “maturidade” e, além disso, a de uma *norma natural*: o desenvolvimento não passa de um sinônimo para *phusis* aristotélica. Pois a natureza contém suas próprias normas, enquanto *fins* em direção aos quais os seres se desenvolvem, e que efetivamente atingem. (...) O desenvolvimento é definido pelo fato de atingir esse fim, enquanto norma natural do ser considerado (CASTORIADIS, 1987, p. 142-143, grifos no original).

Logo, é inerente ao desenvolvimento a existência de uma referência inicial e uma definição do estágio que se pretende alcançar.

⁴² “o desenvolvimento é o processo da efetivação do virtual, da passagem da *dunamis* à *énergéia*, da *potentia* ao *actus*” (CASTORIADIS, 1987, p. 142, grifo no original).

Os modelos de desenvolvimento descrevem a trajetória das sociedades em busca dos fins tidos como desejáveis. Sua expressão material encontra-se nos modelos de produção e de consumo, que pressupõem determinados padrões de distribuição dos recursos, benefícios e custos do desenvolvimento, entre os diferentes grupos sociais. Assim, o modelo de desenvolvimento exprime as escolhas quanto ao que produzir, para que e para quem produzir (ACSELRAD; LEROY, 2003, p. 20-21).

Portanto, pensar a noção de desenvolvimento, nos termos deste trabalho, significa ter clareza sobre quem fala – seus valores, práticas, sociabilidades – e aonde se quer chegar – seus objetivos e interesses.

3.1.1 Além do crescimento econômico: algumas adjetivações para o desenvolvimento

É bem verdade que outros pensadores se dispuseram a complexificar o termo indo além da perspectiva meramente econômica e ressaltando aspectos ambientais e sociais para dar sentido ao conceito de desenvolvimento.

Autores como MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN (1986), BOSIER (2001), VEIGA (2008), DIEGUES (2001) e SACHS (2008) discutem o desenvolvimento apontando para um uso complexo do conceito, tecendo considerações sobre os limites de compreensão trazidos pelos economistas da década de 1970 e ampliando a análise ao incorporar outros aspectos ao conceito.

Sem pretender esgotar o assunto, apresentaremos, de maneira introdutória, algumas destas diferentes visões sobre desenvolvimento. Na terminologia de Acsehrad (2003), as propostas que seguem colocam a cidadania como condição para o desenvolvimento, “movido prioritariamente pelas potencialidades do espaço territorial” (p. 45) e subordinam a economia a valores éticos e princípios ecológicos.

A partir dos anos 1970, surgem contribuições para essa discussão, colocando o ser humano, o grupo social ou o ambiente enquanto objetivos prioritários do desenvolvimento, em detrimento do incremento das receitas econômicas, entre elas o Ecodesenvolvimento, o Desenvolvimento Durável ou Sustentável, o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento em Escala Humana.

Maciel (2003) afirma que a primeira contestação feita ao desenvolvimento econômico surgiu com o **Ecodesenvolvimento**, que considera as condições ambientais presentes e futuras como elemento importante na definição das ações para a satisfação das necessidades humanas. Em 1974, Ignacy Sachs elabora o primeiro conceito, que consiste em

um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em consideração seus potenciais ecológicos e culturais, além de buscar a satisfação das necessidades imediatas e de longo prazo (SACHS, 1986 *apud* ALMEIDA, 2002 p. 15).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento assume um caráter voltado para um espaço determinado, fugindo das formulações genéricas. Os recursos ecológicos e culturais locais são valorizados e considerados na elaboração de propostas para melhorar as condições de vida, criticando a absorção do modelo de outros países.

O Ecodesenvolvimento, segundo Diegues (2001), deve estabelecer processos que satisfaçam às exigências de:

- a) Ser autossustentável, ou seja, deve fazer uso apropriado dos recursos naturais de maneira a não comprometer a sobrevivência das gerações presentes e futuras;
- b) Ser orientado para a satisfação das necessidades básicas das populações locais, evitando padrões consumistas das sociedades industrializadas;
- c) Ser economicamente viável e eficiente no uso de capital e energia, utilizando o mínimo possível de capital, tecnologia importada e combustível fóssil;
- d) Ser intensivo em pesquisa científica a fim de conhecer os recursos naturais e potencializar as ecotécnicas de uso de acordo com as condições sociais e culturais locais;
- e) Permitir uma real participação das populações locais no processo de decisão, planejamento e execução das ações de desenvolvimento.

O **Desenvolvimento Durável** ou **Sustentável** surge mais ou menos na mesma época em que o Ecodesenvolvimento, mas ganha maior notoriedade ao ser adotado por importantes documentos e organizações internacionais.

A conceitualização mais conhecida para desenvolvimento sustentável foi elaborada pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e publicado em 1987 no estudo intitulado *O Nosso Futuro Comum*⁴³. Neste documento, desenvolvimento sustentável é considerado como aquele que seja capaz de atender “às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem também às suas” (CMMAD, 1991, p. 9).

O Desenvolvimento Durável tem uma base prioritariamente ecológica e insere, no discurso sobre o desenvolvimento, as variáveis ambientais como elemento importante na análise econômica de custos e benefícios. Enfatiza a participação política e a satisfação das necessidades humanas como aspectos a serem considerados, indo além da unidimensionalidade do crescimento econômico como definidor do desenvolvimento.

Considera, também, a pobreza enquanto uma dimensão importante no contexto da crise ambiental, relacionando pobreza com desastre ambiental, mas sem discutir devidamente o papel da produção de riquezas nesta crise.

Também aborda a desigualdade entre os países industrializados e os em desenvolvimento, sugerindo ações conjuntas para enquadrar os padrões de consumo dos países ricos de acordo com a capacidade de absorção/ fornecimento de matérias primas enquanto diminui a pobreza dos países pobres. Considera que os modelos de desenvolvimento dos países do Norte e do Sul são insustentáveis em longo prazo sem, entretanto, questionar os paradigmas que criam as desigualdades entre os países e o desgaste ambiental mundial.

Trata-se, como pôde ser visto de maneira introdutória aqui, de um conceito que propõe ajustes ao modelo capitalista de desenvolvimento e carrega uma série de críticas, apesar de inserir novos aspectos. Tupinambá (1999) ressalta ainda

Na trilha do *desenvolvimento sustentável* observa-se o fluir de governos, ecologistas, economistas, desenvolvimentistas, agências financeiras multilaterais, empresários inseridos nos mais diversos e díspares campos da realidade social. Tal fato nos faz conviver com inúmeras interpretações desse mesmo conceito, representando um

⁴³ Também conhecido por Relatório Brundtland, foi elaborado por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega.

debate vivo e animado, inscrito na dinâmica das mais distintas experiências vivenciadas.

Contudo, um outro aspecto da crítica feita ao conceito de *desenvolvimento sustentável* consiste, exatamente, em um alerta a essa perigosa unanimidade, já que este passa a referenciar a ação e o discurso de setores os mais diferenciados da sociedade. Acredito que o deslocamento buscando introduzir a dimensão de meio ambiente dentro da tradicional acepção de desenvolvimento é, majoritariamente, a implementação de uma lógica de autopreservação do capital que teria, nessa incorporação de aspectos ecológicos, uma inspiração na tentativa de dar novas cores ao expansionismo capitalista (p. 14, grifo no original).

É uma crítica importante para compreender os sentidos do termo desenvolvimento e, diante do contexto onde este trabalho se insere, para definir pressupostos capazes de aferir características particulares e alternativas ao desenvolvimento, como veremos adiante.

Desenvolvimento Local é um conceito pouco preciso e que traz a dimensão espacial para o debate. Segundo Boisier (2001), existem três diferentes racionalidades presentes na elaboração do conceito:

Primeiramente, o desenvolvimento local é a expressão de uma lógica de regulação horizontal que reflete a dialética centro/ periferia, uma lógica dominante na fase pré-industrial do capitalismo, mas que continua vigente ainda que não seja mais dominante, como assinala Muller (1990). Em segundo lugar, o desenvolvimento local é considerado, sobretudo na Europa, como uma resposta à crise macroeconômica e ao ajuste, incluindo o ajuste político supranacional implícito na conformação da UE; quase todos os autores europeus localizam o desenvolvimento nesta perspectiva. Em terceiro lugar, o desenvolvimento local é estimulado em todo o mundo pela globalização e pela dialética global/ local que esta carrega consigo (p. 45).

A combinação equivocada de instrumentos de tipos de racionalidades diferentes pode provocar erros graves de análise e de encaminhamento de políticas públicas. Portanto, consideraremos aqui o desenvolvimento local como lógica de regulação horizontal, sem desconsiderar a relação ontológica que liga local a global.

Sérgio Buarque é um representante desta linha de pensamento e afirma que “o desenvolvimento local é um processo endógeno, registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida” (BUARQUE, 1998 *apud* ALMEIDA, 2002, p. 16).

O autor faz referência a três pontos importantes que devem ser considerados: (1) a amplitude de escala que o ‘local’ pode abarcar, indo desde comunidades até a microrregiões homogêneas menores; (2) a presença marcante das características e elementos internos ao ‘local’; e (3) considerar a relação inseparável do local com a realidade mais ampla com a qual interage (BUARQUE, 1999 *apud* BOISIER, 2001).

Seguindo caminho semelhante, Perez e Carrillo (2000 *apud* IRVING, 2003) destacam que este tipo de desenvolvimento se fundamenta nos recursos endógenos disponíveis (humanos, naturais e de infraestrutura), definindo desenvolvimento local como

(...) aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda e riqueza e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local (p. 168).

A espacialidade sugerida pelo adjetivo ‘local’ ao desenvolvimento ratifica a necessidade de participação e mobilização dos sujeitos que o compõem e torna a cultura e os recursos disponíveis elementos fundamentais da definição dos objetivos e particularidades do desenvolvimento.

Outra perspectiva que trás complexidade ao desenvolvimento é a noção de **Desenvolvimento em Escala Humana**, proposto em 1986, pelo grupo de pesquisadores chilenos do CEPAUR (Centro de Alternativas de Desarrollo), em especial por Manfred Max-Neef, Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn.

Tal desenvolvimento se concentra e se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, dos processos globais com os comportamentos locais, do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e da Sociedade Civil com o Estado (MAX-NEEF, ELIZALDE, HOPENHAYN, 1986, p. 14).

O desenvolvimento assim concebido se refere a pessoas e não a objetos e os pilares fundamentais deste pensamento giram em torno:

a) Das necessidades humanas – bastante presente na discussão do conceito, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn classificam as necessidades humanas em duas categorias: existenciais (ser, ter, fazer e estar) e axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade), as quais estão presentes, invariavelmente, em todas as culturas, variando apenas a forma como elas são satisfeitas;

b) Da autodependência – compreendida enquanto processo resultante da ação ativa e consciente das pessoas de um determinado lugar capaz de fomentar a satisfação das necessidades humanas em âmbito individual ou social; apresenta caráter horizontal e relações não autoritárias conectando objetivos de crescimento econômico, justiça social e desenvolvimento através de uma articulação complexa;

c) Das articulações orgânicas apoiados em bases sólidas, construídas a partir do envolvimento efetivo das pessoas.

A realização do desenvolvimento em escala humana só é possível ao se privilegiar a diversidade e a autonomia dos lugares e a ação protagonista dos indivíduos o que, para tanto, exclui as grandes escalas territoriais e exige uma prática democrática direta, profunda e participativa.

3.2 Sobre sustentabilidade

Alguns autores⁴⁴ preferem utilizar a noção de *sustentabilidade* ou *sociedades sustentáveis* em detrimento de desenvolvimento sustentável ou outra adjetivação entre as apresentadas anteriormente.

Esta preferência está presente, especialmente, entre os pensadores críticos ao modelo de desenvolvimento como crescimento econômico. A universalidade política adquirida pelo termo sustentável – é capaz de adequar-se a discursos e interesses contrários – e a dificuldade de comunicar diretamente o enfoque alternativo dado ao desenvolvimento são alguns dos motivos que alimentam a estratégia de elaborar novas conceituações para o

⁴⁴ Exemplos são Tupinambá (1999) e Diegues (2001) e os autores citados por ele como J. Robinson (1990) e Munro *et alli* (1991).

pensamento dissonante sobre as formas de relação entre a sociedade e a natureza e entre a sociedade e a sociedade.

Ao se transcender o padrão das sociedades industrializadas, abre-se espaço para considerar a diversidade de possibilidades para diferentes tipos de sociedades sustentáveis baseadas nas suas próprias noções e experiências práticas de sustentabilidade ecológica, econômica, social e política. Essa discussão “acena para a necessidade de se pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e tecnológicas diferenciadas, voltadas principalmente para o ‘desenvolvimento harmonioso das pessoas’ e de suas relações com o conjunto do mundo natural” (DIEGUES, 2001, p. 55).

A sustentabilidade, portanto, diz respeito às múltiplas dimensões presentes na vida das sociedades (ecológica, econômica, social e política) de maneira a proporcionar, ao mesmo tempo em que exige, um dinamismo constante com a finalidade de alcançar um equilíbrio dinâmico entre estas dimensões e na relação sociedade-natureza.

Robinson (1990 *apud* DIEGUES, 2001) conceitua sustentabilidade enquanto “a persistência, por um longo período (*indefinite future*), de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e seu ambiente natural” (p. 53, grifo no original).

O caráter normativo do termo permite a existência de diferentes definições para sistemas sustentáveis de acordo com a multiplicidade de tradições culturais e valores éticos das muitas sociedades existentes sem a pretensão de criar um novo sistema único e universalizante tal qual o modelo existente.

A possibilidade do múltiplo, entretanto, não ignora a necessidade de definir alguns parâmetros básicos para essas ‘características necessárias e desejáveis’ a fim de precisar, minimamente, o conteúdo político que dá sentido, para nós, ao termo sustentabilidade. Com essa prática, negamos a pretensão de nulidade e universalidade do conceito e nos inserimos no campo de disputa por onde a sustentabilidade tem andado.

Concordamos com Tupinambá (1999) ao definir a sustentabilidade socioambiental como a busca pelo equilíbrio dinâmico entre sociedade e natureza fundada “nos princípios da democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental e diversidade cultural” (p. 21).

Na perspectiva de Acsehrad e Leroy (2003), sustentabilidade diz respeito às relações que a sociedade estabelece com a base material de sua reprodução, fazendo

referência necessariamente às formas sociais em termos de princípios éticos e políticos de apropriação e uso dos recursos naturais.

Nestes termos, sustentabilidade é bem mais amplo que apenas a garantia de conservação dos ecossistemas e manutenção da diversidade biológica, apesar deste sentido estar presente na construção teórica do termo e de serem requisitos básicos para a reprodução das sociedades em geral, mas, em especial, das tradicionais.

A construção da sustentabilidade se daria no sentido de erigir uma nova ética da produção e de construir novos paradigmas de relacionamento humano e com a natureza, pondo em xeque a ideologia da modernidade e a visão cartesiana e positivista que a sustentam. Esta nova concepção de desenvolvimento buscaria a justiça ambiental, no sentido de aprofundar (ou radicalizar) a democracia e promover mudanças culturais que privilegiem novos conceitos de riqueza e prosperidade (ARROYO, 2006, p. 50).

O exercício da sustentabilidade pressupõe a superação dos paradigmas econômicos modernos, subordinando estes a preceitos filosóficos, morais e éticos, implicando necessariamente numa visão holística da relação sociedade-natureza.

Entre alguns valores de referência presentes em diferentes abordagens sobre sustentabilidade, destacam-se:

- *eficiência tecnológica* capaz de promover inovações que resultem na conservação dos recursos planetários e, conseqüentemente, garantir a base material para o desenvolvimento humano;
- relações sociais baseadas na *equidade* de direitos, considerando as relações entre a justiça social e a degradação ambiental, encaradas enquanto conseqüências do mesmo processo de apropriação da natureza e acúmulo de riquezas;
- *novos padrões de produção e consumo* que superem a satisfação das necessidades não essenciais, exigindo mudanças culturais, em especial, para os centros urbanos e sociedades mais fortemente marcadas pela cultura ocidental capitalista;
- *autossuficiência* baseada no conhecimento e autonomia de muitas sociedades tradicionais na gestão sustentável de seus territórios em detrimento da expansão generalizada das relações de mercado;

- *ética* como pressuposto básico sobre o qual as relações sociais e com a natureza são definidas, articulando a preservação dos meios naturais com a responsabilidade social na construção de um mundo comum mais harmônico e integrado.

3.3 Sobre populações tradicionais e pescadores artesanais na zona costeira cearense

Um aspecto que aproxima as diferentes perspectivas de desenvolvimento apresentadas é o fato de conferir a um determinado lugar territorializado por um grupo social importância decisiva no processo de desenvolvimento.

Nos termos deste trabalho, o espaço em questão está localizado na zona costeira cearense, com 573 km de extensão.

Moraes (1999) ressalta a dificuldade em definir com precisão a zona costeira, podendo se considerar diferentes critérios de acordo com os objetivos traçados. O aspecto natural (1) pode fornecer as bases para identificação desta área, em alguns casos podendo ser bem definidos os seus limites e, em outros, nem tanto. As divisões político-administrativas (2), especialmente os municípios, também podem ser um critério definidor da zona costeira na medida em que são classificados por instituições e planejamento nacionais, como o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

Um terceiro critério apresentado pelo autor são os vetores de ocupação, onde a zona costeira é definida como uma zona de usos múltiplos onde se encontram

desde a presença de tribos coletoras quase isoladas até plantas industriais de última geração, desde comunidades vivendo em gêneros de vida tradicionais até metrópoles dotadas de toda a modernidade que a caracteriza. Enfim, trata-se de um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões díspares. Isso redundará em uma alta conflituosidade potencial no uso do solo (...) (MORAES, 1999, p. 30).

Moraes (1999) qualifica a zona costeira enquanto um espaço geográfico ímpar que contém uma série de atributos particulares que incentivam a ocupação acentuada e fazem convergir múltiplos fatores de desenvolvimento, em especial, a urbanização, a industrialização e a exploração turística que, muitas vezes, provocam sérios conflitos com a população local.

Em relação ao litoral cearense, sua ocupação é anterior à colonização portuguesa que se intensificou a partir do século XIX. O povoamento colonizador no litoral do Ceará se deu de maneira descontínua, cuja marca mais significativa é a ocorrência de áreas mais adensadas diretamente relacionadas à existência de atividades portuárias intercaladas por vastas porções não ocupadas pelos estrangeiros.

Sobre os espaços litorâneos não ocupados ou isolados, Moraes (1999) afirma que

Estas serão tradicionalmente áreas de refúgio de tribos indígenas e de escravos fugidos, que acabam por instalar pequenas comunidades envoltas em gêneros de vida rudimentares, voltados para o autoconsumo. Estas vão ser as origens das populações tradicionais “litorâneas” ainda hoje presentes em várias porções da costa brasileira (p. 34).

Corroborando com esta ideia, Lima (2002) reconhece que os pescadores cearenses tem origens e/ ou são influenciados pelas diferentes etnias indígenas que ocupavam a área. A autora baseou-se no Mapa das Comunidades Indígenas do Ceará, organizado por Dantas, de cuja análise concluiu que a zona costeira já era ocupada por populações indígenas antes da chegada dos colonizadores, que ali foram instalados vários aldeamentos jesuítas e que a maioria das tribos que sobreviveram ainda se encontra resistindo em algumas áreas do litoral do Ceará.

Tupinambá (1999) relata a existência de aproximadamente cento e dez comunidades ao longo da zona costeira cearense, vivendo em lugares marcados pela interação entre os ecossistemas marítimo e terrestre de maneira a influenciarem um ao outro, tanto em termos naturais quanto em relação à cultura dos seus habitantes.

Várias destas comunidades, especialmente de pescadores artesanais, são identificadas enquanto populações tradicionais. Para o Governo Federal brasileiro, povos e comunidades tradicionais são

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007).

As populações tradicionais possuem formas particulares de interpretação do mundo e de relacionamento com os seus, cujos comportamentos e práticas são pautados sobre valores diferenciados daqueles dos centros urbanos e países ricos.

Pode-se dizer que as comunidades tradicionais são aquelas que desenvolveram tradições tanto no uso e ocupação de seu território, como em sua organização social, representação simbólica da vida e interpretação dos fenômenos naturais. Pode-se afirmar ainda, que estas sociedades têm grande influência da cultura indígena brasileira, que se desenvolveu por milhares de anos nestas terras e acumulou imenso conhecimento sobre seu ambiente (SILVA; LIMA, 2003, p. 13).

Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (ARRUDA, 2000).

As populações tradicionais são consideradas importante elemento na manutenção da biodiversidade devido as suas formas de vida estarem marcadas por uma relação profundamente sintonizada com seu ambiente. Corroborando com esta afirmativa, Colchester (2000) afirma que

Muitos habitats ocupados por estas comunidades são menos modificados e degradados que as áreas adjacentes. Uma vez que são frequentemente orientados para a auto-suficiência e, de maneira secundária, para a geração de excedente comercializável, suas economias e tecnologias tradicionais são, em geral, ambientalmente apropriadas. Sua longa associação com seus territórios resultou no desenvolvimento de uma forte ligação com suas terras, expressa pela lei consuetudinária, pelo sistema simbólico e pelo conhecimento detalhado dos recursos naturais (p. 239).

Esse conhecimento é repassado de geração a geração a fim de garantir a sobrevivência de seu grupo em longo prazo. Isso leva ao estabelecimento de procedimentos apoiados em referenciais simbólicos que possibilitam o manejo prudente da natureza.

Através da reafirmação de seus direitos à autogestão de seu patrimônio de recursos naturais e culturais, as comunidades estão internalizando as condições para um desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001).

Diegues (1996) caracteriza as culturas e populações tradicionais a partir dos critérios de:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (p. 87-88, grifo no original).

Estes elementos que marcam as populações tradicionais estão presentes com diferentes intensidades de acordo com a história das comunidades e sua proximidade e inserção no mundo envolta delas e, em especial, no modo de produção capitalista.

Por exemplo, Redfield (1971 *apud* DIEGUES, 1996) distingue a cultura tradicional camponesa da indígena em relação ao grau de autonomia existente. Segundo ele, as sociedades não-indígenas possuem uma cultura não autônoma devido a sua característica de constante comunicação com a cultura urbano-industrial, sendo uma expressão local de uma civilização mais ampla na qual está inserida.

Autores marxistas, por sua vez, associam as culturas tradicionais à “modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total” (DIEGUES, 1996, p.82).

Assumimos que uma cultura tradicional não pressupõe isolamento nem estado estacionário. O saber tradicional inclui conhecimentos, práticas e, sobretudo, inovações que o coloca em transformação permanente, promovendo a ressignificação dos valores culturais externos a partir dos seus próprios e reinventando constantemente seus modos de vida.

“O que é tradicional no saber tradicional não é sua antiguidade, mas a maneira como ele é adquirido e como é usado”. Ou seja, “os saberes tradicionais não são enciclopédias estabilizadas de conhecimentos ancestrais, mas formas particulares, continuamente colocadas em prática na produção dos conhecimentos” (CUNHA, 2004 *apud* GALLOIS, 2006).

Essa transformação pode ser incentivada por diferentes elementos. Entretanto, o que tem se apresentado em muitas populações tradicionais é que a articulação com o modo de produção capitalista não tem significado a desorganização completa do modo de produção, reprodução social e saberes tradicionais.

A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos (DIEGUES, 1996, p. 93).

No caso da pesca artesanal, por exemplo, a pequena produção se mantém mesmo sendo, em parte, apropriada pelo modo de produção capitalista. Entretanto, não sem conflitos

de interesses e subordinação daquela aos padrões comerciais estabelecidos. A consciência de si enquanto grupo social diferenciado, sua capacidade organizativa e de promoção e valorização da cultura local são as ferramentas que possibilitam a permanência e reprodução de uma população tradicional.

Os pescadores artesanais possuem práticas culturais e sociais que os particularizam, marcadas pelas incertezas e perigos trazidos pela vida no mar, ao mesmo tempo em que sua sociabilidade, laços afetivos e subsistência também se encontram na terra.

Maldonado (1993) refere-se a uma “etnografia da territorialidade marítima [dos pescadores artesanais], cujos termos básicos, a ordem hierárquica e a retórica igualitária se constroem e se vivenciam em práticas solidárias feitas de familiaridade, de ritualismo, de cooperação e sobretudo de processos comunicativos específicos” (p.33).

Lima (2002) caracteriza as comunidades pesqueiras marítimas, a partir de autores especialistas no tema,

por um processo artesanal que se dá no mar (a exemplo da pesca do peixe, de arraia e lagosta), marcado pela hierarquia baseada no ‘segredo’, e em terra, com a realização de trabalhos artesanais (bordados, labirintos, rendas, fabricação e reparos dos artefatos de pesca) e manuais (pequenos plantios de subsistência e o extrativismo vegetal). Nos dois espaços registram-se relações fundamentadas por laços de afetividade, de parentesco e apadrinhamento, a religiosidade e o lúdico (p. 84).

Os pescadores artesanais no Ceará não são comunidades voltadas exclusivamente para a produção pesqueira. É possível encontrar distintas atividades produtivas que se estabelecem concomitantemente à pesca na busca contínua pela manutenção da capacidade de reprodução de seu modo de vida, entre elas a agricultura e pecuária de subsistência, o extrativismo vegetal, pequenos comércios, o artesanato e, até mesmo, o funcionalismo público (marcadamente nas escolas) e projetos de turismo (convencional e comunitário).

É importante reconhecer que não existe uma denominação universalmente aceita para populações tradicionais. Se atribuirmos, genericamente, o sentido literal do termo ‘tradicional’ podemos relacioná-lo a longa permanência em um determinado lugar.

Tomando como pressuposto inicial esse argumento, é sabido que a autodeterminação de muitos grupos sociais diferenciados enquanto populações tradicionais tem sido uma estratégia para a legitimação da sua existência e defesa de seus direitos.

Em oposição aos argumentos que estruturam a “Tragédia dos Comuns”⁴⁵, o que tem ocorrido, a maioria das vezes, é

a tragédia dos comunitários (McKay & Acheson, 1987), que são expulsos de seus territórios pela expansão das grandes corporações, pela implantação de grandes projetos (hidroelétricas, de mineração) e até pelo estabelecimento de espaços públicos (áreas de proteção restritivas) sobre os espaços comunitários (DIEGUES, 1996, p. 67).

Essa situação denuncia os conflitos presentes entre estas comunidades e o modelo e estratégias de desenvolvimento, por um lado, e, por outro, as práticas conservacionistas que excluem os moradores locais.

Os pescadores artesanais cearenses encontram-se no primeiro grupo de ameaças. A partir da década de 70 do século XX, a zona costeira tem sido alvo de vários empreendimentos econômicos de grande porte que transformam a realidade e colocam novos desafios para as comunidades tradicionais e sua sustentabilidade.

No caso das comunidades litorâneas, (...) a sustentabilidade espacial estaria fundamentalmente voltada para garantir a articulação do binômio terra-mar, que passa pela obtenção da segurança da posse e usufruto da terra, pensando essa posse e usufruto sobre o aspecto da produção e reprodução social. Passa também por uma adequada gestão das pescarias desenvolvidas a nível local e regional. [Desta forma], a sustentabilidade espacial em uma comunidade litorânea envereda por garantir estratégias de conservação de ecossistemas frágeis (manguezais, campos de dunas, falésias, recifes de corais) através da incorporação da população local na gestão desses ecossistemas. Teria ainda que se debruçar sobre uma atualização do modo de produção, por meio de tecnologias apropriadas e apropriáveis, promovendo a diversificação de atividades econômicas. [Tal] perspectiva visa gerar um padrão de sustentabilidade em níveis de exploração mais baixos dos ecossistemas, onde o efeito sinérgico das várias atividades a serem combinadas é fator decisivo para a elevação do nível de renda e de melhoria da qualidade de vida (TUPINAMBÁ, 1999, p.76).

⁴⁵ Teoria elaborada por Garrett Hardin e publicada em 1968, na revista Science, afirma que em regime de propriedade comum, os indivíduos agiriam de acordo com seus próprios interesses, levando a exaustão e degradação dos recursos.

3.4 Desenvolvimento do território, desenvolvimento para a vida

Estamos vivenciando um período em que os instrumentos teóricos dos quais dispõem os economistas não estão dando conta em promover um desenvolvimento profundo pautado na felicidade e liberdade das pessoas (DOWBOR, 2007). Entretanto, parece legítimo buscarmos uma mudança profunda nos valores que fundamentam nossas teorias e escolhas científicas, pois, como diz Mark Twain (*apud* ZAOUAL, 2008), “se a única ferramenta que nós possuímos é um martelo todos os problemas têm aparência de um prego” (p. 5).

Apesar de concordar com as questões colocadas por autores que abandonam o uso do termo *desenvolvimento*, ele tem sido considerado, por este trabalho, um elemento norteador da pesquisa especialmente por falar diretamente às pessoas comuns e estar presente nos discursos cotidianos mesmo sendo alvo de disputa de sentidos.

Iremos, aqui, resumidamente, tratar de algumas características que denotam os sentidos alternativos que podem ser dados a um tipo de desenvolvimento que oferece resistência ao modelo dominante.

Reconhecemos que desenvolvimento é um conceito normativo, cheio de juízos de valor e que é resultado da subordinação das questões econômicas à ética. Concordamos com Sachs (2008) que

o desenvolvimento é um conceito multidimensional: os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade com as gerações futuras); o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento (p. 71).

Não pretendemos estabelecer uma receita para alcançar o desenvolvimento, mas identificar alguns valores presentes nas formas de sociabilidade das populações tradicionais e que, certamente, estão presentes em suas propostas de desenvolvimento local, pois acreditamos que os meios precisam ser condizentes com as finalidades almejadas sob pena de tornar impossível alcançá-las.

Em diálogo com as proposições apresentadas no item 3.1.1 desta seção, identificamos um elemento comum sobre o qual elas se estruturam: as pessoas são sujeitos do desenvolvimento e, portanto, são os grupos locais que dão à tônica desse processo que é tão variado quanto variadas são as culturas e sociabilidades existentes.

A concepção de mundo dos sujeitos envolvidos e o significado de suas ações devem ocupar importante papel na definição das propostas para uma dada situação.

Constituindo a base de representações que orientam as direções das ações dos homens sobre o espaço, o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. Mais do que fonte de sobrevivência, a terra é um registro simbólico por excelência e, apesar de a racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 1997, p. 156).

Por isso, consideramos o conceito de território como referencial importante para um tipo de desenvolvimento cujos objetivos convergem para a qualidade de vida das populações.

Entretanto, existem diferentes conceituações de território, variando de acordo com a disciplina científica a que se relaciona, bem como aos paradigmas teóricos que as fundamentam⁴⁶. Não é intenção desta seção fazer revisão sobre o termo, mas sim identificar conceitos, ou preceitos, que mais se aproximem da experiência das populações tradicionais (logo, sem pretensão de universalidade) e que seja capaz de considerar as dimensões tanto abstratas quanto concretas (quer dizer, simbólicas e físicas) da realidade.

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis e de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984 *apud* HAESBAERT, 2007).

⁴⁶ Para aprofundamento sobre o tema, consultar Haesbaert (2006; 2007).

Ao tratar do território, o autor coloca a relação intrínseca entre a sociedade e a natureza, sendo esta fundamental para prover a subsistência dos agrupamentos humanos que se estabelecem sobre o espaço e que sobre ele exercem controle.

É importante considerar, também, o papel que a cultura exerce no processo de apropriação simbólica do espaço territorializado.

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996 *apud* HAESBAERT, 2007, p. 50-51).

As relações afetivas que as sociedades estabelecem com os espaços são expressões do poder que elas exercem sobre ele, ao mesmo tempo em que refletem o sentimento de pertencimento que ele exerce sobre os indivíduos. As formas e significados resultantes desta interação conferem identidade ao grupo social e possibilitam a permanência e reprodução do território. O território é “um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996 *apud* HAESBAERT, 2007, p. 51).

Desse modo, o território incorpora um conjunto de relações sociais e materializa a interação entre os processos sociais e o espaço material. Da maneira em que ele significa enraizamento, limites e estabilidade, nele também está presente a fluidez, o movimento e as conexões.

Daí falar em desenvolvimento do território como resultado da ação protagonista de uma dada sociedade, a fim de interferir de maneira organizada e autônoma sobre si mesmo com o objetivo de promover a dignidade e a autorealização, superar as limitações locais e melhorar sua qualidade de vida a partir das relações sociais, culturais e políticas existentes e suas conexões com mundo externo alicerçadas na base físico-material que o território disponibiliza e fundamentadas nos princípios da sustentabilidade.

Configura-se, deste modo, uma reflexão que vai mais além do que apenas uma questão de escala de ação. Mas, sim, a possibilidade de pensar o desenvolvimento a partir das perspectivas sociais e construções simbólicas presentes em territórios ocupados por

populações tradicionais que estabelecem uma relação diferenciada com a natureza e com os seus membros.

Seguindo uma argumentação bastante plausível tanto quanto simples, o pressuposto básico sobre o qual se fundamentam, por exemplo, o Grupo de Pesquisas sobre as Economias Locais⁴⁷, é que a lógica sobre a qual se organizam as sociedades locais precisa ser levada em consideração para que ocorra uma mudança econômica consistente e permanente em um território.

E este senso comum indica como o sistema de valores e as representações que têm ocorrência no sítio considerado influenciam as práticas econômicas e também as práticas sociais. A partir da matriz de ordem simbólica de um lugar, os comportamentos individuais e coletivos se manifestam em modelos de ação localizadas e, em seguida, em comportamentos e atividades econômicas (...) (ZAOUAL, 2008, p. 1).

Os fenômenos econômicos devem ser compreendidos a partir das representações simbólicas que fazem parte de um dado território, pois estas influenciam o comportamento econômico que se coloca em ação ali.

Um aspecto importante na discussão sobre desenvolvimento do território é a **autonomia**. Para alguns autores, desenvolvimento é a capacidade de uma sociedade ser autônoma, ou seja, de determinar a si própria suas leis (CASTORIADIS *apud* SOUZA, 2000) em busca de alcançar cada vez mais liberdade e menos desigualdade.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. (...) Afinal, o projeto de autonomia pressupõe também a liberdade para colocar-se a questão do desenvolvimento, ou seja, da transformação e da autocrítica na direção de uma justiça social cada vez maior, de modo próprio, singular – ou mesmo para sequer tematizá-la, caso das sociedades indígenas ou “sem história” (SOUZA, 2000, p. 106).

⁴⁷ Groupe de Recherche sur les Économies Locales (GREL), na Univeristé du Littoral, Cote d’Opale (França).

O gerenciamento autônomo de seu território é condição, para uma coletividade, para a gestão socialmente justa dos recursos ali contidos.

Para o exercício da autonomia é fundamental o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que permitam a reflexão, a tomada de decisão e o planejamento adequado das atividades para uma ação ativa e criativa, ou seja, para atuar enquanto **sujeitos**⁴⁸. A consciência social é inerente à condição de sujeito em processos de desenvolvimento e requer o acesso irrestrito à informação bem como às formas de produção de conhecimento para além da capacitação técnica.

Isso nos remete ao conceito de **empoderamento** nos termos tratados por Paulo Freire que carrega o sentido de desenvolver, por si mesmo, as transformações capazes de levá-la a se fortalecer. Mais especificamente, empoderamento

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva (SCHIAVO; MOREIRA, 2005, p. 54).

No processo de empoderamento é preciso considerar pelo menos quatro níveis de intervenção: (1) cognitivo, onde se processa o entendimento e a compreensão sobre a realidade e as manifestações de dominação e opressão as quais estão sujeitados os indivíduos e os grupos sociais; (2) psicológico, a partir da promoção da autoestima e segurança para a tomada de decisão; (3) econômico, que possibilita a independência financeira e a realização de atividades; e (4) político, referindo-se ao desenvolvimento de habilidades para mobilização e transformação social.

Essa perspectiva coloca as pessoas e os agrupamentos humanos no centro do processo de desenvolvimento e exige, para ser efetivado, a descentralização das decisões e, portanto, das informações, e o aprofundamento da democracia, permitindo uma aproximação da relação entre a população e o governo.

⁴⁸ Para Morin (2008, p. 52), “um indivíduo-sujeito, é a possibilidade de poder estar no centro de seu mundo para considerar seu mundo e a si mesmo”. Esta ideia se contrapõem ao termo ‘atores’ comumente utilizada em referência aos agentes envolvidos em um certo contexto já que atuar significa encenar um roteiro previamente definido por outra pessoa. Sendo assim, a ideia de sujeito remete à ação consciente e autônoma de um indivíduo sobre a sua realidade.

O empoderamento é, pois, a participação crítica e ativa dos sujeitos nos processos que interferem direta ou indiretamente em suas vidas. Trata-se do exercício do poder, um poder conquistado a fim de fomentar estratégias de transformação social.

Para obter esse nível de participação da comunidade, é necessária a adoção de estratégias que permitam, através da experiência, o desenvolvimento de habilidades capazes de identificar as potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas, problemas, limites e obstáculos ao seu desenvolvimento. A partir disso, será possível escolher vocações, estabelecer metas, definir estratégias e prioridades, monitorar e avaliar resultados.

Estas atividades concorrem para a criação e o fortalecimento de uma **cultura organizativa** e da **capacidade de gestão** na comunidade, ou seja, a capacitação requerida para planejar e gerenciar, de forma compartilhada, o processo de desenvolvimento local.

Muitas vezes, a transformação social e o desenvolvimento, especialmente em comunidades tradicionais, dizem respeito à **garantia de direitos** fundamentais para a sua existência e reprodução cultural. Antes de tudo, para populações tradicionais cujos territórios estão localizados em áreas de disputa de interesses econômicos e políticos, o principal direito a ser assegurado como condição de sobrevivência é o direito ao território.

Os diferentes grupos socioculturais integram o mundo material a seus diferentes projetos, propósitos e sentidos. Assim, o espaço é composto pela superposição dos múltiplos territórios concebidos, desenhados e experimentados pela diversidade de projetos e atores que compõem a trama social. Um desenvolvimento democrático e sustentável será a expressão da diversidade de leitura e projetos em confronto ao processo de homogeneização social que transforma os recursos materiais em mercadorias e subordina as diferentes formas socioculturais à dinâmica do mercado e do capital (ACSELRAD; LEROY, 2003, p. 29).

Um processo de desenvolvimento humano pressupõe a supremacia dos direitos básicos fundamentais sobre os interesses econômicos e a possibilidade do múltiplo. Tudo isso é negado quando seus territórios são usurpados em função da homogeneização cultural proveniente da implantação de atividades econômicas externas e de grande impacto social, cultural e ambiental.

A imposição do tempo do mercado e a configuração do espaço para a acumulação capitalista implicam em resistência dos grupos sociais que fazem do meio ambiente o campo da construção de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento, com horizontes temporais e trajetórias históricas próprias, momentos da transformação democrática do tempo e do espaço sociais (ACSELRAD; LEROY, 2003, p. 25).

A democratização do acesso à terra e a legitimação e defesa dos territórios tradicionais estão intrinsecamente relacionados a um processo de desenvolvimento para a vida – a boa vida – sendo a sua condição primeira a partir da qual é possível a mobilização para as próximas conquistas.

É necessário estabelecer laços entre as pessoas que configurem uma coletividade, pois apenas em ‘comunidade’ é possível defender um território coletivo. **Cooperação e solidariedade** se colocam na contramão da competição e individualidade, características do desenvolvimento para o crescimento econômico.

Devendo estar presentes nas relações sociais e econômicas, energia solidária e apoio mútuo são condições fundamentais para as conquistas coletivas, à medida que se compreende o bem estar individual necessariamente dependente do bem estar coletivo. Muitos bens e serviços que possibilitam a qualidade de vida são de natureza coletiva, como segurança, saneamento, educação, saúde, etc. “Então, a solidariedade se destaca por esse grau avançado de compreensão de que a solução dos problemas individuais passa pela solução dos problemas coletivos” (ARROYO, 2006, p. 61).

Tratamos aqui dos recursos não-convencionais considerados enquanto promotores do desenvolvimento nos termos elaborados por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986).

É preciso destacar a particularidade muito especial que distingue os recursos convencionais dos não convencionais. Enquanto os primeiros se esgotam na medida em que se utilizam, os segundos se perdem apenas na medida em que não se utilizam. Por exemplo, o poder que se entrega, é poder que se perde; o dinheiro que se dá é dinheiro que se deixa de ter. Ao contrário, a solidariedade que se dá é solidariedade que cresce; o conhecimento que se entrega é conhecimento que se expande (p. 76).

Não propomos ignorar a importância de mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento local, apesar da necessidade de encontrar vias alternativas para consegui-

lo. Entretanto, decidimos abordar outros fatores preponderantes para o sucesso de experiências de desenvolvimento de pequenas organizações que não seja determinado unicamente pela lógica do capital.

Concordando com Veiga (2008), desenvolvimento significa, portanto e antes de tudo, a possibilidade de as pessoas viverem como escolheram viver com as condições instrumentais e materiais para realizarem suas opções e as efetivarem na prática.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO COMUNITÁRIO

O turismo comunitário é uma proposta elaborada pela sociedade civil em resposta aos severos impactos provocados pelo modelo de turismo implementado nos países pobres. Trata-se de um conceito elaborado a partir da vivência, das ações e reflexões de movimentos sociais, da experiência das comunidades atingidas ou não pelos impactos da atividade turística e da articulação das organizações sociais.

Durante anos, estes sujeitos monitoraram as políticas públicas de turismo, denunciaram a usurpação de direitos das populações locais pelos grandes grupos empresariais, criticaram os caminhos e finalidades do desenvolvimento implantado e se opuseram às sujeições culturais e trabalhistas às quais as populações eram submetidas pelo turismo convencional.

A partir dos anos de 1990 e, em especial, nos anos 2000, a realidade colocou a necessidade de ir além da crítica ao modelo de turismo hegemônico e aos seus impactos negativos.

Alternativas ao turismo⁴⁹ convencional surgiram no momento em que tanto a oferta quanto a demanda sentiam o ímpeto de vivenciar um saber-fazer diferenciado para o setor, baseado em valores, anseios e perspectivas que, ao mesmo tempo se contrapusessem às estratégias hegemônicas e propusessem uma relação entre viajantes e anfitriões capaz de fomentar um tipo de desenvolvimento solidário e equitativo.

Por um lado, as comunidades sentiam a necessidade de promover o incremento das atividades econômicas tradicionais, desgastadas, principalmente, pela desestruturação ambiental, concorrência desleal com meios de produção industriais, dificuldade de envolvimento dos mais jovens, desvalorização cultural e negação de direitos fundamentais.

Ao mesmo tempo, uma parcela de turistas conscientes dos impactos negativos do turismo convencional passou a buscar e incentivar iniciativas que promovessem o encontro entre diferentes e estivessem vinculadas a estratégias de desenvolvimento das localidades visitadas, buscando experiências mais simples e solidárias.

⁴⁹Por turismo convencional aqui se compreende os modelos turísticos voltados para a grande escala econômica – grandes empreendimentos e aporte de recursos financeiros – fundamentados na lógica de crescimento econômico baseado na propriedade privada e interesses de grupos de empresários do *trade* turístico.

Esse contexto propiciou o surgimento do turismo comunitário afirmando a possibilidade e a viabilidade de outra forma de fazer turismo, fundamentado em princípios e valores que refletem outros paradigmas de desenvolvimento.

4.1 Novos rumos para o turismo

Estamos assistindo a uma significativa alteração na demanda do turismo mundial. Estudos tem demonstrado uma mudança na antropologia do turismo (ZAOUAL, 2008). Os impactos negativos gerados pela atividade proporcionaram uma guinada nos anseios e estratégias de desenvolvimento do setor. Essa modificação pode ser substancialmente visualizada tendo como referência alguns elementos da cadeia produtiva do turismo: os viajantes, os anfitriões e os agentes de viagens.

Além destes sujeitos, outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos tem pautado a necessidade de novas práticas na atividade turística, colaborando na organização de comunidades, formando e ampliando a demanda e influenciando políticas públicas de turismo.

O modelo de produção do turismo de massa já não corresponde mais às necessidades das pessoas. O caráter uniformizador também negligencia os desejos do turismo de luxo. As tendências mundiais apontam para a existência de turistas cada vez mais exigentes, voltados para a experiência única, para a qualidade e para as necessidades culturais e ambientais que surgem como questões chave no mundo contemporâneo.

A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar (ZAOUAL, 2008, p.3).

Segundo Zaoual, o modelo sexo, sol e mar tem se despedido das máscaras, se apresentando com todos os seus impasses, externalidades e valores negativos associados

(poluição, superficialidade das trocas culturais com os sujeitos nos lugares visitados, riscos nutricionais e conscientização dos efeitos cruéis de um produto uniforme).

No Brasil, pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo (MTur) sobre a demanda turística internacional entre os anos 2004 e 2008 demonstra que quase a metade dos visitantes declara o lazer como motivo da viagem. Entre estes, a busca por experiências classificadas como “natureza, ecoturismo ou aventura” teve um desempenho crescente nos últimos anos, passando de 12,8% dos turistas internacionais em 2004 para 22,2% em 2008 (BRASIL, 2010).

TIES (The International Ecotourism Society)⁵⁰, em sua publicação TIES Global Ecotourism Fact Sheet (2006), demonstra como o ecoturismo ou turismo de natureza vem crescendo:

- Iniciando nos anos 90, o ecoturismo tem crescido entre 20 e 34% por ano;
- Em 2004, o ecoturismo/ turismo de natureza cresceu globalmente 3 vezes mais rápido que a indústria turística como um todo; - O turismo de natureza está crescendo de 10 a 12% por ano no mercado internacional;
- O turismo de *resorts* de sol e praia já se estabeleceu enquanto “mercado maduro” e sua projeção de crescimento mantêm-se constante. Em contraste, turismo de “experiência” – que engloba ecoturismo, natureza, patrimônio, cultural e turismo de aventura *soft*, assim como os sub-setores como turismo rural e comunitário – está entre os setores com expectativa de rápido crescimento nas próximas duas décadas;
- O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) e a Conservação Internacional tem indicado que a maior parte da expansão do turismo tem ocorrido em e ao redor de remanescentes de áreas naturais no mundo;
- Turismo sustentável pode crescer 25% no mercado mundial de viagens em seis anos, movimentando £250 bilhões (US\$ 473.6 bilhões) por ano;
- Analistas prevêem um crescimento em eco-resorts e hotéis e um *boom* no turismo de natureza – um setor que já cresce 20% ao ano – e sugere que investimentos antecipados no turismo sustentável terão ganhos o mercado (p.2, tradução nossa).

Para além das tendências do mercado, motivações subjetivas também colaboram para mudanças no turismo.

A cultura uniformizante baseada nos valores da sociedade ocidental tem sido imposta, com cada vez mais força, pelos processos e instrumentos de globalização, levando a uma realidade complexa que coloca em questão as identidades locais e particularidades dos indivíduos em todos os cantos do planeta. A impressão de que perdemos as referências

⁵⁰ A Sociedade Internacional de Ecoturismo.

identitárias instigam a uma busca de sentidos de pertencimento e nos motivam ao encontro com outras culturas de maneira profunda e responsável.

Há, assim, certo retorno às motivações que caracterizavam o turismo em seu primeiro estágio de desenvolvimento: o pré-turismo⁵¹. Cada vez mais as pessoas estão realizando viagens com o objetivo de ampliar os seus conhecimentos sobre o mundo. Por exemplo, segundo Barretto (1998), estudos de demanda na Inglaterra denunciam que, em 1995, 70% dos turistas ingleses viajavam autonomamente em busca de apreender aspectos histórico-culturais dos lugares visitados. A pesquisa revela que estes turistas possuem um nível elevado de escolaridade e estão dispostos a efetivarem trocas culturais mais autênticas.

Na pesquisa do MTur supracitada, enquanto o número de turistas que viajaram de maneira completamente autônoma em relação às agências de viagens cresceu, passando de 53,7% em 2004 a 63,8% em 2008, aqueles que compraram pacotes ou utilizaram serviços avulsos de agências de viagens decresceu, representando, em 2008, apenas 13,1% e 23,1% respectivamente.

Acompanhando a tendência de mercado, de olho nas novas necessidades da demanda e, em certa medida, compartilhando das preocupações com os impactos da atividade turística, agências e operadoras de turismo estão surgindo, especialmente nos países ricos, maiores emissores de viajantes, com uma roupagem diferenciada.

Sob a denominação de turismo responsável, sustentável ou ecológico, iniciativas isoladas ou associadas nacionalmente têm crescido em todo o mundo com o objetivo de promover viagens responsáveis. A título de exemplos, citamos:

- Tour Operators' Initiative for Sustainable Tourism Development (TOI): iniciativa de operadoras de viagens com o apoio do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e da OMT (Organização Mundial do Turismo) que utiliza requisitos ambientais para definir a compra de produtos turísticos para seus pacotes. Existem mais de 25 membros em todo o mundo;

- Fórum Anders Reisen: composto por mais de 70 operadoras alemãs que se comprometem com a promoção do turismo sustentável;

⁵¹ Para Molina (2004), o turismo pode ser classificado em três etapas distintas de desenvolvimento segundo os conceitos, motivações e organização da atividade turística em detrimento de uma seqüência cronológica de surgimento. No pré-turismo, as viagens eram realizadas por filhos de família abastadas a fim de descobrir o mundo e ampliar seus conhecimentos. No turismo industrial (subdividido em primitivo, maduro e pós-industrial), as viagens são organizadas por instituições específicas segundo uma lógica empresarial em busca de momentos de descanso para fugir do estresse da labuta cotidiana. O pós-turismo é marcado pela flexibilização da demanda e, conseqüentemente, da oferta, justificando o surgimento dos nichos de mercado no turismo.

- Associação de Operadoras Holandesas (ANVR): seus 300 membros devem implementar políticas ambientais, como educação e informações ambientais e sociais para os turistas, e compras de produtos sustentáveis, por exemplo;

- Associação para o Turismo Justo e Solidário (ATES): criada em 2006, conta com 22 agências de viagens da França reunidas com a intenção de fazer da atividade turística um instrumento que ajude o desenvolvimento local das áreas receptoras em parceria com comunidades locais e seus representantes.

Além destas associações de empresas, existem algumas instituições de pesquisa e organizações não governamentais que se voltam para a crítica e monitoramento de políticas públicas de turismo e seus impactos socioambientais, como também para a construção, prática ou teórica, de novas possibilidades de fazer turismo. A título de exemplo, segue algumas referências em diferentes continentes:

- Tourism Concern: centro de pesquisa inglês de caráter não-acadêmico; suas contribuições voltam-se para a construção de um turismo ético e sustentável, onde as populações locais estejam no centro das reflexões e dos processos;

- Studienkreis für Tourismus und Entwicklung: centro de pesquisa alemão de caráter não-acadêmico voltado para a construção do turismo responsável e desenvolvimento sustentável;

- KATE (Centro de Ecologia e Desenvolvimento): trabalha as questões ligadas a políticas ambientais e desenvolvimento, focalizando na sustentabilidade e responsabilidade social entre países do Norte e do Sul;

- Ecumenical Coalition for Third World Tourism (ECOT): rede de denúncia e pesquisas sobre turismo na Tailândia;

- Aliança Europeia para o Turismo Responsável e Hospitalidade (EARTH - European Alliance for Responsible Tourism & Hospitality): lançada oficialmente em outubro de 2008, busca fomentar o surgimento de redes de turismo responsável por toda a Europa através da sua consolidação enquanto um centro de competências e profissionalismo cuja finalidade principal é promover o conceito de turismo responsável e seus princípios;

- Associação Italiana para o Turismo Responsável (AITR): formada por institutos, cooperativas e operadoras que trabalham para a promoção e desenvolvimento do turismo responsável com o objetivo de realizar pesquisas, sensibilizar, atualizar paradigmas, ajudar a definir e promover e encorajar a realização de viagens de responsáveis; foi fundada pela

Associazione RAM, associação não-governamental que promove cooperação para o desenvolvimento justo e solidário;

- Equitable Tourism Options (EQUATIONS): instituição de pesquisa, denúncia e monitoramento do turismo convencional na Índia.

Em resumo, os indivíduos parecem estar sendo cada vez mais motivados aos encontros interculturais mediados por viagens autênticas, passando de uma atitude passiva para a possibilidade de intervenção qualificada sobre sua viagem e desta sobre sua vida.

As empresas estão se voltando para promover o desejo destes sujeitos ao passo em que instituições estão acompanhando este processo, contribuindo nas elaborações teóricas e construções práticas necessárias para que um turismo alternativo possa se efetivar.

Dentre múltiplas alternativas possíveis resultantes deste contexto, a proposta de turismo comunitário parece a que mais fortemente tem conseguido atender às expectativas de uma mudança de paradigma no saber-fazer turístico.

Entretanto, identificamos que, na prática, a relação entre visitantes e comunidades tem se dado de maneira alternativa e autônoma em relação às agências de viagens e operadoras de turismo. Os motivos que possibilitam compreender esta situação devem ser esclarecidos em outra ocasião.

Ao tempo em que identificamos tal mudança na demanda, muitas populações locais tem se colocado, por razões que dizem respeito mais a elas próprias que a tendências de mercado, enquanto anfitriões de viajantes responsáveis e solidários, oferecendo produtos e serviços turísticos diferenciados, dialogando com suas representações simbólicas, nuances culturais e perspectivas de relacionamento com o ambiente e com as pessoas, em suma, com suas características locais.

Estas duas perspectivas se encontram e possibilitam o surgimento de uma proposta diferente que nega a uniformização, tanto dos processos e atividades inerentes ao turismo e às trocas culturais, quanto dos mecanismos e estratégias de desenvolvimento, numa convergência profícua de busca e promoção da diversidade através do diálogo de sentidos entre visitantes e anfitriões.

4.2 Outro desenvolvimento, outro turismo

Os sujeitos residentes em vários destinos turísticos de todo o mundo tem se deparado com um desenvolvimento devastador da atividade turística, seja em seus territórios, seja em territórios de comunidades vizinhas: privatização e segregação espacial, concentração de renda, uso indiscriminado da natureza, mercantilização das pessoas, descaracterização cultural, desestruturação comunitária, entre outros.

O aprofundamento da crítica e a denúncia dos impactos do turismo convencional por movimentos sociais, comunidades, instituições de pesquisa e monitoramento de políticas públicas e Organizações Não-Governamentais de caráter ambientalista, de socioeconomia solidária e de direitos de populações tradicionais e minorias exploradas colocaram em pauta a inviabilidade de continuar explorando a atividade sobre estes princípios.

Não se trata, entretanto, da negação completa do turismo, mas sim de uma construção que possibilite uma nova leitura sobre a atividade.

(...) não condenamos a atividade turística como possibilidade de desenvolvimento para essas comunidades. Não pretendemos evocar uma concepção cristalizadora do atual estágio de desenvolvimento de comunidades pesqueiras e litorâneas. Muito menos, ainda, aplacarmo-nos diante de um discurso vazio que associa invariavelmente o desenvolvimento do turismo à melhoria da qualidade de vida de nossa população local, sem revelar-lhe nitidamente os contornos dessa estratégia. (TUPINAMBÀ, 1999, p.70).

Os aspectos críticos desta abordagem foram sendo amadurecidos e reformulados no intuito de elaborar uma estratégia para o turismo em contraposição ao modelo convencional.

[...] o turismo de base comunitária se constitui em uma alternativa real aos padrões “pasteurizados” de mercado, principalmente no contexto atual, quando são evidentes as tendências de expansão de uma nova forma de se fazer turismo, associada a compromissos de responsabilidade social e ambiental (IRVING, 2009, p. 115).

Aos poucos, o turismo comunitário vai ganhando vida e se consolidando como uma proposta diferenciada de afirmação da autonomia destas populações sobre seus territórios e se expressa na busca por definir um tipo de desenvolvimento compatível com o estilo de vida e perspectivas de futuro das comunidades anfitriãs.

Marcar precisamente o seu surgimento não é tarefa simples. Se na segunda metade da década de 1990 o turismo comunitário já estava sendo praticado, por exemplo, na Tailândia⁵² e estudos de caso e outras publicações haviam sido lançados, no Brasil, a atividade só vai ganhar visibilidade nos anos 2000.

Ao traçar um breve apanhado histórico do turismo comunitário no país, Irving (2009) identifica uma relação entre o envolvimento de pesquisadores com o tema e o desenvolvimento da política de turismo brasileira.

Na década de 1990, a política pública de turismo estava voltada para o mercado globalizado e a geração de benefícios econômicos rápidos. Seguindo as previsões dos estudiosos de turismo, a atividade era encarada como a solução para o desenvolvimento dos países pobres. Estudar o turismo sob a perspectiva de uma atividade de pequena escala e de baixo impacto na receita cambial parecia desconectado da realidade.

Assim, a produção acadêmica sobre o tema permaneceu nos “bastidores” até recentemente, quando o turismo passou a ser interpretado, no país, como alternativa possível para inclusão social, e a discussão sobre participação social e governança democrática se tornou prioritária no âmbito internacional (IRVING, 2009, p. 109).

A autora associa a visibilidade do turismo comunitário com as articulações em torno dos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBL), cuja primeira edição ocorreu em 1997⁵³. Para a autora, o surgimento deste encontro significou a aproximação dos pesquisadores que, silenciosamente, estavam desenvolvendo reflexões críticas sobre a atividade turística.

⁵² Ver, por exemplo, a tese de mestrado de Susan Dunn, *Toward Empowerment: Women And Community-Based Tourism In Thailand* e a publicação de Potjana Suansri para o *Responsible Ecological Social Tours Project (REST)* chamada *Handbook on Community-Based Tourism*, ambos de 1997.

⁵³ As edições do ENTBL ocorreram em São Paulo-SP (1997); Fortaleza-CE (1998); Manaus-AM (1999); Joinville-SC (2000); Brasília-DF (2001); Campo Grande-MS (2002); Ilhéus-BA (2003); Curitiba-PR (2004); Recife-PE (2005); João Pessoa-PB (2007) e no Rio de Janeiro e Niterói – RJ (2010). Os anais e livros de artigos resultantes destes eventos são materiais importantes na compreensão desta historicidade.

Além disso, ela também destaca alguns marcos que contribuíram para colocar em pauta a necessidade de participação e a sustentabilidade cultural e ambiental do turismo:

- a) Projetos internacionais passam a exigir o engajamento dos *stakeholders*⁵⁴ e a existência de capital social como garantia de êxito dos empreendimentos turísticos;
- b) Organizações Não-Governamentais (ONG's) internacionais passaram a pautar o turismo em suas ações, associando a ele as questões ambientais e sociais;
- c) Mudança sutil no perfil do turismo fez com que operadoras e agências de viagens buscassem alternativas aos destinos massificados;
- d) A exclusão social das populações locais provocada pelo turismo levou a necessidade de ajustes de planejamento.

Essas referências contextualizam, assim, a discussão sobre a necessidade de uma nova prática para o setor turístico, lançando as bases que permitiram a ampliação, fortalecimento e visibilidade das experiências de turismo comunitário no país.

No âmbito das ações governamentais que influenciaram o desenvolvimento do turismo comunitário, há a participação de três ministérios brasileiros: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Turismo (MTur).

Não surge enquanto uma política pública que articula diversos ministérios, como poderia ou deveria ser. Trata-se de políticas setoriais que colocam o turismo rural ou de base comunitária ou ecoturismo como possibilidade de desenvolvimento complementar de áreas rurais e protegidas e territórios de populações tradicionais.

É o MMA quem primeiro se volta para a atividade turística diferenciada. No ano 2000, lança um programa voltado para o desenvolvimento do ecoturismo em áreas de interesse ambiental com a participação de populações tradicionais residentes: o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, também conhecido como PROECOTUR Amazônia.

Em 2004, surge o PROECOTUR Brasil (Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade Ambiental no Turismo) com a função ampliar as ações do PROECOTUR Amazônia e estruturar o desenvolvimento do segmento no país, especialmente em áreas

⁵⁴ Segundo Freeman, *stakeholders* é um conjunto de indivíduos ou grupos que podem afetar ou serem afetados pelos objetivos de uma organização (FREEMAN, 1984 *apud* BENDELL, 2000, p. 2).

protegidas e seu entorno onde se concentram os principais destinos ecoturísticos nacionais (MMA, 2010).

A participação da comunidade é requisito balizador das atividades do PROECOTUR, o aproximando das experiências de turismo comunitário: “dentre os fundamentos do PROECOTUR está o envolvimento das comunidades anfitriãs em todas as etapas das atividades turísticas e o investimento na capacidade dessas comunidades para esta participação” (MMA, 2010).

O programa surge a partir da crença na

necessidade de planejamento ambiental e turístico responsável, que pode permitir a redução das desigualdades sociais e regionais, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo, assim, o princípio da sustentabilidade (MMA, 2010).

Na tentativa de suprir a ausência de políticas públicas direcionadas às populações tradicionais que vivem em áreas protegidas e seu entorno, a principal linha de atuação e fomento do PROECOTUR se daria através da Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária.

A Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária tem como objetivo fomentar a participação das comunidades, moradoras em áreas de interesse e salvaguarda do patrimônio natural, no desenvolvimento do ecoturismo, conciliando a conservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais e a geração de trabalho e renda (SALVO, [200-]).

Preparada a partir das sugestões da sociedade civil em 2008, ainda não foi lançada até o presente momento. Vale ressaltar que ecoturismo não significa turismo comunitário, entretanto vale reconhecer que as premissas lançadas pelo PROECOTUR permitem, de maneira geral, essa aproximação.

A atividade turística em meio rural, por sua vez, vem sendo desenvolvida desde a década de 1990. Em 2003, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é lançada uma linha de crédito chamada de "PRONAF Turismo Rural"

para apoiar os agricultores familiares que pretendem implantar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção.

Em 2004, o MDA lança o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PTRAF) que conta com o apoio do MTur e da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF), uma articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo é

Promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida (BRASIL, [200-]b, p. 13).

Em relação ao turismo comunitário, o segmento Turismo Rural apresenta uma série de limitações conceituais. Por exemplo, ele desconsidera, na definição de empreendimentos de turismo rural, o tamanho do negócio e estratégias de gerenciamento. Entretanto, os princípios do turismo na agricultura familiar o aproximam do turismo comunitário, especialmente a perspectiva de valorização da cultura local como atrativo, de participação dos agentes locais e de uso racional dos recursos naturais, com destaque para a produção agroecológica.

Os princípios básicos que norteiam o Programa são os seguintes:

1. A prática do associativismo;
2. A valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
3. A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
4. A gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
5. O estabelecimento das parcerias institucionais;
6. A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
7. O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
8. A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;

9. A descentralização do planejamento e gestão deste Programa (BRASIL, [200-]b, p. 12-13).

O Ministério do Turismo do Brasil, por sua vez, só se abre para o turismo comunitário em 2008, a partir da sua participação no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (II SITS), em Fortaleza-CE, quando lança o primeiro edital de fomento ao turismo de base comunitária. Dos 50 projetos selecionados, 22 tiveram convênio formalizado para o exercício de 2008 e 2009, totalizando um investimento de R\$ 3,36 milhões.

No Plano Nacional do Turismo 2007-2010, o turismo comunitário não é citado. As ações atualmente desenvolvidas foram incorporadas ao Macro-programa Regionalização do Turismo que, dentre outras finalidades, tem por objetivos a ampliação e diversificação dos produtos turísticos considerando a diversidade cultural brasileira, o fomento da produção associada ao turismo para agregar valor à oferta turística, a potencialização dos benefícios da atividade para as comunidades locais e a inserção econômica das populações locais na atividade (BRASIL, 2006a).

[...] propõe-se a utilização, de forma sinérgica, das potencialidades do atrativo para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida local, com a valorização da cultura e a preservação do meio ambiente, evitando que o crescimento do turismo provoque uma concentração desordenada do capital produtivo e social, promovendo o acesso a bens e a serviços públicos bem como a integração com outros setores (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA; 2010, p.361).

A inserção tardia do turismo comunitário nas ações governamentais pode ser percebida pela total ausência de referência nas publicações que estruturam a política de turismo do Ministério – o Plano Nacional do Turismo 2007-2010 e Segmentação do Turismo – marcos conceituais⁵⁵.

A visibilidade do turismo comunitário pelo governo federal só vai ocorrer no segundo quadriênio do governo Lula (2007-2010) em decorrência da pressão exercida pela sociedade civil organizada e pelos sujeitos envolvidos na construção do turismo comunitário no país, que passaram a exigir apoio público para a atividade na qual o Brasil já era referência

⁵⁵ Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006b), os segmentos considerados são: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural e Turismo de Saúde.

não apenas na América Latina, mas em todo o mundo (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA; 2010).

Ao ser considerado um segmento da atividade turística convencional, o turismo de base comunitária pode ser fomentado pelo mesmo Ministério que financia, de maneira majoritária, por exemplo, o turismo de sol e praia e os grandes complexos turísticos, apesar de serem contraditórios e, em muitos casos, mutuamente excludentes.

Vale ressaltar que as experiências mais antigas, mais consolidadas e de maior visibilidade no país remetem à década de 1990, portanto, são anteriores aos programas públicos de incentivo à atividade. Tal fato confirma que as iniciativas surgiram de maneira independente ao Estado, que agiu *a posteriori*, ou seja, em resposta a pressão exercida pela sociedade civil organizada.

Em 1994, a Pousada Aldeia dos Lagos é construída em Silves, Amazônia, com o apoio do WWF (World Wildlife Fund) e do governo austríaco para o desenvolvimento do turismo em favor da conservação ambiental. Prainha do Canto Verde⁵⁶, comunidade de pescadores artesanais em Beberibe-CE, cuja luta contra a especulação imobiliária foi vitoriosa e resultou na implantação de uma área de uso comum e sustentável – a RESEX (Reserva Extrativista), iniciou suas ações de turismo comunitário em 1998. No mesmo ano, a Acolhida na Colônia também iniciou a articulação de agricultores familiares que participavam da AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral) em torno do agroturismo. Para fazer a devida referência, estas experiências fazem parte da Rede Turisol.

À margem da academia e das políticas públicas, a intervenção de ONG's locais com o suporte de agências de cooperação, instituições de defesa de direitos internacionais e do movimento social promoveram uma série de eventos no país que contribuíram para a visibilidade da crítica ao turismo convencional e o fortalecimento de experiências de turismo comunitário.

Somados às práticas de turismo comunitário e aos encontros locais, os eventos a seguir marcaram a história e consolidação do turismo comunitário no país e da Rede Turisol, resumidos e apresentados no Quadro 4.1. Estes eventos permitiram a articulação, o fortalecimento e a capacitação das experiências em curso e o estabelecimento de estratégias para a consolidação e visibilidade do turismo comunitário no país.

⁵⁶ Prainha do Canto Verde é uma comunidade referência no tema para todo o país, desenvolvendo a proposta de turismo comunitário desde 1998. Para mais informações, ver trabalhos de SCHÄRER (2003), MENDONÇA (2004), entre outros.

ANO	EVENTO	PROMOÇÃO	APOIADORES	LOCAL	PARTICIPANTES	DESTAQUES
2003	I Seminário Internacional de Turismo Sustentável Tema: O turismo socialmente responsável para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza (ANEXO A)	Instituto Terramar; Universidade Estadual do Ceará (UECE); Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-CE)	Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde; Fundação Suíça para a Solidariedade no Turismo (SST); REDE BRASIL; WWF; OIT; VOLKART FOUNDATION; UNCTAD	Fortaleza - CE	500 pessoas de mais de 15 estados brasileiros e diversos países, entre eles Alemanha, Suíça, França, Holanda, Índia, Itália, Brasil e Bolívia. Oficina de Turismo Comunitário e Turismo Rural com 18 comunidades do Brasil na Prainha do Canto Verde	- afirmação do turismo comunitário como um modelo de desenvolvimento não-assistencialista e efetivamente participativo; - planos de cooperação entre as entidades participantes; - fortalecimento da Rede de Destinos de Turismo Comunitário; - inclusão das primeiras comunidades do Brasil na REDETURS; - acordo de cooperação entre as entidades Norte-Sul; - turismo comunitário ganha visibilidade para o público em geral.
	I Encontro de Turismo Solidário (preparatório para o I FITS)	Embaixada da França		Embaixada da França	25 participantes incluindo representantes de 5 comunidades de turismo comunitário e dos ministérios: MTur, MDA e MMA	
	I Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Durável (FITS)	GRET; UNAT; Hautes terres de Provence	OMT; UNESCO; PNUD; EU (União Européia); governo francês; vários coletivos territoriais franceses	França	275 participantes de 74 países	Primeira oportunidade para vários destinos de turismo comunitário do Brasil se apresentarem no exterior e estabelecerem contato com outras experiências latino-americanas. *A participação no FITS, incentivado pela Embaixada Francesa, também incentivou a organização das experiências de turismo comunitário na Bolívia e surgimento da TUSOCO.
	III Encontro REDTURS	REDTURS	OIT (Genebra); Governo da Costa Rica	Costa Rica	40 participantes de 12 países e representantes da OIT	Como resultado do I SITS, foi a primeira participação de comunidades brasileiras no encontros da REDTURS, tendo participado a Prainha do Canto Verde (CE) e Mamirauá (AM).

ANO	EVENTO	PROMOÇÃO	APOIADORES	LOCAL	PARTICIPANTES	DESTAQUES
2004	Fórum Social Mundial (ANEXO B)	Instituto Terramar; EQUATIONS (Índia); ECOT (Ásia); Akte (Suíça); Tourism Watch	SST (Suíça)	Mumbai/ Índia	2.000 pessoas de todo o mundo participaram do evento "Outro turismo é possível".	- Atividades para discutir o turismo comunitário como instrumento para a redução da pobreza; - Integração internacional entre comunidades e organizações da sociedade civil de Europa, Ásia, África e América Latina.
2005	Fórum Social Mundial (ANEXO C)	Instituto Terramar; EQUATIONS (Índia); ECOT (Ásia); Terrazul; FBOMS – GT Turismo Sustentável; Rede Brasil.	SST (Suíça); ICCO Holanda	Porto Alegre - RS	3 mil de todo o mundo participaram da segunda edição do evento "Outro turismo é possível".	- Afirmação do turismo comunitário como modelo de desenvolvimento contrário ao estabelecido pela OMC; - Lançamento da publicação: Um Outro Turismo é Possível! - Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico.
	IV Encontro REDTURS	REDTURS	OIT (Genebra); Governo do Panamá	Panamá	40 participantes de 12 países e OIT	Integração do Brasil na REDTURS.
2006	II Fórum Internacional de Turismo Solidário, Comércio Justo e Desenvolvimento Durável (FITS) - (ANEXO D)		Governo de Chiapas; Ministério de Negócios Estrangeiros francês; diversas agências de coop. e des.	Tuxtla-Gutierrez - Chiapas/ México	400 participantes de 50 países	Criação de um grupo de articulação das comunidades da América Latina.
	Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável	OMT	OMT; MTur.	Porto Alegre - RS	3.000 participantes com expressiva participação do Governo e os ministros do MinC e MTur.	- Grande propaganda da OMT, do Instituto de Hospitalidade e do MTur; - Abuso do termo turismo comunitário sem a devida participação e envolvimento das comunidades.
2007	V Encontro REDTURS	REDTURS	OIT (Genebra); Governo da Bolívia.	Bolívia	40 participantes de 12 países e representantes da OIT	Brasil torna-se membro do grupo de gestão da REDTURS e amplia contatos internacionais.
	Encontro de Turismo Comunitário	Projeto Bagagem e Grãos de Luz e Griô	Ashoka e Fundação Kellogg	Lençóis - BA	Rede Tucum, Casa Grande, Acolhida da Colônia e MMA.	- Projeto Bagagem assume papel de articulador da Rede Turisol, sendo aprovado seu plano de trabalho para os 2 anos seguintes; - revisão e sugestões para a Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária em áreas de conservação do MMA; - sugestões de programação para o II SITS; - Conhecimento do destino de turismo comunitário em Lençóis/ BA.

ANO	EVENTO	PROMOÇÃO	APOIADORES	LOCAL	PARTICIPANTES	DESTAQUES
2008	VI Encontro REDTURS	REDTURS	OIT (Genebra); Governo da Guatemala.	Guatemala	40 participantes de 12 países e representantes da OIT.	O Brasil se candidata para ser sede do VII Encontro de REDTURS, em 2010.
	II Seminário Internacional de Turismo Sustentável Tema: Turismo comunitário como estratégia de valorização da cultura das populações tradicionais, da preservação ambiental e da economia solidária. (ANEXO E)	Instituto Terramar; Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará	ICCO (Holanda); EED (Alemanha); AAPCV (Suíça); SST (Suíça); INTERVITA (Itália).	Fortaleza - CE	700 pessoas de 19 estados brasileiros e dos países: Bolívia, Peru, Equador, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, México, Estados Unidos, França, Espanha, Suíça, Alemanha e Itália	- retomada e fortalecimento da Turisol; - aproximação e intercâmbio entre instituições internacionais e nacionais; - lançamento do primeiro edital do MTur para fomento do turismo de base comunitária no país; - evento internacional voltado totalmente para o debate do turismo comunitário, envolvendo diferentes agentes do processo; - lançamento da Rede Tucum – Rede de Turismo Comunitário do Ceará.
2009	Fórum Global sobre Turismo Sustentável / Fórum Social Mundial	FBOMS	SST (Suíça)	Belém - PA	2.000 participantes nas 4 oficinas organizadas na 3ª edição do evento “Outro Turismo é Possível”	Permitiu a continuação da articulação internacional em defesa das populações tradicionais contra o turismo convencional e a favor do turismo comunitário.
	I Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária	Fundação Casa Grande	MTur; SEBRAE; SESC; Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra e Porto	Nova Olinda – CE	100 pessoas da região e de outras experiências do país e de Portugal	Após o II SITS, permitiu o reencontro de membros da Turisol entre si e destes com o MTur.
	Seminário de Troca de Experiências – Turisol Agroturismo como ferramenta para o desenvolvimento de territórios rurais	Acolhida na Colônia/ Turisol	MTur; MDA; SANTUR; FUNTURISMO	Santa Catarina	Representantes de diversos projetos de turismo comunitário do país e MTUR	- Maior interação entre as experiências de turismo comunitário; - Experimentação de um processo de formação comum da Turisol.
	Seminário de Troca de Experiências – Turisol Gestão do Território e Turismo Comunitário	Instituto Terramar – Rede Tucum/ Turisol	MTur; INTERVITA; ASSOCIAÇÃO TREMEMBÉ	Prainha do Canto Verde – Beberibe - CE	Representantes de diversos projetos de turismo comunitário do país e pesquisadores do tema	- Maior interação entre as experiências de turismo comunitário; - Experimentação de um processo de formação comum da Turisol.

Quadro 4.1 – Eventos significativos para visibilidade e fortalecimento do turismo comunitário no país.

4.3 Discussões sobre o conceito de turismo comunitário

Tratar do conceito de turismo comunitário não é tarefa das mais fáceis. A multiplicidade de experiências e a diversidade de realidades a partir das quais ele tem se desenvolvido dificulta, sobremaneira, qualquer tentativa de elaborar uma conceituação definitiva para ele.

Por sorte, este não é o nosso objetivo. Mas não fugimos da tarefa de definir um referencial para discuti-lo, considerando que ele próprio é alvo de múltiplos olhares e diferentes interpretações. Temos clareza de que se trata de um conceito em disputa graças à visibilidade que tem alcançado nos últimos anos e a sua capacidade de agregar valor simbólico aos produtos turísticos, em especial voltado para a responsabilidade social e ambiental.

Sendo assim, identificamos o lugar de onde partimos: o turismo comunitário enquanto conceito forjado em meio aos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e comunidades que propõe uma perspectiva alternativa para a atividade turística inserida em uma estratégia de desenvolvimento territorial.

Ao abordar o tema, é importante considerar algumas particularidades que ele carrega:

- a) São usadas terminologias variadas para designar formas semelhantes de práticas turísticas;
- b) Existe uma confusão no seu uso pela imprecisão acerca da sua natureza: se se trata de um segmento da atividade turística convencional ou de um eixo diferenciado do turismo.

Não iremos nos debruçar demoradamente sobre estes aspectos. Porém, cabem algumas breves considerações.

Sobre as diferentes terminologias, percebemos que as organizações atribuem, ao turismo que desenvolvem, o adjetivo que reflete o aspecto mais marcante da oferta turística, como agroturismo ou ecoturismo de base comunitária, ou que atribui valor subjetivo à escolha, como responsável e solidário. Como nem sempre esses termos denunciam os princípios que dão sentido a eles, não é possível estabelecer uma relação direta com o turismo comunitário sem compreender, a partir da prática e/ ou do discurso, as suas nuances e significados.

O debate sobre a natureza do turismo comunitário é bem mais complexo. Para alguns, o turismo comunitário é apenas um segmento da atividade turística, assim como o turismo rural e o de sol e praia, por exemplo. Nestas condições, fomentá-lo significa ampliar e diversificar a oferta de destinos de uma região ou país, sendo atribuído a ele o sentido de complementaridade ao turismo convencional.

Por outro lado, há aqueles que consideram o turismo comunitário um modelo diferente de desenvolver a atividade. Fundamentado em princípios éticos, valoriza-se sobremaneira o turismo enquanto fenômeno social e atribui importância secundária ao seu viés econômico, sem negá-lo.

Corroborando nesta perspectiva, Irving (2009) considera que “esta proposta se vincula a um ‘nicho’ específico e a uma nova filosofia de se fazer e pensar o turismo” (p. 115). Coriolano (2009) identifica dois eixos do turismo: um globalizado, marcado pela influência do mercado, e um comunitário, resultado da ação e interesse local.

4.3.1 Algumas conceituações

Identificamos, entre algumas tentativas de definição do turismo comunitário, uma vertente minoritária que se baseia fundamentalmente nos aspectos econômicos e administrativos para conceituar o turismo comunitário, ou seja, para ser caracterizado como comunitário, a oferta turística precisa se basear no trabalho e empreendedorismo dos moradores locais.

Para Mielke⁵⁷ (2009), por exemplo, “todo processo de organização comunitária para o turismo equivale a montar uma empresa em que há um elevado número de sócios” (s/p).

O ‘turismo de base comunitária’ é assim definido a partir de um único aspecto – a gestão comunitária do desenvolvimento do turismo. Nesta perspectiva, os moradores da comunidade anfitriã são as bases da atividade, ou seja, trabalham e são responsáveis pelos empreendimentos turísticos locais que, associados, beneficiam-se diretamente do turismo.

⁵⁷ Em suas notas de aula para o Curso de Planejamento e Execução do Turismo de Base Comunitária, promovido pela Universidade Federal do Paraná, em 2009.

Entretanto, esse ponto de vista ignora várias outras características que marcam a atividade segundo os pressupostos assumidos por esta pesquisa e a diferenciam do turismo convencional, como veremos adiante.

O MTur, em sua primeira ação de fomento ao turismo comunitário, também considerou esta dimensão como elemento definidor do público que seria contemplado pelo edital. Assim, o conceito é dotado de uma flexibilidade capaz de abranger diferentes projetos em todo o território, incentivando e fomentando um grande número de iniciativas sem incorrer em maiores restrições conceituais sobre os significados do turismo comunitário.

Paulatinamente, o MTur vai abrindo as venezianas de sua janela para o turismo comunitário através do DCPAT⁵⁸ (Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo). A elaboração ainda incipiente de uma estratégia de apoio e fomento – não de política pública – tem sido forjada, na medida do possível, através do diálogo deste departamento com as experiências e instituições que trabalham com o tema no país. Essa proximidade possibilitou, ao MTur, assumir um conceito de turismo comunitário bastante próximo deles.

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui como características principais a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

O produto turístico de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e à comunidade local de se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e também pelo intercâmbio cultural (MTur, 2010).

O conceito de ecoturismo adotado e os fundamentos que norteiam o PROECOTUR fazem com que alguns identifiquem aí o primeiro esforço para incentivar o que posteriormente se chamaria turismo comunitário no âmbito federal.

⁵⁸ Um dos setores do Ministério do Turismo cujo objetivo é apoiar programas de qualificação e de produção que agreguem valor aos destinos turísticos, bem como promover o desenvolvimento local. O fomento ao turismo comunitário encontra lugar neste departamento.

Em Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) o ecoturismo é conceituado como segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Dentre os fundamentos do Proecotur está o envolvimento das comunidades anfitriãs em todas as etapas das atividades turísticas e o investimento na capacidade dessas comunidades para esta participação. As projeções para o turismo no Brasil para os próximos anos apontam para a necessidade de um planejamento ambiental e turístico responsável, que pode permitir a redução das desigualdades sociais e regionais, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e a valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo, assim, o princípio da sustentabilidade (MTur, 2010).

O WWF-Brasil também considera o ecoturismo como uma atividade capaz de promover “o uso sustentável dos recursos naturais” (SALVATI, 2003, p.23). Abandonando o conceito de turismo sustentável devido a pouca precisão que envolve o termo, prefere considerar turismo responsável como uma estratégia para alcançar os vários aspectos da sustentabilidade (social, ambiental e econômica): “turismo responsável é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários” (SALVATI, 2003, p.23).

Neste pano de fundo emerge, para o WWF-Brasil, o conceito de ecoturismo de base comunitária, descrito como: “turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (SALVATI, 2003, p. 20).

A Organização Mundial do Turismo (OMT), em seu sítio na *internet*, também vincula o turismo de base comunitária ao ecoturismo e ao turismo cultural, sem ser considerado um segmento específico.

A UNWTO tem apoiado numerosos eventos e projetos cujo objetivo era desenvolver atividades do turismo de base comunitária, onde o principal atrativo para os turistas é vivenciar o estilo de vida tradicional de pequenas comunidades, que controlada e gerencia as atividades (OMT, 2010, *negrito no original, tradução nossa*).

De maneira geral, seu fomento está vinculado aos objetivos e atividades do Programa ST-EP, do inglês *Sustainable Tourism - Eliminating Poverty*, que atua fomentando

a atividade turística como vetor do desenvolvimento local em países subdesenvolvidos através da ST-EP *Foundation*.

Intitulada ST-EP (Turismo Sustentável - Eliminação da Pobreza), o intuito é reforçar o antigo trabalho da Organização na promoção do turismo sustentável - social, econômico e ecológico - com atividades que especificamente aliviem a pobreza, proporcionando desenvolvimento e empregos para aqueles que vivem com menos de um dólar por dia (UNWTO, 2010, tradução nossa).

Outro órgão das Nações Unidas, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), tem atuado no campo do turismo comunitário a partir da perspectiva da defesa dos direitos das populações indígenas e do desenvolvimento local e geração de emprego em áreas rurais, eliminando o trabalho precário e os elevados índices de pobreza dessas áreas.

Em resposta às tendências do mercado e às aspirações formuladas por várias organizações indígenas e camponesas da região [América Latina], a OIT idealizou a criação da 'Rede de Turismo Sustentável' (REDTURS). Seu propósito é acompanhar as comunidades nos processos de reflexão, busca de soluções e aplicação de estratégias que permitam competir com vantagens no mercado, potencializando suas fortalezas e superando suas fraquezas.

[...]

A OIT prove assistência técnica e respaldo institucional com o objetivo de facilitar o acesso dos pequenos negócios rurais a serviços de desenvolvimento empresarial e a novos mercados em condições de igualdade (MALDONADO, 2007, p.10).

A REDTURS figura, portanto, como um articulador das experiências de turismo comunitário e organizações de apoio na América Latina. Atualmente, são 310 associados, entre empreendimentos e redes, distribuídos em 13 países da América Latina que compartilham da seguinte formulação sobre turismo comunitário:

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p.31).

Segundo a Associação Italiana para o Turismo Responsável, a AITR,

O turismo responsável é o turismo realizado segundo os princípios de justiça social e econômica e em pleno respeito ao meio ambiente e às culturas. O turismo responsável reconhece a centralidade da comunidade local de acolhimento e seu direito a ser o protagonista do desenvolvimento turístico sustentável e socialmente responsável em seu próprio território. Trabalha para favorecer a interação positiva entre a indústria do turismo, as comunidades locais e os viajantes (SOMOZA, 2010, tradução nossa).

Em termos nacionais, a Rede Turisol vem trabalhando na articulação das experiências no Brasil. Surgida em 2003, ainda está em processo de estruturação, o que significa novas afiliações e estruturação dos procedimentos e princípios básicos que devem ser compartilhados pelos seus associados. Ela não assume um único conceito de turismo comunitário, mas considera as contribuições de seus atuais doze membros, articulados em torno de princípios comuns.

Portanto, para os objetivos deste trabalho, tomaremos em conta as considerações elaboradas pela Rede Cearense de Turismo Comunitário, a Rede Tucum⁵⁹, pela proximidade e relação com a área de estudo. Para eles,

O turismo comunitário nasce da percepção das comunidades de que não é suficiente apenas fazer a crítica ao modelo de turismo convencional, gerador de segregação sócio-espacial, de concentração de renda e de problemas socioambientais. Aliado à crítica, é necessário vivenciar outra lógica de construção da atividade turística.

Na contramão do convencional, no turismo comunitário a população local possui o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsável pelo planejamento das atividades e pela gestão das infra-estruturas e serviços turísticos.

Tudo isso orientado por princípios que buscam garantir a sustentabilidade sócio-ambiental, a exemplo da atitude ética e solidária entre as populações locais e os visitantes, geração e distribuição equitativa da renda, conservação ambiental e valorização da produção, da cultura e das identidades locais (REDE TUCUM, 2010a).

A discussão proposta evidencia, entre outras, uma questão importante: os significados inerentes ao termo turismo comunitário (e algumas de suas variantes) estão

⁵⁹ Mais detalhes sobre a Rede Tucum na seção 5 deste trabalho e em www.tucum.org.

relacionados mais aos princípios e preceitos sobre os quais se estrutura a atividade que ao seu conceito, muitas vezes limitado e incapaz de abarcar a complexidade do termo.

4.3.2 Preceitos e características do turismo comunitário

O turismo comunitário, pela sua diversidade de experiências e pela complexidade onde ele surge e se desenvolve, não pode ser compreendido apenas a partir do seu conceito – ele mesmo multifacetado.

Mais do que simplesmente uma forma de organização econômico-administrativa, o turismo é permeado por valores e princípios que dão significados e orientam a atividade e devem ser compartilhados pelos seus *stakeholders*⁶⁰, inclusive pelos turistas.

É importante considerar que o comunitário que caracteriza o turismo aqui em discussão pressupõe *coletivo, comum*. Portanto, estes princípios se baseiam numa visão holística de comunidades que se define não por sua carência, pobreza ou exclusão social, mas sim pela sua coesão, identidade, perspectiva de desenvolvimento e modo de ser que refletem e ensaiam alternativas à sociabilidade e à economia hegemônica.

Partindo destas considerações iniciais, buscamos identificar algumas características, princípios e premissas sobre os quais se estrutura a atividade, valendo-se das contribuições de alguns pesquisadores acadêmicos, representantes de instituições relacionadas ao tema e experiências de turismo comunitário na América Latina (MALDONADO, 2009; MITRAUD, 2003; ROUSSET, 2008; IRVING, 2009; JAMIESON, 2006; GARRONE, 1996; REDE TUCUM, 2010b; TURISOL, 2010), bem como da nossa própria experiência com o tema.

⁶⁰ Grupos ou indivíduos interessados em um setor específico. Segundo Bendell, “*stakeholders* podem incluir, mas não estão limitados a: empregados (gerentes, funcionários, sindicatos), clientes, fornecedores e outros parceiros, concorrentes, governo e órgãos reguladores, ONG’s e grupos de interesse, comunidades locais e internacionais. Além disso, *stakeholders* sem voz, como o meio ambiente e as gerações futuras podem ser incluídos” (2000, p. 2, tradução nossa).

Protagonismo comunitário

Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento do turismo comunitário é uma iniciativa que surge a partir do interesse da própria comunidade (territorialmente referenciada), seja através de elaboração própria, seja inspirado em outras experiências.

É possível que haja intervenção de sujeitos externos à comunidade na indução do turismo comunitário, como tem ocorrido em muitos casos. Sobre isso, Irving (2009) pondera que

se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo. O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento (p. 112).

Autogestão e autonomia são palavras-chaves neste contexto. A autogestão no turismo comunitário significa que as pessoas e grupos envolvidos na atividade são responsáveis pelas decisões e definições em torno do seu planejamento, gestão e desenvolvimento. Além disso, são também responsáveis pela operacionalização dos produtos e serviços, ou seja, trabalham diretamente nas funções e postos de trabalho surgidos.

A autogestão pressupõe a autonomia para decidir e agir. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de capacidades e habilidades específicas para o turismo comunitário. Os sujeitos envolvidos nesta construção precisam compreender a cadeia produtiva e as nuances que envolvem a atividade turística, ter clareza do tipo de desenvolvimento que se pretende, elaborar técnicas alternativas necessárias à atividade de acordo com a realidade local e ter clareza das possíveis ameaças trazidas pelo turismo, a fim de minimizá-las com ações preventivas.

Trata-se, portanto, de uma participação qualificada, para além de ‘estar presente’, e de caráter coletivo, pois suas ações incidem sobre todo o território comunitário.

Esse nível de participação exige novas metodologias e formação continuada. Inserir uma nova atividade, com as características do turismo comunitário, em meio às atividades tradicionais locais exige uma formação para o planejamento, gestão e monitoramento que não são alcançados por cursos de técnicas de turismo, como camareiras,

recepcionistas, etc. A formação para a participação e desenvolvimento do turismo comunitário exige um trabalho de longo prazo e qualificações profissionais difíceis de serem encontrados⁶¹.

Mas é também fundamental que se compreenda que os processos participativos são lentos, envolvem custos adicionais nem sempre considerados nos orçamentos em planejamento turístico, e exigem um elevado investimento em formação de recursos humanos e construção de arcabouços metodológicos capazes de lidar com as especificidades locais e gerar respostas. Sendo assim, não se pode imaginar iniciativas de curto prazo com o objetivo de mobilização dos atores locais para o turismo de base comunitária, principalmente pelas questões culturais envolvidas, tanto no plano institucional da gestão pública quanto sob a ótica da dinâmica social do lugar turístico (IRVING, 2009, p.114-115).

Em geral, o desenvolvimento do turismo comunitário pressupõe uma organização local pré-existente que constitui a base associativa e localiza a atividade dentro do contexto comunitário. As decisões, portanto, devem ser tomadas coletivamente e devem refletir os interesses coletivos.

Neste ponto, chegamos à necessidade de empoderamento dos sujeitos historicamente alijados dos processos de decisão como condição para a defesa dos interesses coletivos. A equidade na participação nos processos de planejamento, gerenciamento e execução das atividades relacionadas ao turismo comunitário necessita especial atenção para a participação qualificada das mulheres e da juventude.

A organização do turismo comunitário, seguindo a própria história de organização da comunidade, baseia-se na equidade, na reciprocidade e na confiança, conforme ressalta Maldonado (2009) em sua análise sobre o turismo comunitário na América Latina:

As estruturas de participação, decisão e controle que repousam sobre as instituições das comunidades indígenas na América Latina nutrem-se dos princípios da equidade, reciprocidade e confiança. Estes princípios constituem a base do capital social, que designa o conjunto de valores, conhecimentos coletivos (ancestrais), técnicas de produção, formas de conduta e de organização, suscetíveis de gerar comportamentos de cooperação entre seus membros e eficiência no trabalho, com a

⁶¹ Especialmente devido à falta de habilidade no trato com comunidades e dificuldade em fazer as adaptações nas técnicas para aquelas realidades: grupos familiares marcados por uma cultura diferenciada que é, ela própria elemento constitutivo do saber-fazer turístico e não pode ser pausterizada pelas técnicas convencionais

finalidade de preservar a coesão social e garantir suficientes meios de vida para assegurar a sobrevivência do grupo como tal (p. 29).

Estas estruturas democráticas de decisão precisam garantir também a democratização dos benefícios gerados pelo turismo, ou seja, a comunidade precisa criar estratégias para não privilegiar apenas um grupo ou família bem como buscar metodologias que façam com que os benefícios também resultem em melhorias para toda a comunidade, e não apenas para as famílias diretamente envolvidas.

A soberania local representada pela organização comunitária é respeitada pelos agentes externos do turismo, inclusive os turistas, dispostos a cooperar e a compartilhar com estes as ideias e as práticas ali desenvolvidas desde que bem informados sobre elas.

Um código de conduta deve ser estabelecido para o turismo em todos os níveis - nacional, regional e local - com base em padrões internacionalmente aceitáveis; e diretrizes para as operações de turismo, avaliação de impacto, a monitoramento dos impactos cumulativos e os limites aceitáveis de mudança também devem ser estabelecidos (JAMIESON, 2006).

Princípios, critérios e regras são elaborados a fim de possibilitar as condições para um convívio harmônico com os visitantes e com outros agentes com os quais se relacionam. Este código é elaborado coletivamente, devendo ser aceito pelos integrantes do projeto de turismo local, bem como ser compartilhado pelas redes das quais fazem parte.

Desenvolvimento integrado do território

O turismo comunitário insere-se numa estratégia de desenvolvimento territorial sistêmico, ou seja, integra-se às atividades produtivas tradicionais sem qualquer intuito de substituí-las, mas sim complementá-las e dinamizá-las, através da utilização da produção e da mobilização de trabalhadores locais, configurando-se enquanto um subsistema conectado aos demais existentes na comunidade.

Para as experiências membro da REDTURS (Red de Turismo Comunitario de América Latina),

O turismo deve complementar apropriadamente nossa economia comunitária e familiar, potencializando o desenvolvimento da agricultura, a pesca, o artesanato, a pequena agroindústria, o transporte e outros serviços. Nesta perspectiva, queremos explorar todas as iniciativas produtivas sustentáveis que contribuam com o desenvolvimento econômico local e gerem emprego novo e de qualidade em nossas comunidades e em seu entorno (REDTURS, 2010).

Esta complementaridade com as demais atividades é possível se considerarmos que o turismo comunitário atua em uma escala limitada, ou seja, a baixa oferta de leitos e a estrutura familiar das estruturas turísticas possibilitam que os sujeitos locais associem seu trabalho cotidiano com o turismo. Além do mais, a movimentação turística costuma ocorrer nos finais de semana, feriados e férias ou, em caso de grupos, seguem agenda marcada com antecipação.

A ideia é que, com o turismo, haja um incremento da renda e a geração de novas possibilidades de trabalho na comunidade. Isso contribui para a melhoria na qualidade de vida da população local, contribui para a diminuição da fuga da juventude para as cidades e reforça a cidadania da população local.

Segundo a Turisol (2010), “a cadeia de valor [do turismo comunitário] é focada no desenvolvimento das comunidades”. A clareza desta premissa para os elos da cadeia produtiva promove a cooperação entre eles, estabelecendo parcerias que não se baseiam apenas em interesses mercadológicos, mas também na solidariedade.

Outro aspecto interessante que diz respeito ao desenvolvimento local é que a busca pelo acesso aos direitos básicos da população como saúde, comunicação, acesso, saneamento básico e água tratada, por exemplo, são também essenciais ao desenvolvimento da atividade turística. Assim, a comunidade pode utilizar a atividade como mais um argumento para conseguir a implantação destes direitos.

É importante definir que, para o turismo comunitário, estas são demandas locais que garantem, prioritariamente, uma vida digna para a população. A garantia de melhorias da qualidade de vida local é condição para a troca de dignidades entre visitantes e anfitriões e não são pensadas como serviços para usufruto dos turistas.

Estratégia política

Para nós, a atuação humana é sempre consequência de um posicionamento político. Mesmo quando negamos nossa atuação política, estamos agindo de maneira a nos identificarmos com uma posição política.

Partindo dessa premissa, consideramos que, de forma consciente ou não, a maioria das experiências relaciona o desenvolvimento do turismo comunitário com as estratégias políticas locais de diferentes maneiras:

- a) Publicização de conflitos e/ ou questões relevantes que são defendidas pela comunidade, seja referente ao modelo alternativo de desenvolvimento, à proteção de espécies ameaçadas, à ameaças sofridas pela comunidade, à práticas associativas solidárias, etc.;
- b) Fortalecimento da organização política comunitária em decorrência do:
 - incremento de renda, que permite aos envolvidos continuarem organizados e motivados para a mobilização comunitária;
 - amadurecimento da organização, resultado da inserção de novas atividades, habilidades e melhoria na comunicação interna e externa;
 - associação a outros sujeitos e redes em diferentes escalas de atuação;
 - ampliação das instituições e indivíduos solidários à causa defendida pela comunidade.
- c) Defesa direta do território através da implantação dos equipamentos e serviços turísticos em áreas de litígio, qualificando a ocupação da terra e fortalecendo a sua propriedade coletiva;
- d) Reforço da identidade local especialmente quando está sendo questionada ou encontra-se fragilizada.

Analisando a realidade do povo Saharai⁶² e os motivos que os levaram a desenvolver o chamado turismo responsável, Rousset (2008) afirma:

Existem motivos políticos internos e externos que incentivam esta escolha de desenvolvimento. O reforço da identidade Saharai internamente e a sensibilização da opinião pública a nível internacional, ocupam um lugar central (p. 4).

⁶² População autóctone da República Árabe *Saharai* Democrática também conhecida como Sahara Ocidental.

Nesse sentido, muitas vezes os visitantes são atraídos pela proposta de desenvolvimento e pela solidariedade com as questões tratadas pelas comunidades.

Valorização cultural

Uma marca do turismo comunitário é, como afirma Irving (2009), “o ‘encontro’ entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua” p. 116).

Este encontro é caracterizado pelo intercâmbio cultural. Ao pensar a troca cultural com os visitantes, as comunidades tomam consciência da particularidade da sua própria cultura como contribuição para a diversidade cultural do planeta. Pensar sobre si, reconhecer-se, é um passo importante para receber o outro com alteridade, sem subserviência.

Legitimando a diversidade de formas de vida em contraposição à uniformização do mundo globalizado, o turismo comunitário possibilita o fortalecimento do elo com a tradição e com a sua história, provocando o fortalecimento da identidade cultural local.

A Ação Griô Nacional e o Projeto Bagagem, membros da Turisol, esclarecem a questão:

As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular, e sim de atividades que fazem parte do cotidiano que o turista vai experimentar. Estamos falando de reconhecer o valor dos mestres da cultura oral no turismo e proporcionar uma reflexão sobre a própria identidade no visitante (TURISOL, 2010).

O fascínio exercido pelo diferente é uma importante motivação para os turistas que buscam viagens menos fetichizadas e contatos com outras culturas em detrimento da pasteurização do turismo convencional.

O “encontro” representa assim dar, receber, retribuir, segundo uma dinâmica em que a qualidade da vivência do visitante está relacionada à qualidade de vida do anfitrião, conforme tem sido rediscutido e resignificado o sentido de hospitalidade (DENKER, 2003 e 2004), em um processo permanente de retroalimentação e construção de laços sociais.

Assim, no plano abstrato, a partir do encontro, do dar, receber e retribuir, laços sociais são estabelecidos e, no sentido da concepção de turismo de base comunitária

que se deseja construir, “quem chega” está permeável e aberto a uma experiência integral no “lugar” e na relação com “quem recebe”. “Quem recebe” protagoniza o ato de acolher na busca da troca que potencializa o seu sentimento de pertencimento e a aprendizagem da diferença, na afirmação das identidades envolvidas (IRVING, 2009, p. 117).

Considerando o intercâmbio como elemento fundamental, a mobilização da comunidade em torno das atividades do turismo comunitário promove o reconhecimento e a valorização da sua cultura à medida que se colocam a refletir, por exemplo, sobre a motivação dos visitantes em conhecê-los, sobre a pesquisa e sistematização da história local, a organização de produtos culturais, a elaboração do cardápio, entre tantos outros aspectos.

Também contribui para essa valorização cultural o contato curioso e interessado dos visitantes com o seu cotidiano, com os saberes e fazeres tão comuns para si, mas tão diferentes para os outros.

Esse aspecto é especialmente interessante quando vivemos um momento em que o padrão cultural reproduzido pelos *mass media* determina o que é o normal, o moderno, o legal e, obviamente, o seu contrário. Logo, é comum que muitas populações tradicionais costumem ver a si mesmas como ultrapassados, pobres e desinteressantes.

Nesta mesma perspectiva, o turismo comunitário também contribui para a preservação do patrimônio cultural da comunidade, seja ele de caráter natural ou histórico, de natureza tangível ou intangível.

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

Com apoio nessas premissas, o turismo abre vastas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. Diversas avaliações têm mostrado que, graças ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial que seus bens patrimoniais, ou seja, o conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo formas inovadoras de gestão de seus territórios (MALDONADO, 2009, p. 30).

Apesar da principal atração turística ser o encontro e a interculturalidade, é importante prevenir a folclorização da cultura e a mercantilização dos modos de vida para o consumo turístico. Busca-se evitar transformar as manifestações originalmente vivenciadas na comunidade em produtos elaborados para o consumo, transformados em produtos pitorescos para entretenimento, esvaziando a história e criando espetáculos.

Educação ambiental e proteção do meio ambiente

As comunidades que desenvolvem o turismo comunitário geralmente são constituídas por populações tradicionais. Estas, como vimos na seção 3, tem exercido o papel de “guardiões do ambiente” graças a sua estreita relação com a natureza e atividades de baixo impacto.

Esses referenciais são incorporados aos serviços e produtos que compõem a atividade turística, promovendo ações sustentáveis e associando práticas de educação ambiental às atividades de lazer.

O turismo deve ser compatível e fazer parte de planos em níveis internacional, nacional, regional e local de desenvolvimento sustentável e de conservação. Deve ser planejado, administrado e empreendido de modo a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo.

[...]

O turismo não deve comprometer as oportunidade de uma economia local diversificada, deve ser empreendido dentro dos “limites aceitáveis de mudança” (ou capacidade de carga) e em preferência a outras formas de desenvolvimento potencialmente mais prejudiciais (MITRAUD, 2007, p. 24).

A limitada oferta de leitos contribui para um controle da quantidade de visitantes ao mesmo tempo em ambientes frágeis, especiais ou instáveis, colaborando para minimizar os impactos ambientais. Além disso, as atividades, produtos e serviços são conformados a fim de evitar o desperdício e a poluição.

Para a Rede Tucum (2010), por exemplo, “o turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental”.

Visitantes responsáveis

Os turistas que buscam vivenciar experiências de turismo comunitário também apresentam um perfil característico. Apesar de nomeado como turista responsável ou solidário, muitas vezes é chamado de visitante ou ‘membro de delegação de viagens de solidariedade’ (ROUSSET, 2008, p. 14) com a clara intenção de diferenciá-lo dos turistas convencionais. Em algumas comunidades, ele é tratado como um amigo, em outras como um parceiro, mas quase nunca como um mero cliente.

Na Acolhida da Colônia, “o turista é visto como um parceiro e não como um cliente” (TURISOL, 2010).

Seria um equívoco acreditar que qualquer pessoa disposta a viajar esteja preparada para vivenciar experiências de turismo comunitário. Esta deve ser uma escolha consciente, ou seja, deve se basear em informações verídicas sobre a realidade das comunidades, o tipo de oferta turística disponível e as características gerais da proposta.

O turista responsável é, em sua maioria, preparado para a viagem, seja de forma autônoma seja por intermédio de agências solidárias e ONG’s, a fim de compreender e se identificar com a ideia. Muitas vezes, o sentimento de solidariedade com as questões, conflitos e propostas da comunidade é a motivação para a viagem.

Assim, o turista responsável é um ser ativo cujas escolhas refletem uma posição crítica, consciente e, de certa forma, vinculada a uma ação transformadora. Este tipo de viajante também apresenta um comportamento socialmente responsável para com o meio ambiente e respeito à soberania local.

Garrone elenca quatro itens imprescindíveis para um viajante responsável, a saber:

1. Respeito à soberania local: não casualidade, cooperação, inserir-se na realidade visitada;
2. Consciência de nosso papel como turista: o fundamental é a consciência do nosso impacto sociocultural, ambiental, econômico e político; e do nosso papel político como organizadores ou consumidores de um produto (a viagem) deixando sempre pouco nas mãos da indústria do setor e estrangulando sua necessidade de crescimento;
3. Sem pressa: o tempo é determinante para inserir-se no ritmo do lugar de destino sob pena da perda de qualidade e sentidos. Organiza tua viagem com autonomia e tranquilidade.
4. Promover a máxima equidade econômica possível: nem hotéis nem agências, recorra o mínimo a indústria turística multinacional, através dos quais a maior parte do dinheiro que você gasta no país que visita voltará ao exterior (1996, p. 314 e 315).

Economia baseada na ética e na solidariedade

As práticas econômicas do turismo comunitário sugerem uma relação próxima com os preceitos da socioeconomia solidária, implementando o preço justo e a relação ética entre comunidade e visitantes, a solidariedade nas relações e o associativismo.

Para a Rede Tucum (2010b), “o turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes”.

As práticas associativas e os projetos coletivos estruturam a oferta turística a partir “da definição conjunta dos objetivos (associação), da tentativa de um melhor conhecimento das expectativas dos turistas, das estratégias de produção, de promoção e de comercialização” (ZAOUAL, 2008, p.4).

A intenção é estruturar a atividade para que ela seja capaz de promover a distribuição equitativa das receitas entre os pequenos empreendedores do turismo e também entre os produtores locais que acabam fornecendo, na medida do possível, produtos alimentícios e souvenirs, beneficiando-se indiretamente do turismo.

Para a TURISOL (2010), trata-se da “geração e distribuição de renda equitativa, praticando preços justos, satisfazendo comunidade e turistas, além de promover a distribuição da renda entre os moradores locais”.

É importante atestar que o aspecto econômico dos projetos de turismo comunitário é fundamental para alcançar as expectativas das pessoas envolvidas. Entretanto, esta tem sido uma das áreas mais complicadas por uma série de motivos, entre eles: o despreparo das pessoas responsáveis, a falta de experiência com administração de pequenos negócios e a dificuldade em expressar em valores monetários serviços que antes eram associados ao prazer de receber bem as pessoas.

Outra característica da economia do turismo comunitário é que ela está subordinada às estratégias gerais da comunidade que, por sua vez, se fundamentam em valores éticos e políticos específicos. Ou seja, as oportunidades de geração de benefícios financeiros seguem os princípios acima exemplificados.

Dois exemplos reais vivenciados por comunidades da Rede Tucum podem elucidar o que falamos:

- a) Não hospedagem de turistas não responsáveis nas pousadas mesmo que isso signifique lotação durante o feriado, pois pode trazer situações indesejáveis para a comunidade;
- b) Diante da necessidade de ampliação da oferta de leitos em uma comunidade, uma família poderia ampliar a quantidade de UH's oferecidos na sua pousada, mas não o fazem em detrimento da possibilidade de outra família se estruturar para também oferecer hospedagem.

Baseados nas considerações expostas, podemos concluir que o turismo comunitário apresenta especificidades econômicas que podem caracterizá-lo enquanto um eixo diferenciado de turismo, ou um setor econômico elaborado a partir de uma concepção de desenvolvimento baseada no território, em pequena escala.

Afirmar as particularidades do turismo comunitário é reconhecer que muitas contribuições ainda são necessárias no sentido de promover reflexões, desenvolver técnicas e elaborar instrumentos que sejam capazes de fortalecer a proposta considerando todas as suas características, em especial, o caráter comunitário do planejamento e gestão, as especificidades das culturas locais e seus saberes e fazeres e um tipo de desenvolvimento baseado nas territorialidades.

5 TURISMO COMUNITÁRIO EM CAETANOS DE CIMA

O turismo e o progresso entre nós está
Mas a vida das pessoas vale muito mais
Perguntamos com insistência, porque não conseguem ver
Que o progresso que queremos a gente é que faz⁶³

A comunidade de Caetanos de Cima, como elucidado anteriormente, possui uma forte presença nos movimentos sociais da zona costeira – mulheres pescadoras, pescadores, ambientalistas, de cunho cultural. Nas articulações das quais faz parte, tiveram a oportunidade de conhecer tanto realidades impactadas com o modelo de turismo convencional quanto aquelas que desenvolvem o turismo comunitário.

As primeiras discussões sobre o tema na comunidade datam do ano 2003, a partir das trocas de experiência com comunidades como a Prainha do Canto Verde. Em 2006, participam das primeiras discussões sobre a formação de uma rede de turismo comunitário, que culmina na Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário, da qual é membro fundador e faz parte da sua Coordenação Geral.

Por isso, é importante compreender os aspectos e eixos norteadores da atuação da Rede Tucum para localizar a participação de Caetanos de Cima na sua construção do turismo comunitário.

5.1 Rede Tucum – a história recente de uma importante articulação

A Rede Tucum é uma articulação de dez comunidades localizadas na zona costeira cearense mais dois grupos organizados em Fortaleza que atuam como ponto de apoio aos visitantes, além de duas instituições que dão suporte às atividades e à articulação dos envolvidos na construção do turismo comunitário: o Instituto Terramar, de Fortaleza/CE, e a

⁶³ Trecho de Sonhadores, música da banda Brilho do Mar e letra de Valneide Sousa.

Associação Tremembé, de Trento/ Itália que tem atuação no turismo responsável no litoral leste do Ceará desde os anos de 1990.

São permitidos, como membros associados à Rede Tucum, comunidades, instituições, movimentos e grupos sociais que assumam os princípios da rede e se comprometam a respeitar e a seguir as normas coletivas.

As organizações sociais que fazem parte, hoje, da Rede Tucum em Fortaleza são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através do Alojamento Frei Humberto, e a Associação Mulheres em Movimento, do Conjunto Palmeiras.

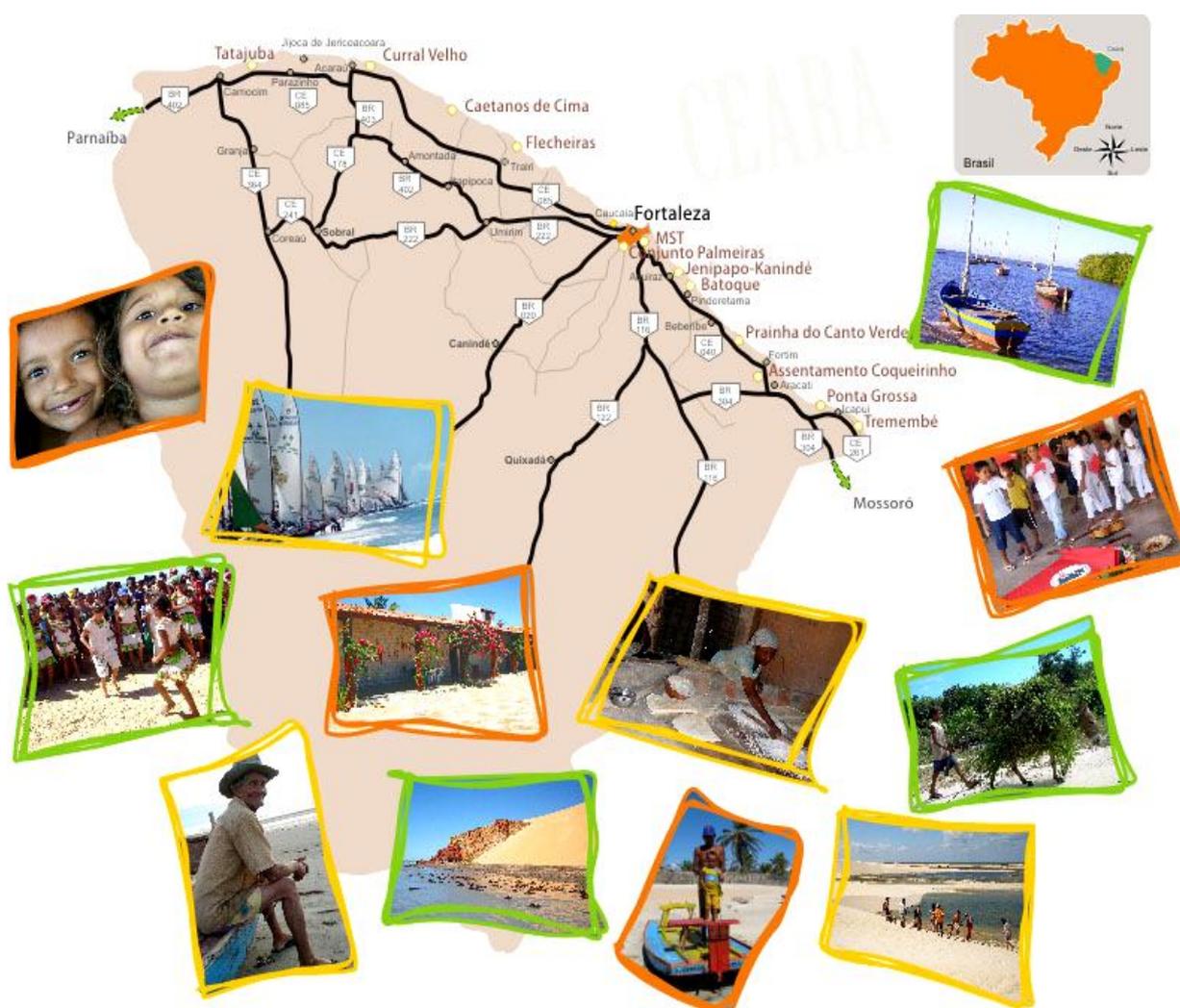


Figura 5.1 – Imagem ilustrativa das comunidades que fazem parte da Rede Tucum (em amarelo) e sua distribuição na zona costeira cearense.

Fonte: Folder institucional da Rede Tucum, 2009.

Na zona costeira, as comunidades membros da Tucum são:

- Litoral Leste - comunidades mais experientes nesta atividade, algumas delas tendo sido as primeiras a desenvolver o turismo comunitário no estado, bem como a se articularem entre si para oferecer roteiros integrados: Lagoa da Encantada e Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Tremembé e Ponta Grossa (Icapuí).
- Litoral Oeste - comunidades que apenas mais recentemente incluíram o turismo comunitário ao seu rol de atividades econômicas. Esta região está entrando apenas recentemente no circuito de turismo convencional do Estado: Flecheiras (Trairi), Caetanos de Cima (Amontada), Curral Velho (Acaraú) e Tatajuba (Camocim).

Além dos membros efetivos, estão se aproximando gradualmente os índios Tapeba, de Caucaia-CE, e as iniciativas em Fortaleza do Movimento dos Conselhos Populares – MCP.

Para a Rede Tucum, turismo comunitário é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão e baseia-se na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

Os membros da rede estão construindo e fortalecendo uma experiência diferenciada de turismo fundamentada nos princípios que os unificam e dão identidade à rede, a saber:

1. Projetos coletivos formais e informais, de base familiar - os grupos organizados fortalecem a organização comunitária sem promover desigualdades ou reforçar preconceitos de gênero, de geração e de etnia;
2. Diversificação econômica - se integra à dinâmica produtiva local, sendo mais uma fonte de renda para a comunidade, sem pretender substituir as atividades produtivas tradicionais;
3. Planejamento e gestão comunitários;
4. Atitude ética e solidária entre as populações locais e os turistas - baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais, os preços praticados,

os intercâmbios culturais, a troca de experiências, as transferências de conhecimentos, saberes e habilidades, etc.;

5. Geração e distribuição equitativa da renda - promove a distribuição de renda e das possibilidades de ganho com a atividade turística entre os moradores locais;

6. Constituição de fundos comunitários - uma parcela dos recursos financeiros gerados pelo turismo comunitário deve compor um fundo comum de uso coletivo segundo necessidades da própria comunidade;

7. Valorização da produção, da cultura e das identidades locais - fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições;

8. Cooperação e parceria - promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente;

9. Desenvolvimento de princípios e critérios - a comunidade local deve estabelecer normas e regras para regulamentar os empreendimentos e os processos turísticos;

10. Construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental.

A zona costeira cearense tem sido alvo, desde os anos 1970, de ameaças severas decorrentes dos conflitos de interesse e uso do espaço pelas novas atividades econômicas e sociais. Dentre as mais marcantes, ressaltamos a especulação imobiliária para, inicialmente, casas de veraneio e, depois, grandes empreendimentos turísticos, e a criação de camarão em cativeiro. Mas também a pesca predatória, o latifúndio, a grilagem de terras e a degradação ambiental e social em geral marcam esta região.

Estas atividades provocaram uma série de impactos negativos tanto aos ecossistemas quanto ao território e cultura das populações tradicionais ali residentes. Algumas comunidades organizaram-se em defesa de seus territórios e pela proteção ao ambiente, apoiadas por diferentes organizações e movimentos sociais.

Associados a esta ação de resistência, surge a necessidade de ações afirmativas do modo de vida e de um estilo de desenvolvimento diferenciado que desse suporte aos brados de resistência destas comunidades. Neste contexto, o turismo comunitário surge, para os membros da Rede Tucum, como atividade capaz de dinamizar as atividades econômicas tradicionais, articulando os diferentes setores e sujeitos na área, ao mesmo tempo em que se

insere como instrumento para fortalecer, afirmar e dar visibilidade às resistências, propostas coletivas e formas de vida dos sujeitos envolvidos.

As primeiras discussões em torno da criação de uma rede de turismo comunitário no Ceará se iniciam com a realização do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável⁶⁴, ocorrido em Fortaleza, em 2003, e com ativa participação do Instituto Terramar. Como resultado do evento, naquele ano é criado extra oficialmente a Rede de Destinos de Turismo Socialmente Responsável do Litoral do Ceará envolvendo as comunidades de Batoque, Balbino, Ponta Grossa, Tatajuba e Caetanos de Cima. Entretanto, as atividades em torno desta articulação são poucas, restringindo-se a elaboração de material promocional para a distribuição no Fórum Social Mundial, em Mumbai (2004), e outros eventos no Brasil.

A partir de então, e lentamente, a ideia vai tomando corpo. As condições de desenvolvimento são facilitadas quando, a este grupo, se juntam de maneira mais contundente a Associação Amigos da Prainha do Canto Verde (AAPCV), da Suíça, e a Associação Tremembé, da Itália. Cada uma destas instituições já trabalhava a temática nas comunidades de Prainha do Canto Verde e Ponta Grossa, e Tremembé e Assentamento Coqueirinho, respectivamente.

Terramar e AAPCV já se articulavam na tentativa de criação de um roteiro integrado das comunidades com as quais trabalhavam no litoral leste. Também buscavam recursos para promover a articulação em rede das iniciativas consolidadas e, como consequência, fomentar as propostas ainda incipientes.

Ao mesmo tempo, em Trento, na Itália, a Associação Tremembé intencionava elaborar um projeto de apoio a comunidades do Ceará através do fomento ao turismo responsável. Com esse intuito, seus representantes visitaram o Ceará assessorados pelo Terramar, a fim de verificar quais comunidades estavam interessadas no turismo comunitário e quais demandas existiam para inseri-las no projeto.

Este objetivo comum acaba por transformar em parceria a relação destas instituições, somando esforços e coordenando ações para a criação de uma única rede solidária de turismo responsável e comunitário no estado.

A partir de então, ações articuladas passam a ser desenvolvidas entre a Associação Tremembé, o Instituto Terramar e a AAPCV.

⁶⁴ <http://www.turismosust.hpg.com.br/home.htm>

Estas ações giraram em torno de cinco eixos fundamentais que ainda hoje organizam as atividades, sejam elas de caráter permanente, pontual ou processual. Eles objetivam estruturar e fortalecer a organização, planejamento e oferta de produtos e serviços turísticos, bem como construir, tanto para as comunidades especificamente quanto para toda a rede, instrumentos, procedimentos e elaborações conceituais para a caracterização do turismo comunitário. São eles:

- Fortalecimento das organizações locais e dos grupos de turismo ligados às associações comunitárias;
- Melhora da infraestrutura turística;
- Elaboração, consolidação e/ ou ampliação da oferta de produtos turísticos;
- Formação de sujeitos para desempenhar as atividades necessárias, tanto de caráter técnico-operacional quanto planejamento e gestão;
- Elaboração e implementação de estratégias de promoção e *marketing*.

Apresentamos um resumo dos projetos para fomento das iniciativas da Rede Tucum no Quadro 3. Perceber a evolução de alguns temas, como estrutura e gestão das estruturas, e a insistência em outros, como a promoção e a formação. Vale lembrar que as alterações decorrentes da execução de um projeto não foram consideradas neste quadro.

Em setembro de 2007, acontece o I Encontro da Rede Tucum, na Prainha do Canto Verde - Beberibe, e se torna o marco inaugural desta articulação onde ficam definidos os princípios e critérios da rede bem como os participantes fundadores⁶⁵ e o nome Tucum.

Em 2008, ainda bastante imatura, a Rede Tucum é lançada durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, em Fortaleza-CE⁶⁶, com os objetivos de:

- promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território (há décadas existe um acentuado processo de expulsão das populações costeiras) e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais, em particular a pesca e a agricultura;
- oferecer, aos viajantes responsáveis de todo o mundo, a oportunidade de conhecerem estas localidades fascinantes e as populações que nelas vivem (REDE TUCUM, 2010c).

⁶⁵ Até hoje, os membros da Rede Tucum são os mesmos definidos neste encontro.

⁶⁶ www.sits2008.org.br.

No mesmo ano, o Terramar elabora o projeto Apoio a iniciativas de turismo de base comunitária por meio do fortalecimento da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Tucum, que foi submetido ao primeiro edital do MTur e implementado pelo convênio 700499/2008. As ações iniciaram em 2009 e devem ser finalizadas até setembro de 2010, cujas principais linhas se encaixam nos eixos de:

- Promoção e *marketing*: elaboração e divulgação de produtos promocionais, incluindo aí o *site*, *folders*, camisas e vídeo promocionais, além de uma pesquisa de mercado sobre a demanda do turismo comunitário/ Rede Tucum;
- Fomento a organização de quatro grupos comunitários, através do fortalecimento da identidade cultural e possibilitando o envolvimento de jovens nas ações do turismo; como resultado, pesquisa, exposições e cartilhas sobre a história e memória local⁶⁷ foram realizadas nas comunidades de Prainha do Canto Verde, Caetanos de Cima, Batoque e Curral Velho;
- Formação de sujeitos enfocando a gestão de negócios solidários, qualidade e atendimento;
- Atividades de integração e intercâmbio junto a Rede Turisol.

O II Encontro da Rede Tucum acontece em dezembro de 2008, em Caetanos de Cima – Amontada, no qual os princípios foram reafirmados e o caminho foi avaliado, apontando para os desafios a superar e os próximos passos a seguir.

Em março de 2009, a Rede Tucum recebe o prêmio To Do!, concedido pelo *Studienkreis für Tourismus und Entwicklung* (Instituto de Turismo e Desenvolvimento, na Alemanha) a iniciativas de turismo socialmente responsável, denotando o reconhecimento internacional à experiência cearense e possibilitando uma boa repercussão internacional para a proposta.

Em dezembro de 2009, realiza-se o III Encontro da Rede Tucum, também chamado de Assembleia Geral. Foram discutidos assuntos como promoção e *marketing*, relacionamento com agências, sustentabilidade da rede, desenvolvimento institucional e caderno de normas e procedimentos.

⁶⁷ Resultados do Projeto Historiando, uma proposta de educação patrimonial e ensino de história baseada na pesquisa sobre história, memória e identidade local a partir dos próprios moradores das comunidades.

Em relação aos demais, as pautas deste encontro e o envolvimento dos participantes demonstraram o amadurecimento da rede e das comunidades acerca do turismo comunitário e o início da caminhada em direção a uma estruturação interna da organização, especialmente a discussão sobre normas e procedimentos comuns e claramente adotados pelos seus membros.

Foram oficializadas algumas características da organização da rede, como a descentralização, e definidos os princípios gerais sobre os quais sua atuação deve se basear: democracia direta, transparência e igualdade de gênero, de raça e de etnia.

A Rede Tucum ainda não é institucionalizada, sendo considerado um tema para discussões futuras. Entretanto, estão elaborando seu Caderno de Normas, contendo os procedimentos, normas e regimento interno da organização. Segundo este, a estrutura organizacional da rede é formada pelos seguintes grupos:

- Assembleia Geral: instância máxima de decisão da Rede Tucum, é formada pelos Membros Efetivos e Instituições;
- Coordenação Geral: formada por representantes das Instituições, um representante dos Membros Efetivos do Litoral Leste e um representante dos Membros Efetivos do Litoral Oeste;
- Equipe de Formação, Promoção e *Marketing*: formada por representantes das Instituições;
- Grupo de Turismo Comunitário Local: formado pelas pessoas/ famílias envolvidas na atividade turística da comunidade, fazendo parte da Associação Comunitária e/ ou grupo social organizado; é o gestor do turismo local e é formado pela Coordenação Local e pelos subgrupos – Passeios e Trilhas, Hospedagem, Alimentação e Entretenimento, de acordo com a sua oferta de serviços.

O Quadro 5.1 apresenta um resumo dos principais projetos desenvolvidos pelas diferentes instituições para a Rede Tucum elaborados entre os anos de 2006 e 2009.

PROJETO	PROPONENTE/ FINANCIADOR	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Plano de Comunicação e Marketing da Rede Cearense de Turismo Comunitário	Instituto Terramar/ ICCO	Contribuir na promoção e construção do turismo comunitário, sustentável e socialmente responsável, pautado no envolvimento efetivo das comunidades costeiras, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida destas populações e para a justiça social e ambiental em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - Construir um plano de comunicação e marketing das comunidades que desenvolvem turismo comunitário no litoral cearense. - Apoiar a criação de uma rede de cooperação entre comunidades litorâneas cearenses envolvidas nestas experiências de turismo comunitário - Aumentar a visibilidade dos produtos e destinos turísticos comunitários do litoral cearense.
Ação de apoio para a implementação de uma rede de turismo solidário e responsável entre comunidades do Estado do Ceara (Brasil)	Associação Tremembé/ Prefeitura de Trento	Melhorar as condições econômicas, sociais e ambientais das comunidades envolvidas através do turismo comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar um processo de sensibilização e formação sobre os princípios do turismo sustentável nas comunidades envolvidas; - Promover a criação de oferta endógena de pequenas empresas para gestão comunitária no setor do turismo responsável e comunitário; - Promover a demanda interna e internacional dos serviços turístico responsável e comunitário ofertados pela rede.
Turismo Comunitário: Reconstruindo Horizontes	Instituto Terramar/ INTERVITA	Fortalecer a autonomia e a capacidade de enfrentamento e resistência das comunidades costeiras frente aos impactos negativos do turismo de massa, tendo como estratégia central a construção de possibilidades alternativas do turismo solidário, a formação de sujeitos sociais, a mobilização da sociedade em torno deste tema e a intervenção em políticas públicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar e desenvolver experiências inovadoras de turismo comunitário sustentável em comunidades costeiras do Ceará; - Mobilizar ações interinstitucionais para enfrentamento de violações de Direitos Humanos — especialmente no que se refere aos impactos do turismo de massa sobre mulheres e jovens e à violência contra os grupos de resistência — e interferência em políticas públicas; - Fortalecer a participação política das mulheres e da juventude em ações coletivas através do turismo comunitário e da formação de sujeitos coletivos, como estratégias de enfrentamento e prevenção aos impactos da massificação do turismo convencional e à violação de direitos deste advinda; - Produzir subsídios teóricos e metodológicos para a reflexão/formação dos sujeitos sociais na perspectiva do monitoramento e intervenção nas políticas públicas de turismo e na construção do modelo de turismo comunitário.
Turismo Comunitário: Afirmando identidades e construindo sustentabilidade	Instituto Terramar/ MTur	Fortalecimento a iniciativas de turismo de base comunitária por meio do desenvolvimento institucional da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Tucum.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento institucional da Rede Tucum; - Fortalecer a promoção e marketing dos produtos e serviços da Rede Tucum; - Desenvolver ações turísticas levando em consideração a identidade e a valorização da memória e história local.
Ação de apoio e promoção da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário - Brasil	Associação Tremembé/ Prefeitura de Trento	Melhorar as condições de vida das comunidades beneficiadas no projeto.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover e estruturar a oferta turística tornando-a mais acessível a nível interno e externo; - Melhorar a gestão comunitária da estrutura receptiva; - Reforçar e valorizar a história e identidade da comunidade local.

Quadro 5.1 – Relação de projetos implementados e/ ou em fase de implementação na Rede Tucum.

5.2 Características do turismo comunitário em Caetanos de Cima

O turismo comunitário em Caetanos de Cima é marcado pelas referências político-sociais que dão vida e caracterizam a comunidade: os projetos de desenvolvimento local baseados na sustentabilidade e a resistência diante dos conflitos fundiários.

Ele surge inspirado na experiência da Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE, durante Curso de Formação de Novas Lideranças⁶⁸ promovido pelo Instituto Terramar com o objetivo de formar sujeitos críticos capazes de compreender e intervir na realidade a fim de garantir melhor qualidade de vida das suas comunidades. Ocorrido entre os anos de 1999 e 2002, contou com a participação de representantes de 24 comunidades de 14 municípios do litoral cearense, tendo sido uma importante contribuição para a organização comunitária desta região.

Depois disso, em 2002, participou do Seminário de Planejamento do Turismo Comunitário em Tatajuba, Camocim-CE, evento que contribuiu para a discussão sobre o turismo comunitário local.

Em agosto de 2003, representantes de Caetanos de Cima tiveram contato mais próximo com a experiência pioneira da Prainha do Canto Verde no turismo comunitário, quando participou do Seminário de Planejamento Estratégico para avaliar o Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde, elaborado em 1998, e definir os novos caminhos para o turismo na comunidade.

Estes intercâmbios fizeram surgir o reconhecimento das semelhanças existentes entre as comunidades, como a tradição na organização comunitária, os diversos grupos e projetos existentes, a resistência à especulação imobiliária e a preocupação com as questões ambientais. Assim, Caetanos de Cima inspirou-se nos projetos desenvolvidos com sucesso pela Prainha do Canto Verde. Entre eles, o turismo comunitário passou a fazer parte das discussões estratégicas da APAP AIS, devido o seu potencial em fortalecer a organização local.

⁶⁸ O curso foi dividido em cinco módulos de uma semana cada, a saber: associativismo e cooperativismo, aspectos ambientais e sociais da região costeira e litorânea, gestão e desenvolvimento sustentável. Participaram as comunidades de Icapuí (Redonda e Ponta Grossa), Aracati (Fontainha, Majolândia e Canoa Quebrada), Fortim (Canto da Barra e Maceió), Beberide (Parajuru, Morro Branco e Prainha do Canto Verde), Cascavel (Balbino e Barra Velha), Aquiraz (Batoque), Paracuru, Paraipaba (Lagoinha), Trairi (Guajiru, Flecheiras e Embuaca), Itapipoca (Maceió), Amontada (Caetanos de Cima), Acaraú (Curral Velho e Barrinha), Camocim (Tatajuba) e Fortaleza (Mucuripe).

Em 2007, surge a primeira possibilidade de iniciar as atividades do turismo comunitário e materializar aquilo que estava, até então, no âmbito das ideias. A Associação Tremembé, quando da elaboração do seu projeto de apoio às iniciativas de turismo comunitário, propõe o financiamento de uma pousada coletiva co-gerenciada pela APAPAIS e pela referida ONG.

A proposta foi recusada por três motivos: dificuldade de encontrar um espaço apropriado que fosse de propriedade coletiva, dificuldade de trabalho em atividades de caráter coletivo⁶⁹ e, principalmente, falta de autonomia que a comunidade teria nos primeiros anos de gestão da pousada.

A partir de então, foram os projetos elaborados e coordenados pelo Instituto Terramar que movimentaram e tornaram possível as atividades relacionadas ao turismo comunitário em Caetanos de Cima.

A atividade turística da comunidade tem origem a partir de dois eixos complementares e compartilhados. Enquanto Caetanos de Cima se motiva para desenvolver a atividade a partir de seus contatos com outras comunidades, recebe apoio do Instituto Terramar, que mantém uma assessoria sistemática desde 2001 em diferentes setores da vida comunitária.

O planejamento estratégico da APAPAIS para o ano de 2007 é uma primeira tentativa de precisar a atividade, identificando as necessidades e realizando os primeiros encaminhamentos para a concretização do turismo comunitário local. A partir do surgimento da Rede Tucum, as ações passam a ser mais frequentes. Em 2008, é realizado o primeiro planejamento estratégico voltado especificamente para a ação do turismo comunitário em consequência das ações financiadas pelo INTERVITA, definindo as ações prioritárias e as famílias que seriam mobilizadas inicialmente.

As atividades resumidas no Quadro 5.2 demonstram a dinamização e mobilização da comunidade para o turismo comunitário.

⁶⁹ Experiências anteriores de gestão coletiva de terras não tiveram muito sucesso.

ANO	ATIVIDADE	CONSIDERAÇÕES
2002	Seminário de Planejamento Estratégico do Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde	Intercâmbio com uma comunidade experiente no turismo comunitário, servindo de inspiração para Caetanos de Cima.
	Seminário de Planejamento do Turismo Comunitário em Tatajuba	Fortalecimento da intenção de desenvolver a proposta de turismo comunitário em Caetanos de Cima.
2003	I SITS	Compreensão sobre os impactos do turismo convencional.
2007	I Encontro da Rede Tucum (Prainha do Canto Verde)	Ampliação e consolidação da rede e ajudou a moldar o projeto de turismo comunitário local.
	Planejamento Estratégico da APAPAIS	O turismo comunitário se insere como atividade importante, identificando suas contribuições para a comunidade.
2008	Planejamento da participação da Rede Tucum no II SITS/ Lançamento da Rede Tucum	Garantiu a participação no II SITS, ampliou as pessoas envolvidas no debate sobre o turismo na comunidade e provocou o encantamento pela proposta.
	Curso de Gestão de Pequenos Negócios Turísticos (2ª Etapa)	Possibilidade de aplicar conhecimentos na prática.
	II SITS	Deu visibilidade para Caetanos de Cima.
	Curso de Guia Local	Formou alguns jovens como multiplicadores, consolidando o grupo de trilhas local.
	Planejamento Estratégico do Turismo Comunitário	Organizou a proposta de turismo comunitário local, identificando os desafios e planejando e encaminhando suas soluções.
	Estruturação da oferta de hospedagem e alimentação	Financiamento, através dos recursos do INTERVITA, das infraestruturas turísticas para hospedagem e Barraca das Mulheres.
	II Encontro da Rede Tucum (Caetanos de Cima)	Visibilidade da proposta de turismo comunitário para toda a comunidade, envolvimento de muitas famílias e incentivo para a inauguração das estruturas.
2009	Assessoria local em Hospitalidade e Atendimento e A&B	Melhora das estruturas e adequação de algumas técnicas do setor de Alimentos e Bebidas para a realidade local.
	Assessoria local em Gestão de Pequenos Empreendimentos Turísticos	Implementação de instrumentos básicos de gestão turística a partir das características dos empreendimentos locais.
	Projeto Historiando Caetanos de Cima	Exposição sobre a história local e produção de cartilha resultado da pesquisa participante realizada com os moradores.
	Formação em Organização Política de Mulheres e Gênero e Desenvolvimento	Início das discussões sobre a necessidade de autonomia, empoderamento e participação qualificada das mulheres nas atividades do turismo comunitário.
	Seminário Temático sobre os impactos do turismo de massa na vida das mulheres	Início das discussões que envolvem o turismo e a exploração sexual como forma de pensar em medidas preventivas.
	Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária (Nova Olinda/CE)	Contato com outras experiências de turismo comunitário do país, membros da Turisol.
	Seminário em Gestão de Negócios Solidários e Direito ao Território (Prainha do Canto Verde/CE)	Intercâmbio com representantes de comunidades que fazem turismo comunitário em todo o país.
	III Encontro da Rede Tucum (Tremembé)	Maior envolvimento com a coordenação da Rede Tucum e encaminhamento de procedimentos coletivos.

Quadro 5.2 – Resumo das atividades relacionadas ao turismo comunitário ocorridas em Caetanos de Cima entre os anos de 2002 e 2009.

Fonte: Planejamento Estratégico de Turismo Comunitário em Caetanos de Cima, 2009.

Entretanto, é apenas no final de 2008 que os primeiros grupos de visitantes chegam à comunidade para participarem do III Encontro da Rede Tucum. Depois disso, outro grande evento marca o início das atividades turísticas na comunidade: a Festa da Terra, em janeiro de 2009, em comemoração aos 20 anos de luta pela terra, a criação da Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba - APAPAIS e o encerramento do Projeto Ponto de Cultura.

5.2.1 A organização para o turismo comunitário

O maior parceiro para o desenvolvimento da proposta de turismo comunitário é o Instituto Terramar, ONG voltada para a afirmação dos povos do mar que desenvolve outros projetos localmente e presta assessoria às questões ligadas ao desenvolvimento institucional e político da APAPAIS.

Seguindo os procedimentos adotados pela Rede Tucum, a organização local voltada para o planejamento e ações práticas do turismo comunitário faz parte da APAPAIS. Este grupo define coletivamente os caminhos do turismo local, bem como a estratégia e organização da oferta segundo interesse e disponibilidade das famílias e necessidades da demanda.

Dessa maneira, o turismo se insere dentro de um processo já estruturado de desenvolvimento e organização local. É, portanto, uma proposta coletiva, comunitária, de caráter complementar diante de uma dinâmica complexa mais ampla.

Legalmente falando, estes empreendimentos não possuem registros nos órgãos oficiais do governo, nem daqueles que regularizam e quantificam a atividade turística no país. Por se tratarem de assentados rurais, a eles é proibido, sob pena de perder a condição de agricultor familiar e os benefícios decorrentes dessa categoria, a participação em empresas ou o uso empresarial das suas terras, configurando-se em uma questão a ser superada a partir de negociações com o poder público.



Figura 5.2 – Placa da Rede Tucum/ APAP AIS afixada na praia de Caetanos de Cima, fazendo propaganda do turismo comunitário local (2010).

O Grupo de Turismo Comunitário Local (GTCL) é composto pelos subgrupos: Coordenação Local, Comunicação, Hospedagem, Passeios e Trilhas, Cozinheiras e Animação Cultural.

Segundo a Rede Tucum, a Coordenação Local pode ser formada por uma ou duas pessoas com o objetivo principal de coordenar as reuniões, formações, estudos, organização e socialização de informações e, entre outras atribuições, exerce um papel semelhante ao de uma agência de turismo receptivo, coordenando a acolhida e a programação dos visitantes e controlando as reservas dos serviços locais.

No caso de Caetanos de Cima, que faz parte da Coordenação Geral da Rede Tucum enquanto representante dos membros do litoral oeste, a Coordenação Local é o representante na Coordenação Geral.

Os demais grupos são mais práticos e dizem respeito às atividades específicas das quais os membros do GTCL fazem parte.

A Animação Cultural é, na verdade, o grupo do Ponto de Cultura que canta, toca e dança o coco, além de fazer brincadeiras tradicionais durante as apresentações culturais. Trata-se, portanto, de um tipo de ‘prestador de serviço’ mais que de um subgrupo específico do turismo comunitário.

Esta estrutura ainda está em processo de consolidação, visto que os membros mais ativos da associação costumam reunir-se uma vez por semana e encaminham juntos os assuntos que dizem respeito à comunidade, inclusive os do turismo.

Isto não seria um problema caso fossem evitados duas consequências um tanto severas para o funcionamento da atividade: (1) as decisões sobre o turismo acabam sendo tomadas por este grupo mais assíduo nas reuniões semanais, já que não existem momentos específicos para o encontro dos envolvidos na atividade, sendo o turismo misturado às discussões e encaminhamentos mais gerais da associação o que, conseqüentemente, leva à (2) sobrecarga de tarefas e centralização das responsabilidades sobre estes mesmos membros mais ativos, já responsáveis por várias outras questões.

Essa imprecisão sobre os membros do grupo/ subgrupos do turismo pode ser, também, resultante da pouca experiência e clareza sobre os procedimentos relacionados à atividade. Em Caetanos de Cima, em num primeiro momento, os grupos de pescadores, agricultores e artesãos, por exemplo, faziam parte do GTCL, o que significava praticamente toda a organização comunitária, pelo fato de seus produtos serem aproveitados pela atividade. Isto enfraquecia o grupo, pois era de se esperar que estes subgrupos da associação não se sentissem motivados a discutir constantemente às questões inerentes ao turismo já que estas se encontravam distantes da sua realidade. Após algumas discussões, ficou mais clara a distinção de participação e envolvimento diferenciados destes sujeitos no turismo comunitário, desinchando o grupo e potencializando as ações do GTCL.

Entretanto, ainda se percebe alguma dificuldade em definir precisamente os membros do grupo e os subgrupos deste. Na pesquisa de campo realizada, muitos entrevistados disseram participar do GTCL por causa do grupo de Artesanato – já que o artesanato é vendido aos visitantes.

5.2.2 A oferta de turismo comunitário

Caetanos de Cima ocupa uma área de grande beleza natural e baixa ocupação do litoral o que dota seu ambiente circundante de características paradisíacas: poucas casas, quase nenhuma movimentação na praia, estilo de vida simples e baixo impacto sobre natureza. Logo, seus principais atrativos giram em torno destas características: o encanto da bela paisagem e a vida de sua população.



Figura 5.3 – Praia limpa e deserta ao lado do litoral de Caetanos de Cima. Ao fundo, a presença marcante de eolianitos (2008).

A praia bordejada por arrecifes de coral proporciona momentos de lazer durante a maré baixa, um passeio tranquilo acompanhando os exemplares raros de dunas sedimentadas e um descanso nas pequenas e grandes lagoas de água doce e salobra.

Também são atrativos locais a organização comunitária, propondo alternativas de desenvolvimento para a zona rural, e as expressões culturais cultivadas por intermédio do Ponto de Cultura, como o artesanato, o grupo Raízes do Coco e a banda Brilho do Mar.

Sobre a natureza do produto turístico, em Caetanos de Cima existe a combinação de um tipo de (1) agroturismo⁷⁰, articulado com o (2) ecoturismo⁷¹ e o turismo cultural⁷².

Apesar desta oferta ainda não estar estruturada, identificamos como potencialidade para o turismo da comunidade o desenvolvimento de produtos que atendam a outros segmentos como as práticas esportivas náuticas, como os passeios de canoa e jangada e a pesca. O *bird watching*, ou observação de pássaros, também pode ser estruturado⁷³.

A pouca experiência que a comunidade tem com a execução das atividades turísticas faz com que a oferta seja imatura, encontrando-se, de maneira geral, ainda em processo de consolidação.

O Quadro 5.3 apresenta os produtos e serviços existentes na comunidade e seu estágio de desenvolvimento. Por *Incipiente* consideramos os produtos e serviços que ainda estão mais no âmbito da ideia, não foram planejados e exigem, para a sua efetivação, de materiais que garantam a sua qualidade e segurança. *Em Consolidação* significa que o produto ou serviço já foi organizado e planejado, mas precisa ser aperfeiçoado a partir da experiência prática e/ ou através de cursos de qualificação. Consideramos *Consolidado* quando o produto ou serviço é realizado de maneira eficiente e com qualidade e segurança.

Existem, na comunidade, quatro pequenos empreendimentos voltados exclusivamente para a atividade turística: o Chalé Velejador dos Sonhos, a Pousada Toca dos Grauçás, a Barraca das Mulheres e uma pousada em construção.

⁷⁰ Definido pela convivência com as atividades produtivas rurais de populações locais (nativas e/ ou tradicionais), neste caso especialmente a agricultura de subsistência, o artesanato e a pesca artesanal.

⁷¹ “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf).

⁷² “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf).

⁷³ Um estudo inicial a respeito já foi realizado por voluntários holandeses cujas informações iniciais encontram-se em <http://caetanosdecima.wordpress.com/2009/10/09/aves-no-caetano-da-cima-observados-por-sytse-e-marlies-tjallingii-18-agosto-2009/>.

No.	PRODUTO/ SERVIÇO	CARACTERÍSTICAS	ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
1.	Hospedagem em pousada/ chalé	Diária com café da manhã em UH's simples	Em consolidação.
2.	Hospedagem domiciliar	Diária com café-da-manhã nas casas dos moradores	Incipiente.
3.	Trilha Caminho da Serpente	Caminhada da praia até a Lagoa da Sabiaguaba, passando pelos cultivos, ouvindo moradores e visitando as atrações naturais da comunidade	Em consolidação.
4.	Passeio de Carroça	Caminho percorrido pela trilha, mas feito em carroça	Em consolidação.
5.	Passeio de Barco no Mar	Passeio em jangada ou canoa pelo mar litorâneo	Incipiente.
6.	Alimentação	Serviços de alimentação e bebida fornecidos pelo grupo de cozinheiras para eventos, na escola ou na Barraca das Mulheres. A pousada também fornece refeições	Em consolidação.
7.	Ciclo de Cultura	Momento marcado pela apresentação das manifestações culturais locais*, animado por música ao vivo, venda de artesanato e, quando lua cheia, lual e jantar típico.	Em consolidação.
8.	Traslado	Transporte particular em carro ou moto faz o percurso rodovia - Caetanos de Cima e Baleia - Caetanos de Cima segundo demanda	Consolidado.

Quadro 5.3 – Oferta de produtos e serviços turísticos de Caetanos de Cima em 2009.

* Dança do coco, ciranda, brincadeiras folclóricas, contação de histórias pelos mais velhos.

O Chalé Velejador dos Sonhos (Figura 5.4a) foi inaugurado em dezembro de 2008, quando da realização do III Encontro da Rede Tucum. É organizado por uma das famílias mais antigas e atuantes na organização comunitária. Localizado vizinho à casa da família, a aproximadamente 300 m da praia, o chalé possui uma pequena varanda, uma antessala, um quarto com cama de casal e um banheiro privativo. O café-da-manhã, incluso na diária, é tomado junto com a família bem como as demais refeições.

A Pousada Toca dos Grauçás (Figura 5.4b) foi inaugurada em janeiro de 2009, contando com 5 UH's, cada qual com uma cama de casal e um banheiro privativo, uma cozinha, uma sala equipada com sofá e TV e uma ampla varanda. É organizado por uma das famílias mais atuantes na organização comunitária. Foi construída próximo à praia, onde antes era a residência da família, ficando, portanto, afastado da dinâmica domiciliar. Todas as refeições são oferecidas pela pousada, que contrata temporariamente pelo menos um componente do grupo de Cozinheiras enquanto existem hóspedes na pousada.



Figura 5.4 – Chalé Velejador dos Sonhos, acima, e Pousada Toca dos Grauçás, abaixo (2010).

A Barraca das Mulheres (Figura 5.5) existe desde 8 de março de 1997, tendo sido uma iniciativa do Grupo de Mulheres contra a especulação imobiliária, construída em regime de mutirão de taipa, como uma estratégia coletiva para ocupação da praia devido aos conflitos de terra que ameaçavam tomar a pequena parcela de acesso ao mar da comunidade. Em 2002, passa a ser de alvenaria. A última reforma, em 2009, ampliou em três vezes a sua estrutura sem ter conseguido concluí-la por falta de verba, portanto, ainda não foi inaugurada. Está localizada na praia e é propriedade e responsabilidade do Grupo de Mulheres, por isso a permanência deste nome. Hoje, está aberta apenas aos domingos devido ao pouco movimento na praia. Quando há eventos, é dela o papel de servir as refeições. Além disso, quando da realização dos Ciclos de Culturas para turistas, a refeição inclusa é responsabilidade dela.



Figura 5.5 – Barraca das Mulheres. A última reforma, iniciada em 2009, ainda não foi concluída (2010).

Aspectos Administrativos

Segundo a análise de oferta e demanda da RENITURAL, realizada pela FUTURISMO (200-), alguns instrumentos administrativos garantem a eficiência da implementação e organização do projeto turístico. A avaliação da aplicação destes

procedimentos permite visualizar a capacidade de comercialização dos empreendimentos de turismo.

A avaliação da capacidade de implementação de ações de comercialização está dividida em dez critérios básicos: 1) Existência de pessoal administrativo; 2) Existência de instalações para uso de escritório; 3) Registros estatísticos; 4) Livros de sugestões; 5) Controle financeiro; 6) Controle de inventário; 7) Sistema de reservas; 8) Investimentos em ações promocionais; 9) Existência de alianças ou acordos comerciais e 10) Existência de tarifas estabelecidas (FU-TURISMO, 200-, tradução nossa).

É possível aplicar uma nota considerando a existência ou não de cada um destes critérios. O valor total, portanto, pode variar de 0 a 10, sendo 8 o aconselhável (FU-TURISMO, 200-).

Considerando a característica particular de Caetanos de Cima que é um projeto coletivo de turismo comunitário, mas com empreendimentos familiares, estes critérios serão discutidos tanto no âmbito das ações levadas a cabo pelo GTCL, quanto pelos núcleos empreendedores.

- Existência de pessoal administrativo (7): os microempreendedores são os próprios responsáveis pela administração do negócio, entretanto ainda necessitam de um pouco mais de experiência prática e acompanhamento próximo de assessoria para implementação de instrumentos de gestão adaptados para a realidade local; em relação ao GTCL, a coordenação local assume uma função gerencial do projeto em geral, mas ainda não está devidamente estruturado.
- Existência de instalações para uso de escritório (7): os pequenos empreendimentos não possuem escritórios; junto com o GTCL, utilizam a infraestrutura de computadores e *internet* do Ponto de Cultura.
- Registros estatísticos (7): existem formulários padronizados da Rede Tucum para cadastro de hóspedes, cujas informações fornecem importantes dados estatísticos sobre a demanda; entretanto, ele ainda é utilizado de maneira irregular, não sendo aplicados a todas as entradas de hóspedes nem são preenchidas completamente; há a ausência absoluta de

estatísticas e controle dos excursionistas, ou seja, dos visitantes que não dormem na comunidade; esta situação não permite a acumulação e processamento dos dados estatísticos de maneira mais próxima à realidade, provocando distorções e imprecisões.

- Livro de sugestões (0): não existe; a Rede Tucum tem uma ficha de avaliação, mas não é aplicada aos hóspedes e visitantes de Caetanos de Cima.
- Controle financeiro (7): ocorre de maneira informal, sem utilizar instrumentos de controle de entrada e saída, nem de maneira a possibilitar análise histórica das contas.
- Controle de inventário (0): não existe.
- Sistema de reservas (6): a demanda é reduzida e esporádica, não exigindo, ainda, complexo sistema de reservas, com controle de entradas e saídas e pagamento antecipado como garantia de *no show*; tudo ocorre de maneira informal, por telefone, a maioria das vezes; a dificuldade maior é a comunicação entre visitantes e a comunidade para efetivar a reserva.
- Investimentos em ações promocionais (5): as ações promocionais para o turismo comunitário de Caetanos de Cima restringe-se à elaboração de um *blog* com informações de acesso e oferta de serviços e às ações realizadas pela Rede Tucum (site, folders, pacotes, etc.).
- Existência de alianças ou acordos comerciais (5): as alianças comerciais existem apenas com a Rede Tucum.
- Existência de tarifas estabelecidas (7): as tarifas são as mesmas para pousada e chalé a fim não despertar a concorrência; entretanto, nem os preços da pousada nem da alimentação estão disponíveis para os visitantes em um cardápio ou tabela de preços.

A média aritmética dos valores atribuídos a cada critério resulta em 5,1, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento da capacidade administrativa tanto dos empreendimentos familiares quanto do GTCL. Esse aperfeiçoamento pode ser um resultado conjunto da prática decorrente do aumento de fluxo, da sensibilização sobre a importância do

controle e autonomia administrativa dos empreendimentos e da assessoria técnica mais presente, considerando as particularidades do turismo comunitário e da comunidade local.

Estruturação do produto turístico

Analisar a estruturação do produto turístico significa avaliar a disponibilidade e a acessibilidade dos bens e serviços oferecidos, como se inserem em um canal de comercialização e como incorporam elementos da animação turística, assim como o seu envolvimento com o entorno natural, as práticas ambientais e a articulação com as diferentes entidades do turismo comunitário (FU-TURISMO, 200-).

FU-TURISMO sugere dez atividades essenciais para a consolidação da oferta turística de uma iniciativa, tanto para uma comunidade específica, quanto para uma articulação em rede cujos objetivos contemplam a promoção e a comercialização do turismo comunitário, como a Rede Tucum, por exemplo.

Baseados na experiência local, adaptamos e alteramos as atividades propostas pela FU-TURISMO a fim de fazer uma avaliação mais condizente com a comunidade e com a proposta de turismo implementada. Neste caso, avaliamos, em conjunto, as ações da comunidade e as da Rede Tucum.

- A comunidade oferece algum pacote turístico (9): sim, existe um pacote turístico, mas é organizado/ comercializado pelo Núcleo de Fortaleza da Rede Tucum e pela atuação incipiente de agências solidárias; todavia, nenhuma comercialização desses pacotes ainda deu certo;
- Existência de tarifas preferenciais para grupos organizados (0): não; as tarifas são as mesmas para indivíduos de qualquer nacionalidade, bem como para pacotes, valores de grupos ou mediações com agências;
- Existência de informações adicionais sobre os recursos turísticos locais e do entorno⁷⁴ (5): não existe informação descritiva, folder ou cartaz acessível aos visitantes sobre as opções de lazer existentes na comunidade nem sobre as características naturais, culturais e históricas da comunidade ou dos vizinhos; existe apenas um banner que introduz, de maneira geral, a comunidade, mas é ineficiente para oferecer os serviços turísticos locais; existem poucos estudos científicos sobre a área, mas estes não estão

⁷⁴ Consideramos entorno as comunidades vizinhas à Caetanos de Cima.

acessíveis; existe um almanaque sobre a cultura local e um CD produzido pelos grupos locais mas são disponibilizados aos visitantes apenas em ocasiões especiais (os equipamentos não dispõem de lojinha ou algo semelhante com elementos da cultura local);

- Os serviços incluem atividades de animação turística (10): sim; existe a oferta de Ciclos de Cultura bastante rico;
- A comunidade realiza atividades ou eventos programados (10): sim; eventos culturais e atividades programadas são realizadas tanto pela comunidade quanto em parceria com a Rede Tucum;
- A comunidade integra atividades e atrações do entorno (0): não; o entorno próximo não dispõe de produtos elaborados ou estão em conflito com Caetanos de Cima; comunidades e/ ou atrações mais distantes que podem ser potencialmente articuladas com o produto turístico de Caetanos de Cima ainda não foram elaboradas/ discutidas;
- A comunidade elabora produtos em parceria com outras comunidades da Rede Tucum (0): não; as comunidades da rede mais próximas são, de fato, distantes de Caetanos de Cima; além disso, o acesso (estrada e transporte público) dificulta a possibilidade de fazer uma parada estratégica ali quando do traslado de turistas de Fortaleza para as comunidades mais distantes do litoral oeste, como Curral Velho e Tatajuba, por exemplo;
- Aplicação de boas práticas ambientais (10): sim; a comunidade possui um sistema em consolidação de coleta seletiva de lixo monitorado pela própria associação local; entretanto, esse caso de sucesso não é valorizado como deveria pelo discurso turístico promocional; assim como, na culinária local, não é valorizado o fato de todos os alimentos serem produzidos localmente e de maneira orgânica; existe o acordo comunitário de proteção às dunas e aos sítios arqueológicos, cujo acesso é controlado;
- Qualidade do entorno natural (10): sim; a qualidade ambiental e zelo pela riqueza natural existente na comunidade é uma das marcas fortes de Caetanos de Cima;
- Dispõe de equipamento necessário para realizar as atividades propostas (7): não totalmente; passeios ainda não estão consolidados pela falta de

equipamentos de segurança; os equipamentos são os utilizados tradicionalmente pelos moradores; apenas parte da oferta de hospedagem é exclusivamente turística.

Estabelecemos um valor para cada um destes critérios e fizemos a média aritmética, resultando em 6,1 o que nos sugere a existência de um produto regularmente estruturado.

5.2.3 A demanda do turismo comunitário

Infelizmente, ainda não existem dados detalhados sobre a caracterização da demanda para o turismo comunitário no Ceará. Estudos de mercado a fim de definir o público para o qual direcionar os produtos e serviços turísticos comunitários ainda não foram realizados. O Instituto Terramar, com apoio do MTur, está em vias de realização de uma pesquisa com o intuito de fornecer dados que possibilitem compreender a demanda do turismo comunitário e da Rede Tucum, que será útil para direcionar e planejar a promoção geral e também a das comunidades.

Os instrumentos de gestão e avaliação elaborados pela coordenação da Rede Tucum e destinados para os hóspedes, como Formulário de Hospedagem e Ficha de Avaliação, foram implementados em Caetanos de Cima desde a inauguração das hospedagens.

Esses instrumentos, aplicados na Pousada Toca dos Grauçás, em 2009, fornecem alguns dados importantes para compreender quem são os turistas que visitam Caetanos de Cima e, assim, ajudar a caracterizar a demanda real existente.

É importante considerar, porém, que a oferta turística local é recente, ainda praticamente desconhecida, o que pode interferir nas análises dela decorrentes. Informações equivalentes a apenas um ano de experiência pode trazer uma série de considerações inapropriadas e distorcidas.

Em relação aos mercados emissores, Fortaleza é a principal origem dos hóspedes de Caetanos de Cima, seguido de perto pelos de outros municípios do estado, como demonstrado na Tabela 5.1.

Tabela 5.1 – Origem dos hóspedes da Pousada Toca dos Grauçás, em 2009 (%).

ORIGEM	Nos. ABSOLUTOS	Nos. RELATIVOS
Fortaleza	35	63%
Itapipoca	03	5%
Outros municípios do Estado	08	14%
Outros países (Holanda e Itália)	06	11%
Outros Estados	04	7%
TOTAL	56	100%

Apesar da proximidade, há um número reduzido de visitantes de Itapipoca e nenhum proveniente da sede municipal - Amontada. Podemos supor que o motivo principal é a carência de promoção para o público mais próximo à comunidade, que ainda não reconhecem Caetanos de Cima como uma opção de lazer. Além disso, a dificuldade de acesso em detrimento de outras praias mais conhecidas diminui a atratividade da comunidade. Por fim, é importante considerar que a oferta existente em Caetanos de Cima exige um público específico, diferente daquele que busca ambientes mais badalados e comportamentos padronizados como o encontrado em Icaraí de Amontada, por exemplo.

Como pode ser visualizado na Figura 5.6, a maioria dos usuários da Pousada Toca dos Grauçás, em 2009, foram motivados a visitar Caetanos de Cima com o objetivo de descanso e lazer. A realização de encontros, oficinas e eventos atrai 10% do público. A realização de pesquisa na comunidade, em comparação com a Prainha do Canto Verde, por exemplo, ainda representa uma parcela baixa na motivação dos visitantes locais.

O trabalho, sim, é uma motivação importante, sendo eles notadamente assessores do Instituto Terramar, mas também de outras instituições que mantém relações com a comunidade. Vale perceber que a oferta de hospedagens já era uma necessidade local para atender a esse público.

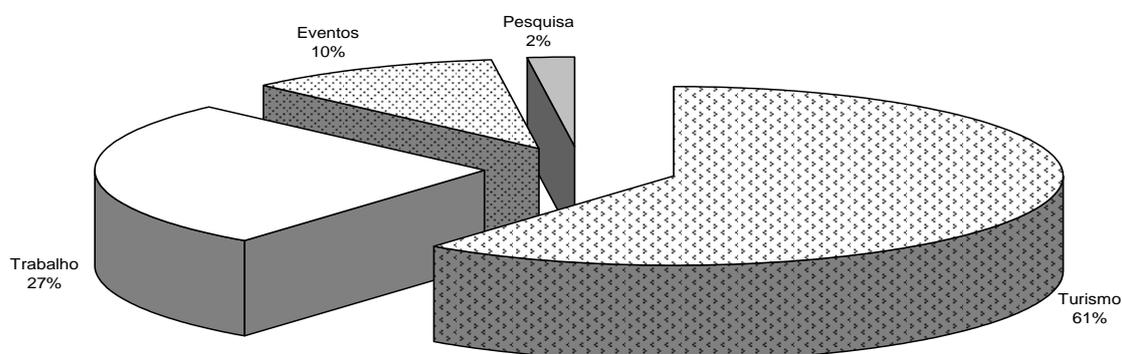


Figura 5.6 – Motivação dos visitantes de Caetanós de Cima (2009).

Os profissionais liberais são os que mais visitam a comunidade, equivalendo a 22% dos turistas. Depois deles, e mais especificamente, o professor é a ocupação de 18% dos visitantes. Os 12% equivalentes as ONG's estão diretamente relacionados com a presença da assessoria à comunidade. O número de estudantes ainda é pequeno, apenas 8%. Os demais turistas apresentam uma variedade de profissões (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Profissão dos hóspedes da Pousada Toca dos Grauçás, em 2009.

PROFISSÃO	Nos. ABSOLUTOS	Nos. RELATIVOS
Profissional Liberal	11	22%
Professor	09	18%
ONG's	06	12%
Servidor Público	05	10%
Estudante	04	8%
Outros	16	30%
Total	51	100%

A Figura 5.7 ilustra a movimentação de turistas na Pousada Toca dos Grauçás ao longo do ano de 2009 após poucas investidas na promoção. A maior quantidade de pessoas foi sentida em janeiro, graças ao evento Festa da Terra. Depois disso, o fluxo é descendente, voltando a subir discretamente em junho e julho, caindo novamente até novembro. Os dados relativos a dezembro não estavam disponíveis.

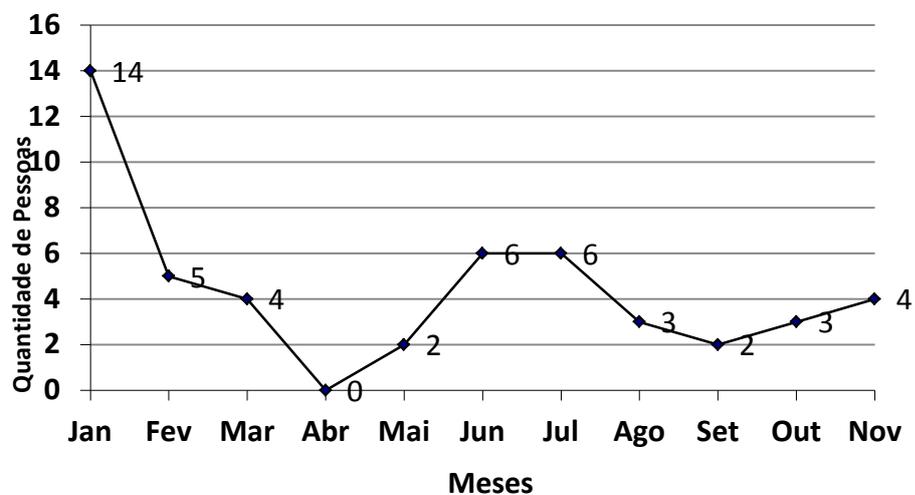


Figura 5.7 – Sazonalidade do turismo na Pousada Toca dos Grauçás, em Caetanos de Cima (janeiro – novembro de 2009).

A Figura 5.8 apresenta a distribuição etária dos visitantes da Toca dos Grauçás, em 2009.

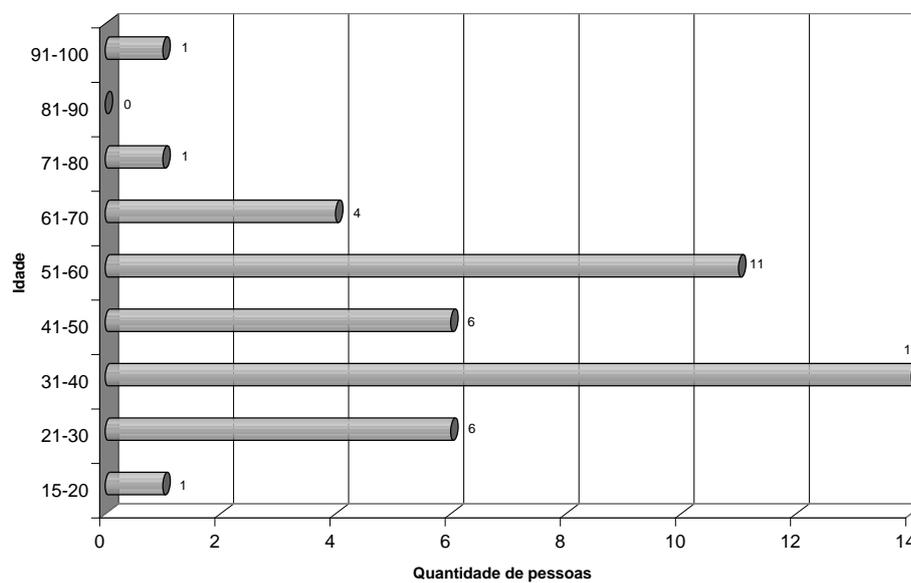


Figura 5.8 – Distribuição de visitantes de Caetanos de Cima segundo a idade (2009).

Cerca de 70% dos visitantes que declararam sua idade⁷⁵, em 2009, tinham entre 31 e 60 anos, demonstrando um público maduro, em detrimento dos mais jovens cuja porcentagem não ultrapassou os 16% dos visitantes até 30 anos.

5.2.4 Promoção do turismo comunitário

O turismo comunitário, a despeito dos princípios e valores que o direcionam, é uma atividade econômica e, como tal, precisa dialogar com o mercado a fim de fazer chegar, aos seus consumidores, a oferta de produtos e serviços disponíveis na comunidade.

Para o turismo comunitário, esta área é extremamente nova e conta com poucos resultados exitosos. O desafio é incorporar, à promoção do turismo e às técnicas de *marketing* moderno, as características e peculiaridades tão marcantes do turismo comunitário, ao mesmo tempo sem perder de vista que esta atividade é apenas complementar às demais desempenhadas pela comunidade.

A oferta local, fundamentada na cultura, na história e na vivência, precisa ser cuidadosamente comunicada ao público de maneira que a própria comunidade não se torne uma mercadoria.

As peças de comunicação existentes para a promoção de Caetanos de Cima são escassas, elaboradas pelos assessores não especialistas da Rede Tucum, sendo constituídas de:

- Dois *banners* com informações introdutórias sobre Caetanos de Cima, os produtos turísticos existentes e como chegar, distribuídos no Sindicato dos Professores de Itapipoca;
- Seção Caetanos de Cima do *site* da Rede Tucum, com dados sobre a história, a organização comunitária, o meio ambiente, os produtos turísticos, mapa de acesso, contatos e imagens;
- Inserção indireta nos materiais promocionais coletivos da Rede Tucum: *folders* e mala direta;
- Cartazes e panfletos de pacotes turísticos.

⁷⁵ 21,4% dos hóspedes que preencheram as fichas não responderam a esta pergunta.

A própria comunidade elaborou um folder sobre Caetanos de Cima (ANEXO G), mas com uma tiragem e distribuição limitada (300 exemplares). Além disso, no *blog* da comunidade existem algumas seções destinadas a oferta dos serviços turísticos locais.

Membros da comunidade não participaram de feiras e eventos promocionais ou comerciais, nem utilizaram meios de comunicação de massa para publicizar seu produto.

Entretanto, desde que a proposta de turismo comunitário foi implementada, e a partir da atuação da Rede Tucum na promoção das iniciativas, Caetanos de Cima tem recebido jornalistas para fazer reportagens televisivas para distribuição local e nacional e em revistas de circulação nacional.

5.2.5 Comercialização do turismo comunitário

A comercialização é o processo de intermediar, utilizando estratégias de mercado, a oferta local e a demanda com o objetivo de garantir a sustentabilidade econômica da atividade.

Os procedimentos de comercialização devem corresponder às características do produto e aos anseios dos fornecedores/ planejadores e cativar o desejo dos consumidores.

São variadas as ações de comercialização possíveis para a atividade turística, mas aqui discutiremos apenas algumas delas.

Os pacotes turísticos existentes são organizados, promovidos e comercializados pela Rede Tucum e com a ajuda, atualmente, de uma pequena agência chamada Via de Acesso⁷⁶.

Como não existem tarifas especiais para grupos e/ ou agências, os valores dos pacotes não são mais interessantes do que a visita organizada autonomamente pelos turistas. Essa situação também dificulta a negociação com agências. A única vantagem destes é que, para os turistas, o transporte é compartilhado e permite chegar de maneira tranquila no destino.

⁷⁶ A primeira tentativa de estabelecer parceria com esse objetivo pela Rede Tucum se deu entre 2008 e 2009, com a agência Livretur.

As tarifas são sempre referentes a um único serviço, não existindo a articulação de um ou mais produtos e serviços no mesmo valor (por exemplo, associando a hospedagem ao passeio de carroça). É o desperdício de uma estratégia eficiente de promover a dinamização das atividades produtivas locais e as atividades turísticas na sua totalidade.

Não existe acordo com agências de turismo, salvo aquela mediada pela Rede Tucum, nem contato com operadoras de turismo nacionais ou internacionais.

Também não está inserida em nenhum guia turístico de circulação nacional ou internacional.

Não existem acordos comerciais com agência ou parceria com grupos com os quais pudessem manter relação mais estreita como sindicatos, universidades, escolas, etc.

Não existem estratégias de comercialização desenvolvidas pela própria comunidade ou em função especificamente dela. Não foram desenvolvidas estratégias de comercialização independente e direta entre comunidade e turistas, nem com operadoras ou outros intermediários nacionais e estrangeiros além das ONG's envolvidas na Rede Tucum.

Relações comerciais com alguma entidade específica para este fim são esporádicas e dizem respeito às ações do Núcleo de Fortaleza da Rede Tucum.

De maneira geral, percebemos que a principal estratégia de comercialização é aquela levada a cabo pela promoção conjunta realizada pela Rede Tucum, através da participação em eventos e produtos publicitários que tratam da rede como um todo.

5.3 A sustentabilidade do turismo comunitário em Caetanos de Cima

Como afirmado em outras ocasiões, a atividade turística em Caetanos de Cima é bastante recente e ainda se encontra em fase de estruturação. A experiência das famílias empreendedoras e da comunidade organizada para o desenvolvimento de uma atividade econômica com tamanha complexidade como o turismo comunitário ainda é bastante incipiente.

As análises que se seguirão consideraram este momento histórico sobre o qual se alicerça a atividade, fazendo as devidas ponderações.

A discussão sobre a sustentabilidade da atividade em Caetanos de Cima se baseou na noção de sustentabilidade abordada na seção 3.

Nos termos deste trabalho, portanto, sustentabilidade no turismo comunitário diz respeito à capacidade que a atividade dispõe para gerar benefícios e incrementar habilidades com o mínimo impacto considerando a dinâmica econômica, social, política e ambiental.

5.3.1 Aspectos econômicos

Em termos econômicos, o turismo comunitário precisa ser rentável, ou seja, seu planejamento e execução precisam fazê-lo lucrativo e não trazer prejuízos. Este é um aspecto da sustentabilidade às vezes negligenciado por ONG's, associações e comunidades envolvidas verdadeiramente nos movimentos sociais – seja por ser um tema distante do seu rol de atuação seja pela carência de habilidades específicas.

No item anterior, pudemos perceber que os aspectos administrativos, de comercialização e promoção do turismo comunitário de Caetanos de Cima ainda precisam de melhorias.

Esta situação, aliada a ausência de plano de negócios ou estratégias de comercialização (por empreendimento ou por comunidade), impossibilita a atração de um maior fluxo de turistas, logo uma maior rentabilidade dos empreendimentos e serviços oferecidos pela comunidade.

A relação da comunidade com os *stakeholders* do turismo comunitário local é bastante deficiente, restringindo-se à ONG que assessora a comunidade, à Rede Tucum e ao meio ambiente onde ela está inserida.

Todas as pessoas entrevistadas desenvolvem outras atividades produtivas, pois o turismo não é capaz de suprir as necessidades financeiras das famílias. Esta situação condiz com uma das premissas do turismo comunitário enquanto atividade complementar e diversificação econômica em detrimento da especialização no turismo.

Para 80% dos entrevistados, os rendimentos provenientes do turismo comunitário não ultrapassam 10% do total dos seus ganhos. Apesar de ser um valor discreto, significa uma renda extra para as famílias e a comunidade.

Outra premissa do turismo comunitário é que ele promova a dinamização das atividades produtivas tradicionais, incorporando aos seus produtos e serviços matérias primas, conhecimentos e práticas já existentes na comunidade. 39% das famílias possuem alguma das suas atividades produtivas ligadas e/ ou absorvidas pelo turismo local. Entre essas atividades estão o artesanato, a criação de animais, a pesca, o comércio, a hospedagem, a produção de coco, a batata e o feijão.

Os preços dos produtos e serviços são definidos coletivamente e se baseiam no valor justo para os custos com matéria prima e trabalho bem como para o lucro.

A distribuição equitativa dos serviços entre os diferentes fornecedores ainda não é realizada de maneira sistemática. Especialmente em relação a hospedagem, a ocupação da pousada tem sido privilegiada pelos visitantes por sua localização e facilidade de acesso.

Segundo as práticas sugeridas no Caderno de Normas da Rede Tucum e adotadas por comunidades mais maduras no turismo comunitário, existe uma taxa repassada ao GTCL e/ ou a Associação Comunitária sobre todos os serviços prestados. Esse montante é investido em ações comunitárias definidas de maneira coletiva, sejam elas voltadas a melhoria de infraestrutura ou para projetos locais desvinculados da atividade turística.

Entretanto, essa arrecadação ainda não está ocorrendo devido, principalmente, a desestruturação do GTCL decorrente da sua pouca atuação em 2009. Assim, ainda que discretos, os benefícios econômicos que a atividade promove na comunidade são aqueles gerados diretamente pelo trabalho e a dinamização das atividades produtivas locais.

5.3.2 Aspectos políticos

A participação é um dos componentes políticos mais importantes do turismo comunitário. Não apenas enquanto trabalhador, mas, principalmente, sua participação qualificada nos lugares de planejamento e organização da atividade.

Em Caetanos de Cima, as decisões que dizem respeito ao planejamento e desenvolvimento do turismo comunitário são discutidas e definidas em reuniões abertas não apenas para o GTCL, mas também, e principalmente, para toda a APAP AIS.

Todos os entrevistados afirmaram participar das reuniões que discutem acerca do turismo comunitário e consideram tomar parte nas decisões referentes à atividade.

Essa prática possibilita que os interesses coletivos sejam contemplados e que o projeto seja comunitário, mesmo que os empreendimentos sejam administrados por famílias.

Entretanto, uma clareza é importante que todos tenham acerca do turismo comunitário: nem todas as famílias irão se mobilizar para o seu desenvolvimento nem terão parte nas atividades direta e indiretamente a ele relacionadas.

Isto é próprio da dinâmica das comunidades, onde não há pensamento único nem ausência de conflitos e discordâncias. Algumas famílias não estão envolvidas em nenhuma atividade nem se mobilizam em torno da APAPAIS, logo não participam do turismo.

Além disso, existem as famílias que não tem disposição, interesse ou recursos financeiros para investir na atividade, ficando de fora e aguardando os resultados do turismo comunitário em termos de atender à estratégia e objetivos coletivos.

Outro componente importante da sustentabilidade política diz respeito às relações de poder. Uma comunidade não é homogênea, mas sim marcada por discordâncias e disputas internas e pela atuação de lideranças que, ontologicamente⁷⁷, exercem poder sobre as decisões e os procedimentos adotados.

A estabilidade política ainda é um objetivo pelo qual a comunidade se mobiliza, enfrentando audiências públicas e conflitos diretos com a vizinhança que questiona a desapropriação das terras e o projeto de assentamento. Sem o direito assegurado à terra onde vivem, as atenções e ações da associação comunitária sempre se voltarão prioritariamente para as disputas fundiárias em detrimento das demais atividades, especialmente as produtivas em estágio inicial como o turismo comunitário. Além disso, a própria segurança interna e, conseqüentemente, dos visitantes se torna frágil.

⁷⁷ Ontologicamente diz respeito a ontológico que é a característica inerente do ser enquanto ser. Neste caso, dizer que a liderança exerce, ontologicamente, o poder significa que é próprio do liderar tomar a frente e ser mais ativo do que aqueles que são liderados.

5.3.3 Aspectos sociais

A aliança que caracteriza a comunidade deve ser reforçada pelo turismo. A adoção de procedimentos transparentes no planejamento e execução dos projetos, nas tomadas de decisão, nos encaminhamentos e nos resultados econômicos da atividade turística possibilita a transparência, a confiança e o espírito comunitário. A socialização de informações e dados sobre a atividade cria uma situação que permite a avaliação, monitoramento e planejamento de maneira qualificada, ampliando as possibilidades da participação qualificada e descentralizada de todos os membros do grupo.

O protagonismo comunitário é uma marca forte de Caetanos de Cima não apenas nas questões relacionadas ao turismo comunitário. Sua organização é bastante experiente e exerce, com autonomia, o controle sobre suas ações e projetos. O turismo aproveita-se dessa competência institucional e coesão social como uma grande vantagem para se estruturar.

De maneira geral, em comunidades rurais e/ ou tradicionais, os mais jovens não se sentem atraídos pela organização comunitária ou pelas atividades tradicionais. As discussões, experiências e novas habilidades proporcionadas pelas formações em turismo comunitário colaboraram para o incremento da autoconfiança e do conjunto de técnicas e conhecimentos existentes na comunidade e instigaram os jovens a organizarem-se em torno de um objetivo comum.

As atividades do Ciclo de Cultura (música, dança, brincadeiras e contações de histórias pelos mais velhos) reforçam a cultura local e o sentimento de pertença e o orgulho da sua identidade cultural vão sendo absorvidos pelos mais jovens. Atuou de maneira semelhante e sistematizada, a formação em história e memória local vinculadas ao projeto de turismo. Essas atividades fortalecem o orgulho de si, tornando uma ação preventiva diante da possibilidade de desestruturação cultural provocada pelo turismo.

É importante, porém, atentar para a possibilidade de mercantilização da cultura local que folcloriza as manifestações culturais, tornando-as produtos preparados sob medida para o consumo dos turistas. Ao se desconectar da realidade cotidiana dos sujeitos, a cultura perde a sua autenticidade e torna-se um simulacro.

5.3.4 Aspectos ambientais

Espera-se que, com o desenvolvimento dos produtos e serviços do turismo comunitário, haja um maior envolvimento e preocupação tanto dos turistas quanto dos moradores locais em relação ao meio ambiente.

Caetanos de Cima tem incorporado, nos últimos anos, boas práticas ambientais, desde a coleta seletiva de lixo e do não uso de agrotóxicos até o monitoramento do acesso motorizado às dunas, por exemplo.

Desta maneira, é o turismo comunitário quem poderia se aproveitar da consciência e respeito ao meio ambiente já existentes na comunidade. Entretanto, essas características estão de fora dos materiais promocionais e não são devidamente valorizados pelos anfitriões.

A capacidade de carga⁷⁸ ainda não foi mensurada, mas a oferta de leitos é reduzida, chegando a apenas 6 UH's e 12 leitos nas instalações não domiciliares⁷⁹.

5.4 Um olhar sobre os principais desafios do turismo comunitário

Como toda e qualquer experiência recente de turismo comunitário em fase de consolidação, existem muitas dificuldades e desafios que precisam ser superados. Muitos deles independem da vontade e disposição comunitária. Outros exigem um conhecimento específico e/ ou prática e experiência no ramo. Eles serão abordados de maneira geral da mesma forma que as sugestões, quando cabíveis.

Uma condição imprescindível para o desenvolvimento do turismo comunitário é a possibilidade de usufruir o direito ao território, o que tem exigido uma frequente mobilização de sujeitos, movimentos e resistências.

⁷⁸ Capacidade máxima de serviços que o destino turístico pode ofertar comodamente sem incorrer em prejuízos ambientais, socioculturais, econômicos e psicológicos.

⁷⁹ Em eventos, os visitantes são dispostos de maneira improvisada nas casas dos moradores, compartilhando com estes suas camas e redes e a capacidade de leitos dos empreendimentos oficiais é ampliada com o uso de redes.

Outro grande desafio é seguir padrões de qualidade nos serviços e atendimento turísticos sem que isso signifique uma sobreposição aos padrões e práticas culturais vivenciadas pela comunidade.

A baixa capacidade administrativa, tanto dos empreendimentos familiares, quanto do GTCL, tem levado a dificuldades na elaboração da estratégia comercial e no planejamento e execução das ações de promoção e comercialização, cujas consequências tem sido o baixo fluxo de turistas e o discreto retorno e sustentabilidade econômica.

Mesmo o turismo comunitário, a despeito do que muitas pessoas que o praticam acreditam, exige sustentabilidade econômica sob pena de não haver retorno dos investimentos realizados (mesmo que tenham sido provenientes de doações) e frustrar as legítimas expectativas de incremento da renda que as comunidades alimentam. Incorporar as práticas comerciais próprias da atividade turística é um grande desafio que necessita de assessoria na elaboração da estratégia de comercialização local.

De maneira semelhante, a promoção necessita de certa assessoria inicial. Além da qualificação profissional que boas peças promocionais exigem, esta é uma área bastante nova em busca de técnicas de promoção que não se contraponham ao sentido do turismo comunitário.

De maneira geral, a promoção tem sido responsabilidade, no turismo comunitário em geral e em Caetanos de Cima, em particular, de ONG's que também não possuem *know how* suficiente para desbravar esse campo.

O turismo comunitário e as comunidades que o desenvolvem tornam a promoção um desafio ainda maior devido a natureza da sua oferta, exigindo criatividade e inovação para superar, em especial, dois fatos principais:

- 1) turismo comunitário é um termo desconhecido pela maior parte da demanda e ainda se confunde com outros termos usados com significados similares, como turismo responsável, sustentável, ecoturismo de base comunitária, etc.;
- 2) a maior parte das comunidades que possui oferta de turismo comunitário está localizada em áreas lindas, mas remotas do estado, totalmente desconhecidas da maioria da população e com acesso delicado.

A oferta turística de Caetanos de Cima parece carecer de uma identidade própria e da presença de elementos inovadores (qualidade, originalidade ou autenticidade) que sejam explorados de maneira a diferenciá-la das demais comunidades da Rede Tucum e, até mesmo, da oferta turística convencional.

Os elementos inovadores da oferta local precisam ser bem construídos, pois a promoção não pode focar na beleza natural. É importante considerar que, a despeito da natureza exuberante e tranquila da comunidade, a força promocional da Rede Tucum ou de Caetanos de Cima dificilmente será capaz de concorrer com a natureza exuberante e tranquilidade oferecidos no vasto material promocional de Jericoacoara, por exemplo.

Essas considerações são importantes, pois a comunidade precisa se organizar para atuar nessa área já que a promoção e a comercialização propostas pela Rede Tucum, ao menos neste momento, tem tido caráter geral e não substitui a promoção e comercialização específica que Caetanos de Cima deve desenvolver.

É importante ter clareza da composição do seu produto e também do público para o qual a promoção será direcionada. O estudo e planejamento de ações de promoção e comercialização são os primeiros e imprescindíveis passos para alcançar sucesso nesse tema.

Percebe-se a ausência total de apoio da municipalidade e do governo estadual. O turismo em Amontada é, de maneira geral, incipiente e desorganizado, não existem grandes empreendimentos ou investidores, a exceção das tentativas de implantação da Praia do Pirata. Por isso mesmo, como na maioria das pequenas prefeituras do estado cujo município tem potencial turístico, a municipalidade prioriza ações que fomentam o turismo convencional. Turismo de baixa escala como o praticado por Caetanos de Cima não desperta o interesse político do poder municipal.

Ao contrário, é possível considerar, por reflexão indutiva, que a municipalidade se posicione de maneira contrária ao turismo comunitário, visto que as ações da comunidade vão de encontro ao desenvolvimento do turismo em grande escala. Isso torna um grande desafio o apoio municipal e estadual às melhorias de infraestrutura tão necessárias à comunidade e à atividade turística, como acesso, saúde e comunicação, por exemplo.

Apesar de estar entre Fortaleza e Tatajuba, comunidade mais a oeste que faz parte da Rede Tucum, distante 350 km da capital, Caetanos de Cima ainda não se insere enquanto um destino intermediário para os visitantes que seguem para Tatajuba ou Curral Velho graças

às péssimas condições de sua estrada, tornando a viagem mais longa e delicada. Caso contrário, seria uma ótima opção de conexão com circuitos turísticos da própria Rede Tucum.

6 OS SENTIDOS DO TURISMO COMUNITÁRIO PARA CAETANOS DE CIMA

Se, para a Rede Tucum, a viagem turística é uma possibilidade de “refletir sobre as injustiças do planeta e sobre o modelo de desenvolvimento que o alimenta” (REDE TUCUM, 2010c), Caetanos de Cima é a comunidade que mais marcadamente reflete esse espírito na elaboração da sua proposta de turismo comunitário.

Esta característica está presente nos objetivos que a comunidade define para o turismo comunitário. Estes objetivos tem o intuito de criar processos que possibilitem: (1) ocupar fisicamente, com atividades produtivas, a praia hoje em conflito com um empresário português; (2) propor e defender um modelo de desenvolvimento e turismo que se contraponha àquele preterido pelo empresário citado e que tem sido empreendido pelo governo estadual e municipal; (3) ampliar a renda da comunidade diante da queda gradual da pesca artesanal e limitações da produção agrícola; (4) inserir a juventude no processo produtivo e na organização local, dificultando a sua fuga para os centros urbanos.

Como pode ser facilmente percebido, o turismo comunitário é tratado mais como um fenômeno social do que como uma atividade meramente econômica. Ele é inserido na comunidade como um elemento estratégico para dinamizar três frentes principais de atuação da organização comunitária: a resistência aos conflitos fundiários, o fortalecimento da organização local e o desenvolvimento do território.

Neste sentido, compreender os sentidos do turismo comunitário é apreender os sentidos de desenvolvimento para a comunidade, bem como a maneira como os moradores de Caetanos de Cima se veem a si mesmos. Consideramos que as manifestações artísticas são capazes de expressar, de maneira clara e em linguagem poética, essa subjetividade. Portanto, buscamos apreendê-la, também, através de músicas, poesias e outras produções culturais locais.

Também discutiremos as expectativas em torno do turismo comunitário, os custos e benefícios da prática para a comunidade e os indícios para uma possível praxe diferenciada para o turismo.

6.1 Sustentabilidade e desenvolvimento do território para Caetanos de Cima

Para a Rede Tucum e, portanto, para Caetanos de Cima, a prática do turismo comunitário reflete uma vontade de descobrir caminhos alternativos para o desenvolvimento das comunidades. A crítica aos valores do desenvolvimento imposto de fora é consciente e mobiliza para a organização não apenas do turismo comunitário, mas de vários setores relacionados à vida da comunidade.

Esta vontade de autonomia posta em prática para interferir sobre os rumos da vida familiar e coletiva empresta características particulares ao sentido de desenvolvimento ao mesmo tempo em que é resultado da sustentabilidade imanente aos saberes tradicionais da comunidade.

Os projetos realizados pela APAP AIS e demais grupos dentro da comunidade fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento fundamentado nos critérios de sustentabilidade e seu posicionamento político remete a interesses de caráter coletivo e comunitário, marcados pela busca de direitos, equidade social e justiça ambiental.

Em sua pesquisa sobre a sustentabilidade dos saberes de Caetanos de Cima, Silva (2006) conclui que, a despeito dos impactos negativos provocados pelas atividades tradicionais, em proporção infinitamente menor do que aqueles provocados pelas atividades ‘modernas’,

os saberes que se manifestam nas estratégias de sobrevivência (pesca, agricultura e arte) de Caetanos de Cima contribuem para a sustentabilidade ecológica e principalmente, cultural da comunidade, na medida em que percebemos o ser pescador-agricultor-artesão em equilíbrio consigo mesmo e com o seu meio” (p. 118).

Aponta aspectos positivos desta relação que podem ser visualizados a partir da

manutenção do modo de vida do pescador, agricultor e artesão, que reflete em certa medida, a resistência desses atores sociais as novas atividades (pesca industrial, subempregos no setor hoteleiro, entre outras) que vem sendo implantadas na zona costeira cearense.

Através dos saberes do pescador-agricultor-artesão, percebemos o conhecimento profundo do seu meio de vivência, conhecimento este que vem garantindo a continuidade do sistema ecológico, social e cultural local (SILVA, 2006, p.119).

O senso de cooperação e solidariedade, comum às associações de caráter comunitário, é temperado com noções de sustentabilidade em seus múltiplos aspectos (ambiental, cultural, democracia política, equidade econômica) e dão a linha geral das atividades na comunidade bem como balizam a atuação política da APAPAIS e as relações com outros movimentos sociais.

A sustentabilidade política é a própria autonomia da comunidade enquanto sujeito transformador da realidade que intervém sobre ela e aponta seus caminhos. A marca histórica da resistência passa de geração a geração e possibilita a sustentabilidade política, pois está entranhada na identidade local a capacidade de olhar diferente, de se enxergar como sujeito e de reagir às injustiças em defesa de seus direitos. São as articulações em rede com outros sujeitos vinculados aos movimentos sociais, culturais, feministas e ambientais que contribuem para o seu fortalecimento político.

A base da sustentabilidade econômica está totalmente vinculada aos produtos oriundos do mar e da terra, cuja produtividade se dá em pequena escala, de maneira artesanal, com baixo impacto sobre a natureza e voltado, a sua maioria, exclusivamente para a subsistência. A preocupação com os impactos decorrentes das atividades produtivas baliza as práticas já apresentadas na seção 2. As possíveis vantagens econômicas não condicionam, sozinhas, as decisões sobre as atividades, mas estão associadas a valores éticos e culturais, respeito ambiental e justiça social discutidos em comunidade.

A natureza exuberante na qual a comunidade está inserida é elemento constituinte da identidade coletiva, fornecendo os meios a partir dos quais as famílias sobrevivem e influenciando nas relações estabelecidas entre os moradores e a natureza, aqui não dissociados, mas integrados. Cuidados com as águas e dunas estão presentes, como vimos, nos projetos de educação ambiental continuada, nas estratégias de conservação dos ambientes proibindo o acesso a determinadas áreas, à restrição de acesso aos eolianitos com presença de fósseis cimentados, à negação do uso de agrotóxicos, adubos químicos e técnicas abusivas como queimadas, entre outras práticas cotidianas que simbolizam a integração e respeito ao

ambiente onde vivem típico das comunidades tradicionais e que contribuem para a sustentabilidade ambiental das áreas ocupadas por estas populações.

Os saberes culturais foram estudados pelos mais jovens e resgatados da lembrança dos mais velhos através das ações do Ponto de Cultura e muitos voltaram a compor o cotidiano da comunidade. Livros, almanaques e cartilhas vem sendo produzidas pela própria comunidade a fim de compreender os elementos culturais constitutivos da identidade coletiva que os particulariza. A música Cultura e Vida demonstra o reconhecimento da importância da cultura na vida da comunidade.

CULTURA E VIDA

É de nossa cultura que vem nossa vida/ e a sensibilidade que nós precisamos. No mar ou na terra, no canto ou na dança, no toque das mãos que nós realizamos.

São nossas cirandas/ são nossas histórias/ É nossa memória/ É nosso viver/ É o nosso repente/ É o canto e a poesia/ É a trança de palha que estais a tecer.

É a humanidade que volta às origens/ Buscando a esperança de um mundo melhor/ conhece o valor de um povo produtivo/ que hoje esquecido insiste em viver.

Com vestes de folhas, com penas ou pintados/ marcando no passo ou na expressão da voz/ cantando derrotas tristezas e alegrias/ buscando o humano que está em nós

É a nossa cultura que nos identifica/ nos faz diferente, importante e feliz/ nos torna tão ricos, tão sábios artistas/ se valorizarmos tudo que se diz.

Ou tudo que se faz/ ou tudo que se tem/ orgulhosos por ser um povo diferente/ em suas tradições ou em sua rebeldia/ com um grito que clama também somos gente.

É isso que faz Caetano crescer/ Um povo esquecido que insiste em viver/ orgulhoso, por ser um povo diferente/ com um grito que clama também somos gente!

Também somos gente! Também somos gente! Com um grito que clama: também somos gente!

(Música do CD Um canto que sai do canto, lançado em 2008 pela APAP AIS e Ponto de Cultura Abrindo Velas, Pescando Cultura)

A valorização cultural imanente ao grupo promove o reconhecimento de si e o sentimento de pertença dos seus membros de maneira não estagnada. A busca de

aperfeiçoamento das técnicas e das práticas coloca a cultura local em movimento constante em direção a sustentabilidade cultural.

Através de outra música, *Sonhadores*, cuja letra reproduzimos abaixo, percebemos, de maneira simples e direta, os sentidos de vários temas discutidos aqui: a vontade de autonomia, a conservação ambiental, o respeito nas relações pessoais e os sentidos do progresso para a comunidade.

SONHADORES

Somos sim/ sonhadores de um mundo melhor/ Onde haja igualdade e paz/ e não tenha tanta injustiça/ Igualdade sim/ um mundo novo sem pobres nem ricos/ Sei que muitos não entendem isso/ O que fazer se sonhamos assim.

1- Nossa vida, nossos sonhos estão presente aqui./ Nossa história e o futuro estão em suas mãos./ Perguntamos com insistência, porque não conseguem ver./ Só queremos terra livre e paz pra viver.

2- Que as belezas naturais não sejam destruídas./ Que os homens compreendam que somos parte delas./ Perguntamos com insistência, porque não conseguem ver./ Só queremos o equilíbrio do planeta terra.

3- Entre homens e mulheres devem existir amor/ O respeito entre ambos tem que acontecer/ Perguntamos com insistência, porque não conseguem ver/ Discriminação, entre nós não tem nada a ver.

4- O turismo e o progresso entre nós está/ Mas a vida das pessoas vale muito mais./ Perguntamos com insistência, porque não conseguem ver./ Que o progresso que queremos a gente é que faz.

(Música do CD *Um canto que sai do canto*, lançado em 2008 pela APAP AIS e Ponto de Cultura *Abrindo Velas, Pescando Cultura*)

Os moradores de Caetanos de Cima olham para si mesmos como guerreiros que, motivados pela fé e busca de justiça social, defendem sua cultura e seu território. Trechos do artigo intitulado ‘O que a sociedade precisa saber sobre os conflitos no Assentamento Sabiaguaba’, publicado em 9 de novembro de 2009 no blog da comunidade⁸⁰ expressam bem como eles se veem:

⁸⁰ Disponível em <http://caetanosdecima.wordpress.com/2009/11/09/o-que-a-sociedade-precisa-saber-sobre-os-conflitos-no-assentamento-sabiaguaba/>, último acesso em 27 de junho de 2010.

Pessoas simples que iluminadas pela fé, encontraram na bíblia o caminho para testemunhar o Deus vivo, sempre presente na história de sofrimento do povo de Deus, tão bem representado por Moisés, na libertação dos Hebreus.

(...)

A conquista [do assentamento] reveste o povo de esperança, pois embuidos (*sic*) pelo o sonho de paz, prosperidade, fraternidade e justiça, pensava-se ter realmente conseguido a “terra prometida”.

(...)

Motivos já tiveram de sobra para revidarem com violência, mas o objetivo dos que fazem Caetanos de Cima é “Defender a Vida”. Nunca jamais, se levou armas para os confrontos, apenas os instrumentos de trabalho e a força de Deus que nos guia.

(...)

Justiceiros? Sim. Porque nunca encontraram na policia, apoio a sua causa, e por isso, tiveram que até hoje, fazer justiça com as próprias mãos e colocando sua própria vida em risco.

(...)

Não queremos briga, queremos viver em paz, mas, com a certeza de que sempre lutaremos por justiça, para que nos respeite (*sic*), que nos tratem como gente e com dignidade.

(...)

Por conta de tudo isso, e na afirmação de princípios como ética, solidariedade, a cooperação e a harmonia entre os povos vinhamos (*sic*) solicitar apoio e a compreensão de todos e todas, que como nós lutam por justiça e entendem que todos precisam viver em paz.

Tomam para si a responsabilidade sobre os rumos da vida comunitária e se organizam em defesa de seus direitos, sem esperar o apoio das instituições que deveriam garanti-los à população.

Sobre os conflitos de terra existentes hoje, o presidente da APAP AIS, analisa, por exemplo, que a justiça tem provocado um adiamento na solução que desestimula a participação e engajamento das pessoas. Percebemos, nos depoimentos e ações locais, que a ação direta é uma característica marcante da comunidade.

É uma necessidade muito grande pra que isso [a demarcação do assentamento e o pagamento das indenizações] se resolva. Entretanto, não depende da comunidade porque (..) ela tem feito a sua parte muito bem naquilo que toca a comunidade (...). Existe uma parte que é da comunidade, mas existe uma parte que é da justiça e que a gente não pode intervir. Que fosse procedência nossa, com certeza, não teríamos nunca acionado a justiça a resolver os problemas (Depoimento de Zé Neo, presidente da APAP AIS, em julho de 2010).

Reconhecem a necessidade de envolver os jovens na organização comunitária como possibilidade de permanecerem no seu território e de garantirem a perpetuação da sua história. Podemos identificar essa situação na necessidade, expressa no depoimento abaixo, de formar novas lideranças:

A comunidade de Caetanos de Cima, apesar das dificuldades, é uma comunidade que luta por sua liberdade e que continua incentivando seu povo, principalmente os jovens, a ser novas lideranças pra continuar nessa luta pela terra. (Depoimento de Francisco Valyres de Sousa, pescador, liderança local, em julho de 2010)

As novas gerações são vistas enquanto sujeitos responsáveis pela continuidade do espírito da comunidade e, como consequência, sobre elas repousam grandes preocupações das lideranças atuais, em especial no que diz respeito à sua histórica organização e engajamento político.

Partindo desse reconhecimento, muitas ações específicas para os jovens tem sido implementadas a fim de que eles se apropriem da história local, das diversas manifestações culturais e dos valores construídos pela comunidade.

É importante lembrar que essa situação é diferente do que ocorre na maioria das comunidades de pescadores artesanais do Ceará, nas quais os conflitos geracionais acabam podendo a atuação dos mais novos. Em Caetanos de Cima, a juventude é incentivada à participação, sendo confiados à ela papéis importantes na organização comunitária bem como à ela são destinadas ações prioritárias.

(...) por causa do trabalho de muito tempo da associação, na escola, Ponto de Cultura e agora com o turismo, o jovem de Caetanos tem uma cabeça diferenciada dos outros jovens, porque ele é um jovem que absorve as coisas, mas já diferencia as coisas maus das boas. Só pra você ter uma ideia - a gente fala sempre, mas o pessoal acha que é impossível, mas em Caetanos de Cima, no mundo de hoje que é um mundo complicado, na faixa etária de 30 anos pra baixo nenhum jovem é viciado em fumo, nem em droga, nem em álcool. Isso é um privilégio, mas não é um trabalho que o turismo fez, é um trabalho de muito tempo da associação, com a própria escola, o Ponto de Cultura deu uma ajuda muito boa. Enfim, existiu uma preparação pra que o jovem soubesse diferenciar, mas até o momento o jovem é tranquilo. (Depoimento de Francisco Valyres de Sousa, pescador, liderança local, em julho de 2010)

Trata-se de um povo que ama o seu lugar, que criou vínculos fortes com ele e que, portanto, está disposto a defendê-lo arriscando a própria vida como é comum ocorrer nos movimentos de resistência, especialmente no interior do estado.

Uma poesia escrita por uma estudante de Caetanos de Cima, Ana Vylena de Sousa, demonstra o amor e admiração pela comunidade. Segundo o blog, Ana “se inspirou nas beleza (*sic*) de Caetanos; na vida dos moradores, um povo que mesmo lutando não se esquecem (*sic*) de sua honestidade, sua simplicidade”⁸¹.

CAETANOS DE CIMA E SUAS MARAVILHAS

Caetanos que vento forte o qual lhe faz viver,
 Sabores tão puros venha conhecer;
 O mar azul e o céu estrelado
 És tu Caetanos tão admirado.
 Pessoas simpáticas, de olhos iluminados
 Com o coração tão puro sem, e com pecados;
 Dunas tão brancas como as nuvens no céu
 Para complementar, a beleza das aves.
 Homem e natureza juntos em pura harmonia,
 No nascer do sol desabrocha a flor do dia
 E, quando a noite cai, a lua brilhante, rainha dos céus
 Vem, com seus fiéis súditos iluminando a perigosa escuridão.
 ÉS TU CAETANOS TÃO ADMIRADO...

(Ana Vylena de Sousa)

Percebemos a admiração pelas belezas naturais da localidade e a integração da comunidade com o ambiente onde vive. Também são atribuídos valores positivos aos seus moradores, qualificados como simpáticos, trazendo doçura à ‘iluminados’, em clara referência à organização comunitária e às conquistas decorrentes disso, reconhecendo, inclusive, os riscos que envolvem essa condição na referência à escuridão que é perigosa, mas que se torna iluminada com a presença corajosa dos seus moradores.

⁸¹ Disponível em <http://caetanosdecima.wordpress.com/2009/11/28/homenagem-a-caetanos-de-cima/>. Último acesso em 27 de junho de 2010.

Embalados por este contexto de amor, criticidade, saberes tradicionais, cultura marcante e belezas naturais, o sentido de desenvolvimento para a comunidade não poderia deixar de ser também ele poético e engajado.

As pessoas, quando falam em desenvolvimento, querem ver um monte de *resort*... Pra Caetano de Cima, (...) pra gente vive na lutas há tanto tempo, desenvolvimento é a gente viver bem, as famílias não saírem daqui, não perderem seu espaço pras outras pessoas, manter viva essa forma tradicional, essa forma harmoniosa que as comunidades tradicionais vivem, se ajudando, os seus vizinhos, os seus irmãos. (Depoimento de Francisco Valyres de Sousa, pescador, liderança local, em julho de 2010)

Desenvolvimento é ser feliz. Não adiantava ter um monte de dinheiro e a gente viver na opressão, as coisas não serem da gente e viver num mundo ruim ou impossível de se viver como muitas pessoas estavam vivendo no litoral. Apesar de serem praias famosas, de serem bonitas, tarem na mídia, as pessoas locais não tinham um espaço, não tinham uma vida legal. Então assim, sempre que a gente foi questionado quanto a essa questão, a gente sempre respondia do ponto de vista da felicidade: da gente estar vivendo bem, tá se alimentando bem, ter a terra garantida pras pessoas que nasceram e cresceram, ter a cultura preservada, nossos recursos naturais, ter essa liberdade pra gente brincar, pros nossos filhos brincarem, tarem a vontade, sem a gente tá se preocupando, poder dormir com as portas abertas numa boa, sem esses problemas que geralmente o fluxo de mais pessoas traz. (Depoimento de Valneide Sousa, professora, liderança local, em julho de 2010)

Percebemos, portanto, que desenvolvimento para as pessoas da comunidade significa viver bem, contrastando com o paradigma hegemônico do desenvolvimento como crescimento econômico. Esse viver bem é um termo complexo, carregado de significados subjetivos e valores éticos que regem a vida local, como a solidariedade e o senso de comunidade.

Para a comunidade, o desenvolvimento não se vincula a um único aspecto da vida em sociedade. Ao contrário, possui um caráter sistêmico que inter-relaciona as atividades econômicas, as expressões culturais, os direitos humanos e o substrato ambiental aos valores subjetivos.

Podemos perceber isso claramente no depoimento abaixo, mas também após uma atenciosa leitura do Capítulo 2 que trata da história, dos projetos e da organização comunitária.

Na comunidade, a gente vem batendo em várias teclas: a gente trabalha a questão do turismo comunitário, meio ambiente, terra, pesca, cultura, turismo e cada tecla dessa vem se ajudando uma a outra, vem se completando uma com a outra. O turismo junto com o Ponto de Cultura e junto com a própria associação ele se fez ajudar, junto com as famílias, as próprias pessoas [que trabalham com o turismo]. [São] pequenas peças que vão se encaixando, fazendo assim um complemento para as pessoas dessa comunidade. (Depoimento de Francisco Valyres de Sousa, pescador, liderança local, em julho de 2010)

Em resumo, trata-se de uma visão holística de desenvolvimento, dotada da profundidade e simplicidade típicas das populações tradicionais.

Para viver bem e ser feliz localmente, os processos de desenvolvimento precisam estar impregnados da comunidade, ou seja, da sociabilidade e da cultura local. Assim, o desenvolvimento é único, construído a partir da própria localidade, corroborando com o sentido de desenvolvimento discutido no Capítulo 3.

6.2 As expectativas em torno do turismo comunitário

A essa altura, já deve estar claro que o turismo comunitário é uma proposta gestada no seio de uma comunidade rica de experiências políticas, vivência organizacional e práticas de sustentabilidade, integrando-se a essa dinâmica social.

Ao mesmo tempo em que ele é marcado pelas características peculiares que o diferenciam da prática do turismo convencional, a comunidade que se dispõe a desenvolvê-lo confere, a ele, particularidades que refletem as suas próprias características e expectativas.

Assim, a sociabilidade presente em Caetanos de Cima se manifesta nos significados e nas expectativas em torno do turismo comunitário ali desenvolvido.

No Planejamento Estratégico do Turismo Comunitário em Caetanos de Cima, de 2008, os participantes responderam à pergunta “O que significa o turismo comunitário na realidade de Caetanos de Cima?” com as seguintes colocações:

- Garantia de sobrevivência e resistência;
- Forma diferente de uso econômico da terra;
- Geração de renda para a comunidade;
- Confiança na capacidade da comunidade;
- Diferente do turismo convencional que expulsa os moradores e ilude em função da falácia do emprego fácil;
- Turistas solidários (CAETANOS DE CIMA, 2008).

Merecem destaque dois aspectos que se repetem de maneira mais contundente nas diferentes falas dos seus moradores: instrumento de desenvolvimento local e estratégia na luta contra a especulação imobiliária.

(...) analisando as potencialidades [locais], a gente viu a potencialidade de fazer o turismo como uma estratégia das lutas e como uma ação de desenvolvimento da comunidade. (Depoimento de Valneide Sousa, professora, liderança local, em julho de 2010)

Não só eu como a comunidade, eu acho que nós vivemos nessa luta há vários anos, [o turismo comunitário] é uma forma de ocupar o espaço para que o turismo convencional não se aproveite, não se aposse, não nos expulsa do local onde nós vivemos, nascemos e estamos criando nossas famílias e, de certa forma, um complemento da renda de pescadores, agricultores, da própria pessoa que trabalha com o turismo. Enfim, é mais uma pequena porta que se abre na comunidade, pras famílias, pras pessoas que aqui residem. (Depoimento de Valyres de Sousa, pescador, liderança local, em julho de 2010)

Bom, o objetivo [de implementar o turismo comunitário] foi essa necessidade de se assegurar a resistência, a luta aqui na comunidade, assegurar a luta pela posse da terra. Esse foi o objetivo maior. (Depoimento de Zé Neo, presidente da APAPAIS, em julho de 2010).

A relação mais direta que o turismo comunitário estabelece com a estratégia de resistência local se dá através da ocupação da praia. Como visto no Capítulo 2, um empresário português alega ter comprado a área de pós-praia localizada entre o Assentamento Sabiaguaba e o mar. Por ser terreno de marinha, esse espaço não foi incorporado ao projeto de assentamento.

Sobre ele, portanto, recai o direito de uso historicamente adquirido. Mas, devido às condições instáveis à beira mar, a comunidade praticamente não ocupava este espaço com

residências ou agricultura ou qualquer atividade que se materializasse em imóveis, apesar de fazer uso direto dele para atividades produtivas, como a pesca artesanal e coleta de algas, e de lazer.

Por isso, a disputa por este espaço com o investidor passava pela necessidade de ocupar a praia a fim de demonstrar que aquele terreno era sim de uso da comunidade de pescadores e agricultores de Caetanos de Cima.

É dessa forma que o turismo comunitário se insere na estratégia de resistência da comunidade. Através dele, se conseguiu incentivos financeiros para viabilizar a ocupação da praia com uma atividade produtiva que trazia múltiplos retornos políticos. Ao tempo em que materializava o uso comunitário do espaço, legitimando o seu direito de posse sobre ele, gerava renda e publicizava a situação de conflito para os seus visitantes.

A estratégia também representava outra forma de disputa política: o sentido da atividade turística. Se o discurso da municipalidade, do empresário e das pessoas a favor dele era de promover o desenvolvimento através do turismo, pois então que esse turismo fosse, de maneira diferente da maioria dos lugares, responsabilidade dos moradores locais e não de pessoas externas à comunidade.

Estas discussões balizaram o planejamento do turismo realizado em 2008, definindo ação prioritária de investimento para o turismo comunitário ocupando e dando uso econômico à praia através da construção de uma pousada (Pousada Toca dos Grauçás), um chalé (Chalé Velejador dos Sonhos) e da reforma da Barraca das Mulheres. Depois desse momento, outra pousada começou a ser construída na praia, mas ainda não está concluída.

Esta estratégia reforçava as ações de ocupação anteriores, como a construção da própria Barraca das Mulheres e do Galpão dos Pescadores e a plantação de coqueiros. Uma visualização rápida da espacialização destes elementos pode ser apreciada na Figura 7.

Outra expectativa em torno do turismo comunitário é que seja capaz de gerar renda pras famílias locais através da perspectiva de desenvolvimento integrado, ou seja, a partir da distribuição dos diferentes produtos e serviços entre diferentes famílias.

Existe um acordo coletivo em utilizar os recursos disponíveis na própria comunidade na elaboração dos produtos e serviços turísticos locais, em especial a alimentação e os passeios. Assim, o turismo promove uma dinamização das demais atividades produtivas locais, gerando uma renda extra nas famílias e promovendo uma distribuição dos benefícios econômicos para as pessoas que não fazem parte diretamente da atividade.

Sobre essa distribuição de benefícios indiretos, Valneide Sousa, dona da Pousada Toca dos Grauçás, comenta:

Ainda tem outro grupo que se beneficia porque a gente só compra fora o que a gente não encontra aqui. O que é produzido aqui a gente compra daqui: galinha caipira, ovos, frutas, diversas coisas, a gente só compra mesmo o que não consegue aqui, a gente da prioridade. É tanto que as pessoas que sabem, ficam animados quando vem gente [turistas], reserva os bichos, já avisa que quando chegar o turista “eu tenho aqui o produto”, vem deixar, vem oferecer na pousada. É um vínculo, acho que tão ganhando de alguma forma.

As expectativas são marcadas fortemente pelo senso de comunidade característico de Caetanos de Cima. Espera-se que a atividade cresça e que, assim, mais famílias possam se beneficiar com o turismo comunitário. A respeito disso, Valneide Sousa continua em seu depoimento:

Pra além disso, a gente se propôs a não concentrar a renda. Nós fizemos os 5 quartos nesse momento imediato, foi prioritário, foi definido como uma ação prioritária. A gente precisava começar a Rede Tucum, ter o marco. Mas nós não nos propomos a ampliar, embora se fosse pra gente ampliar o número de quartos, nós teríamos dificuldade, mas com certeza nos iríamos conseguir principalmente porque o fluxo tá aumentando aos poucos e era uma renda que nós não tínhamos. A gente tem essa consciência de que os outros tem que fazer e os outros tão começando. (...) Tem outras pessoas construindo pra receber gente também e nós ficamos na nossa, nós não pretendemos [ampliar] pra que outras pessoas tenham oportunidade e a gente acredita que vai distribuir.

Essa solidariedade se expressa através da lógica de investimento financiado pelo INTERVITA, sob responsabilidade da APAPAIS. O valor repassado para a associação com o objetivo de financiar, a fundo perdido, estruturas turísticas na comunidade, foi transformado, por iniciativa local, em um fundo rotativo. De acordo com as prioridades de ação definidas coletivamente, as famílias acessam este recurso para fazer o investimento com o compromisso de devolver o empréstimo em 4 parcelas anuais de 25% cada uma. Na medida em que o recurso volta para a associação, ele é destinado para novas famílias investirem no turismo de acordo com as ações prioritárias definidas em coletivo.

Está claro, portanto, que a proposta de turismo comunitário local é coletiva, tendo sido definida no âmbito da organização comunitária e segundo interesses coletivos, embora as ações práticas sejam familiares. Em outras palavras, o projeto é coletivo, mas as iniciativas são individuais.

O planejamento e execução das atividades necessárias ao turismo são discutidos e encaminhados de modo a responder às estratégias de desenvolvimento local e resistência que são assumidas coletivamente através da APAP AIS, em um primeiro momento, e depois pelo GTCL. Esse planejamento se refere a práticas do turismo em geral, como perfil do turista desejado, preços e financiamentos de atividades, por exemplo, mas também aos tipos de serviços que serão oferecidos pela comunidade e como, onde e quem irá se encarregar deles.

Os pequenos empreendedores (famílias ou indivíduos) que dispõem de interesse, tempo e recursos financeiros para investir na proposta se colocam como responsáveis por determinadas ações, tanto no que concerne a investimentos quanto a gestão, seguindo uma prerrogativa de não concentração de várias atividades numa mesma família e as vantagens locais que cada um dispõe para a implementação das atividades.

Em relação aos visitantes, espera-se que sejam pessoas dispostas a compartilhar da vida simples e da tranquilidade oferecidas pela comunidade, embora exista o receio de atrair pessoas interessadas em comprar terras e acirrar ainda mais os conflitos já existentes.

[O turista] A gente recebe como amigo, não sabemos se, no fundo, são todos, mas acredito que há pessoas que vem para ajudar, pra fazer companheirismo também. (Depoimento de Zé Neo, presidente da APAP AIS, em julho de 2010).

Também existe a expectativa de que os turistas possam colaborar no fortalecimento da organização através da visibilidade dos projetos e publicização dos conflitos, transformando os visitantes em companheiros a partir da sensibilização para a realidade vivenciada na comunidade. O mesmo Zé Neo continua seu depoimento apresentando essa esperança:

Eu acho que, em parte, com certeza, a visita deles [dos turistas] vai influenciar, talvez, na nossa organização, na nossa resistência, e fazer com que a comunidade se anime, continue a luta pra frente, trabalhando outras coisas, diversificando algumas atividades.

6.3 Custos e benefícios do desenvolvimento do turismo comunitário

A pouca experiência de Caetanos de Cima com a prática do turismo comunitário não impede que a comunidade tenha percebido os benefícios que a atividade é capaz de promover localmente. Os custos, entretanto, ainda não são facilmente percebidos, muitos deles ainda estando no âmbito do receio mais do que expressão da realidade atual.

Em relação aos aspectos positivos, foi possível identificar que a comunidade reconhece benefícios em diferentes setores.

Em primeiro lugar, acredita-se que se tenha alcançado o objetivo maior com o turismo comunitário que é a ocupação da praia e a possibilidade de garantir a terra para os moradores.

Outro aspecto importante tem sido o reconhecimento do vasto trabalho desenvolvido pela comunidade. Com o turismo comunitário, Caetanos de Cima, já uma referência na zona costeira por sua organização e luta, passa a ser reconhecida também pela sua cultura e suas belezas naturais, havendo uma valorização dos vários outros projetos existentes na comunidade.

A gente tem percebido que, embora a gente venha trabalhando a muito tempo no movimento social em vários temas, a gente nunca conseguiu ser ouvido como tá havendo neste trabalho com o turismo. Embora a gente trabalhasse e fizesse coisas super legais, a gente não conseguia mostrar, divulgar essas ações. Agora a gente tem conseguido. A gente quer dar continuidade a isso, mostrar nossa versão sobre os fatos, ganhar parceiros que nos ajudem nessa causa. (Depoimento de Valneide Sousa, professora, liderança local, em julho de 2010)

Também está acontecendo a dinamização das atividades produtivas locais, mesmo que ainda não seja perceptível uma mudança drástica na forma de vida ou padrão de consumo das famílias. Entretanto, o incremento de renda onde antes não havia nada tem sido visto com bons olhos pela população.

Algumas atividades antes estagnadas foram reanimadas pela sua vinculação ao turismo, como o artesanato.

A gente tem visto a comunidade se organizar no sentido de produzir, de compreender a qualidade dos produtos agrícolas⁸² que tem. Cada dia, a gente vai descobrindo mais o potencial que tem a partir disso. Por ser uma coisa que tava no nosso dia-a-dia, a gente não dava o devido valor. As meninas também que despertam pro artesanato e cada dia tentando melhorar o seu produto e com isso melhorar a renda (Depoimento de Valneide Sousa, professora, liderança local, em julho de 2010)

Os novos conhecimentos introduzidos através da formação para o turismo comunitário bem como pelo fazer cotidiano são percebidos como um benefício, na medida em que ampliam as habilidades locais.

De maneira geral, a sensação, na comunidade, é de que o turismo comunitário está se desenvolvendo aos poucos, mas seguindo os referenciais postulados inicialmente e alcançando os objetivos que motivaram a sua implantação.

Considerando o bom desempenho atestado pela comunidade, buscamos identificar os elementos responsáveis pelo sucesso, até então, da experiência de turismo comunitário apresentados de maneira resumida na Tabela 6.1.

Por outro lado, identificar os custos acarretados pelo desenvolvimento do turismo comunitário não foi tarefa fácil. Na verdade, os entrevistados só conseguiram vislumbrar um único custo, entendido enquanto problema, trazido pelo turismo: a desconfiança. Mesmo assim, foi prontamente esclarecido que se trata de uma situação passível de ser solucionada com o tempo.

Houve esses impactos. Tipo assim, desunião de alguns, incompreensão de alguns porque nessa história de mexer com dinheiro, a estrutura [física, das casas], algumas pessoas que não estão muito envolvidas acabam não compreendendo direito como é que se dá, ou gera ciúmes em outros, ambição. As pessoas reagem diferente. A gente entende que houve uns impactos diferentes na comunidade, agora a gente entende que o tempo também vai trazendo os esclarecimentos e a compreensão das pessoas que acabaram não entendendo direito. Até porque de início esses conflitos internos já foram mais intensos e com o fazer a gente vai acabando descobrindo e se

⁸² Vale lembrar que toda a produção agrícola, bem como a criação de animais, é feita de maneira orgânica. Esse aspecto deveria ser mais bem explorado na divulgação e valorização dos pratos.

encontrando (Depoimento de Valneide Sousa, professora, liderança local, em julho de 2010).

Tabela 5.1 – Fatores que contribuem para o sucesso e sustentabilidade do turismo comunitário local.

MEIO AMBIENTE/ ESTRUTURA	SOCIAL/ CULTURAL	ECONÔMICO/ NEGÓCIOS	POLÍTICO
<ul style="list-style-type: none"> - ambiente natural bastante preservado; - respeito aos recursos naturais; - coleta seletiva de lixo; - acentuada relação entre recursos naturais e turismo; - beleza cênica; - produção orgânica. 	<ul style="list-style-type: none"> - vários projetos de caráter comunitário; - acordos firmados em grupo; - assessoria ampla; - forte identidade cultural e diversas manifestações artísticas e populares. 	<ul style="list-style-type: none"> - financiamento próprio sem juros e com prazo acessível; - disponibilidade de mão-de-obra local em processo de qualificação; - produtos orgânicos de qualidade disponível localmente; - planejamento coletivo da atividade; - clareza de objetivos; - cooperação e associativismo; - atendimento amistoso, personalizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - empoderamento e organização da comunidade; - clareza sobre os princípios do turismo comunitário; - associação em rede com outras experiências de turismo comunitário em nível regional e nacional.

Os demais comentários são receios sobre um futuro incerto, os quais identificamos enquanto risco potencial mais que custo real. Um dos riscos levantados pelos moradores gira em torno da venda terra. Assim relata Zé Neo:

Acho também que, em parte, vem pessoas somente interessadas em tirar proveito. Até porque já conhecemos pessoas assim que vieram pra Praia da Baleia e vieram pro próprio Caetanos de Baixo, se comprometendo em ajudar as famílias e depois passaram o calote, né?! Compram as terras e as pessoas hoje tão sem poder mais morar porque as terras foram vendidas. Eles influenciaram, criaram lá o meio deles, fazendo com que as famílias vendesse por 5 mil reais, que num tinha costume de venda, né?! Hoje, não é o plano do pessoal da comunidade de Caetanos de Cima. A gente antes preserva essa terra que hoje a gente ocupa. Muito embora corra algum risco, a gente tem o cuidado pra que isso não aconteça, que ninguém vá vender um lote.

Outro receio é de que o caráter comunitário do turismo seja substituído pelo individualismo e ambição.

Quando as pessoas começam [a trabalhar com o turismo], existe uma espécie de investimento - num sei se em Caetanos vai ser assim - as pessoas tem muita pressa que o dinheiro do investimento retorne. Não só no turismo, mas nos projetos. Eu

espero que não mude. Eu tenho clareza que ele [o turismo] pode virar pro outro lado, ele é complicado. Espero que nunca aconteça. Que as pessoas que trabalham com o turismo sempre se mantenham e não procurem esse outro lado. Temos clareza, mas não temos a garantia total que ele vai ser sempre comunitário. A cabeça das pessoas mudam. Hoje sou eu, a Valneide, amanhã outras pessoas. (...) Esperamos que ele não mude, que a gente tenha sempre esse pensamento, mas a gente num vai ser eterno, a cabeça da gente muda, sabe lá como é que vai ser, esperamos que não mude (Depoimento de Valyres de Sousa, pescador, liderança local, em julho de 2010)

Os moradores não identificaram os conflitos culturais como riscos e/ou custos potenciais trazidos pelo turismo comunitário, apesar de serem relatados alguns momentos de tensão entre diferentes práticas culturais locais com as necessidades dos turistas.

Tem uma coisa muito esquisita que a gente já viveu principalmente na parte da comida, (...), por exemplo: a menina chegou, a mãe chegou, aí disse assim: - O que é que nós temos pra jantar? Aí a gente colocou: - Nós temos peixe, temos tapioca, temos arraia, tem ovos, tem café; várias coisas que a gente tinha. - E pra criança, o que é que tem pra comer? Aí a gente fica assim perdido, sem saber o que dizer. Porque, assim, no nosso jeito de viver, a gente para, quando tem essas interrogações, e fica sem saber como responder, fica meia hora parado tentando processar sem saber o que responder porque as nossas crianças comem essas coisas tudo. Teve outros que praticamente passaram fome, o grupo de crianças que veio no final do ano. Porque eles queriam porque queriam que nós tivéssemos pão, maionese, hambúrguer, ketchup, porque eles moravam praticamente no McDonald's. Taí, foi difícil alimentar essas crianças! (Depoimento de Valneide Sousa, professora, proprietária de pousada familiar, liderança local, em julho de 2010)

Talvez essa preocupação ainda não seja percebida como um risco ou problema devido a sutileza dos exemplos vivenciados até agora. É possível que seja mais problemático quando esse choque for mais complexo.

Também identificamos como potencialidade negativa do turismo comunitário a possibilidade de transformar a cultura local em mercadoria, organizada de maneira a ser 'consumida' pelos visitantes mediante a compra do produto. É claro que essa situação ainda está bem longe de ocorrer, mas não deixa de ser um risco que merece ser monitorado de perto. Expressão disso é o fato de o tema já estar sendo tensionado por diferentes posicionamentos dentro da comunidade: os que consideram que essas apresentações devem ser pagas e os que pensam o contrário.

O que a gente tem dificuldade é que as pessoas compreendam que esse é o serviço deles. Há uma discussão de como a dança do coco é uma manifestação tradicional não se deve cobrar por isso porque dá outro significado. Mas aí não se entende também que a pessoa vai passar quatro horas trabalhando aqui pra animar pessoas de fora, divertindo as pessoas, a troco de nada. Se ele vem [o turista], a pessoa da pousada ganha, a cozinheira também vai ganhar, a pessoa que vai passear com ele vai ganhar e quem vem animar ele, passar a noite cantando, dançando, se expressando vai ficar só com o trabalho?! Há uma dificuldade de se entender que isso é o trabalho dele e que precisa ser valorizado (Depoimento de Valneide Sousa, professora, proprietária de pousada familiar, liderança local, em julho de 2010).

É importante ressaltar que a dificuldade em identificar as potencialidades negativas na prática do turismo comunitário se dá exatamente porque todo o planejamento que se faz para o desenvolvimento da atividade é balizado por precauções contra os impactos negativos do turismo convencional, tão conhecidos e temidos pela comunidade.

A gente tem analisado, conhecido outras realidades e tem visto que aonde o turismo convencional tem entrado tem trazido essa história da exploração sexual, acho que é uma das coisas que aparecem em primeiro lugar. Essa história da droga, da superpopulação, ocupação de áreas indevidas, na nossa região, por exemplo, das praias turísticas que desenvolveram o turismo antes de Caetanos, como é o caso de Baleia e de Flecheiras, a gente viu a população local que passou a morar no pior lugar, foram pra cima das dunas, foram tiradas da beira-mar, e vivem uma vida muito ruim. Acho que, pra gente, são as coisas mais ruins, os impactos maiores, negativos que a gente viu do turismo. Pelo menos a gente tá desenvolvendo [o turismo comunitário] entendendo que essas ações não vão ser reproduzidas, nós queremos, temos a intenção de trabalhar o turismo, mas que as pessoas do lugar permaneçam utilizando a praia para as suas atividades, que os jovens continuem a vida que tem do ponto de vista de tarem usando drogas, de não tarem se envolvendo nessas novidades que vem pela aí, que a gente não tenha problema com essa história de exploração sexual. Pelo menos essa é a nossa intenção: que a gente daqui a alguns anos esteja contando essa história de maneira bem positiva, diferente do que aconteceu com outras comunidades (Depoimento de Valneide Sousa, professora, proprietária de pousada familiar, liderança local, em julho de 2010).

Os limites entre o que é sustentável e quando passa a ser perigoso, a provocar impactos negativos, é muito tênue e difícil de ser apreendido com antecedência. Mesmo que seja previamente percebido o risco, é ainda mais difícil saber como preveni-lo, em especial quando é de caráter subjetivo como estes abordados aqui.

Não existe receita da melhor maneira de evitar os riscos que vem com o turismo comunitário. Entretanto, é importante ter clareza da necessidade de planejamento e monitoramento constante dessa prática, revisitando periodicamente os objetivos do projeto coletivo e os princípios da atividade que são compartilhados pelo grupo.

Também compreendemos que é necessário não perder de vista que a construção do turismo comunitário se baseia, como temos apresentado, em novos paradigmas para o desenvolvimento e para a atividade turística que fomentam novas práticas econômicas e sociais. Sendo assim, são exigidos novos procedimentos e instrumental para a consolidação das atividades turísticas sob pena de negarmos as suas particularidades e toda a potencialidade de ser realmente “comunitário”.

Eu entendo que tem que ser diferente, só num sei como fazer, mas entendo que tem que ser se não a gente vai deixar de ser comunitário, porque comunidade é isso (Depoimento de Valneide Sousa, professora, proprietária de pousada familiar, liderança local, em julho de 2010).

O turismo gestado no seio da comunidade precisa contemplar as suas características, a sua cultura, a sua simplicidade, a sua forma de fazer sob pena de transformar-se em um simulacro do turismo convencional.

As técnicas, os procedimentos e os instrumentos que regulamentam as áreas do turismo, como a hotelaria e o atendimento ao público, por exemplo, serão sempre subaplicados pelas comunidades e produzem uma padronização que descaracteriza a cultura local.

Não se trata de uma alusão à desorganização e a falta de critérios mínimos de gestão, higiene, limpeza e atendimento. Ao contrário, é um convite à reelaborações e novas construções voltadas para esse eixo, para essa forma tão especial de promover encontros.

7 CONCLUSÕES

Caetanos de Cima é uma comunidade de pescadores e agricultores que se estrutura a partir de uma engenhosa complexidade social, política, cultural e ambiental. Muitas conclusões podem ser deduzidas a partir da apresentação feita neste trabalho, mas nos deteremos naquelas prioritárias para a compreensão dos sentidos dados pela comunidade ao turismo comunitário.

Em primeiro lugar, percebemos que, apesar de estar subordinada administrativamente à Amontada, a realidade de Caetanos de Cima não reflete os números apresentados por este município. Acesso à internet, a educação e a cultura e sentimento de viver bem são alguns exemplos que a diferenciam da sede. Isso significa que a qualidade de vida e os serviços ali existentes não são, na sua quase totalidade, resultados de políticas públicas municipais.

É a organização local, apoiada por agentes externos, que mobiliza os recursos – financeiros, humanos e intelectuais – para a melhoria e afirmação da vida. Trata-se, como visto, de uma organização complexa, envolvida por pressões e conflitos vindos de diferentes partes ao mesmo tempo em que promove ações de desenvolvimento (saúde, educação, reflexões políticas, atividades econômicas e culturais, uso sustentável dos recursos, etc.).

Os diversos grupos existentes demonstram clareza política, senso de autonomia e empoderamento da comunidade em diferentes aspectos, desde religiosos até produtivos, passando, inclusive pela superação das práticas opressoras do patriarcado. Esse posicionamento possibilita a elaboração de novas propostas práticas para a vida econômica, social, cultural e religiosa da comunidade.

A prática de pensar sobre si mesmo se inicia desde cedo, a partir do envolvimento das crianças na escola que se coloca o papel de discutir a realidade de Caetanos de Cima. Tal procedimento prova, como já sabemos, que um processo transformador de desenvolvimento e atuação consciente – de sujeito – só pode ser efetivamente implementado sobre bases educacionais sólidas e críticas.

O reconhecimento e a afirmação da cultura local através das danças, dramas, músicas e celebrações tem sido instrumentos importantes no fortalecimento dos laços comunitários e, conseqüentemente, na valorização da identidade coletiva em meio à inserção

inevitável, especialmente dos mais jovens, no mundo para além da comunidade através da influência exercida pelos meios de comunicação e educação superior.

A base primeira para garantir a subsistência é o uso do precário solo da planície costeira, ambiente geomorfologicamente recente e bastante instável. Se considerarmos o uso histórico que tem sido feito para alimentar e abrigar essa população, só podemos deduzir que há um equilíbrio sustentável na relação que se estabelece entre as pessoas e a natureza, colaborando sobremaneira para a sua conservação.

Em resumo, podemos concluir que Caetanos de Cima ainda resiste às tentativas de desenvolvimento exógeno. A afirmação e valorização da forma de vida da comunidade se refletem na existência de uma coesão comunitária que tem resultado em uma série de ações para o fortalecimento da organização local, da cultura e da melhoria das condições de vida através da mobilização para as atividades produtivas como a pesca, a agricultura e, mais recentemente, o turismo comunitário, de maneira harmoniosa com o ambiente natural onde se inserem.

Diante das investidas de grandes empreendimentos na zona costeira cearense, às comunidades que vivem nesta área restam duas possibilidades: aceitar ou não a implantação e a convivência com os investidores de fora. Comunidades organizadas, como Caetanos de Cima, fizeram a escolha de resistir pelo direito de permanecer no seu lugar, de ser diferente, de estar na beira da praia, pela afirmação da sua forma de vida.

É essa escolha, diante desse contexto, que possibilita o surgimento do turismo comunitário naquela comunidade: ao mesmo tempo que é uma defesa e resistência contra o avanço do turismo convencional é uma forma de afirmação da cultura local enquanto sujeitos de uma outra sociabilidade e desenvolvimento econômico.

Cultura, organização comunitária e resistência são as marcas mais fortes da comunidade. Consequentemente, essas características estão presentes de maneira indissociável da proposta de turismo comunitário, pois esse tipo de turismo assimila aspectos que dão vida e significado ao desenvolvimento para a comunidade, integrado, territorializado, tornando-se mais um instrumento para o desenvolvimento para a vida, para a felicidade.

Em Caetanos de Cima, identificamos aspectos que precisam ser melhorados em relação à estruturação da atividade turística no que se refere à capacidade administrativa, promocional e de comercialização. Isto tem provocado um descompasso entre os objetivos traçados, as expectativas e os resultados alcançados no primeiro ano de execução da proposta.

Entendemos que essa situação pode ser resultado do forte sentido político que a atividade assume na comunidade, tendo colocado em segundo plano o turismo como setor econômico.

Outro elemento que concorre para essa situação é a tamanha especialização da atividade, que exige um envolvimento mais profundo com mecanismos e instrumentos de mercado incomuns às práticas tradicionais. O que corrobora com a afirmativa de que é necessário fazer uma releitura dos saberes e fazeres do turismo, na medida do possível, para garantir a inserção diferenciada desses sujeitos no mercado, impregnado das suas próprias características.

A pouca experiência de Caetanos de Cima e dos pequenos empreendimentos com a atividade turística e o estado pouco consolidado no qual se encontram seus produtos e serviços turísticos limitou um pouco a análise sobre a estruturação do produto turístico local e a possibilidade de formular conclusões sobre aspectos ainda pouco conhecidos como a demanda, a promoção e a comercialização.

Entretanto, consideramos que demos nossa contribuição para que a comunidade possa pensar sobre si mesma ao propor e organizar um conjunto de critérios importantes para aperfeiçoar sua oferta e buscar soluções coletivas e autônomas para suas questões.

Vale a pena considerar a eficiência da promoção boca-a-boca responsável pela vinda de mais visitantes para Caetanos de Cima e para a maioria das experiências de turismo comunitário da América Latina. As informações da internet foram a segunda forma através da qual as pessoas conheceram a comunidade, seguida dos eventos. Talvez seja um indício de como acessar a demanda e uma pista para estabelecer um caminho para a promoção.

Especialmente para o caso de Caetanos de Cima, sugerimos que as boas práticas ambientais como a produção orgânica, a água potável subterrânea e a coleta seletiva de lixo sejam valorizadas nos produtos delas derivados e na caracterização da comunidade e do seu modo de vida. Essa sugestão também pode ser ampliada para a história local, seus saberes tradicionais e suas manifestações culturais.

Em relação ao turismo comunitário, podemos concluir que este se caracteriza enquanto um campo teórico pouco preciso em busca de desenhos que indiquem um horizonte novo, capaz de vislumbrar paradigmas emergentes ao mesmo tempo em que promove uma desconstrução inicial – o turismo convencional – em função de uma nova arrumação – o turismo comunitário.

A construção do turismo comunitário se baseia em novos paradigmas para o desenvolvimento e para a atividade turística que fomentam novas práticas econômicas e sociais. Sendo assim, são exigidos novos procedimentos, técnicas e instrumental para a consolidação das atividades turísticas de acordo com as realidades locais sob pena de negarmos o diferente, o particular e o comunitário do turismo, não passando de um simulacro do turismo convencional.

Sabemos que pescadores artesanais, agricultores e artesãos, por exemplo, são capazes de desenvolver e adaptar técnicas sofisticadas para realizarem suas atividades sem necessariamente reproduzir as técnicas industriais. Isso nos impulsiona a acreditar que é possível construir procedimentos mais simples e eficientes para a inserção do turismo comunitário na mesma lógica destas outras atividades ou estaremos fantasiando sobre praticar um outro modelo de turismo ou sobre a real capacidade de protagonismo destes sujeitos.

Identificamos, portanto, uma diferença drástica na definição locacional típica do turismo. Enquanto que, no turismo convencional, os empreendedores dispostos a investir buscam lugares que ofereçam vantagens locais – sejam econômicas, de infraestrutura ou paisagísticas – no turismo comunitário o percurso é o oposto.

Uma comunidade nega o modelo predominante de turismo, reconhece o potencial turístico local existente ou a desenvolver e decide elaborar uma proposta que, só aos poucos, vai sendo estruturada a partir do que se pretende promover e não a partir das necessidades da demanda e do mercado. Esse caminho é bastante desafiador porque, entre tantos motivos, geralmente as vantagens locais são reduzidas: falta de infraestrutura básica e turística, carência inicial de capacidades e habilidades para o trato com a atividade e desconhecimento dos lugares (suas características, acesso, cultura, etc.).

Temos clareza de que essa outra forma de fazer turismo é uma construção disputada por diferentes agentes sociais de acordo com seus interesses e visões de mundo específicas. Não há ainda – e talvez nunca exista – um consenso que unifique o conceito em torno de uma única prerrogativa. O que pretendemos aqui foi discutir aquilo que, para nós, significa o turismo comunitário dentro deste ambiente em disputa que é, como deve ser, a construção social.

Sabemos, portanto, que existem razões políticas, sociais e culturais para a escolha deste tipo de turismo tanto para turistas quanto para as comunidades. Essas escolhas refletem a ideia sobre o tipo de desenvolvimento preterido pelas partes envolvidas, a valorização do

senso comunitário, a clareza sobre a intervenção realizada e a amplitude de objetivos atribuídos ao turismo para além dos resultados econômicos.

Muitas vezes, nós mesmos nos questionamos acerca da real possibilidade de implementar um turismo menos economicista e mais solidário se a própria atividade turística é uma prática eminentemente capitalista. Entretanto, a dúvida não nos impede de ter boas expectativas em relação às propostas de turismo comunitário, especialmente porque a ideia é coerente com a prática das comunidades, das pessoas de boa vontade e pensamento crítico.

Mas talvez seja interessante, por exemplo, verificar, em comunidades mais experientes com o tema, como se relacionam as expectativas, princípios e acordos iniciais com o resultado depois de anos de trabalho. Seria acertado pensar que quanto mais os pequenos empreendimentos obtêm resultados econômicos menos comunitário o turismo local fica? Quais são os impactos negativos existentes? Eles foram previstos inicialmente? Se sim, quais atividades foram desenvolvidas e por que elas não evitaram os problemas?

A despeito das vantagens, benefícios, princípios e valores diferenciados que regulam a oferta e estimulam a demanda do turismo comunitário, é preciso chamar atenção para os riscos que ele pode trazer à comunidade, em especial, motivados por dois elementos típicos da atividade e indissociáveis: a mercantilização e a presença de visitantes/consumidores.

A inserção de uma atividade econômica tão marcada por processos mercadológicos em comunidades que desenvolvem atividades tradicionais marcadas pelo caráter artesanal pode ser uma grande contribuição para a desestruturação do senso de coletividade e solidariedade típicos de uma comunidade.

Percebemos que a forte relação com o mercado é o elemento mais surpreendente em comunidades que iniciam o turismo comunitário. Para Caetano de Cima, por exemplo, uma vez motivados pela resistência e por uma proposta alternativa de desenvolvimento, tornarem-se ‘empreendedores’ e inserirem-se nos mecanismos de mercado tem sido um choque, um aprendizado intensivo sobre os aspectos econômicos do turismo, para além de ser apenas uma atividade social.

Ao alcançarem resultados econômicos interessantes com o turismo, é importante ter atenção e cuidado para que não se coloque em curso um processo de mercantilização generalizada dos elementos constitutivos da comunidade e que o próprio fazer turístico, tanto

para quem oferece quanto para quem visita, não se torne uma fetichização e um simulacro das relações pessoais e do intercâmbio cultural.

Esse é um risco real decorrente do sentido ontológico do turismo enquanto atividade econômica forjada no seio do desenvolvimento capitalista. As pessoas envolvidas na construção dessa proposta precisam ter clareza sobre os possíveis custos sociais trazidos pelo turismo bem como serem sujeitos realmente capazes de refletir e atuar diante da complexidade em torno da atividade turística como negócio, para além das questões políticas e sociais constitutivas da proposta comunitária.

Também não se pode negligenciar que as ações locais do turismo refletirão a estrutura social e de poder preexistente na comunidade em questão. Comunidade, portanto, não é um bloco homogêneo. Assim, a proposta de turismo não é, também, reflexo da totalidade uníssona dos moradores.

Daí a importância reiterada em defender e promover os princípios do empoderamento dos sujeitos envolvidos, da distribuição de renda e da discussão sobre gênero e geração como elementos constitutivos das práticas do turismo comunitário, como uma contribuição deste para a distribuição do poder dentro da comunidade. Assim, o envolvimento das pessoas no turismo, seja qual for a função que desempenhem, precisa ser mais que apenas funcional.

A complexidade e especificidade do turismo comunitário sugerem que este turismo não será a alternativa para o turismo de massa e de luxo e seus impactos negativos. O turismo comunitário tem uma escala de atuação muito reduzida e, portanto, de baixo interesse para o investimento público, grosso modo interessado em números vultuosos e crescimento econômico da atividade.

Entretanto, ainda nos resta uma dúvida não devidamente tratada por esta dissertação: como localizar criticamente este tipo de turismo em termos de políticas públicas e como relacioná-lo com a atividade turística convencional?

Como vimos, dentro do governo federal, o turismo comunitário surge enquanto ações específicas e pontuais, desconectadas entre os diferentes ministérios e que representam uma parcela ínfima dos investimentos de turismo do país. Tem mais uma característica de paliativo do que uma estratégia elaborada de desenvolvimento territorial.

Nestes termos, ele é visto como um segmento da atividade turística, capaz de promover a diversificação da oferta brasileira e, geralmente, seu fomento tem objetivo de associá-lo a destinos de turismo mais consolidados, inserindo-os no circuito convencional.

O foco assumido por este trabalho não nos permitiu desenvolver mais essas questões, mas persistem questionamentos sobre a possibilidade de associar o turismo comunitário e o convencional, ou seja, políticas voltadas para o desenvolvimento local e as macropolíticas de turismo, muitas vezes em choque quando territorializadas em lugares pertencentes a populações tradicionais.

Como colocar para discutir e disputar de igual para igual indivíduos com interesses sociais e econômicos diferentes e em situação de poder desigual, como empresários, políticos e populações tradicionais? Como conciliar numa mesma proposta de turismo, visões díspares acerca do desenvolvimento, das relações econômicas e ambientais e da vivência social, se grupos sociais diferentes possuem propostas de desenvolvimento diferentes?

Como ignorar a certeza de que os problemas ambientais e sociais são resultados da forma como a sociedade atual tem se relacionado com a natureza e consigo mesma, exigindo uma mudança na estrutura e forma de pensar? Partindo desse pressuposto, não é possível considerar que tamanhos desafios possam ser resolvidos apenas com instrumentos técnicos e administrativos de caráter participativo, como é o discurso superficial de algumas propostas públicas.

Para nós, discutir sustentabilidade é defender uma mudança profunda na forma de pensar, de viver e de produzir, levando a uma perspectiva de desenvolvimento para além do aspecto econômico, mas que busque a ‘felicidade’ das pessoas.

Nesse sentido, não é o turismo comunitário que irá promover esse desenvolvimento. Tampouco é a atividade capaz de salvar as comunidades litorâneas do limitado crescimento econômico das suas atividades artesanais. Como visto em Caetanos de Cima, o turismo comunitário se coloca enquanto uma alternativa passível de ser explorada diante da beleza cênica do espaço que ocupam, mas, principalmente, se consolida a partir de bases conceituais que já fazem parte da estrutura organizacional, política e social inerente à comunidade.

Esta foi uma tentativa de sistematizar as características do turismo comunitário a partir das reflexões e práticas de um grupo específico que faz parte da construção dos sentidos do turismo comunitário em âmbito nacional.

Diante da disputa social que é a consolidação de um conceito, escolhemos discutir a importância da afirmação de uma proposta política – neste caso, a resistência contra os conflitos fundiários, mas poderia ser a defesa de um ecossistema ou a afirmação de uma proposta diferenciada de agricultura, por exemplo – e de um sentido de desenvolvimento pautado em outras bases como elementos constitutivos dos sentidos do turismo comunitário.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/ FASE, 2003.

ACSELRAD, H.; LEROY, J. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/ FASE, 2003.

ALMEIDA, H. L. P. S. **Indicadores de Qualidade de Vida** - Instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/ CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

ARROYO, J. C. T.. **Economia popular e solidária** – a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, R. S. V. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. (org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARRETTO, M. O Gran-tour revisitado in CORIOLANO, L. N. M. T. (org). **Turismo com ética**, Fortaleza: FUNECE, 2ª edição, 1998.

BENDELL, J. Talking for Change? Reflections on Effective Stakeholder Dialogues. **New Academy of Business Innovation Network**. 20 October 2000.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): ¿de qué estamos hablando? In: MADOERY, Oscar; VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010** – Uma Viagem de Inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2006a.

_____. **Segmentação do Turismo** – Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006b.

_____. **Estudo da demanda turística internacional 2004-2008.** Brasília: Ministério do Turismo, fevereiro de 2010.

_____. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural.** Brasília: Ministério do Turismo, [200-]a.

_____. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, [200-]b

CAETANOS DE CIMA. **Planejamento Estratégico do Turismo Comunitário.** Terramar/APAPAIS, 2008.

_____. **Cartilha de história e memória local.** A ser publicado em 2010.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II** – domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, I. E. de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLAUDINO-SALES, V. C. de. **Les littoraux du Ceará** - Evolution géomorphologique de la zone côtière de l'État du Ceará, Nord-est du Brésil: du long terme au court terme. 2002. 496f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Paris-Sorbonne, Paris, 2002.

CMMAD. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org). **Étnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *et alli.* **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança.** Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

DIEGUES, A. C. S.. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001.

DOWBOR, L. **Democracia econômica** – um passeio pelas teorias. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

FUNDAÇÃO PIRATA MARINHEIROS. **Histórico**. Disponível em http://www.pirata.com.br/porta1_pirata2007/fundacao/historico.htm. Acesso em 15 de julho de 2010.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 2. ed.

FU-TURISMO. **Análisis de Oferta y Demanda Turística RENITURAL.COM** – Diagnostico Situacional. Nicarágua: [200-].

GALLOIS, D. T. (org.) **Patrimônio Cultural Imaterial e povos indígenas** -exemplos no Amapá e norte do Pará. São Paulo: Iepé, 2006.

GARRONE, R. **Turismo resonsabile** – nuovi paradigmi per viaggiare in terzo mondo. Bologna: Associazione RAM, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Conjuntura do turismo via Fortaleza** - dezembro 2006 a janeiro 2007. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *at alli*. **Território, territórios** – ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006. 2. Ed.

IBGE. **Amontada**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 16 de maio de 2010.

_____. **b. Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003** - IBGE lança Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1293. Acesso em 16 de maio de 2010.

_____. **Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros – 2003**. IBGE. DVD.

IPECE. **Perfil básico municipal – Amontada**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, 2010.

IRVING, M. de A. Turismo como instrumento para o desenvolvimento local: entre a potência e a utopia. In: D'ÁVILA NETO, M. I.; PEDRO, R. M. L. R. **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Mauad/ Bapera Editora, 2003.

_____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org). **Turismo de Base Comunitária** - diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

JAMIESON, W. Defining urban tourism destination management. In: JAMIESON, W. (editor). **Community destination management in developing economies**. New York: THHP, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, L. C.; MORAIS, J. O. de; SOUZA, M. J. N. de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

LIMA, M. do C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. 2002. 220f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACIEL, T. B. Da sustentabilidade à sustentabilidade do ser: por um desenvolvimento humano durável. In: D'ÁVILA NETO, M. I.; PEDRO, R. M. L. R. **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Mauad/ Bapera Editora, 2003.

MALDONADO, C. Fortaleciendo redes de turismo comunitario - REDTURS en América Latina, @local.glob, Itália, n. 4, 2007. Disponível em http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd67/118_Turismo%20Sostenible.pdf. Acesso em 15 de junho de 2010.

_____. O turismo rural comunitário na América Latina - gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org). **Turismo de Base Comunitária** - diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares** - espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MAX-NEEF, M., ELIZALDE, A. Y HOPENHAYN, M. Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro. In: **Development Dialogue**, Número especial 1986, Fundación Dag Hammarskjold, Uppsala, 1986.

MEIRELES, A. J. A. **Lauda ambiental, sócio-econômico e cultural** - proposta de criação de uma unidade de conservação Reserva Extrativista Marinha - Costeira da Prainha do Canto Verde - litoral leste do Ceará. Fortaleza: notas de aula, 2008.

MENDONÇA, T. C. de M. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?**. 192f.. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, 2004.

MIELKE, E. J. da C. **Curso Planejamento e Execução do Turismo de Base Comunitária**. 2009, 11f. Módulo I – Texto 1. Notas de Aula. Mimeografado.

MMA. **Proecotur**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=140>. Acesso em 22 de junho de 2010.

MITRAUDE, S. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MOLINA, S. Pós-turismo: novas tecnologias e novos comportamentos sociais. In: MOESCH, M.; GASTAL, S. (org.) **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil** – elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais** - o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MTUR. **Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas**: turismo de base comunitária. Disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_turismo_areas_priorizadas.html. Acesso em 23 de junho de 2010.

OMT. **Segmentação da atividade turística**. Disponível em www.unwto.org. Acesso em 15 de janeiro de 2010.

PNUD. **Índice de Gini**. Disponível em http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97. Acesso em 16 de maio de 2010.

_____. **b. Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 16 de maio de 2010.

REDE TUCUM. **O que é?** Disponível em <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/118373>. Acesso em 10 de março de 2010a.

_____. **Princípios e diretrizes**. Disponível em <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/118393>. Acesso em 18 de abril de 2010b.

_____. **Rede Tucum**. Disponível em <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>. Acesso em 22 de abril de 2010c.

REDTURS. **Turismo comunitário**. Disponível em www.redturs.org. Acesso em 13 de janeiro de 2010.

RODRIGUES, R.; SOUSA, V. **Almanaque pescando cultura**. Fortaleza: [s/n], 2006.

ROUSSET, C. El turismo responsable como instrumento de sensibilización social y política para el pueblo saharai. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2, Fortaleza, 2008. **Anais...**Fortaleza: Terramar, 2008, CD-ROM.

SACHS, I **Desenvolvimento** – incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p.

SALVATI, S. S. O WWF-Brasil e o Turismo Responsável. In: MITRAUD, Sylvia. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

SALVO, L. **Programa Nacional de Ecoturismo**. Brasília: MMA, [200-].20 slides, color.

SCHIAVO, M. R; MOREIRA, E. N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCHÄRER, R. **Turismo Sustentável** - um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de Prainha do Canto Verde no Litoral do Ceará. Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. 2003. Vol. 1 No. 2 págs. 231-242. Disponível em www.pasonline.org.

SILVA, H. N. S. **Zingando nos saberes de Caetanos de Cima**. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, J. S. da; LIMA, M. do C. de. **Uso e ocupação da terra por comunidades tradicionais na Zona Costeira do Ceara** – diagnóstico sócio-ambiental participativo. Relatório. Fortaleza, Departamento de Geografia/ UFC; Instituto Terramar: 2003.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária - a experiência do Ministério do Turismo. In.: SOMOZA, A. **Por un Turismo Urbano Participativo. Ponencias Seminario Internacional de Turismo Sostenible como Estrategia de Desarrollo Local**. 2008. <http://www.retosalsur.org/Ponencias-Seminario-Internacional,22.html>. Acesso em 05 de maio de 2010.

SOMOZA, A. **Por un Turismo Urbano Participativo**. Disponível em http://www.retosalsur.org/IMG/pdf/Ponencia_Alfredo_Somoza.pdf. Acesso em 15 de maio de 2010.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, V. F. de. **Comunidade de Caetanos de Cima: um levantamento de suas origens linguísticas**. 2008. 33f. (Monografia) – Língua Portuguesa, Universidade do Vale do Acaraú, Itapipoca, 2008.

TESSLER, M. G.; MAHIQUES, M. M. de. Processos oceânicos e a fisiografia dos fundos marinhos. In: TEIXEIRA, W. *et al.* **Decifrando a Terra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

TIES. **TIES Global Ecotourism Fact Sheet**. Disponível em <http://www.ecotourism.org/atf/cf/%7B82a87c8d-0b56-4149-8b0a-c4aaced1cd38%7D/TIES%20GLOBAL%20ECOTOURISM%20FACT%20SHEET.PDF>. Acesso em 24 de junho de 2010.

TUPINAMBÁ, S. V. **Do tempo da captura à captura do tempo livre** – terra e mar: caminhos da sustentabilidade. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

TURISOL. **Princípios**. Disponível em <http://turisol.wordpress.com/conceitos/>. Acesso em 18 de abril de 2010.

UNWTO. **ST-EP PROGRAMME**. Disponível em http://www.unwto.org/step/pub/en/pdf/step_prog.pdf. Acesso em 23 de junho de 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ª ed.

WOLFE, M. **Desenvolvimento: para que e para quem** – indagações sobre política social e realidade político-social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REDES NACIONAIS E/ OU REGIONAIS DE TURISMO COMUNITÁRIO NA AMÉRICA LATINA

PAÍS	REDE NACIONAL/ REGIONAL	SURGIMENTO	AFILIADOS	CONCEPÇÃO DE TURISMO COMUNITÁRIO
Argentina	Red de Turismo Campesino de los Valles Calchaqués de Salta www.turismocampesino.org	Informalmente em 2005 e institucionalizada em 2008	50 famílias de pequenos produtores de 12 comunidades no Valles Calchaqués ao sul de Salta.	Buscamos la compañía de aquellos viajeros que practican el turismo responsable, fomentan el comercio justo y apoyan el verdadero desarrollo local. La Red fomenta el turismo rural comunitario. Ofrece compartir los oficios, lo cotidiano y las costumbres campesinas de tierra adentro. La convivencia con el viajero es un intercambio mutuo de culturas vivas. Y la naturaleza andina es parte de nuestra identidad y cosmovisión campesina.
	HUELLA GAUCHA Red Provincial de Turismo Rural de Base Comunitária de Jujuy www.turismo.jujuy.gov.ar		5	
	ONPIA Organización de Naciones y Pueblos Indígenas en Argentina www.onpia.org.ar			Turismo com identidade.
Bolívia	REDTURC Red de Turismo Comunitario de Titikaka ogdpuno@gmail.com	2008	28 membros ativos e 14 membros fraternos entre quechuas e aymaras (associações turísticas indígenas da região de Puno)	Coordinar las acciones de sus asociados a favor de un desarrollo turístico comunitario mediante una autogestión disciplinada, responsable, armoniosa, para brindar una oferta de servicios turísticos de calidad con participación comunitaria y el acceso a los beneficios equitativos de la industria turística, en defensa de sus tierras, territorios y patrimonio sociocultural .
	TUSOCO Red Boliviana de Turismo Solidário Comunitário www.tusoco.com	2006	19 empreendimentos/ comunidades em 8 municípios	El turismo solidario comunitario es una propuesta para pensar y hacer turismo de manera respetuosa de la gente y del medioambiente, una propuesta basada en los preceptos de la economía social y solidaria, que – entre otros – promueve la democracia directa y la autogestión; Algo que se parece mucho a nuestras maneras tradicionales de vivir y trabajar. El turismo comunitario es un turismo manejado por los mismos habitantes de las comunidades indígenas y campesinas, gente que se ha organizado según sus tradiciones para ejercer la actividad turística en su territorio.
Brasil	TURISOL Rede Brasileira de Turismo Comunitário http://turisol.wordpress.com	2003 informalmente	12 projetos em 100 comunidades de 61 municípios em 8 estados.	[compilação dos conceitos e princípios de seus membros]
	TUCUM Rede de Turismo Comunitário do Ceará www.tucum.org	2008	10 comunidades, 2 associações urbanas e 2 instituições.	Na contramão do convencional, no turismo comunitário a população local possui o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsável pelo planejamento das atividades e pela gestão das infra-estruturas e serviços turísticos. Tudo isso orientado por princípios que buscam garantir a sustentabilidade sócio-ambiental, a exemplo da atitude ética e solidária entre as populações locais e os visitantes, geração e distribuição equitativa da renda, conservação ambiental e valorização da produção, da cultura e das identidades locais. Assim, as estratégias prioritárias na construção dos roteiros de visitação incluem os momentos de vivências com a comunidade, as trocas culturais entre visitantes e populações locais e as trilhas de interpretação ambiental.

PAÍS	REDE NACIONAL/ REGIONAL	SURGIMIENTO	AFILIADOS	CONCEPÇÃO DE TURISMO COMUNITÁRIO
Colômbia	ASOPRES Associação de Prestadores de Serviços Turísticos, Calima			
Costa Rica	COOPRENA Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional www.turismoruralcr.com	1994	19 organizações, entre cooperativas e associações, que oferecem uma oferta agroecoturística como complemento de suas atividades de produção agrícola (base cooperativa).	El Turismo Rural Comunitario le brinda la oportunidad al visitante de sentirse inmerso en la esencia del modo de vida rural. El turista disfruta de magníficos paisajes y al mismo tiempo aprende de las tradiciones y la cultura de las comunidades. Experiencias turísticas planificadas e integradas sosteniblemente al medio rural y desarrolladas por los pobladores locales organizados para beneficio de la comunidad (PNUD-ICT-Alianza, 2005)
	ACTUAR Associação Costarricense de Turismo Rural Comunitário www.actuarcostarica.com	2001	40 comunidades (grupos familiares)	Rural community tourism consists of planned touristic experiences which are integrated sustainably with the rural environment and developed by local citizen organizations for the benefit of the community
Ecuador	FEPTCE Federación Plurinacional de Turismo Comunitário de Ecuador	2002	60 comunidades	The relationship of the community with the visitors from the intercultural point of view, in which the members participate voluntarily, that guarantees adequate management of natural resources, valuation of their heritages, cultural and territorial rights of the nationalities and people/villages, for the fair distribution of generated benefits.
	CORDTUCH Corporación de Desarrollo y Turismo Comunitario de Chimborazo	2002	14 iniciativas distribuidas en 6 regiones de la provincia de Chimborazo (Riobamba, Guano, Chambo, Colta, Guamote, Alausí)	El turismo comunitario es una estrategia que les permite conservar su territorio, sus recursos naturales y su identidad cultural. Al mismo tiempo esta actividad constituye una alternativa de generación de ingresos económicos, diversificación y una opción frente a actividades extractivas, desde una perspectiva participativa y sustentable, cuyas utilidades se redistribuyen en salud, educación, servicios básicos, revitalización cultural, conservación, fortalecimiento organizativo e iniciativas de seguridad alimentaria.
	Red de Turismo Comunitario del Austro Pakariñán http://www.redpakarinan.com/			Community-based Tourism is considered a mode of "Experiential Tourism", a type of Alternative Tourism. It is characterized by the authenticity of the tourist activities, giving the tourist the opportunity to share and discover, in a very profound manner, the traditions, customs, and habits of an ethnic group or a certain village.
	FUNDECOL Fundación de Defensa Ecológica de Muisne	1989		Este es un concepto totalmente diferente y novedoso de hacer turismo. Pequeñas comunidades indígenas y afroecuatorianas comparten sus hogares con los turistas y permiten conocer a fondo sus costumbres, su diario vivir y sus conocimientos ancestrales.
	RICANCIE Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para la Convivencia Intercultural y el Ecoturismo http://ricancie.nativeweb.org/html/index.html	1993	9 comunidades quichuas no Alto Napo, en la reserva biosférica del Parque Nacional "Gran Sumaco - Sumaco Galeras".	Nuestro gran reto hoy como antes, consiste en defender nuestro territorio de las mineras, madereras y petroleras que cada día nos invaden más. También buscamos eliminar el turismo agresivo que durante algún tiempo amenazó el equilibrio sociocultural de las comunidades. A través del turismo organizado pretendemos un desarrollo autogestionado con nuevas perspectivas para nuestros hijos e hijas.
	Runa Tupari Native Travel			
Guatemala	FENATUCGUA Federación Nacional de Turismo Comunitario de Guatemala www.fenatucgua.org	2005	18 asociados, entre comunidades, emprendimientos e regiones (con diversas comunidades).	En Guatemala, el Turismo Comunitario es la actividad turística administrada y gestionada por comunidades rurales organizadas. A través del turismo, las comunidades revalorizan y manejan adecuadamente su patrimonio cultural y natural, generando ingresos para el desarrollo sostenible de sus familias y para un mejor cuidado de sus recursos. (concepto creado por las organizaciones sociales e instituciones cooperantes).

PAÍS	REDE NACIONAL/ REGIONAL	SURGIMIENTO	AFILIADOS	CONCEPÇÃO DE TURISMO COMUNITÁRIO
Honduras	La RUTA MOSKITIA Aliança para o Ecoturismo www.larutamoskitia.com		6 comunidades indígenas	
	MUTU Red de Turismo Comunitário Garífuna			
México	SENDASUR Red de Ecoturismo Comunitário de Chiapas www.sendasur.com.mx		20 sócios (16 centros ecoturísticos comunitários e 4 agências de viagens especializadas em ecoturismo)	
	RITA Red Indígena de Turismo de México www.rita.com.mx	2002	32 empreendimentos turísticos indígenas	Un elemento central de nuestro enfoque es que la actividad turística desarrollada en nuestros territorios por empresarios particulares debe de dejar de utilizar a las tradiciones, culturas y personas indígenas como mero folklore. Buscamos superar el tipo de turismo en donde se ensalza la grandeza del indio muerto y se margina al indio vivo. La Red Indígena de Turismo de México, A.C, marca como uno de sus objetivos primordiales el re-apropiamiento y la revaloración de nuestra cultura y territorio, en donde el trabajo ecológico lleva implícita la herencia cultural que hemos preservado como un medio de cohesión comunitaria y regional.
Nicarágua	RENITURAL Red Nicaragüense de turismo Rural www.turismoruralnicaragua.com	2005	55 destinos miembros	
Panamá	Red de Turismo de los Pueblos Kuna			
Peru	RED TUR COMUNITÁRIO Red de Turismo Vivencial y Desarrollo Sostenible em Comunidades Andinas – Amazonias del Peru www.redturcomunitario.com		21 comunidades	
	Red de Turismo Comunitário de Capachica			
Uruguay	Red de Turismo Comunitário Barrio Sur y Palermo mgutierrez.ecoturismo@gmail.com	2009	17 organizações locais	Turismo sostenible y responsable como estrategia para: - Activar la economía local y solidaria; - Valorizar y promover la identidad cultural y la salvaguarda del patrimonio tanto físico como inmaterial de los Barrios; - Desarrollar competencias turísticas locales que gestionen con profesionalidad el turismo responsable; - Afrontar las problemáticas sociales locales en forma colectiva.
	Retos al Sur www.retosalsur.org/	2006		Las definiciones de Turismo Responsable son variadas, pasando por Turismo Solidario1, a Turismo Alternativo o Cultural, pero lo importante es que ya han comenzado a crear nuevos comportamientos de turismo, y proyectos de desarrollo local en las comunidades que visitan, redistribuyendo las riquezas de este sector de la economía.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA FINAL I SITS, 2003, FORTALEZA-CE

SEMINÁRIO INTERNACIONAL REPRESENTA MARCO NA DISCUSSÃO SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL

Cerca de 500 pessoas de mais de 15 Estados brasileiros e de vários países estrangeiros participaram do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável que se encerrou nesta quinta-feira, dia 15 de maio, no Auditório Castello Branco, CEFET-CE em Fortaleza, com uma discussão sobre os Desafios da Construção do Turismo Sustentável.

Propostas de alternativas para um desenvolvimento diferenciado ao modelo de turismo atual focado em grandes empreendimentos turísticos e resultando na exclusão social das comunidades locais foram no centro de muitas intervenções durante o I Seminário de Turismo Sustentável - O Turismo Socialmente Responsável para o Desenvolvimento Sustentável e a Redução da Pobreza, que começou na segunda-feira, 12 de maio. Ao mesmo tempo, representantes de mais de 15 comunidades que foram convidadas para participar de duas oficinas preparatórias sobre turismo comunitário mostraram que outro modelo é possível, um modelo de turismo mais participativo, justo, e solidário, que integre o ecoturismo e o turismo cultural e que respeite o papel ativo das comunidades locais no planejamento, na execução e na avaliação das atividades turísticas. Trata-se de um modelo de turismo comunitário não assistencialista, o qual visa consolidar sua importância econômica através de articulações nacionais e internacionais.

Durante o Seminário, foram elaborados planos de cooperação a nível nacional e também, entre entidades nacionais e internacionais, em vista de promover o turismo socialmente responsável. Na cooperação nacional, a Rede de Destinos de Turismo Comunitário foi fortalecida. Estabeleceu-se o intercâmbio entre comunidades com projetos de turismo já consolidados nos Estados do Ceará (Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Casa Grande do Homem do Kariri), do Amazonas (Mamirauá, Aldeia dos Lagos) e Rondônia (Vale do Guaporé), e entre o Instituto Terramar e o WWF Brasil. Na discussão sobre Gênero e Turismo, a Iniciativa de Gênero da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais foi fortalecida. Um seminário que acontecerá em novembro desse ano aprofundará a discussão sobre o desenvolvimento do turismo, com enfoque no monitoramento do Prodetur, e contará, após articulação nesse seminário, com a participação de entidades estrangeiras.

A nível internacional, foi acordada cooperação entre a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e o Instituto Terramar no âmbito do Programa STEP - Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza - da OMT (Organização Mundial de Turismo) e da UNCTAD. Três comunidades deverão apresentar os seus projetos na 11ª Conferência da UNCTAD no Brasil em 2004. Há um acordo preliminar para incluir as comunidades com projetos consolidados na rede REDTURS que conta com o apoio da OIT (Organização Internacional de Trabalho). Com as entidades européias que participaram do Seminário foi estabelecido um acordo de cooperação Norte-Sul, no âmbito do projeto Turismovision. Com a ONG Equations da Índia foi iniciada uma articulação para a participação do Brasil no IV Fórum Social Mundial que acontecerá em janeiro de 2004 em Mumbai/Índia e deverá incluir o Turismo Comunitário como instrumento para a redução da pobreza na agenda do evento.

Os organizadores do Evento - Instituto Terramar, UECE e CEFET-CE - estão felizes por constatar que o evento representou um marco na discussão sobre turismo sustentável no Estado do Ceará e no Brasil. Além dos diversos acordos de cooperação, a diversidade do público foi outro dos grandes sucessos do evento, já que participaram do mesmo grande número de pessoas de comunidades, representantes de ONGs nacionais e internacionais, gestores de organismos municipais e estaduais de turismo, representantes do trade turístico, professores, alunos e profissionais em turismo e meio ambiente.

Fortaleza, 15 de maio de 2003

Comissão Organizadora

www.turismosust.hpg.com.br

terra@fortalnet.com.br

finshnet@uol.com.br

ANEXO B – DE MUMBAI A PORTO ALEGRE. QUEM REALMENTE SE BENEFICIA DO TURISMO?

DE MUMBAI PARA PORTO ALEGRE QUEM REALMENTE SE BENEFICIA DO TURISMO?

*Comunicado do Grupo de Intervenções em Turismo
no 4º Fórum Social Mundial*

Nós, o Grupo de Intervenções em Turismo, no 4º Fórum Social Mundial (FSM) em Mumbai (16 a 21 de janeiro de 2004), declaramos o nosso compromisso para mudar o caráter do turismo global para um turismo que é justo e equitativo para as pessoas nos lugares de destino. As nossas intervenções (incluindo um diálogo intercontinental sobre turismo e quatro seminários) colocaram os assuntos de turismo na agenda do FSM.

Através de testemunhas das lutas e das iniciativas comunitárias, realçamos uma gama extensiva de respostas ao turismo globalizado vindo de organizações de base e comunidades locais. Nossas intervenções no FSM forneceram uma plataforma para um diálogo intercontinental significativo sobre os impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do turismo.

Durante uma "Reunião Estratégica de Ativistas sobre Turismo" (Mumbai, 22 a 23 de janeiro de 2004, organizada pela Coalizão Ecumênica sobre Turismo - ECOT), avaliamos os impactos das nossas intervenções e nos comprometemos a levar o impulso adiante para o próximo FSM em Porto Alegre, Brasil, em 2005. A Reunião Estratégica enfatizou a necessidade de divulgação ampla dos relatos das nossas intervenções bem sucedidas em Mumbai. As discussões sobre ações futuras serão compartilhadas com comunidades, movimentos sociais, parceiros de redes e outros grupos. Também foi decidido criar o Fórum Global de Intervenções em Turismo que levaria este importante trabalho adiante.

Decidimos fortalecer e apoiar as perspectivas de turismo das organizações de base e comunidades locais, que colocam as nossas posições contra aquelas da Organização Mundial de Turismo (WTO-OMT), do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e de outras definições populares de política de turismo e de desenvolvimento. Como a WTO-OMT se tornou recentemente uma agência especializada das Nações Unidas, pediremos o cumprimento do seu mandato novo e defenderemos os compromissos da sociedade civil para democratizar o turismo.

Uma preocupação primária é a natureza antidemocrática das negociações contínuas do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (GATS) da Organização Mundial de Comércio, que deverão concluir-se em janeiro de 2005. Acentuamos a necessidade urgente de integrar experiências de organizações de base e comunidades locais com relação aos custos ambientais e sociais do turismo, para informar sobre as posições negociadoras dos governos e sublinhamos a necessidade de um retrocesso nas negociações.

Destacar assuntos de turismo dentro de uma multidão de movimentos anti-globalização e de direitos humanos como aqueles relacionados com mulheres, crianças, dalits, povos indígenas, migrantes, trabalho desorganizado, comunidades de pequenas ilhas, montanhas e do litoral, como também de lutas relacionadas à terra, à água e ao acesso a recursos naturais, é crucial para fortalecer as lutas locais e as iniciativas comunitárias daqueles que sofrem os impactos do turismo. O trabalho em rede está no centro das estratégias futuras para identificar áreas de preocupação comum, construir alianças com indivíduos, organizações e movimentos que dividem este pensamento, e influenciar agendas de política de turismo. Democracia, transparência e responsabilidade corporativa e governamental no turismo serão colocadas como prioritárias na agenda para ações concertadas e intervenções estratégicas.

A partir das nossas experiências de trabalho com assuntos de turismo, estamos extremamente céticos com relação às reivindicações do turismo como gerador de trabalho e divisas. Estamos preocupados que os atuais benefícios que finalmente chegam às pessoas nos destinos, são desprezíveis se comparados aos lucros das corporações transnacionais de turismo. A evasão de divisas (leakages) constitui uma grande perda de renda para comunidades e países de destino. Ao mesmo tempo, são as comunidades locais que sofrem com os custos de desenvolvimento do turismo em termos de impactos sociais, culturais e ambientais.

No próximo FSM em Porto Alegre, Brasil, em 2005, continuaremos destacando assuntos críticos no turismo. Esperamos trabalhar em solidariedade com representantes de comunidades locais, ativistas e pesquisadores de várias partes do mundo, para fortalecer a nossa luta e desenvolver estratégias para um turismo que seja equitativo e justo, centrado nas pessoas, sustentável, ecologicamente correto, e valorizador da criança e da igualdade de gênero.

Para o Grupo de Intervenções em Turismo:

1. *Heinz Fuchs, EED - Tourism Watch, Alemanha*
2. *Christine Pluess, Arbeitskreis Tourismus und Entwicklung (AKTE), Suíça*
3. *K T Suresh, EQUATIONS, Índia*
4. *Tan Chi Kiong, Ecumenical Coalition on Tourism, Hong Kong, SAR, China*
5. *Prawate Khid-arn, Christian Conference of Asia, Hong Kong, SAR, China*
6. *Nina Rao, School of Vocational Studies, New Delhi, Índia*
7. *Esther Neuhaus, Instituto Terramar, Brasil*
8. *Ely Fernandes de Lima, Cooperativa de Turismo e Artesanato, Prainha do Canto Verde, Brasil*
9. *Nelissa Peralta, Instituto Mamirauá, Amazonas, Brasil*
10. *T T Sreekumar, Hong Kong University of Science and Technology, Hong Kong, SAR, China*
11. *Patricia Barnett, Tourism Concern, Reino Unido*
12. *Adamah Bah, Gambia Tourism Concern, Gambia*
13. *Steffen Schulein, Fern Weh (Tourism Review), Alemanha*
14. *Rodrigo Ruiz Rubio, Association for the Defence of the Kuelap, Peru*
15. *David Ugarte, Director del Instituto de Estudios y Desarrollo de la Amazonia Regional, Peru*
16. *Alka Sabarwal, ICIMOD, Nepal*
17. *Abdul Sabur, Asia Muslim Action Network (AMAN), Tailândia*
18. *L Antonysamy, EQUATIONS, Índia*
19. *Philip Kuruvilla, National Council of Churches of Índia*

20. *Ranjan Solomon, Ecumenical Coalition on Tourism, Hong Kong, SAR, China*
21. *Christina Kamp, Freelance Journalist, Alemanha*
22. *Paul Gonsalves, EQUATIONS, Índia*
23. *Joyatri Ray, EQUATIONS, Índia*
24. *Benny Kuruvilla, EQUATIONS, Índia*
25. *Rosemary Viswanath, EQUATIONS, Índia*
26. *Shirley Susan, Ecumenical Coalition on Tourism, Hong Kong, SAR, China*
27. *Saroop Roy, EQUATIONS, Índia*
28. *P Krishnamoorthy, EQUATIONS, Índia*
29. *Sumesh Mangalassery, EQUATIONS, Índia*

Mumbai, 23 de janeiro de 2004

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 2005 – “OUTRO TURISMO É POSSÍVEL?”

DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 2005 - “OUTRO TURISMO É POSSÍVEL”-

Comunicado do Grupo de Intervenções em Turismo no V Fórum Social Mundial 2005

Nós, o Grupo de Intervenções em Turismo, no V Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre (26 a 31 de janeiro de 2005) reafirmamos a Declaração “De Mumbai para Porto Alegre: Quem realmente se beneficia do turismo?” do último FSM.

Declaramos novamente o nosso compromisso para mudar o caráter do turismo global para um turismo que é justo e equitativo para as pessoas nos lugares de destino. Durante o V FSM em Porto Alegre, colocamos o tema turismo, através de cinco seminários com um grande número de participantes na agenda dos movimentos sociais ligados às questões da sustentabilidade e luta contra os impactos do livre comércio e conseguimos sensibilizar movimentos antiglobalização e de direitos humanos como aqueles relacionados com mulheres, crianças, dalits, povos indígenas, migrantes, direito dos trabalhadores, como também de lutas relacionadas à conservação e acesso a recursos naturais.

Mostramos claramente as dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo e o impacto na vida das mulheres, no sentido da construção da crítica ao modelo de desenvolvimento do turismo que vem sendo implementado pelos governos e pelos bancos, em especial o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que coloca a atividade turística como um negócio a ser gerenciado pelo empresariado, que para tanto recebe investimentos, infra-estrutura e isenção de impostos.

Aos aspectos econômicos somam-se às injustiças ambientais, decorrentes da venda da natureza enquanto produto turístico — mas não dos lucros que ficam concentrados na mão de poucos. Assim o turismo, em muitos casos age sobre as relações de gênero no sentido de reforçar a desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo apropriando-se da imagem da mulher como objeto: utiliza-se o corpo feminino, oficial e extra-oficialmente, como recurso propagandístico para o desenvolvimento turístico, atraindo turistas em busca de prazeres sexuais fáceis e incentivando a prostituição e o tráfico de mulheres; ou ainda fazendo uso da força de trabalho das mulheres como mão-de-obra barata de um emprego precário e instável.

Na perspectiva de se contrapor a tal realidade e construir um outro modelo de turismo, que tenha como pressupostos o envolvimento da população local, a valorização da cultura e diversidade local e a proteção ambiental, tem-se gestado em alguns lugares do Brasil e do mundo a proposta que persegue a construção de um turismo comunitário. São várias as experiências desenvolvidas, o caminho até aqui trilhado já apresenta algumas dificuldades e potencialidades que estaremos divulgando e socializando com outros movimentos e grupos interessados, no sentido de contribuir para a elaboração de políticas públicas que contemplem estas novas formas de turismo comunitário.

Nos países pobres, nos quais os processos sociais estão marcados por situações de desigualdade, marginalização, exclusão, opressão e destruição ambiental, assistimos a uma

renovada presença dos Estados e de suas corporações aliadas na privatização do patrimônio comum. Não apenas com os projetos turísticos, mas com toda uma política de “desenvolvimento sustentável” que inclui a realização de projetos mineiros, petrolíferos, energéticos (construção de barragens com impactos socioambientais consideráveis), florestais, extração de recursos marinhos, bioprospeção e privatização e apropriação da água. Frente a isso, apoiamos as e nos comprometemos a contribuir com a construção de estratégias de resistências vindo das comunidades locais, na luta política, no âmbito da construção de um turismo com base local, e na afirmação da autodeterminação dos povos.

Declaramos a nossa preocupação a natureza antidemocrática das negociações avançadas sobre a liberalização de serviços de turismo dentro do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (GATS) da OMC. Como parte da rodada de discussões comerciais de Doha, países sócios estão atualmente entregando suas ofertas à OCM para liberalização adicional dos seus setores de turismo.

A liberalização do setor sob as leis de comércio neoliberal solapa a capacidade dos governos locais e regionais de formular políticas que levem em conta seus complexos impactos sociais e ambientais. O GATS é orientado à desregulamentação dos marcos legais relacionados à atividade turística, inclusive destruindo regulamentos pertinentes e limitações já postas pelos governos nacionais, regionais e locais para assegurar que o turismo seja ambientalmente e socialmente sustentável.

Acompanhando o GATS, os acordos regionais de comércio (RTAs) (bilateral e multilateral) estão apresentando uma ameaça de igual gravidade à sustentabilidade. Todas estas tentativas trouxeram sérios impactos sócio-culturais. Nossa experiência mostra que a menos que o comércio de turismo seja conduzido com o consentimento das comunidades e regulado por elas mesmas, este não pode contribuir numa maneira efetiva até um desenvolvimento sustentável.

Durante um seminário com testemunhas e afetados do tsunami no Sudeste Asiático lançamos uma chamada à solidariedade com as vítimas e perguntamos “O que quer dizer solidariedade no turismo neste momento?” O desastre deixou trabalhadores e comunidades que dependem do turismo quase completamente sem perspectivas. Estamos preocupados com os planos governamentais para ‘a deslocação e reabilitação de pessoas afetadas’. Aproveitando a tragédia, os governos pretendem usar esta calamidade natural para ‘limpar as praias’ e colocá-las a disposição do turismo e da aqüicultura. Mais importante é a necessidade de implementar urgentemente planos de reconstrução de médio e longo prazo baseados nas esperanças dos povos para reconstruir as suas vidas. Isto deve incluir restauração de florestas manguezais e outros ecossistemas costeiros, os quais no passado protegeram estas regiões costeiras contra tempestades e ondas. De fato, as florestas manguezais que permaneciam fizeram com que as pessoas e seus bens ficassem mais protegidos contra o tsunami gigantesco, enquanto as áreas onde os mangues foram desmatados para desenvolvimentos insustentáveis mostraram perdas enormes de vida e danos materiais. Tais indústrias insustentáveis e o turismo descontrolado se destacam como as causas principais da perda de manguezais. Precisamos trabalhar para condições justas e transparentes de cooperação internacional e cancelamento compreensivo da dívida, requisitos para um desenvolvimento sustentável.

Durante uma “Reunião Estratégica de Ativistas sobre Turismo” (Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2005), avaliamos os impactos das nossas intervenções e nos comprometemos a levar adiante a nossa articulação a nível local, regional e global, e a nossa intervenção política.

Fortaleceremos as estratégias de resistência e iniciativas de turismo comunitário das organizações de base e comunidades locais, que se opõem aos mecanismos e à lógica do livre comércio e às regras da Organização Mundial de Comércio (OMC). Continuaremos trabalhando com representantes de comunidades locais, ativistas e pesquisadores de várias partes do mundo, para fortalecer a nossa luta e desenvolver estratégias para um turismo que seja equitativo e justo, centrado nas pessoas, sustentável, ecologicamente correto, e valorizador da criança e da igualdade de gênero.

Criaremos espaços para a troca de experiências sobre os impactos de liberalização, apresentaremos estruturas para monitorar e analisar os impactos e desenvolveremos fortes estratégias de Sul-Sul para advogar e dirigir campanhas para assegurar que o livre comércio seja ao serviço do desenvolvimento.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2005.

ANEXO D – DECLARATION FINALE DU FITS 2006

DECLARATION FINALE DU FITS 2006
2° FORUM TOURISME SOLIDAIRE, COMMERCE EQUITABLE ET
DEVELOPPEMENT DURABLE

A l'occasion deuxième forum international sur le tourisme solidaire et le commerce équitable (FITS), nous, membres du mouvement international du commerce équitable, nous présentons aux gouvernements et institutions internationales les propositions suivantes, visant à contribuer au renforcement et à l'expansion du commerce équitable, ainsi qu'à la promotion d'un système mondial du commerce qui participe effectivement au développement durable et à la réduction de la pauvreté.

Le Commerce Equitable

Depuis plus de 40 ans, le commerce équitable a démontré que le commerce peut être un moteur de développement. Les pratiques du commerce équitable intègrent les dimensions sociales, économiques, culturelles et environnementales dans un ensemble de normes rigoureuses sur lesquelles les membres s'engagent de façon volontaire. Des centaines de milliers de petits producteurs exclus et des travailleurs de plantations et usines, de 60 pays en développement, participent aux chaînes de production du commerce équitable. Plus de 5 millions de personnes d'Afrique, d'Amérique Latine et d'Asie, profitent des conditions offertes par le commerce équitable.

Le commerce équitable est une relation commerciale basée sur la transparence, le dialogue et le respect, cherchant à accroître l'équité dans le commerce international. Il contribue au développement durable à la fois en offrant les meilleures conditions et en garantissant les droits des producteurs et travailleurs marginalisés, particulièrement dans le sud. Des organisations de commerce équitable (soutenues par les consommateurs), impliquées activement dans le développement des producteurs, renforcent le prise de conscience et mènent des campagnes visant à susciter des changements dans les norms et pratiques du commerce.

Définition du commerce équitable établie par FINE : FLO international (organisations internationales de labélisation), IFAT (Association international pour le commerce équitable), NEWS ! (Réseau de magasins du monde en Europe), EFTA (Association Européenne de commerce équitable).

Près de 300 entreprises de commerce équitable et organisateurs de production adhèrent à l'Association Internationale de Commerce Equitable (IFAT). Les organisations de labellisation du commerce équitable (FLO) comptent 20 entreprises de certification du commerce équitable, 600 organisations de producteurs et presque autant entreprises de commercialisation et distribution de produits certifiés « commerce équitable » réparties sur tous les continents.

Le système de commerce équitable a été jusqu'à présent le moyen le plus efficace d'offrir aux petits producteurs l'opportunité d'obtenir des revenus au travers d'une relation commercial de long terme et plus directe entre producteurs et consommateurs, relation dans laquelle ces derniers consomment des produits de meilleure qualité, acquis de façon durable. Les producteurs, les consommateurs et les distributeurs sont les clefs du succès du commerce équitable ; cependant, les gouvernements et les institutions jouent un rôle décisif :

SOUTENIR LE DEVELOPPEMENT DURABLE ET CONTRIBUER A LA REDUCTION DE LA PAUVRETE A TRAVERS LE COMMERCE EQUITABLE

Nous lançons un appel aux gouvernements et aux institutions internationales ainsi qu'à la société civile et aux entreprises afin qu'ils accroissent leur soutien et leur investissement dans le commerce équitable.

Aujourd'hui plus que jamais, nous lançons un appel aux gouvernements pour qu'ils mettent en place des politiques favorables au commerce équitable. Divers gouvernements nationaux et régionaux appuient le commerce équitable et nous les en remercions. Le commerce équitable se trouve à un moment crucial de son développement. Son potentiel est énorme et son impact est évident, mais il faut maintenant un investissement substantiel pour lui donner une autre dimension.

Le tourisme solidaire et équitable

Cette déclaration finale reprend la vision sociale du commerce équitable ainsi que ces grandes lignes d'action. Au terme de cette seconde édition du FITS, nous réaffirmons avec force que le tourisme solidaire s'insère pleinement dans la ligne unique et globale du commerce équitable.

Il est certain que le tourisme solidaire et le tourisme équitable devront affiner leurs définitions. Travail qui ne sera pas facile si l'on tient compte de la diversité des positions et initiatives dans ce secteur. Cependant, cette même diversité enrichira le processus. Mais au-delà des définitions, nous reconnaissons que le tourisme solidaire trouve ses racines dans les principes qui soutiennent déjà le commerce équitable, qu'il vient enrichir. Le tourisme solidaire ouvre en effet de nouveaux horizons en commerce équitable, non seulement par la vente de services aux voyageurs mais aussi par tout ce qui est commercialisé lorsque ceux-ci rencontrent directement les producteurs.

Mais, outre les opportunités commerciales qu'il constitue le tourisme solidaire permet de faire ressortir le sens profond du commerce équitable, il est en effet avant tout une relation de type social et par conséquent ils promeut la compréhension entre les peuples, le respect des différentes cultures et la justice. En outre, le tourisme solidaire se réfère à un processus global et durable, qui inclut les notions de territoire et de développement local.

RECOMMANDATIONS DE POLITIQUE

Le mouvement du commerce équitable a de l'expérience dans la promotion de l'organisation et du développement des producteurs. Les acteurs du commerce équitable et du tourisme solidaire lancent un appel aux gouvernements afin qu'ils s'assurent que les promesses qu'ils ont formulées pendant le cycle de développement de Doha, deviennent réalité.

Nous proposons aux gouvernements et aux organisations internationales d'investir de manière significative dans un fond de promotion du commerce équitable et du tourisme solidaire au niveau mondial. Ce fond financera des programmes de renforcement des organisations de producteurs et de leurs réseaux, l'investissement en infrastructures productives, des programmes d'accès au marché, des campagnes de sensibilisation des consommateurs, entre autres.

Aussi bien au sud qu'au nord, l'offre touristique doit s'inscrire dans un plan global de développement économique, pensé avec équité, respectueux de l'environnement et respectueux des droits sociaux et des cultures de tous les peuples. Parallèlement, l'offre touristique doit promouvoir la collaboration de toutes les parties impliquées : les communautés, les promoteurs de projets, les structures d'appui, les entreprises partenaires, les gouvernements locaux et nationaux, ainsi que les agences et organisations internationales.

Ainsi, le tourisme solidaire se nourrit des aspirations de nos sociétés, qui souhaitent donner un nouveau souffle au vivre ensemble.

Tuxtla-Gutierrez, Chiapas, Mexique
Le 26 mars 2006

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, 2008, II SITS

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL 12 A 15 DE MAIO DE 2008 DECLARAÇÃO DE FORTALEZA

Nós, cidadãos, cidadãos, comunidades, pequenas operadoras de turismo, pesquisadores/as, organizações governamentais e não- governamentais e movimentos sociais, provenientes de 19 Estados do Brasil e de outros 13 países da América e Europa (Bolívia, Peru, Equador, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, México, Estados Unidos, França, Espanha, Suíça, Alemanha e Itália), participantes do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado na cidade de Fortaleza, região Nordeste do Brasil, no período de 12 a 15 de maio de 2008, declaramos nosso apoio, disponibilidade, ação e defesa da construção do turismo comunitário solidário como um projeto político pautado na autonomia das culturas locais, na conservação ambiental e na socioeconomia solidária.

Durante esses quatro dias de trabalho, que incluíram painéis temáticos, oficinas, rodas de conversas, troca de experiências e confraternizações, constatamos que outro turismo não só é possível e necessário como já acontece. São múltiplas experiências que refletem pensamentos, práticas e novas possibilidades do fazer turístico, tendo como premissas o fortalecimento das organizações comunitárias através da vivência permanente de processos participativos e autogestionários.

Destacamos que os modos de vida que vinculam as populações tradicionais aos ecossistemas locais, estreitamente relacionados aos processos históricos de resistência às lógicas colonizadoras e degradadoras do meio ambiente, são pano de fundo de onde surgem processos criativos de implementação do turismo solidário de base comunitária como expressão de um projeto de vida que afirma culturas diversas, empodera sujeitos e defende territórios. Nesse contexto, citamos como marcas dessas iniciativas:

- A luta por mecanismos de proteção ambiental, tais como estabelecimento de Unidades de Conservação e de áreas ambientalmente protegidas, inclusive marinhas e estuarinas;
- A garantia de acesso legítimo à terra, à água e ao território como mecanismo de reprodução das culturas e dos modos de vida locais;
- A implementação de infra-estruturas turísticas de pequeno porte, integradas ao ambiente natural e construídas pelas comunidades;
- A rearticulação de expressões culturais populares que valorizam o intercâmbio e o diálogo entre culturas;
- A integração da atividade turística aos demais processos produtivos, notadamente no campo da pesca, da pequena agricultura, da culinária e da artesanaria;
- A criação de mecanismos autônomos de gestão territorial que regulam as relações entre turistas e comunidades receptoras;
- A efetivação de meios alternativos de promoção e divulgação de atrativos e produtos turísticos;
- O estabelecimento de parcerias estratégicas com Organizações Não-Governamentais, agências de cooperação internacional, instituições de pesquisas, movimentos sociais, redes, fóruns e outras articulações de defesa de direitos.

Em contraponto ao turismo convencional ou de massa, surge e se afirma, portanto, o turismo comunitário solidário, o turismo rural comunitário, o ecoturismo comunitário e o turismo responsável que, mais do que modalidades, são expressões da afirmação de

práticas turísticas pautadas pela ética da sustentabilidade e da autonomia, construídas coletivamente em contraponto à lógica da dominação economicista.

Compreendemos que, diante dos conflitos e disputas que envolvem a atividade turística, são desafios estratégicos e teórico-metodológicos a serem enfrentados com convicção, disposição e compromisso pelos sujeitos que acreditam e animam os múltiplos processos para consolidar o turismo comunitário solidário:

- A construção de alianças entre organizações e movimentos sociais para produzir informações, dar visibilidade, denunciar e enfrentar os impactos do turismo de massa em níveis nacionais e internacionais;
- A construção de atividades turísticas alternativas livres dos marcos da exploração economicista da natureza e das culturas, viabilizando práticas solidárias de experiências locais que fortaleçam o turismo comunitário solidário;
- O aprofundamento dos debates sobre as dimensões de gênero, de raça/etnia, de geração e de classe na atividade turística comunitária e solidária, no sentido de reverter os valores e práticas de opressão e dominação (re)produzidas no turismo de massa;
- A construção coletiva da autonomia e da autodeterminação das comunidades como sujeitos de suas histórias;
- A articulação do turismo comunitário solidário às diversas lutas sociais em defesa dos territórios das populações locais como forma de enfrentamento da recolonização e desterritorialização provocadas pelo processo de desenvolvimento capitalista neoliberal;
- A incidência em políticas públicas para a construção e promoção de direitos humanos coletivos e individuais dos povos, e não simplesmente de geração de empregos precários e ações compensatórias;
- Aprofundar a compreensão das dinâmicas e caracterização dessas experiências, no sentido de qualificar e potencializar nossas intervenções;
- Sistematizar e elaborar conhecimentos para consolidar uma base teórica sobre o turismo comunitário solidário, situando-o no marco da crítica ao modelo de turismo convencional;
- Construir processos que consolidem relações igualitárias no turismo, nas quais o intercâmbio não seja focado somente dos ricos para os pobres, mas que o contrário também seja viabilizado, na perspectiva de superar as desigualdades sociais;
- Desenvolver estratégias para situar o turismo comunitário e solidário no mercado, garantindo consumo ético, sem se deixar corromper pela lógica acumulativa e da concorrência;
- Desenvolver estratégias solidárias de captação e mobilização de recursos que viabilizem as experiências gestadas nos variados contextos locais;
- Efetivar, cotidianamente, a transparência e a democracia na gestão dos recursos disponíveis;
- Estabelecer processos que consolidem a democratização das informações, assim como estabelecer sistemas de comunicação que favoreçam a divulgação das experiências de turismo solidário;
- Enfrentar o debate sobre as dimensões de raça/etnia e gênero, com especial atenção à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à mercantilização do corpo e da sexualidade das mulheres, das crianças e adolescentes;
- Construir, apoiar e desenvolver redes de cooperação solidária para o fortalecimento do turismo de base comunitária solidário em níveis nacionais e internacionais.

Por fim, ressaltamos junto aos governos — embora reconhecendo a importância de algumas ações já implementadas pelos governos de alguns países — a necessidade de redirecionar suas políticas no sentido da conformação de um projeto de desenvolvimento do turismo que leve em conta as necessidades e os direitos dos povos, refletido nas

experiências e no pensamento que vêm sendo constituídos pela proposta do turismo comunitário solidário. Pelo que enfatizamos como necessidades urgentes:

- Implementar políticas específicas que garantam os direitos das populações aos seus territórios, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, urbanas etc;
- Garantir a ampliação da participação qualificada dessas populações nas instâncias de formulação e deliberação de políticas públicas voltadas para o turismo;
- Implementar políticas de infraestrutura básica necessárias para a consolidação das experiências autogestionadas de turismo comunitário solidário;
- Implementar políticas de apoio e fomento ao turismo comunitário solidário não como políticas compensatórias, mas estruturantes do desenvolvimento comunitário;
- Implementar políticas de formação profissional na área de turismo, priorizando uma visão integralizada das dimensões socioambientais;
- Implementar mudanças na legislação, no sentido de garantir a viabilização do turismo comunitário solidário a partir de um marco legal adequado às necessidades dos sujeitos (grupos solidários, pequenas operadoras, dentre outros) que desenvolvem essa experiência nos diversos países;
- Estabelecer uma legislação que favoreça a preservação dos ecossistemas e territórios, revertendo a tendência mundial de flexibilizar as legislações ambientais em favor dos grandes empreendimentos turísticos e imobiliários que em muito têm desfavorecido as populações locais e provocado sérios danos à sustentabilidade socioambiental do planeta.

Reconhecendo a amplitude das questões que envolvem a afirmação do turismo comunitário solidário, terminamos nosso encontro convidando toda a sociedade a participar de uma grande viagem coletiva na utopia e na ação, concretizando este novo turismo solidário, comprometido com os direitos humanos, com a justiça (socioambiental, de gênero, racial e étnica), a democracia, a soberania e autonomia de todos os povos.

ANEXO F – DECLARAÇÃO DE BELÉM – FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL

Fórum Social Mundial, Belém do Pará – Brasil, 28 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2009

Nós, participantes do Fórum Global sobre Turismo Sustentável, realizado entre os dias 28 de janeiro a 1 de fevereiro durante o Fórum Social Mundial de Belém do Pará, Brasil, região Pan-Amazônica, integrantes de organizações de países da América Latina, América do Norte, Ásia, África e Europa, afirmamos que outro turismo é possível e urgente!

Denunciamos as políticas públicas hegemônicas de turismo como principal entrave na construção de outro modelo de turismo. São marcas destas políticas: a visão neoliberalista; a privatização dos territórios dos povos tradicionais e indígenas por grupos privados internacionais acobertados pelos governos, especialmente nos países em desenvolvimento; o favorecimento impune da exploração sexual e econômica da mão-de-obra e do corpo de mulheres, de crianças e jovens, de trabalhadores, numa clara e repugnante violação dos direitos humanos, sociais e trabalhistas; a destruição do meio ambiente, principalmente nas zonas costeiras, florestais, territórios de povos tradicionais e indígenas e de grande beleza cênica natural, onde se instalam grandes empreendimentos turístico-imobiliários agravada pela especulação financeira; a falta de democracia e transparência com que são implementadas, excluindo deliberadamente a participação das comunidades e organizações críticas nos processos de decisão; o agravamento da pobreza das populações locais e da desigualdade social; a concentração da renda do turismo nas mãos de grandes corporações facilitada por grandes financiamentos públicos e das instituições financeiras internacionais; e a desregulamentação da atividade turística contribuindo para os diversos conflitos socioambientais que identificamos no mundo todo em função do turismo predatório, excludente e insustentável.

O turismo convencional contribui para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Emite gases de efeito estufa ao privilegiar meios de transportes turísticos movidos a combustíveis fósseis, além de outras práticas e formas de consumo insustentáveis. Ao se instalar em ambientes costeiro-marinhos, em territórios indígenas e de povos tradicionais que vivem interligados ao meio ambiente, destruindo ecossistemas naturais (campos de dunas, manguezais, restingas) para construção de *resorts* e complexos turístico-hoteleiros, e ao privilegiar um turismo de massa que não respeita a capacidade de suporte dos destinos turísticos, ao privatizar territórios expulsando grande número de comunidades para ambientes urbanos insalubres e indignos aumenta a injustiça social e climática e a vulnerabilidade destas comunidades frente aos impactos das mudanças climáticas. Pedimos mais atenção à relação entre turismo e mudanças climáticas nas atuais negociações no âmbito da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas.

Defendemos outro modelo de turismo, com uma lógica que se contrapõe a este modelo de desenvolvimento turístico-imobiliário da especulação financeira que ameaça os territórios dos povos tradicionais, tentando transformar enclaves de natureza e culturas em bens econômicos a serviço do grande capital. De fato, florescem com esperança, autodeterminação e ousadia, diversas experiências articuladas em redes em todos os continentes, que se pautam no turismo comunitário e solidário, orientado firmemente pelo respeito às culturas locais e ao meio ambiente. São expressões legítimas de luta e resistência nas comunidades contra o turismo convencional, marcadas pela defesa de seus territórios e recursos naturais, pelo resgate e afirmação de suas expressões culturais mais profundas, e pelo fortalecimento de suas organizações locais e comunitárias. São experiências de um modelo de turismo que valoriza o modo de vida dessas comunidades, estreitamente relacionado aos ecossistemas que asseguram sua sobrevivência.

Conclamamos todas as cidadãs e cidadãos do mundo a contribuir para a afirmação do turismo comunitário, solidário, justo e sustentável, através de suas organizações e como consumidores conscientes, e a produzir e trocar conhecimentos e experiências; defender políticas públicas que visam à regulamentação do turismo, o fim do financiamento público a mega-empresendimentos turísticos e a

garantia do direito de acesso ao território das comunidades, dos direitos constitucionais das mesmas ao desenvolvimento e à autodeterminação, assim como a aplicação rigorosa da legislação ambiental respeitando a diversidade biológica e cultural; e apoiar as lutas de resistência em todo mundo assim como as alternativas e experiências concretas de turismo comunitário e solidário.

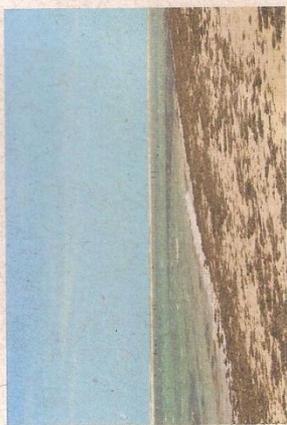
Belém, 1 de Fevereiro de 2009.

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Argonautas, Equations (India), Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, Instituto Terramar, Rede TURISOL, Rede TUCUM, Coopesolidar (Costa Rica), Instituto Vitae Civilis, Associação para a Defesa e o Desenvolvimento de Kuelap (Peru), Alba Sud (Espanha/Nicarágua), Associação Turismo Responsável (Espanha), Instituto Brasileiro em Defesa do Consumidor, Comunidade Mapuche-Tehuelche Pu Fotum Mapu (Argentina), Associação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça).

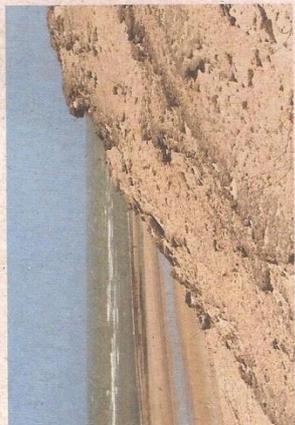
ANEXO G – FOLDER PROMOCIONAL CAETANOS DE CIMA



Chale Velador dos Sonhos
Foto: Camilla Garcia

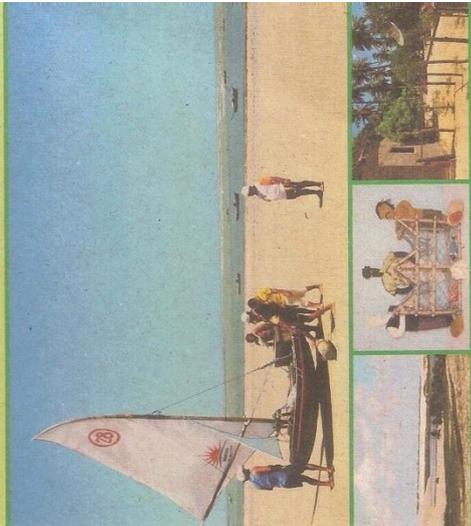


Praia Caetanos de Cima
Foto: Camilla Garcia



Dunas fixas (eoliantos)
Foto: Vanessa Luna

Caetanos de Cima



**“Resistir é preciso,
lutar é necessário,
Permanecer na luta
É imprescindível.”**

Apoio



Realização



Contatos

Ponto de Cultura: ~~(85) 3226-2476~~ 35-96266769
 Email: edienlav@yahoo.com.br

Rede Tucum: (85) 3226-2476
 Email: contato@tucum.org
 www.tucum.org

Terra: Patrimônio do Povo!

Vivendo da agricultura familiar e da pesca artesanal, Caetanos de Cima reúne aproximadamente 46 famílias. A comunidade compõe o Assentamento de Sabiaguaba, junto com Pixaim e Matilha. Está localizada no município de Amontada, extremo-oeste da zona costeira cearense, a 210 km de Fortaleza.

O lugar, em meio a dunas fixas e móveis, apresenta uma riqueza cultural marcada pelos elementos do litoral, com histórias e dramas contados pelos mais velhos e a manifestação da popular dança do coco. As atividades culturais proporcionam às crianças, jovens e mestres populares, um ambiente de troca e (re)significação dos saberes tradicionais da comunidade.

O trabalho com a memória e o incentivo às manifestações populares é uma das formas de resistência incentivadas pela comunidade. Nesse sentido, desde 2005, funciona o Ponto de Cultura Abrindo Velas Pescando Culturas, com o apoio do Ministério da Cultura e assessoria do Instituto Terramar. O projeto busca desenvolver a participação e a autonomia juvenil em conjunto com a melhoria da educação na escola local.

Outro forte elemento de identidade para os moradores de Caetanos de Cima está na relação com a terra. Calçada na participação histórica da luta pelo direito a terra, desde o início do processo da posse coletiva do Assentamento Sabiaguaba, junto ao INCRA, em meados da década de 1980.

Aliada a luta pela terra está a participação da comunidade na Rede Cearense de Turismo comunitário. Uma articulação do litoral na construção de um novo modelo de turismo, diferente do convencional.

Vida e Cultura

- Agricultura familiar
- Artesanato
- Artes plásticas
- Artes cênicas
- Culinária
- Educação ambiental
- Educação digital
- Músicas e danças populares
- Pesca artesanal
- Turismo comunitário



Foto: Arquivo Terramar



Foto: Camilla Garcia



Foto: Camilla Garcia



Foto: Camilla Garcia



Foto: Vanessa Liana